UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CASSIANA BUSO FERREIRA

Representações de intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Representações de intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)

Cassiana Buso Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi

São Paulo

2009

À minha querida família.

Agradecimentos

Quando iniciei a pesquisa, embora soubesse que teria pela frente alguns anos de muito trabalho e dedicação, não tinha noção dos desafios e das angústias que estavam por vir. Entretanto, foram muitos os amigos e familiares que ajudaram a superar os momentos difíceis e contribuíram para a realização dessa empreitada. Agradeço a todos pela ajuda, compreensão e apoio.

À Profa. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi pela orientação e parceria. Desde o primeiro momento, mostrou-se acolhedora, acreditando na potencialidade da pesquisa. Sua profunda erudição e rigor crítico muito me ajudaram nas reflexões e análises e na descoberta de novos caminhos. O convívio e os diálogos estabelecidos nesse período só aumentaram minha admiração pela pessoa e profissional que é.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato e Prof. Dr. Elias Thomé Saliba, pelas fundamentais considerações, incorporadas ao trabalho final.

À Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato um agradecimento especial pela generosidade e pelos estímulos proporcionados no seu curso de pós-graduação. Participar das suas aulas foi sem dúvida alguma um privilégio.

Aos colegas e amigos do grupo de orientação da Profa. Zilda pelas reflexões compartilhadas nos animados e ricos encontros de estudos. Agradeço André Luzzi, Carlos Andrade, Cláudia Delboni, Cláudia Moraes, Cláudia Badan, Clóvis Pereira, Dirceu Franco, Edvaneide Barbosa, Janaína Teles, Maria Cecília Martinez, Hélio Braga, Mário Sérgio, Murilo Leal, Odair Paiva, Sandra Nunes, Sidney Pires, Silvio Pereira e Wesley Espinosa.

Aos companheiros de ofício, Bruno, Cleide, Ety, Paz, Jorge e Ligia, minha gratidão pelo apoio no nosso turbulento cotidiano: neles encontrei sempre uma palavra amiga e reconfortante. Um agradecimento especial a Melanie e Elaine Lacerda pela leitura cuidadosa do relatório de qualificação e à Patrícia Del Valle pela tradução do resumo.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo do setor de consulta pela disponibilidade e dedicação.

Ao amigo Ednilson Quarenta agradeço pela sugestão do tema ainda nos tempos da graduação.

Às amigas de longa data Cidinha e Mônica por me encorajarem a trilhar esse caminho.

A Cidinha devo muito e confesso que não encontro palavras para demonstrar minha gratidão. Desde o primeiro momento, esteve presente nessa caminhada me estimulando, apoiando, ajudando, torcendo pelo sucesso do trabalho e vibrando com os resultados. Suas leituras, considerações e os nossos diálogos foram fundamentais para a realização dessa pesquisa.

À minha família não tenho como agradecer. Guilherme, companheiro e amigo, com quem tenho compartilhado cotidiano e história guardo especial gratidão e carinho. Sempre paciente e disposto a ouvir minhas ideias e as possibilidades da pesquisa, nele encontrei compreensão, apoio e estímulos sem os quais teria sido difícil superar os momentos difíceis e angustiantes.

Meus pais, Maria e Casemiro e avó Alayde são bênçãos e portos seguros. O amor incondicional, o amparo e a confiança em mim depositada suavizaram as agruras dessa jornada. Meu agradecimento, entretanto, extrapola os limites desse trabalho. A eles devo o que sou.

O carinho e acolhimento manifestados nos encontros familiares me fortaleceram. Deles fizeram parte minha irmã Fabiana, amiga inseparável, e meus queridos sobrinhos Leonardo, Melina e Juliana.

Ao Vitor, meu filho, agradeço pela paciência, compreensão e estímulo. Em momentos de angústia e muito trabalho, suas descobertas, seus textos e discursos entusiásticos muitas vezes me fizeram rever algumas certezas.

A todos e todas meu carinho e gratidão.

Grande parte da história feita pelo povo assemelha-se ao sulco deixado pelo antigo arado. Pode parecer que desapareceu para sempre juntamente com o homem que arou a terra há muitos séculos. Mas todos os especialistas em aerofotogrametria sabem que, à certa luz, ou vistas a certo ângulo, as sombras de sulcos e regos há longo tempo esquecidos ainda podem ser vistas.

Eric J. Hobsbawm*, A outra história.*

Sumário

Índice das figuras viii
Siglas ix
Resumo x
Abstract xi
Introdução 1
Capítulo 1: Os saques e quebra-quebras sob o registro da imprensa escrita: "Negros dias de abril" 11
1.1. A ação 17
1.2. O sentido da ação 33
1.3. Os sujeitos da ação 48
Capítulo 2: As representações dos saques e quebra-quebras nas esferas do poder 72
2.1. Na esfera estadual 76
2.2. Na esfera federal 103
2.3. Nas esferas parlamentares 125
Capítulo 3: Os segmentos médios e dominantes e a representação dos saques e quebra-quebras 143
3.1. A grande imprensa paulista 145
3.2. Os segmentos médios 162
3.3. Os segmentos dominantes 180
Conclusão 206
Fontes e bibliografia
1. Bibliografia 211
2. Fontes 215

Índice das figuras

1. Tabela: resultados da enquete realizada pela *Folha de S.Paulo* 175
2. Comunicado pago: Lojas Marisa e Brasileiras 189
3. Comunicado pago: Fotoptica 190
4. Anúncio: Springer Carrier 191
5. Anúncio: Banco Auxiliar 193
6. Comunicado pago: Associação dos Empresários da Amazônia 194
7. Comunicado pago: Movimento Pró-Trabalho (07/04/1983) 196
8. Comunicado pago: Movimento Pró-Trabalho (08/04/1983) 197
9. Comunicado pago: Movimento Pró-Trabalho (10/04/1983) 198
10. Anúncio: Rádio América 201
11. Comunicado pago: Novagazometro S.A. 202

Siglas

ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ARENA – Aliança e Renovadora Nacional

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CPC – Comando de Policiamento da Capital

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ESG – Escola Superior de Guerra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRÓ-CUT – Pró Central Única dos Trabalhadores

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

UNE – União Nacional dos Estudantes

Resumo

Este trabalho refere-se aos saques e quebra-quebras deflagrados na capital paulista nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1983. A partir do exame de reportagens, notícias, artigos, editoriais, cartas de leitores, propagandas e comunicados pagos veiculados nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo,* entre 5 e 10 de abril, procurou-se identificar e analisar as representações desses acontecimentos nas diferentes esferas do poder e da sociedade. Para tanto, considerou-se os protestos populares no contexto social, político e econômico em que estavam inseridos — movimentos sociais organizados nas periferias de São Paulo ao longo da década de 1970, o processo de "abertura política" e a crise recessiva. Buscou-se ainda compreender o significado das ações diretas como formas de luta reivindicatória e a potencialidade reveladora e transformadora das rebeldias sociais.

Palavras-chave: saques, quebra-quebras, São Paulo, imprensa paulista, abertura política.

Abstract

This paper is about the popular protest that took place, in the capital of São Paulo, on April 4th, 5th and 6th, 1983. From the investigation of news, news articles, editorials, letters from readers, publicities and paid announcements from the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo* between April 5th and April 10th , this study identifies and analyzes the representations of these events on the strata of society and power. Furthermore, it was taken into consideration the popular manifestations in the social, political and economical context in which they belonged – organized social movement in the outskirts of São Paulo city during the 1970's decade, the gradual democratization process and the economical crisis. Besides that, this study tried to understand the meaning of direct actions as a way of fighting for people's rights as well as the potential power of change and disclosure of the social rebellions.

Key words: popular protests, São Paulo, Press from São Paulo city, democratization process

Introdução

O interesse pelo tema tem origem em minhas memórias de adolescência vivida no bairro de Santo Amaro. Lembro-me da agitação que tomou conta da região frente às primeiras notícias das manifestações deflagradas na manhã de 4 de abril de 1983, quando pessoas das camadas populares, desempregadas, apedrejaram lojas e invadiram supermercados e demais estabelecimentos comerciais apropriando-se de mercadorias. Entretanto, tão logo se encerraram os três dias de saques, o sentimento de estranhamento e de pânico arrefeceu, restando aos quebra-quebras e aos manifestantes comentários, ora depreciativos, ora condescendentes nos pontos de ônibus, nos bares e nos encontros dos vizinhos nos portões de casa.

Mais tarde, como professora, observei que as narrativas sobre os saques e quebra-quebras não apareciam nos manuais didáticos como registros na História do Tempo Presente. Intrigada com tal constatação, empreendi algumas pesquisas em busca de materiais que tratassem dos acontecimentos. Foi nesse momento que conheci o trabalho de Napolitano[1], um compêndio paradidático que registrava essas lutas e que me estimulou pensar o evento por mim rememorado como objeto de pesquisa deste mestrado.

Ao entrar em contato com uma parte das fontes, surpreendeu-me o espaço reservado a esses acontecimentos nos jornais de São Paulo. Entre os dias 05 e 10 de abril de 1983, contabilizei um total de 189 matérias no jornal *Folha de S. Paulo* e o mesmo número no jornal *O Estado de S.Paulo*; 168 na *Folha da Tarde* e 116 no *Jornal da Tarde*. Outra surpresa foi a diversidade das matérias encontradas: manchetes, editoriais, artigos, notícias, cartas de leitores, frases, anedotas, charges, anúncios e comunicados pagos de empresas, associações e federações indicando a repercussão desses eventos. Ainda no cotejamento dessas fontes,

[1] NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985.* São Paulo: Atual, 1998. (Discutindo a História do Brasil)

pude também verificar os intensos debates provocados pelos saques, envolvendo diferentes esferas políticas e diversos segmentos sociais.

Diante de tais constatações, foi possível conjeturar que esses acontecimentos eram apenas a ponta do *iceberg*. Logo, algumas questões se colocaram. Por qual razão os saques e quebra-quebras, localizados e restritos a três dias, suscitaram tantos debates? Que elementos poderiam revelar sobre o período em que estavam inseridos? Como se deu a representação desses acontecimentos na grande imprensa paulista? De que forma essa representação contribuiu para a construção da sua memória oficial?

Para que pudesse identificar e compreender as motivações e os desdobramentos desses acontecimentos, fez-se necessário inseri-los num período mais amplo, estabelecendo como balizas temporais o ano de 1973, com a posse do General Ernesto Geisel (1973-1978) na presidência do Brasil e o ano de 1985, quando, por eleição indireta, Tancredo Neves, sucedendo o General João Batista Figueiredo (1979-1985), tornou-se o primeiro presidente civil após vinte anos de governos militares. Esses doze anos representaram, sob muitos aspectos, um período de mudanças e de permanências, de enfrentamentos e de conciliações.

Ao assumir a presidência, o general Geisel iniciou o projeto de distensão política que, conforme idealizado por Golbery do Couto e Silva, deu-se de forma “lenta, gradual e segura”. Tanto seu governo como o do seu sucessor foram marcados por ações contraditórias que ora avançavam em direção à “abertura política”, ora indicavam a permanência dos militares no poder, disseminando em parte da sociedade um clima de apreensão e insegurança.

Esses sentimentos foram exacerbados pela crise econômica deflagrada em 1973 com a elevação do preço do petróleo. Embora, no início, o governo tivesse conseguido contornar a situação, contraindo novos empréstimos no exterior, no final da década, a economia brasileira entrou em colapso, obrigando-o a adotar medidas emergenciais que resultaram num longo período de recessão e, consequentemente, na desaceleração do crescimento econômico. Tal situação atingiu todos os segmentos sociais, inclusive a classe média e o

empresariado que haviam se beneficiado com o programa adotado no período do "milagre econômico".

Nesse ambiente de avanços e retrocessos, setores da sociedade (Igreja, OAB, jornalistas, artistas, estudantes, operários, donas de casa, desempregados) saíram às ruas para expressar seus descontentamentos e expor reivindicações. Estas manifestações significaram simultaneamente a repolitização dos espaços públicos, conquistas reais e experiências de práticas transformadoras.

No ano de 1985, os sentimentos ainda eram ambíguos. Se por um lado havia a esperança de dias melhores com o fim do monopólio do poder pela articulação civil-militar, por outro lado milhões de brasileiros, que empunharam a bandeira das Diretas Já, frustraram-se com a derrota da emenda Dante de Oliveira, fruto das negociações entre a situação e a oposição. A transição política deu-se assim como planejaram Geisel e Golbery.

Foi nesse contexto conturbado que eclodiram os saques em São Paulo trazendo à tona as complexidades e as contradições do período em que estavam inseridos. Nos primeiros dias do mês de abril de 1983, a cidade de São Paulo tornou-se o epicentro das tensões que sacudiram o país. Na manhã do dia 4, eclodiu, no Largo 13 de Maio, uma onda de saques e quebra-quebras que, durante três dias, irradiou-se para outros pontos importantes da capital paulista — a região central, parte da periferia da zona sul e o Palácio dos Bandeirantes — gerando inquietação e medo na sociedade e nas esferas do poder.

Para melhor entender a conjuntura das décadas de 1970 e 1980, iniciei o levantamento da produção bibliográfica referente ao período em questão. O trabalho do historiador Marcos Napolitano muito contribuiu nessa fase incipiente da pesquisa. Primeiro, porque tratou do fato em si, os saques; segundo, por analisar alguns movimentos sociais, ocorridos entre 1977 e 1984 e, terceiro, por me colocar em contato com outras obras atinentes ao tema e à época em questão.[2]

---

[2] Em dissertação de mestrado, ao pesquisar alguns protestos de rua que ocorreram entre 1977 e 1984, na Grande São Paulo – movimentos estudantis (1977), manifestações contra o "custo de vida" (1978) e pela Anistia (1979), greves no ABC (1978-80), motins e saques em São Paulo (1983), Greve Geral (1983), campanha pelas Diretas Já (1983/84) – o historiador destacou o caráter inovador destes movimentos no que se referia aos espaços de atuação, às formas de organização e de expressão. Segundo Napolitano, isso ocorreu porque as medidas e ações

Recentes trabalhos[3] têm demonstrado um crescente interesse pelos movimentos sociais e pelas mais variadas formas de protestos populares. Os estudos realizados indicam que, mesmo em momentos de intensa repressão às práticas democráticas, as camadas populares encontraram no cotidiano modalidades de ação inovadoras que deram a estes segmentos visibilidade e possibilidade de transformação.

Dentre os movimentos sociais organizados entre os anos de 1973 e 1985, os saques deflagrados em Santo Amaro diferenciaram-se pelo caráter aparentemente espontâneo, pela ação direta como forma de luta e pela intensa repercussão. Nesse sentido, intentamos com esse trabalho verificar até que ponto os saques podem ser considerados acontecimentos reveladores da realidade daquele momento histórico, ao trazerem à luz as contradições, os conflitos e as tensões nos âmbitos político, econômico e social. Para tanto, foi necessário contextualizá-los no tempo e no espaço, identificando as questões motivadoras, a dinâmica e a lógica destas manifestações, os sujeitos envolvidos, as conquistas obtidas e a relação com outras formas de luta empreendidas no período e na região. Essa pesquisa pode ainda contribuir para a constatação de que acontecimentos aparentemente pequenos e localizados, perdidos nos interstícios da memória, são potencialmente reveladores da densa e complexa "floresta"[4] em que estavam inseridos.

Assim, ao enveredar pela história dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo, entre os anos de 1973 e 1985, tomei as reflexões de Eder Sader[5] e de Vera da Silva Telles para repensar o lugar social das classes populares no espaço público.

---

repressivas adotadas nos governos militares acabaram "esvaziando os espaços tradicionais de expressão política" e, paradoxalmente, contribuíram para a politização de novos espaços sociais e novas formas de ação. EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós, que amávamos tanto a democracia (Protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo – 1977/1984).* São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1994.

[3] Esses orientaram nossas análises sobre a dinâmica e os significados dos saques e quebra-quebras e constarão do Capítulo 1.

[4] Referência ao trabalho de Thompson acerca da Lei Negra de 1723. THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra.* Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997.

[5] SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Sader em suas análises sobre os Clubes de Mães da zona sul, a oposição Metalúrgica de São Paulo, as Comissões de Saúde da zona leste e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo demonstrou o surgimentos de práticas inovadoras, tais como: a autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, a presença da solidariedade e da cooperação como nova forma de sociabilidade, a reivindicação dos direitos em lugar das trocas de favores, a politização de espaços do cotidiano e a emergência de novos sujeitos coletivos. Para ele, os movimentos sociais constituídos ao longo da década de 1970, ao demonstrarem a distância entre o poder instituído e a realidade social, ao criarem uma nova prática política alicerçada na intervenção direta dos interessados, ao forjarem novos espaços de luta e, finalmente, ao estenderem as reivindicações do direito de representação e escolha a outras esferas da vida social evidenciaram as fissuras do sistema político instituído, dando a sua contribuição ao processo de transição política entre os anos de 1978 e 1980.

Já Telles, em dissertação de mestrado[6], abordou os movimentos do Loteamento Clandestino e da Saúde ocorridos em São Paulo em meados da década de 1970. Em sintonia com as pesquisas realizadas à época sobre os movimentos sociais, estudou o significado do autoritarismo no cotidiano dos trabalhadores indicando a sua importância na constituição das novas formas de luta.

A leitura desses trabalhos foi de grande importância para a compreensão da lógica interna das organizações populares. Ambos desenvolveram a trajetória dos movimentos referidos em cada obra, expondo: as razões que mobilizaram seus protagonistas, a transformação de pessoas comuns em sujeitos históricos cientes da sua condição e da importância do seu papel na sociedade, a construção de novas identidades, os obstáculos superados pelos novos sujeitos sociais, os locais de encontros e reuniões, a presença de mediadores, as estratégias de luta e as conquistas obtidas. Além disso, os depoimentos de alguns

[6] TELLES, Vera da Silva. *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes. Os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70.* São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1985.

participantes dos movimentos, presentes ao longo dos trabalhos, permitiram entender o que essas experiências significaram para as pessoas nelas envolvidas.

O trabalho de Maria da Glória Gohn[7] apontou outro importante elemento para o entendimento dos movimentos sociais no início dos anos de 1980: o refluxo, a partir dos anos de 1980, das práticas reivindicatórias adotadas nos bairros periféricos na década anterior. Em seus estudos sobre as lutas populares por creches na zona sul de São Paulo, Gohn identificou as diferenças político-ideológicas internas como um dos fatores determinantes para a cisão deste movimento. A presença de lideranças políticas promoveu certa desorganização interna quando, em disputa eleitoral, alguns quadros afastaram-se dos movimentos sociais para a vida parlamentar demonstrando que a mediação entre os sujeitos e a política ainda se fazia em velhos moldes. A partir de 1983, com a ascensão do PMDB ao poder, tais divergências, embora explícitas havia algum tempo, tornaram-se mais acentuadas e flagrantes, contribuindo para a desarticulação das organizações populares.[8]

O parcial desmantelamento das mobilizações também foi apontado por Sader ao identificar o esvaziamento dos movimentos com os pleitos de 1982, quando algumas lideranças eleitas para cargos legislativos nas esferas municipal, estadual e federal distanciaram-se das suas bases. Tal afastamento não era apenas físico, tratava-se também de um distanciamento nas formas de ação e no tempo empreendido, já que a lógica da política institucional não é a mesma das lutas populares urbanas.[9] Paradoxalmente, acontecimentos importantes para a superação do sistema político autoritário como a Lei da Anistia (1979), o fim do bipartidarismo (1979)[10] e as eleições de 1982 contribuíram significativamente para a crise de representação.

---

[7] GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo.* Petrópolis, Vozes, 1985. pp. 150-1.
[8] Idem, ibidem.
[9] SADER, Eder. Op. cit., pp. 224-5.
[10] De acordo com os depoimentos e análises presentes nos trabalhos de Eder Sader e Maria da Gloria Ghon, esses acontecimentos contribuíram para que integrantes dos movimentos sociais que viviam na clandestinidade voltassem a atuar nas instituições políticas e partidárias.

Dessa forma, os saques e quebra-quebras podem significar um momento instigante para se perceber o grau de autonomia/dependência dos trabalhadores em relação às instituições políticas, parlamentares e sindicais.

Para melhor compreender a lógica dessas ações como forma de luta reivindicatória, fez-se obrigatória a leitura das obras de Edward Thompson, Eric Hobsbawm e George Rudé.

Os estudos de Thompson acerca das manifestações sociais ocorridas na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX e, mais especificamente, sobre os motins urbanos contribuíram sobremaneira para o entendimento dos saques e quebra-quebras como cobrança social frente às injustiças sentidas pela população. Seguindo essa lógica, que Thompson denominou como "economia moral", os amotinados viam os saques como ações justas na medida em que garantiam à sociedade ameaçada pela fome reparar os danos a ela infringidos.[11]

O trabalho de Hobsbawm sobre os motins urbanos na Europa dos séculos XIX e XX instigaram meu olhar na análise sobre a lógica dos saques, a diversidade dos manifestantes e o poder da ação direta. Ademais, sua observação acerca da permanência dessas práticas ao longo da história — mesmo após o surgimento e consolidação dos sindicatos e partidos e o uso de outras formas de lutas mais organizadas —, nos levou a refletir sobre os elementos que levaram a tais práticas em períodos e regiões tão distintas.[12]

Tais reflexões foram orientadas em boa medida nos estudos de George Rudé sobre os protestos populares ocorridos na França e na Inglaterra entre os anos de 1730 e 1848.[13] Considerado um dos pioneiros da "História vista de baixo", suas teses despontaram como inovadoras ao atribuírem significados e sentidos históricos às ações das multidões. As análises de Rudé demonstraram que, em tempos e contextos distintos, as ações diretas, de forma geral, apresentavam motivações, dinâmicas e alcances de poder semelhantes. As

---

[11] THOMPSON, Edward P. *A Formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.* 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1987; THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-266.

[12] HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos. Estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[13] RUDÉ, George. *A multidão na História. Estudos dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848.* Rio de Janeiro: Campus, 1991.

camadas oprimidas, na ausência de canais institucionalizados em que pudessem reivindicar os seus direitos, vislumbraram nos saques e quebra-quebras uma modalidade de luta pragmática e eficiente. O discurso da ação dava visibilidade à realidade sócio-econômica, impondo aos segmentos superiores e às autoridades a urgência de medidas emergenciais, mesmo que estas viessem acompanhadas de intensa repressão.

Ademais, alguns elementos dos motins europeus dos séculos XVIII e XIX expostos por Rude, Hobsbawm e Thompson puderam ser identificados nas deflagrações sociais irrompidas em 1983, tais como: contexto de crise econômica associada a questões circunstanciais; as propriedades e estabelecimentos comerciais privados como alvos preferenciais; a legitimação dos poderes instituídos, constatada pela insistência dos manifestantes em dialogar com as autoridades.

A partir das contribuições teórico-metodológicas sobre a relação entre tradição e modernidade, a noção de rebeldia popular e de consciência de classe, voltei-me para as leituras que pudessem contribuir para as análises das fontes utilizadas nesse trabalho.

Como o objetivo principal dessa pesquisa é verificar as diferentes representações dos saques e quebra-quebras na grande imprensa paulista, escolhemos focar nossas análises nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo.* A opção por estes periódicos deveu-se à larga tiragem e à sua inserção em diferentes segmentos sociais. Ademais, por adotarem posturas ideológicas divergentes, editorais, artigos e espaços reservados a opiniões e debates refletiam os embates políticos travados naquele período. Interessa-nos ainda, a partir do exame dos materiais jornalísticos, verificar as potencialidades das lutas sociais na identificação dos mecanismos de exclusão e ocultamento dos reais interesses econômico/político de empresários, governo e parlamentares e, por fim, analisar os mecanismos de conciliação das classes dominantes — empresários e Estado — no controle das lutas populares.

Nas análises dos materiais jornalísticos foram de grande valia os estudos de Maria Helena Capelato, Perseu Abramo e Marilena Chauí.

Capelato[14], ao mostrar a importância dos jornais para a compreensão de um período histórico, revelou as potencialidades destes materiais, estimulando a nossa empreitada e dando sustentação ao trabalho.

Foi igualmente importante para o encaminhamento das nossas reflexões o ensaio escrito por Perseu Abramo[15] sobre as técnicas de manipulação na grande imprensa e o trabalho de Marilena Chauí[16] acerca do poder da mídia e dos recursos por ela utilizados na construção de uma outra realidade.

Ainda que as análises tenham se centrado nas reportagens, notícias, editorais, artigos assinados, propagandas e comunicados pagos referentes aos saques e quebra-quebras, as anedotas e as charges publicadas ao longo daquela semana chamaram a atenção na medida em que, utilizando-se do humor como principal canal de comunicação, expuseram as críticas e contradições evidenciadas pelos acontecimentos. Esse material, contudo, não consta do corpus documental analisado e estará presente ao longo do trabalho como epígrafe.

Por fim, cabe salientar que, nesse momento, procurei ainda pensar de modo crítico as fontes utilizadas especialmente porque elas são frutos das ações que setores sociais criam para difundir, registrar e garantir a memória dominante, ou seja, o que ela considera sobre as ações das multidões, posto que essas quase sempre não têm direito a seu próprio registro historiográfico.[17]

Essas e outras referências teórico-metodológicas relacionadas aos documentos utilizados, à crítica às fontes e aos movimentos sociais estarão presentes ao longo do texto, ora confirmando hipóteses, ora respondendo dúvidas, ora questionando certezas, ora suscitando novas indagações, mas sempre dando sustentação às nossas análises e reflexões.

---

[14] CAPELATO, Maria Helena R. *Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista (1920-1945).* São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1986.

[15] ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

[16] CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

[17] Tomo como referência os estudos de BLOCH, Marc, *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 69; LE GOFF, Jacques, *História e memória*, 3ª ed., Campinas: UNICAMP, 1994, p. 548 e HOBSBAWM, Eric. J. A outra história – algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história – Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990, pp.18-36.

No primeiro capítulo, procuramos analisar, a partir das reportagens e notícias, a dinâmica dos saques e quebra-quebras e sua representação, identificando as formas como os acontecimentos foram registrados, o sensacionalismo sobre a quebra da ordem, a caracterização dos personagens como classes perigosas, cuja ênfase estava na quebradeira e no roubo. Procurei, ainda, destacar o sentido da ação no campo de luta dos desempregados e das necessidades materiais dessa população.

No segundo capítulo, buscamos compreender como se deu a representação das manifestações nas diferentes esferas do poder — executivo e legislativo. Nessa etapa do trabalho, nos voltamos para as notícias e reportagens acerca da repercussão das manifestações nas casas parlamentares, no Palácio dos Bandeirantes e no Palácio do Planalto. Dado o turbulento contexto político daquele período, para que pudéssemos compreender os significados das representações construídas pelas autoridades e parlamentares, foi preciso identificar e entender os temores suscitados pelos acontecimentos e os interesses políticos em jogo.

No terceiro capítulo, a partir dos editoriais, cartas de leitores, enquete realizada pela *Folha de S.Paulo* e comunicados pagos publicados por empresas e associações, foi possível entender como se deu a representação dos saques e quebra-quebras nos setores médios e dominantes. Nessa etapa do trabalho, focamos nossas análises na concepção desses segmentos sociais acerca do Estado de Direito e democracia, expressões recorrentes nas narrativas dos editorialistas, advogados, estudantes, empresários entre outros.

Ao fim e ao cabo, os jornais revelaram-se espaço privilegiado não somente para a construção das representações como também para a desconstrução dessas, na medida em que, apesar das distorções e omissões das informações, foi possível entrever a potencialidade das ações empreendidas pelos manifestantes naquela semana de abril.

Capítulo I - Os saques e quebra-quebras sob o registro da imprensa escrita: "Negros dias de abril"

> *Um braço ergueu-se no meio da multidão que começava a avançar e, rápido, alcançou a carroçaria de um caminhão Mercedes-Benz estacionado no Largo 13 de Maio, centro nervoso do bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Ao exibir o troféu que conquistara – uma das 40.000 laranjas amontoadas na carroceria -, um grupo desvinculou-se do bloco de 2 000 participantes de uma passeata de protesto contra o desemprego, que minutos antes iniciara seu deslocamento rumo à Assembléia Legislativa, atacou o caminhão – e logo dezenas, centenas de laranjas passaram a devastar as vitrinas das lojas nas cercanias. Essa artilharia de frutas, desencadeada às 10 horas do dia 4 de abril de 1983, foi o primeiro e violento aviso de que um imenso barril de pólvora estava prestes a explodir na maior cidade brasileira. Nas 48 horas seguintes, São Paulo viveu sob a sensação de que a paz estava assassinada nas ruas.*[18]

Foi assim que a revista *Veja* descreveu os primeiros momentos da deflagração dos saques e quebra-quebras ocorridos em São Paulo nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1983. Ainda que o material desse periódico não componha o conjunto de fontes cotejadas nesse trabalho, a pertinência da citação justifica-se pelo fato do trecho selecionado congregar elementos que nos ajudam a entender como se deu a representação desses acontecimentos na grande imprensa paulista.

A narrativa fluente e linear, a ausência de informações importantes para a compreensão dos acontecimentos e as recorrentes expressões efusivas e bélicas — "um braço ergueu-se na multidão"; "ao exibir o troféu que conquistara", "artilharia de frutas"; "barril de pólvora" —, além de atribuírem aos fatos um caráter espetaculoso, gerando um distanciamento entre o leitor e os acontecimentos, passavam a ideia de inevitabilidade. Ou seja, as manifestações eram em si perigosas, pois bastou que alguém se rebelasse para que o Largo 13 de Maio se

[18] NEGROS dias de abril. *Veja*, nº 762, 13 abr.1983, p. 26.

tornasse uma verdadeira praça de guerra ameaçando a "paz" que reinava nas ruas de São Paulo.

Entretanto, é preciso salientar que os elementos discursivos verificados no trecho da reportagem em questão provavelmente não foram empregados de forma aleatória e despretensiosa. Pelo contrário, trata-se de procedimentos, entre outros, comumente utilizados pelos profissionais da imprensa com o intuito de manipular a informação. De acordo com Perseu Abramo, a manipulação dos fatos tem sido uma das principais características da imprensa. Segundo ele,

> a relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real.[19]

Dessa forma, o que se lê nos noticiários e reportagens muito pouco tem a ver com o que de fato aconteceu.

A imprensa, contudo, arvorando-se como o "repositório da verdade"[20] busca de diferentes formas convencer o leitor de que as informações nela veiculadas correspondem fielmente à realidade dos acontecimentos. Para tanto, costuma lançar mão de alguns recursos como a ênfase aos "aspectos aparentes e quantificáveis da realidade"[21] — datas, horários, número de pessoas, idades, nomes de ruas, bairros e estabelecimentos.

Tais recursos são visíveis nos materiais cotejados. A *Folha de S.Paulo* na edição de domingo (10/04) veiculou a matéria "A violência, momento a momento" na qual apresentava de forma compacta a evolução das manifestações nos dias 4 e 5 de abril hora a hora:

---

[19] ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 24.
[20] CAPELATO, Maria Helena R. *Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista (1920-1945).* São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1986, p. 49.
[21] ABRAMO, Perseu. Op. cit., pp. 40-1.

SEGUNDA-FEIRA

8 horas – Com 2.500 pessoas presentes começam os discursos no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro. Não era grande o número de policiais.

8h50 – A passeata foi iniciada e com isso, o início das depredações.

9 horas – O supermercado "Ao Barateiro" é atacado e saqueado. A ação da polícia não é suficiente para acalmar os ânimos e os atos de violência estendem-se por todo o bairro, chegando ao Jardim São Luis, onde até os jornalistas são atacados pelos manifestantes.

13 horas – Os organizadores da concentração, depois de perderem o controle dos acontecimentos mobilizaram 300 manifestantes e saem com eles para a Assembléia Legislativa.[22]

Um outro exemplo bastante esclarecedor é a reportagem de *O Estado de S.Paulo* "8h30 – Vai começar os distúrbios":

Não havia mais que 150 pessoas às 8h30 de ontem no Largo 13 de Maio, quando membros da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo e do Sindicato dos Químicos instalaram a "Rádio Peão", uma perua Kombi com um precário aparelho de som, nas escadarias da igreja de Santo Amaro. Na medida em que os pronunciamentos contra a crise atual se inflamavam e os convites a que novos desempregados se unissem ao grupo inicial, a aglomeração aumentava. Em pouco tempo havia gente suficiente para tomar um caminhão da "Companhia da Laranja" estacionado no largo, com uma carga de 1.800 sacos de fruta.

O tumulto começou. As laranjas foram então utilizadas para atacar os próprios vendedores do caminhão, as luminárias da praça,

[22] A VIOLÊNCIA, momento a momento. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 8.

luminosos e vidros de casas comerciais da redondeza. Em meio às laranjas pedras também eram jogadas contra as lojas, no trajeto que duas passeatas improvisavam rumo à Assembléia Legislativa e à Administração Regional de Santo Amaro.[23]

Note-se que as reportagens circunscreveram-se a informações pontuais: horários, números de participantes, locais, nomes dos agentes envolvidos, estabelecimentos atingidos e ações. Não pretendemos com isso invalidar a relevância desses dados para a compreensão dos acontecimentos, mas sim entender o significado da ênfase a essas informações nos textos jornalísticos.

A recorrência desses dados nas reportagens atribuem aos textos um caráter de objetividade. Essa, contudo, tende a ser uma objetividade falsa, posto que apresenta um mundo irreal, sem geografia, sem história, sem causas e consequências, sem contradições, descontínuo e fragmentado. Concordamos com Perseu Abramo quando afirma que "nem toda a realidade é dimensionável, redutível a números, cifras, pesos, metros, quantias e quantidade, anos de idade e datas etc."[24]

A realidade é constituída por sujeitos conscientes ou não da sua condição histórica, com diferentes posicionamentos político-ideológicos e com historicidades e expectativas diversas, interagindo entre si e com as instituições vigentes, assimilando-as e/ou confrontando-as. Essas relações subjetivas, instáveis, descontínuas e, em geral, contraditórias engendram uma realidade intrincada e complexa, muito singular e distante daquela reproduzida nos textos jornalísticos.

A "falsa objetividade" tende a construir uma "falsa realidade", omitindo e camuflando informações importantes para a compreensão dos fatos. É o que se pode constatar nas matérias veiculadas pela imprensa referentes às deflagrações irrompidas na capital paulista. Ou seja, ao mesmo tempo em que os dados pontuais e quantificáveis passavam ao leitor a ideia de que estava sendo informado acerca dos acontecimentos, na verdade, ele permanecia no limbo da ignorância, sem saber exatamente porque os manifestantes estavam no Largo 13

[23] 8h30 – Vai começar os distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 42.
[24] ABRAMO, Perseu. Op. cit., p. 41.

de Maio naquele dia e horário, os fatores motivadores da deflagração dos saques e quebra-quebras, o objetivo das passeatas, as condições impostas à classe trabalhadora, aos desempregados e aos moradores da região, o significado e o sentido das ações empreendidas.[25]

De acordo com Marilena Chauí, essa desinformação proporcionada pela mídia deve-se à "ausência de referencial espacial ou atopia" e à "ausência de referencial temporal ou acronia"[26] nos noticiários. Enquanto, no primeiro caso, ignoram-se as distâncias e proximidades, as diferenças geográficas e territoriais, no segundo caso os fatos noticiados são apresentados sem continuidade no tempo, sem origem e sem consequências futuras. O desconhecimento das condições econômico-territoriais, materiais, sociais, políticas, históricas dos acontecimentos resultam no desconhecimento do verdadeiro significado desses. Contudo, a autora alerta para o fato de que a ausência de referenciais concretos de lugar e tempo não é uma "falha ou um defeito dos noticiários e sim um procedimento deliberado de controle social, político e cultural."[27]

As análises de Maria Helena Capelato sobre a imprensa paulista nas décadas de 1930 a 1945 caminharam nessa mesma direção. Em seus estudos, a historiadora verificou uma certa preocupação por parte dos representantes da imprensa em constituir a imagem do jornalista-repórter como um sujeito isento e neutro, "um cidadão acima de qualquer suspeita", e do jornal como "repositório de verdade". Entretanto, para Capelato, tais preocupações não significavam um compromisso com a realidade e com a verdade, mas sim uma estratégia de manipulação que "permitia, por um lado, ocultar os interesses (econômicos e políticos) que se mesclavam no jornal e, por outro, impossibilitava a constatação de que os fatos são construções e não 'relatos precisos'".[28]

Considerando que a questão central desse capítulo é entender de que forma os saques e quebra-quebras foram representados nos jornais *A Folha de*

---

[25] Tais questões serão desenvolvidas no decurso desse capítulo.
[26] Embora Chauí focalize suas análises na televisão e no rádio, elas contribuíram sobremaneira para as reflexões sobre a mídia impressa. CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 50.
[27] Idem, ibidem.
[28] CAPELATO, Maria Helena R. Op. cit., p. 49.

S.Paulo e *O Estado de S.Paulo,* não abordaremos nesse momento os interesses que levaram os periodistas a manipularem as informações e distorcerem a realidade.[29] Entretanto, não se pode ignorar que tais veículos de comunicação

> são centros de poder econômico (tanto porque são empresas privadas como porque são uma mercadoria que transmite e vende outras mercadorias) e centros de poder político ou de controle social e cultural.[30]

As ponderações acerca das especificidades do conjunto documental aqui cotejado permitem entrever as dificuldades e exigências colocadas por esse tipo de material. Muitas outras se impuserem no decorrer das leituras e análises, contudo essas serão consideradas e trabalhadas nos momentos em que se fizeram prementes.

Para um melhor entendimento das reflexões desenvolvidas ao longo do texto, consideramos relevante um relato[31] do curso e da dinâmica das manifestações, uma vez que essa descrição favorece uma compreensão básica do que foram esses "negros dias de abril".

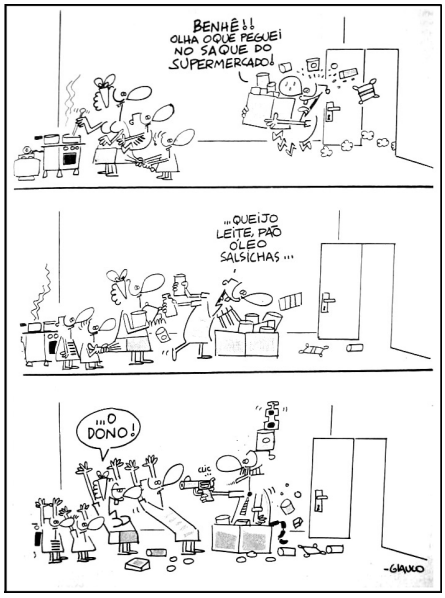
---

[29] Essas questões serão abordadas no Capítulo 3.

[30] CHAUÍ, Marilena. Op. cit., p. 44.

[31] Considerando os objetivos da pesquisa, grande parte das descrições dos saques e quebra-quebras ocorridos nos dias 04, 05 e 06/04/1983 foi feita a partir das reportagens e notícias veiculadas nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Contudo, é preciso salientar que a leitura prévia dos trabalhos de Munhoz sobre esses acontecimentos e de Napolitano acerca dos protestos de rua na Grande São Paulo entre os anos de 1977 e 1984 foram de grande valia, na medida em que permitiram um maior entendimento tanto da dinâmica das deflagrações como da conjuntura social, política e econômica em que estavam inseridas. MUNHOZ, Sidney José. *A Ordem do Caos "Versus" o ocaso da ordem (Saques e quebra-quebras em São Paulo - 1983).* Campinas/SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1989; EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo – 1977/198.* São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1994.

1.1. A ação



Fonte: GLAUCO. *Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 abr. 1983, p.2.*

Na manhã de segunda-feira do dia 4 de abril, os organizadores do Movimento Contra o Desemprego e a Carestia[32] deram início ao ato público programado pelo movimento no centro de Santo Amaro. Não demorou muito para que uma pequena multidão se aglutinasse em torno dos oradores.

Um grupo desprendeu-se da concentração e investiu contra o caminhão de laranjas da COBAL[33] estacionado no Largo 13 de Maio, atirando as frutas contra vitrines e soldados da Polícia Militar presentes na região. A partir desse momento, deu-se início aos saques e depredações dos estabelecimentos comerciais em torno da Igreja da Matriz. Em meio ao tumulto, as lideranças do movimento improvisaram

[32] Conforme reportagens veiculadas nos jornais cotejados, o Movimento contra o Desemprego e a Carestia, articulado por membros dos partidos da oposição, pelo Sindicato dos Químicos e pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo havia aproximadamente um mês, reivindicava redução de jornada de trabalho sem prejuízo salarial, criação do seguro-desemprego, aumentos salariais e estabilidade trabalhista e almejava adquirir dimensão nacional. ORGANIZADORES alegam descontrole. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr.1983, p. 13; 11 HORAS - Agora Supermercado. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 4 abr. 1983, p.42.

[33] A COBAL (Cooperativa Brasileira de Alimentos), empresa subordinada ao ministério da Agricultura, foi criada durante o regime militar com o objetivo de controlar a distribuição e o preço dos alimentos a partir da estocagem e de campanhas regionais e/ou nacionais.

duas passeatas: uma para a Administração Regional de Santo Amaro e outra para a Assembleia Legislativa.

O cortejo que saiu em direção à Administração Regional contribuiu para a disseminação do medo. Seguindo pela Avenida Adolfo Pinheiro, manifestantes apedrejaram lojas e carros estacionados enquanto convocavam transeuntes e motoristas com palavras de ordem — *"Você aí parado, também é explorado"*[34] — a aderirem à manifestação. Somente ao chegarem ao prédio que acreditavam ser a sede da Regional, souberam que essa havia mudado de endereço. A frustração intensificou as ações. Ainda mais porque ao encontrarem o novo endereço do órgão público não conseguiram dialogar com o administrador.

Enquanto isso, num outro ponto de Santo Amaro, um grupo apedrejava o Posto de Saúde, ignorando os apelos de uma das organizadoras do Movimento para que parassem com a violência.

No Largo 13 de Maio, o clima continuava tenso. Os manifestantes que permaneceram na região invadiram e saquearam o supermercado Ao Barateiro.

Em meio às viaturas com as sirenes ligadas, José Lima Soares tentava acalmar os ânimos, anunciando uma nova concentração para a manhã do dia seguinte, no mesmo local e horário.

No início da tarde, enquanto o deputado federal pelo PMDB Aurélio Peres tentava conter os manifestantes no Largo 13 de Maio, o grupo que saíra em passeata chegou a Assembleia Legislativa. Após a tentativa frustrada de invadir o prédio, os manifestantes foram atendidos por alguns deputados num recinto do lado de fora, no chamado Plenarinho. Populares dirigiram-se aos microfones contando suas histórias e situação. O diálogo entre manifestantes e parlamentares foi encerrado com a promessa de que se formaria uma comissão de deputados, acompanhada por dez desempregados, para estudar medidas que poderiam diminuir o desemprego.

Em Santo Amaro, a tensão permanecia: de um lado, um forte aparato com dezenas de policiais da Tropa de Choque e de soldados da Tático Móvel armados

[34] Os sentidos e significados das palavras de ordem proferidas pelos manifestantes serão objetos de análise em outros momentos deste capítulo.

com cassetetes de madeira, diversos agentes do policiamento de trânsito, militares da Radiopatrulha e um contingente da cavalaria; do outro lado, centenas de manifestantes gritando palavras de ordem, vaiando a polícia, disseminando boatos, avançando e recuando, saqueando e depredando.[35]

Com as ruas bloqueadas pelo policiamento e pelos manifestantes e com as frequentes investidas contra os ônibus, o trânsito parou, dificultando o acesso aos bairros periféricos de Santo Amaro. Muitas pessoas se puseram a caminhar.

Repentinamente, surgiu o boato de que os manifestantes haviam roubado oito botijões de gás de um caminhão e ameaçavam explodir a ponte do Socorro. Armados com revólveres, policiais desceram as ribanceiras que margeiam o rio Pinheiros atrás do homem que fugia com o botijão nas costas. A perseguição foi em vão.

No meio da tarde, a situação parecia se normalizar. Os manifestantes se concentraram na Praça Floriano Peixoto onde lideranças discursaram hipotecando apoio ao movimento dos desempregados. Quando a manifestação estava aparentemente encerrada — ficando acertada a formação de uma comissão de parlamentares e estudantes para negociar a liberação dos detidos e uma concentração para o dia seguinte —, surgiu um furgão Fiat convocando para uma passeata pelas redondezas. Os manifestantes desceram a rua Senador Flaquer iniciando uma nova onda de saques e quebra-quebras que acabou em confrontos diretos com a polícia.

No final da tarde, centenas de pessoas cantando o hino nacional e gritando palavras de ordem, seguiram em direção ao 11º Distrito Policial, situado na rua Samuel Wainer, para liberar os manifestantes detidos. Os policiais passaram a reprimir a manifestação com violência. As pessoas que conseguiram chegar à porta da delegacia, ao tentar invadi-la, foram repelidas com tiros para o alto. Parlamentares e advogados, então, iniciaram as negociações para a liberação dos presos nos saques e manifestações. No final da noite, a maioria dos detidos tinha sido liberada.

---

[35] Entre os estabelecimentos saqueados neste dia estão as lojas de eletrodomésticos Casas Bahia e Eletroradiobraz, a loja de calçados Balaio do Povo e a loja de roupas Besni.

Enquanto os detidos eram liberados, o deputado Paulo Sogaiar (PMDB) e a vereadora Luiza Erundina (PT) telefonavam para o Palácio dos Bandeirantes na tentativa de falar com o governador Franco Montoro, sendo atendidos pelo secretário para Assuntos Políticos, Marco Antonio Castelo Branco. Ambos alegavam que os manifestantes eram desempregados e que o movimento não tinha liderança. Erundina tentava relatar os acontecimentos do dia e alertava para a repetição no dia seguinte.

Durante as negociações no interior da delegacia, novos chamados indicavam que os saques se alastravam para a periferia de Santo Amaro — Jardim São Luis, Parque Santo Antônio, Jardim Ângela e Jardim Monte Azul. O trânsito da Avenida João Dias, rota de acesso aos bairros, atrasou a chegada dos agentes policiais: dois pelotões transportados em caminhão espinha-de-peixe, seis peruas Veraneios da Tropa de Choque, viaturas da Tático Móvel .

Quando a polícia enfim chegou, a situação já estava fora do controle. Lojas, açougues, padarias e os supermercados Chacuí, Novo Box e vários Mini Box (Rede Morita) foram saqueados e depredados. Os manifestantes agrediram a imprensa, viraram um carro do DSV usado para transportar os soldados e interceptaram os ônibus que seguiam em direção aos bairros, provocando a revolta dos passageiros. No tumulto, um corretor de imóveis foi morto por um tiro desferido do interior de um Chevette bege.

Os policiais, em viaturas, passavam pelas ruas em alta velocidade com as sirenes ligadas, batiam com cassetetes de madeira, repeliam a multidão com extintores de incêndio.

O saldo deixado pelos saques foi significativo: dezenas de detidos e feridos, lojas, padarias, bares, açougues e seis supermercados saqueados, carros e telefones públicos destruídos.

Se os ânimos estavam acalmados, a tensão permanecia: uma nova manifestação estava marcada para a manhã do dia seguinte, nos mesmos horário e local onde tudo começara.

Durante a madrugada, houve novas tentativas de saques e depredações nos bairros periféricos da zona sul. Viaturas foram então enviadas ao local impedindo a

ação dos manifestantes que haviam colocado um poste no meio da rua para impedir o acesso da polícia. Os poucos oficiais, que permaneceram na região durante toda a noite, recebiam chamados provenientes de diferentes locais.

No Largo 13 de Maio, o dia amanheceu sob um ostensivo policiamento: viaturas da Tático Móvel, Radiopatrulhas e dezenas de soldados do Batalhão da Tropa de Choque.

Ainda no início da manhã, coordenadores do evento e algumas lideranças — Jamil Murad (Sindicato dos Médicos), Antonio Emídio (Sindicato dos Químicos), Clara Ant (Sindicato dos Arquitetos), representantes da UNE (União Nacional dos Estudantes), da UEE (União Estadual dos Estudantes), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, da Federação Paulista dos Servidores Públicos, do Sindicato dos Bancários, da Pró-CUT (Pró-Central Única dos Trabalhadores) e do Comitê de Luta Contra o Desemprego — iniciaram o comício comunicando algumas conquistas do dia anterior como a concessão do Plenarinho da Assembleia Legislativa para reuniões e a presença dos deputados Aurélio Peres (PMDB), Paulo Frateschi (PT) e Antonio Resk (PMDB) e de alguns vereadores.

Centenas de pessoas se concentraram em torno dos oradores. Algumas moças distribuíam o manifesto "Ao Povo Paulista"[36] quando surgiu um plaqueiro, portando um cartaz que anunciava vagas para auxiliares de escritório e mensageiros. Um grupo cercou o homem, iniciando um tumulto. Na confusão, os manifestantes avançaram em direção à farmácia Nossa Senhora Aparecida que só não foi saqueada por causa da intervenção da polícia. Aos poucos a situação se normalizou.

O carro de som dirigiu-se para a Avenida Adolfo Pinheiro, entoando palavras de ordem. Cerca de mil manifestantes deixaram, então, o Largo 13 de Maio rumo ao Palácio dos Bandeirantes.

No trajeto, apesar dos apelos dos oradores para que não houvesse violência alguma e da faixa com a inscrição "Não quebre nada", grupos se desprendiam da multidão apedrejando estabelecimentos comerciais[37], saqueando[38], destruindo

[36] O manifesto tratava da recessão política e, simultaneamente, convocava os trabalhadores a aderirem ao Movimento dos Desempregados.
[37] Entre eles, foram atingidas a loja da Varig e a agência do Banco Comind.

luminosos, placas[39] e carros, agredindo transeuntes[40] ou aqueles que espiavam pelas janelas, invadindo os quintais das casas para tomarem água, disseminando terror entre a população. Frente às agressões, os policiais se adiantaram à passeata, formando cordões de isolamento diante das lojas e supermercados.

No final da manhã, aproximadamente três mil pessoas, depois de oito quilômetros de caminhada, chegaram aos portões do Palácio dos Bandeirantes. Após discussões sobre invadir ou não a sede do governo, os manifestantes concordaram em formar uma comissão para dialogar com o governador Montoro. Enquanto aguardavam o possível encontro, sem palavras de ordem ou incitações, a multidão desceu em direção ao portão das autoridades. Do jardim a guarda acompanhava a movimentação. Na tentativa de afastar a concentração dos portões do Palácio, um caminhão do corpo de bombeiros trazendo água estacionou na praça Vinicius de Moraes — um grupo dirigiu-se ao carro, outro invadiu os quintais das casas em busca de água. Nesse momento, alguns manifestantes começaram a balançar e derrubar os gradis que cercavam o jardim. A Tropa de Choque reagiu com violência, jogando bombas de gás e agredindo com cassetetes de madeira.[41]

No início da tarde, a comissão dos desempregados foi recebida pelo governador Franco Montoro, acompanhado dos secretários do Trabalho, Almir Pazzianoto, e de Assuntos Políticos, Marco Antonio Castelo Branco.[42]

Na zona sul, o clima continuava tenso. Nos bairros da periferia, a onda de saques e quebra-quebras recomeçara no meio da manhã. No Largo 13 de Maio, os manifestantes que não seguiram a passeata, permaneciam sentados nas escadarias da igreja da Matriz sob a vigilância do 1º Batalhão. Num dado momento, um grupo se distanciou da concentração e interrompeu o tráfego da Avenida Adolfo Pinheiro iniciando um efêmero, porém intenso, confronto com a polícia.

Na praça Floriano Peixoto, uma multidão permanecia esperando a comissão que estava dialogando com o governador. Na tentativa de ganhar tempo, oradores

---

[38] O supermercado Peg-Pag, localizado na Avenida João Dias, foi saqueado e depredado.
[39] A placa "Precisa-se" da empresa Balila S.A. foi arrancada e destruída.
[40] Duas faxineiras que carregavam sacolas foram detidas por um grupo de jovens que lhes tiraram as mercadorias.
[41] Entre os manifestantes agredidos estavam os deputados José Genuíno (PT) e Paulo Frateschi (PT), que na correria escorregou e caiu.
[42] Os diálogos estabelecidos nesse encontro serão analisados ao longo do trabalho.

se intercalavam fazendo apelos para que não houvesse violência. Contudo, um outro grupo conseguiu passar pelo cordão de isolamento e iniciou novos tumultos e confrontos com a polícia que, mais uma vez, agrediu indiscriminadamente, provocando protestos entre os que assistiam das janelas dos prédios.

Com a chuva que caiu no meio da tarde os ânimos acalmaram. Porém, logo depois, os manifestantes abrigados embaixo das marquises, cansados de esperar pela comissão, voltaram a fazer ameaças. Novamente, houve reação da polícia. No final da tarde, a situação finalmente parecia sob controle, com a circulação normal dos ônibus no Largo 13 de Maio.

Diferentemente do dia anterior, as ondas de saques espraiaram para a região central. O boato de que vários desempregados estavam chegando ao Parque D. Pedro fez com que alguns lojistas fechassem as portas. A primeira loja a ser saqueada foi Casas Buri, localizada na rua Direita. A partir de então, centenas de pessoas saquearam lojas de roupas, de calçados, de discos, de eletrodomésticos, joalherias, bancas de ambulantes e de vendedores de bilhetes de loteria, localizadas nas ruas próximas ao Pátio do Colégio e às praças do Patriarca, da República e da Sé.

Sem número suficiente de soldados para enfrentar a multidão, estimada em 2.000 pessoas, a polícia limitou-se, num primeiro momento, a intimidar pela presença: passava pelas ruas em alta velocidade, com as sirenes dos carros ligadas, dispersando as pessoas. Porém, assim que as viaturas se distanciavam, os manifestantes voltavam a agir. Já no começo da noite, os soldados da Tropa de Choque passaram a atirar bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral e a usar com violência os cassetetes de madeira. Apavorados, os manifestantes procuraram abrigo na estação Sé do metrô que, frente à invasão, teve suas portas fechadas no final da tarde.

À noite, em cadeia estadual de rádio e televisão, o governador Franco Montoro fez um pronunciamento, alertando para as consequências políticas de tais eventos, apontando para a presença de infiltrados, prometendo medidas

emergências que gerariam novos empregos e dizendo que a situação estava sob controle.[43]

Os números divulgados pelas delegacias revelam a intensidade das ocorrências ao longo daquele dia: 360 detidos, sendo 300 em Santo Amaro (11º DP) e 60 na região Central (1º DP).

No dia seis de abril, os distúrbios continuaram, porém com menor frequência e intensidade. Os conflitos mais acirrados ocorreram nas proximidades da praça da Sé. Durante cinco horas, centenas de pessoas enfrentaram os soldados da Tropa de Choque e a chuva que caía. Com um contingente maior nas ruas e o uso indiscriminado da violência, a polícia conseguiu manter o controle da situação. No Largo 13 de Maio, estudantes foram detidos enquanto distribuíam panfletos convocando uma greve geral.

Ainda nesse dia, uma nova portaria publicada no Diário Oficial do Estado proibia a realização de reuniões a céu aberto sem aviso prévio à Polícia. A assembleia dos desempregados convocada pela Comissão Sindical Pró-CUT, nas dependências da Câmara Municipal, foi cancelada ante a negativa do presidente da Casa, Brasil Vita, em conceder o espaço para o evento.

Enfim, os saques, ocorridos no início de abril de 1983, alteraram a rotina da metrópole paulista: com o comércio e bancos fechados, os dias úteis pareciam feriados; as praças antes ocupadas por idosos, crianças ou transeuntes apressados transformaram-se em campos de batalha; diretores de escolas, receosos com a violência, suspenderam as aulas; fiéis foram convidados a se retirarem da Igreja Monte Serrat (Pinheiros), para garantir a segurança do templo; em momentos de tensões, estações centrais do metrô foram franqueadas.

Contudo, no dia 7 de abril, apesar dos boatos e da tensão, não houve grandes tumultos e confrontos com a polícia. A situação parecia, enfim, voltar ao normal, ou melhor, a uma suposta normalidade.

O relato acerca das deflagrações ocorridas nos dias 5, 6 e 7 permite vislumbrar a intensidade e dimensão adquirida por esses acontecimentos. Entretanto, ao resgatá-los a partir dos noticiários, deparou-se com situações que

[43] O teor do pronunciamento será analisado no capítulo 2.

permitem identificar e entender algumas das estratégias comumente utilizadas pela imprensa na construção dos fatos e da realidade, revelando assim, uma vez mais, as limitações desse conjunto documental.

Nesse sentido, chamou a atenção a abordagem fragmentada dos acontecimentos. Essa fragmentação foi verificada de duas formas diferentes: na disposição das reportagens e no conteúdo das mesmas. Na edição do dia 5 de abril, a Folha de S.Paulo veiculou as seguintes matérias:

MANCHETE	**TEOR DA REPORTAGEM**
Falta condução, Santo Amaro pára.	saques e a reação da polícia no período da tarde.
Até manequins de loja são levados	saques, a reação da polícia e a presença de lideranças no Largo 13 de Maio no período da tarde.
Organizadores alegam descontrole	início das deflagrações e das manifestações com a presença de lideranças no período da manhã.
À noite, mais saques e um popular baleado	saques na periferia da zona sul de Santo Amaro no período da noite.
Grupo de 330 vai até á Assembléia Legislativa	ida dos manifestantes à Assembleia Legislativa e as conversas estabelecidas com os deputados no período da tarde.
Manifestantes tentaram invadir uma delegacia	tentativa de invasão da delegacia e a mediação de políticos para libertar os detidos, no final da tarde.
Tropa da PM chega e é vaiada	saques na periferia da zona sul de Santo Amaro no período da noite.
“Meu Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?”	saques na periferia da zona sul de Santo Amaro no período da noite.

O desdobramento dos acontecimentos em várias matérias além de apresentar o fato de forma descontínua, possibilitou a omissão de algumas informações e a ênfase de outras. Tal assertiva é perceptível em duas situações.

A ida dos manifestantes à Assembleia Legislativa, por exemplo, foi exposta de forma desconectada das manifestações. Embora encontremos referências à passeata na reportagem que relata o início das deflagrações, em momento algum foi esclarecido o objetivo/destino dessas ou se fez menção à casa legislativa. Assim, tem-se a informação de que um grupo de manifestantes foi à Assembleia, ocupou o Plenarinho e dialogou com parlamentares, porém nada se sabe sobre a origem, o percurso e os fatores motivadores da passeata.

A fragmentação do acontecimento permite igualmente o seu deslocamento do contexto em que está inserido. Ao invés da matéria referente à ida dos manifestantes à Assembleia Legislativa ser colocada próxima à reportagem que tratava dos momentos iniciais das deflagrações, posto que essa passeata é um dos desdobramentos do movimento contra o desemprego que acontecia no Largo 13 de Maio, ela encontra-se em outra página entre as reportagens sobre os saques e quebra-quebras ocorridos na periferia da zona sul de Santo Amaro.

Tais estratégias — ausência de informações prévias sobre o fato e deslocamento da matéria — não só descontextualizaram o acontecimento, retirando dele os seus significados reais, como também destacaram informações de menor relevância para o entendimento do fato em si. É o que se pode observar no primeiro parágrafo da reportagem em questão — "Grupo de 300 vai até a Assembleia Legislativa":

> *Depois de tentarem entrar à força no prédao da Assembléia Legislativa, sendo retidos pela segurança, no início da tarde de ontem, aproximadamente 300 manifestantes contra o desemprego,`vindos de Santo Amaro, foram ouvidos do lado de fora pelo deputado Vanderlei Macris, do PMDB, e introduzidos no "plenarinho" para se encontrarem com deputados da liderança de diversos partidos&*[44]

[44] GRUPO de 300 vai até a Assembléia Legislativa. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 14.

É significativa a ênfase dada à impetuosidade dos manifestantes, principalmente se considerarmos que, ao longo da reportagem, em momento algum foram expostas as razões que levaram trezentas pessoas até à Assembleia Legislativa, o significado dessa decisão e as expectativas dos manifestantes ao procurarem os parlamentares.

Outro aspecto verificado no conjunto de reportagens acerca das deflagrações é a fragmentação de um mesmo acontecimento em diferentes matérias. As reportagens ”À noite, mais saques e um popular baleado”, “Tropa da PM chega e é vaiada” e “Meu Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?” tratarae dos saques e quebra-quebras e$do enfrentamento entre manifestantes e soldados na periferia da zona sul de São Paulo na noite de segunda-feira. Ainda que, aparentemente, as três matérias tenham enfoques diferenciados — o ferimento de um popular, a dúvida colocada pela mulher e a reação à presença do policiamento — todas relatam os mesmos acontecimentos: os saques e depredações de estabelecimentos comerciais nas proximidades do Jardim São Luis. Assim, algumas informações tornaram-se repetitivas, ampliando a intensidade das ações empreendidas pelos manifestantes:

> *As novas depredações começaram após as 18 horas, quando um grupo de pessoas, em sua maioria formado por menores, invadiu dois supermercados localizados na rua Geraldo Fraga de Oliveira. Apesar de os proprietários dos estabelecimentos tentarem proteger-se, cerrando imediatamente as portas, a multidão não se intimidou. Utilizando pedras e pedaços de pau, as portas foram arrombadas e os supermercados invadidos e saqueados. Nem mesmo os guardas de segurança que revidaram as agressões a tiros (para cima) conseguiram evitar as depredações.*[45]

> *“Meu Deus, cadê o dono daí? A gente pode pegar tudo, desse jeito?” Essas perguntas eram feitas por uma mulher — cerca de 30 anos, grávida, descalça, cabelos escorridos e vestido roto — que*

[45] À NOITE, mais saques e um popular baleado. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.

empurrada por uma multidão, entrava no supermercado Novo Box, na rua Geraldo Fraga de Oliveira, no Jardim São Luis. O Saque começou por volta das 18 horas e, 10 minutos depois, pouco restava das prateleiras, gôndolas e caixas.[46]

Descendo pela avenida Diocleciano de Oliveira Lima, em direção ao Jardim Ângela, os policiais vão parando. O açougue, no nº 459, e a padaria vizinha, a "Flor do Jardim", já haviam sido saqueadas. Mais à frente, um flagrante. Na esquina da rua Ernesto Lobo Mesquita, no Jardim Vaz de Lima três pessoas ainda tentavam levar o que restava do magazine Kassim.[47]

Assim, ainda que as reportagens façam referência a endereços, estabelecimentos e bairros diversos, o teor das matérias é o mesmo: a ação dos manafestantes na periferia de Santo Amaro. Por outro lado, aspectos importantes da realidade e do fato foram omitidos**.** Em outras palavras, percebe-se uma valorização das ações dos manifestantes em detrimento do contexto em que essas estavam inseridas. Tal constatação nos remete ao que Perseu Abramo chamou de "inversão da opinião pela informação". Em suas palavras,

> essa inversão é operada pela negação, total ou quase total, da distinção entre juízo de valor e juízo de realidade. [...] O fato é apresentado ao leitor arbitrariamente escolhido dentro da realidade, fragmentado no seu interior, com seus aspectos correspondentes selecionados e descontextualizados, reordenados invertidamente quanto a sua relevância, seu papel e seu significado, e, ainda mais tendo suas partes reais substituídas por versões opiniáticas dessa mesma realidade.[48]

---

[46] "MEU Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?" *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr 1983, p. 14.
[47] TROPA da PM chega e é vaiada. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 14.
[48] ABRAMO, Perseu. Op. cit., pp. 31-2.

Nesse sentido, parece exemplar a reportagem sobre a hesitação da mulher frente aos saques. Após relatar a "fúria da multidão" no interior do estabelecimento totalmente saqueado e depredado, a reportagem finda o caso da seguinte maneira:

> *A mulher grávida pareceu ainda esperar um minuto pela resposta às suas perguntas, tão insólitas quanto a cena da qual participara. Depois, decidiu-se: "Todo mundo tá pegando, eu também vou pegar." E partiu correndo para o que restava de uma pilha de sacos de arroz. Quis apanhar algumas latas de conserva caídas atrás de uma prateleira, mas seus braços já estavam ocupados com três sacos de arroz de 5 quilos cada. Saiu correndo, prometendo voltar "se a polícia não chegar".*[49]

É evidente a crise moral vivenciada pela mulher, indicando que tais ações não eram habituais. Para compreender o significado das suas dúvidas bem como da sua decisão de saquear seria preciso conhecer não somente a realidade socioeconômica dos moradores da periferia como também os preceitos morais vigentes entre eles. Vistos sob essa perspectiva, os saques adquiririam um caráter de justiça frente ao desemprego e a fome que afligia grande parte da população, demonstrando dessa forma a permanência de tradições populares, norteadas pela noção da "economia moral"[50]. De acordo com Thompson,

> as profundas emoções despertadas pelo dasabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades [nas] crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso "moral" particular ao protesto.[51]

---

[49] "MEU Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?" *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr 1983, p. 14.

[50] Tomamos como referência os pressupostos de Thompson desenvolvidos nos estudos sobre os protestos populares ocorridos na Inglaterra no século XVIII. THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 57-81; THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-266.

[51] THOMPSON, Edward. P. Op. cit., 1998, p. 257.

Contudo, o recorte feito pelo jornalista-repórter, enfatizando os aspectos hilários da situação e omitindo informações relevantes para a compreensão do contexto em que estava inserida, além de ressaltar a "violência" das deflagrações, deu a elas um sentido de prática cotidiana. Ou seja, mulher opta pelo saque pelo simples fato de fazer parte dessa "horda" que habita as periferias de São Paulo.

Enfim, o "padrão de fragmentação" aliado ao "padrão de ocultação"[52] tende a apresentar uma realidade descontínua e desconexa, distorcendo e/ou criando uma outra realidade. Pode-se inferir, entretanto, que tais procedimentos não ocorrem ao acaso, são deliberados e atendem aos interesses e ao projeto dos órgãos de imprensa em que são veiculados.

Ao longo das leituras do conjunto documental sobre as irrupções deflagradas em São Paulo, um outro aspecto chamou a atenção: a dramaticidade das narrativas. A reportagem referente à concentração dos desempregados na manhã do dia 5 de abril em Santo Amaro dá uma ideia do estilo adotado pela imprensa.

> *Eram precisamente 9 horas quando, curioso, o velho plaqueiro aproximou-se do comício contra o desemprego no largo 13 de Maio, portando seu grande cartaz anunciando vagas de auxiliar de escritório e de mensageiro. Os dizeres do anúncio foram considerados uma provocação por alguns manifestantes, que o cercaram, e bastou o movimento repentino para que, enquanto o velho fugia, o grupo deixasse de prestar atenção aos oradores e avançasse sem alvo, transformando-se numa multidão saqueadora que ameaçava invadir a farmácia Nossa Senhora Aparecida. E saques, a polícia tinha ordem de impedir.*
>
> *Em alguns segundos, 40 policiais com grandes cassetetes concentraram-se diante da farmácia, formando um cordão de*

[52] Perseu Abramo identificou a existência de quatro padrões de manipulação comumente utilizados pela imprensa escrita de forma simultânea e combinada. São eles: 1. padrão de ocultação; 2. padrão de fragmentação; 3. padrão da inversão (da relevância dos aspectos, da forma pelo conteúdo, da versão pelo fato; da opinião pela informação); padrão de indução. ABRAMO, Perseu. Op. cit., pp. 24-37.

isolamento contra o qual a multidão bateu e voltou, passando a xingar, a gritar e a lançar a pouca munição que tinha à mão: restos de caixas, pedaços de frutas, latas vazias e uma única pedra que bateu na porta de ferro da farmácia e caiu. Foi preciso tempo e a intervenção do deputado Paulo Vinicius, além de muitos gritos do capitão Nóbrega, para conter sua tropa, para que a situação voltasse ao que ontem, era considerado normal no centro de Santo Amaro. [53]

Em outra reportagem sobre os saques na periferia da zona sul pode-se identificar elementos discursivos semelhantes:

Os jardins, vilas e parques da região de Santo Amaro viveram a madrugada de ontem em clima de medo e expectativa. Nas janelas das casas, curiosos permaneciam à espera de novos ataques; nas portas dos estabelecimentos comerciais os proprietários montavam vigília — alguns deles armados de revólveres — protegendo o patrimônio; nas vielas e becos escuros grupos de saqueadores armados com paus e pedras esperavam a oportunidade para novas invasões; nas esquinas pessoas se juntavam com medo de ir para casa; nas ruas poucas viaturas da Polícia Militar faziam a ronda e os policiais nada podiam fazer além de reconhecer que "a revolta é incontrolável" e esperar "um dia de muitos saques pela frente".[54]

À primeira vista, as descrições aqui expostas mais parecem narrativas literárias. Tal percepção é reforçada por alguns elementos recorrentes nos textos: expressões efusivas, caracterizações detalhadas das ações e dos sujeitos nelas envolvidos e adjetivações indicando os humores tanto dos manifestantes como dos populares. Os relatos, de modo geral, permitem compor a seguinte cena: de um lado "a multidão saqueadora" promovendo uma verdadeira guerra — ideia

[53] DEPOIS do Comício, a passeata. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 11.
[54] DE MADRUGADA, o medo nas vilas da Zona Sul. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.11.

enfatizada em expressões como “alvo”, “munição”, “novos ataques” e “armados” — e do outro a população curiosa, alerta e temerosa.

Parafraseando Chauí, pode-se inferir que um dos malefícios proporcionados pela imprensa é a banalização dos acontecimentos e a conversão da realidade à condição de espetáculo[55]. Embora, Chauí se atenha mais detidamente às “encenações” televisivas, pode-se verificar que conversão semelhante ocorreu com os saques e quebra-quebras nos textos jornalísticos impressos. Ao reduzir as deflagrações a grandes espetáculos, verificou-se, simultaneamente, o esvaziamento das significações das manifestações e o distanciamento entre o sujeito-manifestante e o sujeito-leitor. Tal distanciamento tende a inibir a possibilidade do segundo se identificar com o primeiro, apoiando-o ou, até mesmo, aderindo às manifestações.[56]

Enfim, as considerações acerca das características dos textos jornalísticos não deixam dúvidas quanto ao grau de comprometimento das informações presentes nas reportagens. Entretanto, a identificação e análise dessas peculiaridades foram reveladoras na medida em que permitiram compreender como se deu a construção da representação dos saques e quebra-quebras na grande imprensa paulista, bem como, os interesses e objetivos que motivaram as manipulações das informações e dos fatos.

---

[55] Chauí em suas análises sobre a produção do simulacro afirma que “para muitos, o maior malefício trazido à cultura pelos meios de comunicação de massa tem sido a banalização cultural e a redução da realidade à mera condição de espetáculo.” CHAUÍ, Marilena. Op. cit., p. 14.

[56] Nesse sentido, consideramos elucidativa a afirmação de Maurice Blanchot: “a prática é substituída pelo pseudoconhecimento, pelo olhar irresponsável, por uma contemplação superficial, despreocupada e satisfeita. O mundo vira espetáculo do espetáculo da comunicação. O homem, bem protegido entre quatro paredes de sua casa e de sua existência familiar, deixa que o mundo venha a ele, sem perigo, certo de que não vai mudar porque vê e ouve. A despolitização está ligada a este movimento.” In: BLANCHOT, Maurice. *L’entrétien infin.* Paris, Gallimard, 1978, p. *358* apud CHAUÍ, Marilena. Op. cit., p. 34.

1.2. O sentido da ação

Fonte: JAGUAR. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 49.

As caracterizações e adjetivações dos saques e quebra-quebras presentes nas reportagens veiculadas nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* permitiram entrever as significações atribuídas às manifestações.

Ainda que, em diversos momentos, esses acontecimentos tenham sido denominados como manifestações, em geral, tais designações foram utilizadas nas situações em que era possível identificar uma certa organização como nos relatos referentes às concentrações dos desempregados no Largo 13 de Maio ou nos portões do Palácio dos Bandeirantes. Contudo, nas descrições sobre os saques e quebra-quebras, observamos uma maior incidência das denominações tumultos e distúrbios.

Ao se buscar as acepções desses vocábulos, verificou-se que ambos, entre outros significados, respectivamente significam desordem e perturbação da ordem. Logo, se por um lado o movimento contra o desemprego e a carestia foi tratado como manifestação, as ações diretas dos manifestantes foram vistas e divulgadas como uma ameaça à ordem estabelecida.

Declarações de populares ou funcionários/proprietários dos estabelecimentos atingidos — essas evidentemente frutos da seleção arbitrária do jornalista-repórter ou dos editores do jornal — e expressões pejorativas nas

alusões às manifestações contribuíram para compor o cenário de desordem e caos engendrado pelos saques e quebra-quebras.

Nesse sentido, o depoimento do funcionário do Mini Box parece bastante emblemático:

> *Primeiro, entraram três garotos. Passaram a mão em uns sacos de arroz e de farinha, numas panelas de pressão que estavam perto dos caixas e saíram correndo. Quando a gente ainda estava meio assustado, querendo correr atrás dos garotos, veio aquela multidão. Eram mais de 300 pessoas. Não deu para controlar nada. Eles foram derrubando e quebrando tudo que não podiam carregar. [...] Foi um susto incrível, parecia o estouro de uma boiada. Quando a polícia chegou, uns 20 minutos depois, metade do supermercado já tinha ido embora.*[57]

O fiscal de segurança do supermercado Ao Barateiro expôs a situação de forma semelhante:

> *Foi uma loucura. Centenas de pessoas saíram do supermercado carregando nas costas peças de pernil, coxão mole, coxão duro, acém, lingüiça, salsicha e salame. [...] Homens, mulheres e crianças, depois de arrombar a porta de alumínio e quebrar todos os vidros do supermercado, entraram correndo, derrubando tudo das prateleiras e xingando o Maluf e o Delfim.*[58]

Nos dois exemplos observa-se a ênfase à "fúria da multidão" — comparada, no primeiro caso, ao "estouro de uma boiada" — que destrói tudo o que encontra a sua frente. Não há dúvidas de que manifestações desse tipo tendem a gerar o caos e a disseminar o medo. Porém, os saques e quebra-quebras têm um significado que transcende a ação em si. Ou seja, o caos e o terror por eles disseminados

---

[57] "MEU Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?" *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 14.
[58] O SAQUE, "uma loucura". *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.

adquirem o caráter de discurso: o discurso da ação. Os estudos de Rudé, Thompson e Hobsbawm[59] acerca dos motins deflagrados na Europa dos séculos XVIII ao XX revelaram a eficiência dessas ações diretas — saques, depredações e práticas incendiárias.

Embora resultassem em repressões violentas e punições severas, quase sempre os manifestantes mobilizavam as atenções das autoridades e tinham suas reivindicações atendidas, mesmo que parcialmente e/ou por um curto espaço de tempo. Contudo, as reportagens, ao se limitarem aos relatos dos acontecimentos sob a perspectiva do "saqueado", enfatizando a violência das ações empreendidas pelos manifestantes, subtraíram os verdadeiros sentidos e significados de tais ações.

Outro aspecto que contribuiu sobremaneira para a desqualificação das manifestações foi o emprego de expressões e terminologias depreciativas ao referenciá-las. Nesse sentido, chamaram a atenção as caracterizações dos saques e quebra-quebras em algumas reportagens:

> *Uma manifestação contra o desemprego [...] acabou transformando-se ontem em tumulto com graves conseqüências para a cidade, pois a polícia praticamente se omitiu no começo dos distúrbios e isso estimulou os atos de vandalismo [...].*[60]

> *Foi um dia de pavor para a cidade, pior do que anteontem: e tudo começou da mesma maneira, numa passeata de desempregados de Santo Amaro que se transformou em baderna, saques, uma incrível violência e até destruição da cerca e invasão do Palácio dos Bandeirantes.*[61]

---

[59] Refiro-me em especial às seguintes obras: RUDÉ, George. *A multidão na História. Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848.* Rio de Janeiro: Campus, 1991; THOMPSON, Edward P. Op. cit., 1987, pp. 57 à 81; HOBSBAWM, Eric. J. *Rebeldes primitivos. Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970, pp. 112 à 128.

[60] UM dia de tumulto e omissão policial. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 42.

[61] CIDADE amedrontada, Palácio invadido. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.1.

> *Quando a desordem parecia começar no Jardim Ibirapuera, a polícia conseguiu evitar os saques, mas voltou ao largo 13 de Maio, para onde um grande número de pessoas havia voltado [...].*[62]

As terminologias empregadas pelos jornalistas-repórteres ao se referirem aos acontecimentos ocorridos com o protesto dos populares — "atos de vandalismo", "baderna" e "desordem" — atingiam simultaneamente dois propósitos: classificá-las como atentados à ordem pública e desqualificá-las como movimentos de protesto reivindicatório.

Paradoxalmente, os materiais jornalísticos revelaram-se fontes valiosas para a compreensão das irrupções sociais deflagradas em São Paulo e das circunstâncias em que essas ocorreram. Ou seja, se por um lado as reportagens, artigos e editoriais tal qual o espelho deformado distorceram a realidade, omitindo, desfocando e deslocando informações, por outro não só permitiram entrever o "objeto" refletido como também o contexto em que esse estava inserido.

As ações, palavras-de-ordem e declarações de populares e manifestantes, mesmo que deliberadamente fragmentadas, recortadas e deslocadas, revelaram a conjuntura econômica, social e política daquele período, fornecendo indícios sobre as razões, a dinâmica e o significado dos saques e quebra-quebras irrompidos em abril de 1983.

Contudo, para que se pudesse compreender o sentido e o significado das ações empreendidas pelos manifestantes foi preciso não só identificar e transpor os obstáculos e as armadilhas impostas por esse tipo de fonte como também decompor as manifestações, buscando entender as contradições, as diversidades, as motivações e significações nelas presentes. Para tanto, tomamos como referência a sugestão de Rudé em seus estudos sobre os movimentos populares na França nos séculos XVIII e XIX:

> devemos tentar, desde o começo, situar o fato do qual a multidão participa em seu contexto histórico adequado — pois, sem

[62] VOLTAM os saques; a polícia usa a força. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.12.

> isso, como esperar ir além dos estereótipos e investigar a perspectiva, os objetivos e o comportamento da multidão?[63]

A bibliografia acerca das insurgências urbanas na história do Brasil contribuiu sobremaneira para o entendimento desse tipo de manifestação[64]. Embora tais trabalhos revelem a recorrência das ações diretas como forma de protesto e luta popular, observamos que os saques não foram práticas comuns e que grande parte das irrupções resumiu-se a quebra-quebras de bondes, trens, barcas e ônibus.

Alguns trabalhos sobre as depredações dos transportes públicos orientaram nossas leituras e análises, visto que tais manifestações, embora apresentassem motivações e práticas diversas, ocorreram em condições históricas semelhantes a dos distúrbios deflagrados em abril de 1983, ou seja, de grande penúria econômica e social.

José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Elier, em seus estudos sobre a dinâmica dos quebra-quebras de trens entre os anos de 1974 e 1976, no Rio de Janeiro e em São Paulo, salientaram o significado de tais ações:

> para essas massas suburbanas, que vivem na franja da subsistência e que não dispõem de qualquer canal próprio de reivindicação e pressão, através do qual pudessem agir coletivamente a respeito de suas condições de vida, qualquer fator que venha agudizar as suas condições de reprodução constitui o estopim para a ação direta e violenta.[65]

---

[63] RUDÉ, George. Op. cit., p. 9.

[64] Sobre os saques e quebra-quebras deflagrados no Brasil ver: GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.* São Paulo: Loyola, 1995; NUNES, Edison. Inventário dos Quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981. In: MOISÉS, José Álvaro et alli. *Cidade, povo e poder.* 2ª ed., Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, v. 5, 1981; MUNHOZ, Sidney José. Op. cit., pp. 26-32.

[65] MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou 'Patrão o trem atrasou'. In: MOISÉS, José Álvaro et alli. *Contradições urbanas e movimentos sociais.* 3ª ed.; Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, vol. 1, 1978.

O significado e o sentido dos saques deflagrados em abril de 1983 pode ser verificado no discurso proferido pelo pintor industrial Sebastião Santos, desempregado havia três anos, a um pequeno grupo de pessoas no centro de Santo Amaro:

> *Enquanto não quebrar tudo, eles não acreditam. Nem quebrando, eles ouvem a gente. Não adianta mandar a polícia. Tem que abrir serviço. Quando aparece um emprego, querem me pagar o que ganhava em 80. Não dá.*[66]

Ao afirmar que somente quebrando o trabalhador seria ouvido, Sebastião indicava que outras formas de ação já experimentadas não haviam funcionado. Não podemos nos esquecer que estava em curso o Movimento contra o Desemprego e a Carestia, mas que, até aquele momento, nada de concreto havia conseguido.

Outra questão a ser considerada é que o desempregado, dada a sua condição, não podia contar nem mesmo com o sindicato[67]. Logo, na ausência de canais tradicionais pelos quais pudesse se fazer ouvir e representar, a ação direta adquiria o sentido do discurso da ação. E este representava um protesto veemente contra a situação de abandono e de exclusão da classe trabalhadora. Ao abordar os quebra-quebras de trens em 1947, Moisés assim definiu essas insurreições:

> em que pese toda a espontaneidade presente nessas ações, a grande questão que se colocava (e se coloca até hoje), para quem quer que estivesse interessado na sorte das classes populares, é a de alguma alternativa político-organizatória que servisse, por um lado, para afirmar os direitos que as próprias massas — pela sua ação — reconheciam serem seus; e, por outro, que garantisse a

[66] ORGANIZADORES alegam descontrole. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.
[67] MUNHOZ, Sidney José. Op. cit., p. 17.

continuidade de sua capacidade de intervir em certos problemas que consideravam do seu interesse.[68]

É curioso observar que o discurso de Sebastião revela uma certa consciência do poder da ação direta. É possível que experiências recentes e, provavelmente, vivas na memória popular, indicassem a eficácia dessas práticas. Em 1979, face aos quebra-quebras de trens no Rio de Janeiro e em São Paulo, o ministro dos Transportes anunciou medidas emergenciais, entre as quais, a aquisição de novos trens.[69] O fato é que — no caso dos saques de abril — verificamos uma ampla mobilização dos diferentes setores sociais e políticos em torno da questão do desemprego[70], revelando assim a potencialidade contida nas ações diretas.

A visibilidade adquirida pelos saques e quebra-quebras de abril de 1983 deve-se em grande medida à pertinência justamente a esse elemento detonador: o desemprego. Isso não significa que houve, da parte dos manifestantes, uma eleição prévia e calculada desse componente deflagrador. Esse, contudo, se mostrou bastante eficaz, posto que a luta por emprego não só justificava como também legitimava as ações dos manifestantes. Dessa forma, ainda que grande parte da sociedade contestasse o grau de violência empreendido pelos manifestantes, frente à urgência da reivindicação — emprego/trabalho — essa mesma parcela veio a público denunciar a recessão e/ou propor medidas emergenciais para amenizar a crise de desemprego.[71]

---

[68] MOISÉS, José Álvaro. Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947. In:_____et alli. Op. cit., 1981, p. 62.
[69] NUNES, Edson. Op. cit., pp. 100 e 103.
[70] As medidas emergenciais bem como as mobilizações das autoridades políticas e da sociedade civil em torno da questão do desemprego serão analisadas nos Capítulos 2 e 3.
[71] O trabalho de Valladares sobre os quebra-quebras nos canteiros de obras do metrô do Rio de Janeiro, nos anos de 1977 e 1978, além de mostrar que as motivações dos distúrbios iam muito além da causa deflagradora, no caso, a falta e qualidade da alimentação fornecida pelas empresas concessionárias, também revela a importância do estopim — elemento detonador — para a visibilidade e legitimidade dos protestos: "revoltados com suas condições de trabalho e de sobrevivência dentro dos canteiros, os operários centraram na questão da alimentação sua ação de protesto. Não casualmente. Este era um item de fácil visibilidade sendo capaz de sensibilizar a própria Companhia Metropolitana, a Delegacia Regional do Trabalho, a imprensa e a opinião pública: era por outro lado, um elemento de grande poder catalisador no próprio seio da massa trabalhadora que não podia, evidentemente, trabalhar de barriga vazia ou mal alimentada."

Alguns slogans proferidos pelos manifestantes não deixaram dúvida quanto ao teor dos acontecimentos: *"Temos fome, temos fome"*[72]*; "Violência não, emprego sim"*[73]*; "Abaixo Figueiredo, queremos emprego".*[74]

Como podemos observar, as palavras de ordem pronunciadas pela multidão que ocupou as ruas de São Paulo apontavam o desemprego e consequentemente a fome como elementos motivadores das insurreições populares. A pertinência das reivindicações era inquestionável.

São Paulo, que outrora despontara como epicentro do *boom* econômico[75], com concentração maciça de mão-de-obra, ressentiu-se da profunda crise econômica verificada entre os anos de 1981 e 1983. Porém, foi a classe trabalhadora, mais do que qualquer outro setor social, que sentiu na pele e no estômago as consequências da desaceleração econômica, aprofundada em 1979.

O desemprego que vinha se acentuando, nos três últimos anos, atingiu números alarmantes no início de 1983. Segundo o DIEESE, na região metropolitana de São Paulo, o número de pessoas ocupadas passou de 5.718.173 para 5.287.079, ou seja, 431.094 trabalhadores, num prazo de seis meses, perderam o emprego sem grandes perspectivas de reinserção no mercado de trabalho.[76]

A associação entre desemprego e fome era inevitável. Durante os saques à mercearia Xavier, localizada na periferia da zona sul, a polícia prendeu doze pessoas, entre elas uma mulher e duas meninas. Um dos detidos, o mecânico José

VALLADARES, Lícia do P. Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: MOISÉS, José A. et alli. Op. cit.,1981, p.89.

[72] À NOITE, mais saques e um popular baleado. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.

[73] ATÉ manequins de loja são levados. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.

[74] POLÍCIA ocupa Sé e impede aglomeração. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 13.

[75] Alguns dados apresentados por Kowarick indicam a importância econômica da metrópole paulista no contexto nacional. De acordo com o autor, no final da década de 1970, São Paulo reunia "36% do pessoal ocupado no parque manufatureiro do país, 46% do total dos salários, 40% do valor de transformação industrial dos investimentos de capital na indústria, concentrando-se 70% do valor de transformação dos ramos de material de transportes e elétrico, 60% dos produtos farmacêuticos e plásticos, 55% do referente à indústria mecânica, além da presença significativa em quase todos os outros ramos fabris." KOWARICK, Lúcio, CAMPANÁRIO, Milton A. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 58.

[76] Cf. MUNHOZ, Sidney José. Op. cit., p. 7.

Bernardo da Silva, desempregado havia dois anos e com nove filhos, justificava sua atitude:

> *Eu queria levar pelo menos um pão com sardinha para meus filhos. Era só pra matar a fome deles. Eu nunca roubei.*[77]

Não sabemos o grau de veracidade da alegação do mecânico, no entanto, sua declaração corresponde à realidade de grande parte da população concentrada nos bairros periféricos da zona sul. A elevada taxa de desemprego contribuiu para a queda vertiginosa da renda familiar. No ano de 1983, 43,2% das famílias residentes na região metropolitana de São Paulo sobreviviam com até um salário mínimo[78]. Logo, se não podemos tomar a declaração do mecânico como verdade absoluta, frente à situação da classe trabalhadora naqueles tempos, a dúvida deveria beneficiá-lo.

Em meio aos tumultos no Largo 13 de Maio, o palhaço Amadeu Fernandes de Oliveira, que havia perdido o seu dia de serviço, pois o estabelecimento em que trabalhava tinha cerrado as portas, disse ao seu sobrinho Alceu Martins da Silva, também palhaço, nunca ter visto "*nada igual nessa vida. É a guerra da fome.*"[79]

Ao caracterizar os distúrbios como "guerra da fome", Amadeu revelou simultaneamente a dimensão adquirida pelos saques, bem como a legitimidade das manifestações. Tal percepção dos acontecimentos nos remete uma vez mais ao que Edward Thompson, em seus estudos sobre o levante pelo pão e pelo alimento na Inglaterra do século XVIII, denominou de "economia moral".[80] A consciência sobre a injustiça fez com que aquela população rompesse as cadeias do medo, da alienação e passasse a agir em busca do seu direito à vida, como se pode

---

[77] NA PERIFERIA, o segundo dia de caos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.
[78] KOWARICK, Lúcio e CAMPANÁRIO, Milton A. Op. cit., p. 64.
[79] ORGANIZADORES alegam descontrole. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.
[80] Os motins deflagrados na primeira metade do século XVIII tinham como objetivo impedir o aumento desmesurado do pão. Para o autor, eles eram legitimados "pelo pressuposto de uma economia moral mais antiga, que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo." THOMPSON, Edward P. Op. cit., 1987, p. 66.

constatar pela declaração do popular, a qual conferia aos manifestantes o direito à luta mesmo que violenta já que a fome, vista como injusta, justificava a "guerra".

Para muitos, o desemprego não significava somente a diminuição da renda familiar e da ração alimentar, já bastante reduzidas. A declaração do pedreiro José Maria dos Santos, registrada no Largo 13 de Maio no primeiro dia dos distúrbios, revelava que a falta de emprego significava também a falta de moradia:

> *Eu sempre morei na obra. Sou solteiro, não tenho filhos. Agora que não tenho trabalho, também não tenho morada, fico por aí...*[81]

Tal situação pode igualmente ser verificada num outro depoimento. Carlos Alberto de Almeida, encarregado de montagem, desempregado havia três anos, ao ser questionado sobre a ação do Montoro frente aos distúrbios, desabafou:

> *Eu estou dormindo na rodoviária, porque acabou meu dinheiro. Só tenho esta sacola com algumas roupas e um Curriculum Vitae. Não acho emprego.*[82]

Como se vê, as declarações evidenciavam outro drama decorrente do desemprego e vivenciado pela classe trabalhadora: a questão da moradia. A partir de 1940, iniciou-se na cidade de São Paulo o processo de periferização que se estendeu até a década de 1970.[83] Tal fenômeno fazia parte da nova política urbanizadora que visava, simultaneamente, dispersar a classe trabalhadora, até então concentrada nos cortiços em torno das fábricas, e limpar a região central da cidade, posto que essas habitações eram vistas como focos da desordem, nichos propagadores das pestes e da promiscuidade.

---

[81] FALTA condução, Santo Amaro pára. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.
[82] PELO menos não massacrou. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 5.
[83] Sobre a questão da moradia no processo de urbanização de São Paulo ver: ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). Op. cit., pp. 95-110; BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). Op. cit., pp. 113-44; KOWARICK, Lucio e BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). Op. cit., pp. 147-97.

A auto-construção foi, então, a solução encontrada pelas famílias relegadas às longínquas e rarefeitas periferias da metrópole paulista. Mais uma vez, o capital beneficiou-se da situação. Primeiro, porque o processo de periferização proporcionou à especulação imobiliária novas fontes de lucros geradas pela venda de lotes nas regiões limítrofes da metrópole paulista. Segundo, porque a auto-construção consistia no sobretrabalho, ou seja, para garantir a sua sobrevivência e a reprodução da mão-de-obra, o trabalhador — em família e/ou em mutirão — usava suas escassas horas de descanso para edificar a sua moradia, isentando, dessa forma, capital e Estado de tal obrigação. Vale também destacar que essa prática da auto-construção e dos mutirões deve ser entendida também do ponto de vista das relações de classe da população periférica, pois a solidariedade decorrente dessa prática favoreceu em boa medida as organizações populares e os movimento sociais.

Na década de 1980, entretanto, houve uma inversão no processo de urbanização baseado no "padrão periférico". A expansão periférica chegou ao seu limite ultrapassando as fronteiras do território paulista e espraiando-se para os municípios adjacentes. Ademais, a crise recessiva, o achatamento dos salários e a valorização da terra inibiram a continuidade da ocupação dos bairros distantes. O sonho da casa própria tornou-se, para grande parte da população, cada vez mais distante. Logo, na impossibilidade da auto-construção, a favela e o aluguel de quartos localizados em regiões centrais tornaram-se alternativas perversas para aqueles que queriam continuar morando em São Paulo[84]. De acordo com Kowarick e Clara Ant tal situação resultou da

> condição imposta pelo próprio padrão periférico, seus limites e contradições, e pelo padrão de acumulação, suas acelerações e crises. Condições impostas pelas políticas econômicas e sociais, pois mesmo na grande São Paulo, coração industrial do país, cerca da

[84] Em 1983, dado o agravamento da questão habitacional, surgiu na zona sul o Movimento de Luta pela Moradia das Associações Comunitárias. De acordo com Gohn "A criação deste movimento resultou das ações de invasões de terras ocorridas na Fazenda Itupu de São Paulo [zona sul]. Ele foi importante por ter sido o núcleo organizador de toda a luta pela moradia daquela região de São Paulo, estendendo seu raio de atuação, posteriormente, para toda Grande São Paulo." GOHN, Maria da Glória. *Op. cit.*, pp. 129-30.

> metade das famílias mais pobres angaria[va] apenas a quinta parte da renda da Região Metropolitana de São Paulo.[85]

Como parte do "padrão periférico" de urbanização, a região de Santo Amaro, na época com aproximadamente 1.000.000 de habitantes — dos quais 100.000 concentravam-se em favelas e 80.000 estavam desempregados (20.000 metalúrgicos)[86] —, era sem dúvida o *locus* privilegiado para a deflagração dos distúrbios.

O povoamento da periferia da zona sul teve início no final da década de 1960. Os baixos salários, o aumento dos aluguéis, a valorização das regiões centrais beneficiadas pelos investimentos públicos e a especulação imobiliária relegaram inúmeras famílias às distantes periferias, carentes de serviços essenciais como água, luz, calçamento, transporte, creches, postos de saúde, telefones públicos, escolas, sistema de esgoto e água. Para suprir as necessidades básicas, a classe trabalhadora se sujeitava às longas jornadas de trabalho que se tornavam ainda mais extenuantes se considerarmos o tempo de locomoção e as precárias condições do transporte coletivo[87].

O desabafo da faxineira desempregada Maria de Lurdes Novaes pode servir de termômetro dos ânimos populares. Diante de uma brincadeira feita por um empregado de uma loja de roupas em Pinheiros,

---

[85] KOWARICK, Lúcio e ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). Op. cit., p. 88.

[86] Cf. artigo O EPICENTRO da tensão social, *Veja*, São Paulo, nº 762, 13 abr.1983, pp. 30-1. Munhoz em dissertação de mestrado apresenta números divergentes: 300.000 desempregados, o que representava 25% da população. MUNHOZ, Sidney José. Op. cit., p. 13.

[87] Ver KOWARICK, Lúcio (Org.). Op. cit.; MOISÉS, José Álvaro et alli. Op. cit. 1981; MOISÉS, José Álvaro et alli. 1985; GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo.* Petrópolis, Vozes, 1985*;* SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995*;* TELLES, Vera da Silva. *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70.* São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1985*;* CAMARGO, Cândido Procópio F. de et alli. *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza.* São Paulo: Loyola (Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo), 1981.

> *entre, venha conhecer nossas ofertas. Estamos oferecendo também emprego para faxineiros por Cr$ 75 mil.*[88]

desabafou para uma pequena multidão

> *já não chega tudo o que está acontecendo na cidade, o desemprego cada vez maior e esse sujeito ainda fica gozando a nossa cara.*[89]

A "gozação" a que ela se referia pode ser tanto em relação à oferta de emprego, como ao salário oferecido, pois este representaria mais de três salários mínimos, que em abril de 1983 era de Cr$ 23.568,00. Porém, mesmo em tom de brincadeira, o enunciador apresentou outro drama vivenciado pela classe trabalhadora naquele período: as baixas remunerações, garantidas às custas da larga oferta de mão-de-obra[90].

A crise econômica iniciada no ano de 1979 acentuou ainda mais a perversidade da lógica capitalista: o trabalhador para sair da condição de desempregado via-se obrigado a trabalhar por salários aviltantes, garantindo assim a continuidade da exploração e expansão do capital. Não era à toa que os ânimos estavam aflorados.

Some-se a esse quadro caótico a elevação do preço dos alimentos. Tal preocupação pode ser verificada na declaração de Emilio Sayeg, proprietário da Casa Doeste em Santo Amaro, um dos estabelecimentos saqueados pelos manifestantes, quando diz que "*É um absurdo o quilo do feijão custar Cr$ 360,00.*"[91]

É significativa a queixa do comerciante, não apenas por expôr o elevado custo de vida, mas pela situação em que este veio à tona. Ao ser inquirido pela

---

[88] EM PINHEIROS, até igreja foi fechada. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.
[89] Idem, ibidem.
[90] A perda do poder aquisitivo pode ser verificada no dado apresentado por Kowarick: em 1983 o salário mínimo representava 46,97% do vigente em 1959. KOWARICK. Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton A. In: KOWARICK Lúcio et alli. Op. cit., *p. 60.*
[91] SAQUEADOS lamentam a demora da polícia. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 38.

reportagem do jornal sobre os acontecimentos que o tinham vitimado, a argumentação de Sayeg conferia legitimidade às manifestações.

O mesmo ocorreu com Cabura, proprietária do Magazine Kassim, localizado na Praça Vaz de Lima, periferia da Zona Sul de São Paulo, cujo estabelecimento comercial fora totalmente saqueado. Em meio aos escombros a comerciante desabafou:

> *Os políticos não resolvem esta situação. O governo nada faz para evitar atos desse tipo. O povo está com fome.*[92]

Emilio Sayeg e Cabura, ao evidenciarem a questão da fome e do custo de vida, transpuseram a fronteira entre agressor e vítima, estabelecendo, mesmo que efêmero, um vínculo de identidade com os manifestantes, por considerarem a política econômica do governo federal como um inimigo comum.[93] Ambos, mesmo sendo proprietários de estabelecimentos comerciais, e portanto em condição diversa dos manifestantes, também se sentiam ameaçados pelo elevado custo de vida e pelo desemprego que indiretamente também os atingia.

Como se pôde verificar, os saques de abril não significavam somente um protesto deflagrado pela falta de emprego. Seguindo a lógica das ações diretas, o desemprego — estopim dos distúrbios — era apenas a ponta do *iceberg.* Questões antigas e complexas como a moradia, as carências e a precária qualidade dos serviços básicos, o elevado custo de vida, os baixos salários, a falta de canais de

---

[92] COMERCIANTES pensam em defender-se com armas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 de abr. 1983, p. 12.

[93] Outros proprietários de estabelecimentos comerciais saqueados também atribuíram os distúrbios ao desemprego como, por exemplo, César Cundari : “O único jeito de reduzir o desemprego é aproveitar trabalhadores na construção civil. O governador Montoro deve incrementar as obras, construindo escolas, conjuntos habitacionais, creches, tudo o que for possível. O setor da construção civil oferece inúmeras alternativas, inclusive para mão-de-obra mais qualificada.”; André Ronay: ”A solução é mesmo a frente de trabalho proposta por Montoro. O Empire State Building foi construído assim em Nova York, quando houve a crise norte-americana, mas os desempregados precisam se sustentar e o governo ter dinheiro para abrir a frente.”; Alberto Chaibub: “O desemprego tem, por trás, interesses estranhos. Não vejo saída imediata para o caso. Nem o próprio Montoro, conseguirá empregar 20 mil trabalhadores na lavoura, como prometeu. Além disso, há os que moram na cidade. Para onde eles vão?”. MUITAS sugestões para gerar emprego. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1983, p. 30.

expressão, a crise de representatividade explicavam, em parte, a intensidade e o espraiamento das manifestações.

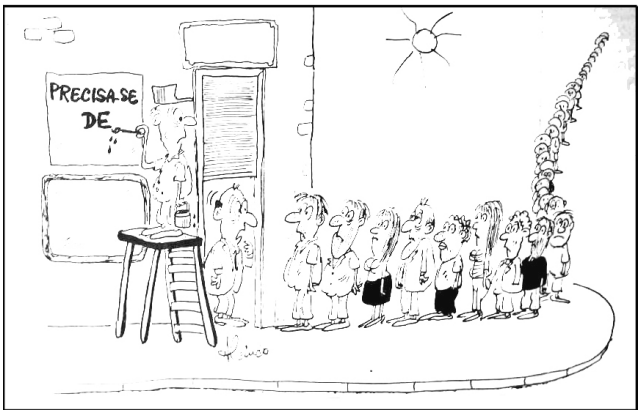
Tal complexidade foi igualmente observada nos estudos sobre os quebra-quebras de trens, bondes, barcas e ônibus. Embora esses tivessem irrompido por uma insatisfação imediata — atrasos, majoração das tarifas, mortes em acidentes nas ferrovias, avarias dos veículos — os protestos populares resultavam dos longos anos de insatisfações e descaso dos poderes responsáveis pela qualidade dos serviços de transportes públicos. Nesse sentido, para Moisés e Martinez-Alier as irrupções sociais devem ser entendidas como

> "explosões espontâneas" de massas populares submetidas a condições demasiadamente adversas para a manutenção de um nível, quando menos, "aceitável", segundo os padrões socialmente sancionados, para a sua reprodução.[94]

Enfim, as considerações acerca do contexto socioeconômico e histórico em que estavam inseridos os saques e quebra-quebras de abril de 1983 e do sentido das ações diretas como forma de luta reivindicatória demonstram a inconsistência das reportagens veiculadas nos jornais naquela semana e das caracterizações dos saques como "badernas", "atos de vandalismo" e "desordem". Os saques e quebra-quebras traziam em si significados abrangentes e complexos. Nesse sentido, a "fúria da multidão" podia e devia ser entendida como a vazão das tensões e das carências sociais represadas havia anos e os "atos de vandalismo" como o discurso da ação, posto que os canais institucionais para a exposição das reivindicações eram inacessíveis à grande parte da população.

[94] Esta explicação embasava-se nos estudos sobre os quebra-quebras de trens, em São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1974 e 1976. MOISÉS, José A; MARTINEZ-ALIER, Verena. In: MOISÉS, José A. et alli. Op. cit., 1978, p. 20.

1.3. Os sujeitos da ação



Fonte: ALCINDO. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 49.

A complexidade das manifestações de abril revelou-se também na composição dos manifestantes. Diferentemente das ações diretas contra os transportes públicos, cujos manifestantes eram os usuários dos trens, bondes, barcas e ônibus, os saques deflagrados em São Paulo congregaram uma multidão diversificada, com motivações, propósitos e experiências históricas muito diferentes. Contudo, uma vez mais as fontes cotejadas tornaram difícil e trabalhosa a identificação dos protagonistas dos saques e quebra-quebras deflagrados em abril de 1983.

Ainda que as referências aos manifestantes tenham sido frequentes, o espaço a eles reservado na mídia impressa revelou-se ínfimo se comparado aos concedidos a políticos, empresários e comerciantes. Suas reivindicações, ações e anseios, em geral, foram colocados a partir da interpretação e análise dos jornalistas-repórteres, intelectuais, editorialistas, governantes e lideranças sindicais e/ou populares.

Tal constatação não é, ao que parece, exclusividade dos textos jornalísticos. Hobsbawm num artigo acerca dos obstáculos encontrados pelo historiador disposto a estudar a história vinda do povo, afirmou que diversamente do que acontece com a maior parte da história tradicional, não há um conjunto “pronto e acabado de

material sobre a história feita pelo povo"[95]. Dificuldade semelhante foi exposta por Thompson em seu trabalho sobre os motins na Inglaterra do século XVIII, para quem

> se estamos interessados na transformação histórica, precisamos atentar para as minorias com linguagem articulada. [...] As maiorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos.[96]

Sidnei Munhoz em seu trabalho sobre os saques deflagrados na capital paulista em abril de 1983 apresentou um outro agravante. Ao expor as fontes utilizadas na sua pesquisa, Munhoz afirmou ter encontrado grande dificuldade em localizar os protagonistas dos saques e quebra-quebras, pois muitos,

> devido ao desemprego ou subemprego, a cada momento estavam residindo em lugares diferentes ou, ainda, possuíam residência incerta. Acrescente-se a isto, o receio de problemas com a justiça ou ainda a dificuldade natural de assumir para si e para o entrevistador, o papel de saqueador ou destruidor. Estes indivíduos, no mais das vezes, ocultavam-se, diziam que haviam visto os acontecimentos, mas não participado deles.[97]

As reflexões de Carlos Alberto Vesentini ajudam entender a recusa dos sujeitos envolvidos nos saques em assumir suas ações. Para ele,

> a peculiaridade da força de atração constante da memória do vencedor inclui também outra função além da sua reprodução no tempo: é levar o ponto de vista que considera o vencido, ou vencidos, a refletir fora do lugar onde o peso e a

[95] HOBSBAWM, Eric. J. A outra história – algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história – Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.21.
[96] THOMPSON, Edward P. Op. cit.,1987, p. 57.
[97] MUNHOZ, Sidney J. Op. cit., p. 3.

> existência de sua proposta se revelaram. Seu próprio movimento, seu 'tentar', e as condições efetivas de seus desarmes passam a ser analisados em relação aos próprios lugares indicados pelo vencedor.[98]

Assim, pode-se inferir que a relutância dos protagonistas em assumir a participação nos protestos populares de abril deve-se igualmente à memória construída acerca dos acontecimentos. Vale lembrar que a mídia, de modo geral, ao mencionar os movimentos sociais deflagrados naquele período toma por referência a greve dos metalúrgicos no ABC, a campanha pela Anistia e pelas Diretas Já. Essas últimas, inclusive, promovidas e/ou apoiadas por uma parcela significativa dos meios de comunicação. Muito raramente, se fez menção aos saques e quebra-quebras que assolaram a cidade de São Paulo no mês de abril de 1983. Na memória oficial, tanto os saques como seus protagonistas foram relegados respectivamente ao "esquecimento" e ao "silêncio". Nos deslocamentos que a mídia produziu sobre os sujeitos da ação, outros interesses políticos tomaram a cena principal nas publicações jornalísticas, não o considerando como um momento decisivo tanto na explicação da crise econômica como na constituição do processo democrático.

Outro aspecto que chamou a atenção nas reportagens aqui aferidas refere-se às caracterizações dos manifestantes. Em diversos momentos esses foram identificados como menores infratores e/ou trombadinhas.

O gerente do mercado Novo Box, localizado no Jardim São Luis, apresentou a seguinte percepção dos acontecimentos e dos sujeitos neles envolvidos:

> *Eles deram preferência às bebidas. Não queriam roubar comida. Ao contrário. Eram moleques bagunceiros, desses que vivem em favelas. Tenho certeza que não eram trabalhadores. Trabalhador*

[98] VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato.* São Paulo: HUCITEC/História Social/USP, 1997, p. 170.

não age assim. Não eram, efetivamente, pessoas que estavam passando fome.[99]

Outro exemplo pode ser verificado na declaração do capitão da 1ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar. O capitão Nóbrega após subir no coreto da Praça Floriano Peixoto, em Santo Amaro, para conversar com os manifestantes desabafou:

> *O movimento não tem líderes nem organização. Tudo isso está sendo causado por trombadinhas e pessoas infiltradas no movimento dos desempregados. Já foram localizados três suspeitos.*[100]

É possível que muitos tenham se aproveitado da situação[101]. Entretanto, entendemos os saques como uma forma de protesto popular que expressavam os descontentamentos dos diversos elementos sociais, sejam eles trombadinhas, desempregados, donas de casa ou trabalhadores. No curso das ações, o sentimento de carência e exclusão social se sobrepôs às diferenças gerando, mesmo que momentaneamente, uma identidade coletiva e tornando difícil discernir a condição social-histórica dos sujeitos nelas envolvidos.

Ademais, concordando com Moisés e Martinez-Alier, deve-se considerar que são "as próprias condições de reprodução [que] geram esses ditos 'marginais'".[102]

---

[99] A VIOLÊNCIA prosseguiu ainda no final da tarde. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.

[100] VOLTAM os saques; a polícia usa a força. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.12.

[101] Rudé em suas análises sobre os protagonistas dos motins ocorridos na França e na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, questionou as ideias de Taine e Le Bon de que essas manifestações eram compostas por elementos criminosos, a ralé, os vadios ou "desajustados socialmente", bem como as opiniões dos historiadores ingleses do século XVIII que tendiam a classificar os manifestantes como "população dos cortiços" ou os mais pobres da cidade. Rudé constatou que os motins, em geral, tinham uma composição heterogênea, chegando inclusive a aproximar — dependendo da reivindicação posta — sujeitos de diferentes segmentos sociais. No entanto, o historiador admitiu que "dificilmente se poderia negar que as condições de comoção social nas quais os motins ocorreram nessa época, como em qualquer outra, proporcionaram oportunidades admiráveis para os ladrões e os saqueadores se juntarem à agitação e, sob o disfarce do motim ou revolução, fazer uma boa colheita." RUDÉ, George. Op. cit., p. 215.

[102] MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. MOISÉS, José. A. et alli. Op. cit., 1978, p. 41.

Tal assertiva nos autoriza a inseri-los no universo de manifestantes, posto que suas ações ao mesmo tempo em que denunciavam a perversidade do sistema também podem ser vistas como uma forma de protesto à situação que lhes era imposta.

Contudo, tais exemplos revelavam como se deu a representação dos ditos marginais na mídia. Como verificou Marilena Chauí, os noticiários, sejam eles televisivos, radiofônicos ou impressos, tendem a abordar a questão da criminalidade fora do contexto em que essa está inserida (crime organizado, crimes de colarinho branco, desemprego, exclusão social, miséria, desigualdade social, injustiça, etc). Assim, transmite-se somente a

> idéia de que criaturas más e perversas, saídas de parte nenhuma, haviam se posto, sem outro motivo a não ser por pura maldade, a ameaçar a vida e os bens de cidadãos honestos e desprotegidos.[103]

É relevante o fato de que a maciça liberação dos detidos após a averiguação mostrou que a grande maioria dos manifestantes era trabalhadores sem passagem pela polícia e, portanto, sem vínculos com o mundo da criminalidade. Contradizendo, assim, a ideia de que os distúrbios eram obras de "marginais" e "trombadinhas".

Se por um lado, observamos por parte da mídia impressa uma ênfase desmedida à presença de menores infratores e marginais entre a população debelada, por outro deve-se considerar que colocações como as aqui referidas — do gerente do supermercado e do policial —, na maioria das vezes, foram feitas por pessoas cuja realidade não se distanciava muito das dos "delituosos".

As reflexões de Teresa Pires do Rio Caldeira acerca das operações simbólicas engendradas pela sociedade para discernir o mundo da legalidade do mundo da criminalidade indicam que as narrativas referentes ao crime, mesmo quando oriundas das parcelas mais pobres da sociedade, elaboram a imagem do criminoso como aquele que quebra as regras da sociedade, que vem dos espaços

[103] CHAUÍ, Marilena. Op. cit., p. 46-7.

marginais, que contamina, que ameaça e, por fim, como alguém distante da realidade do enunciador. Ao adotar tais categorias, parcela significativa da sociedade, discriminada por essas mesmas categorias, simultaneamente almeja ser reconhecida como parte integrante do mundo da legalidade e ser "desreconhecida" como parte integrante do mundo do crime. Nesse sentido,

> os estereótipos têm que ser direcionados a um outro lugar pior, mesmo que esse lugar é o outro lado da rua. A dimensão dramática desse esforço, que acaba criminalizando e discriminando pessoas do mesmo grupo social, é que os dominados não têm um repertório alternativo para pensar a si mesmos e são obrigados a dar sentido ao mundo e à sua experiência usando a linguagem que os discrimina.[104]

O "raciocínio categorizante" exposto por Caldeira ajuda a entender as alusões aos manifestantes como favelados e nordestinos:

> *O trânsito congestionado da avenida João Dias atrasou a chegada da polícia. E os moradores da favela do Jardim São Luis tiveram tempo suficiente para acabar com o estoque de alimentos do supermercado Mini Box do bairro.*[105]

> *Tudo começou com uma passeata contra o desemprego, iniciada às 8 horas no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, que logo degenerou em atos de violência contra os motoristas que reclamavam do congestionamento e saques de várias lojas comerciais, principalmente supermercado. Os personagens eram os mesmos das cíclicas tragédias nordestinas: paus-de-arara da construção civil, peões de obra sem trabalho.*[106]

---

[104] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000, p. 85.
[105] TROPA da PM chega e é vaiada. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 14.
[106] ORGANIZADORES alegam descontrole. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.

As referências aos favelados não parecem despretensiosas ou aleatórias. De acordo com Caldeira, costuma-se estabelecer uma relação intrínseca entre o crime/criminosos e os espaços que habitam ou lhes dão origem. Nesse sentido, as favelas representam a mais completa ilegalidade — as casas são erguidas em terrenos invadidos, os moradores não pagam impostos e a grande maioria não tem endereço oficial. Além disso, nas favelas a ocupação se dá de forma desorganizada, as moradias são precárias, não há serviços de saneamento básico o que contribui significativamente para a proliferação da sujeira e de doenças. Como tais padrões de moradia e de vida não fazem parte do universo do que é adequado, as favelas são simbolicamente constituídas como o *locus* privilegiado da promiscuidade, da imundice e do crime.[107] Conforme Kowarick,

> a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa todos os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública.[108]

A relação estabelecida entre manifestantes e nordestinos apresenta uma lógica simbólica semelhante. Recorrendo, uma vez mais ao trabalho de Caldeira, em suas entrevistas com moradores de diversas regiões de São Paulo e de diferentes setores sociais, ela observou que, assim como o que ocorre com os favelados, em geral, as pessoas procuram distinguir os nordestinos dos naturais da terra designando-os como "estrangeiros". Mas a descriminação não para aí, de acordo com Caldeira,

> a lista de derrogações usadas contra eles é imensa: eles têm 'sangue quente', são mão-de-obra barata que não sabe como reivindicar um pagamento justo, são mal-educados, sem cultura,

[107] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Op. cit.,* pp. 79-80.
[108] KOWARICK, Lúcio. *Espoliação urbana.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 92.

> ignorantes. Além disso, o paternalismo implícito na idéia de trabalhar para civilizá-los (assim eles não teriam que vir para São Paulo) é evidente [...]: eles chegam a São Paulo, compram óculos de sol Ray-ban, vão ao dentista e, talvez por não serem racionais, substituem os dentes por dentadura.[109]

Tais reflexões são suficientes para entendermos o significado que se pretende dar aos saques ao afirmar que os nordestinos são os principais protagonistas. Ao relacionar os manifestantes com nordestinos e favelados, os saques e quebra-quebras são automaticamente inseridos no universo da ignorância, da ilegalidade e da criminalidade.

Se por um lado verificamos a tentativa de identificar entre os manifestantes a presença de trombadinhas, favelados, menores infratores e nordestinos, por outro foi recorrente o uso da denominação multidão ao se referirem ao conjunto de manifestantes.

Não restam dúvidas de que os saques de abril de 1983 congregaram em momentos diversos um número expressivo de pessoas, justificando o uso da palavra multidão. Contudo, conforme verificou Rudé, historicamente a multidão tem sido apresentada como "uma abstração desmaterializada, e não como o conjunto de homens e mulheres de carne e osso,"[110] com diferentes historicidades, vivências, carências e expectativas.

O uso recorrente do termo multidão nas matérias jornalísticas — "a multidão bloqueou", "a multidão resolveu", "a multidão gritava", "a multidão avançava", "uma multidão furiosa", "a ponto de a multidão ameaçar", "a multidão revoltada", "a multidão foi se encorajando", "a multidão vaiava"[111] —, ao se reportarem ao conjunto de manifestantes, e as ações e adjetivações a ela atribuídas não somente

---

[109] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Op. cit., p. 87.
[110] RUDÉ, George. Op. cit., p. 7.
[111] Esses exemplos foram retirados das seguintes reportagens: UM dia de tumulto e omissão policial. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 42; 14horas – A multidão estimulada. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 42; Confusão e prejuízo até a noite. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 13; À NOITE, mais saque e um popular baleado. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13; ATÉ manequins de loja são levados. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.

ocultavam os rostos dessa multidão e, consequentemente as potencialidades nela contidas, como também lhe conferiam um caráter impulsivo, irracional e agressivo, retirando o significado político e reivindicatório das manifestações. Nesse sentido, é emblemático o trecho retirado do artigo "Democracia, governo dos deuses", assinado pelo professor de Sociologia Paulo Edmar de Souza Queiroz:

> *O que se viu durante dois longos dias em São Paulo, sob a égide da moderação policial, foi o abandono da cidade ao desvario irresponsável de multidões. [...] Um governo que hesita diante de sua obrigação precípua de manter a ordem não tem justificação. Demite-se. Se os dois nefastos dias que passaram não revelaram aspectos mais trágicos, é que a natural ferocidade das multidões sem freio desviou-se na cobiça do saque permitido.*[112]

Enfim, como pudemos constatar, as referências aos manifestantes — individuais e coletivas — tenderam a depreciar e deslegitimar as deflagrações irrompidas na capital paulista. No entanto, uma vez mais, essas mesmas matérias possibilitaram a identificação e os propósitos dos protagonistas nelas envolvidos.

A declaração do fiscal de segurança do estabelecimento Ao Barateiro, localizado no Largo 13 de Maio e do empregado do supermercado Mini-Box do Jardim São Luis evidenciaram a diversidade dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos:

> *Homens, mulheres e crianças, depois de arrombar a porta de alumínio e quebrar todos os vidros do supermercado, entraram correndo, derrubando tudo das prateleiras e xingando o Maluf e o Delfim.* [...] *Eles arrebentaram as 11 caixas registradoras e levaram o dinheiro de oito que estavam operando.* (Somente depois da chegada da polícia, por volta das 12h05) *é que eles saíram levando mercadorias em 30 carrinhos do supermercado, sacos plásticos e*

[112] QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza. Democracia, governo dos deuses. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 3.

geladeiras de isopor, que eram colocadas numa Kombi estacionada em frente.[113]

Pelos corredores entre a parede e as duas portas de aço arrombadas, um corre-corre de gente desesperada para levar o que conseguisse, nos carrinhos, nas cestas, em caixas, em sacos plásticos, nas prateleiras de ferro arrancadas das paredes e nos braços. Vários vidros de compota de pêssego e algumas latas de óleo já se haviam arrebentado no chão, que ficou liso, provocando tombos dos saqueadores mais afoitos. A maioria eram crianças e mulheres. Os maridos ficavam do lado de fora, pegando as mercadorias pelas brechas de uma outra porta de aço semi-arrombada.[114]

As narrativas não só revelaram a presença de homens, mulheres e crianças nos saques e quebra-quebras como também evidenciaram uma certa racionalidade nas ações por eles empreendidas, especificamente, no que se referia às formas de carregamento dos itens saqueados. Ademais, tais ações, até certo ponto espontâneas, pareciam buscar a reparação dos danos causados pelo desemprego e pelo elevado custo de vida.

As descrições dos saques em muito se assemelharam ao que Rudé denominou de "motim da fome". Segundo o historiador, esse tipo de protesto popular, verificado na Europa dos séculos XVIII e XIX, foi comum em períodos em que as camadas inferiores sentiram sua subsistência ameaçada pela escassez de comida ou pela súbita majoração dos preços dos alimentos, em especial do pão. Em muitos casos, os manifestantes limitavam-se a pagar pelo alimento o valor que consideravam justo e viável, revelando que tais manifestações não intentavam mudar a ordem vigente, mas sim fazer justiça com as próprias mãos. Ademais, Rudé observou que embora os motins se caracterizassem pelas ações repentinas e violentas contra comerciantes de gêneros alimentícios, agricultores e camponeses

---

[113] O SAQUE, "Uma loucura". *O Estado de S.Paulo, São Paulo,* 5 abr. 1983, p. 15.
[114] "MEU Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?". *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 14.

prósperos, a seleção dos alvos e as ações dos manifestantes apresentavam uma certa lógica e racionalidade.[115]

Conforme verificou Marcos Napolitano em seus estudos sobre os saques e quebra-quebras deflagrados na capital paulista em abril de 1983, embora dispersas, as ações revelaram uma certa coerência:

> O primeiro motim detonou outros eventos que se articularam como uma espécie de 'discurso da ação', um tipo de manifestação pública que tomou a forma de uma ação coletiva direta.[116]

Nesse sentido, a mobilização empreendida pelos manifestantes para liberar os detidos nos saques e quebra-quebras pode ser tomada como parte desse discurso da ação. No final da tarde do dia 4 de abril, centenas de pessoas entoando o hino nacional partiram, em passeata, rumo à delegacia onde enfrentaram as autoridades policiais. Não se pode ignorar o significado de alguns elementos presentes nessas ações: o sentimento de solidariedade entre os manifestantes, o hino nacional como símbolo identitário e o enfrentamento à repressão para reparar a injustiça das detenções. Tais ponderações, além de revelarem a lógica e a racionalidade contidas nas ações diretas, simultaneamente evidenciaram a inconsistência das afirmações que procuravam enfatizar o "comportamento irracional das multidões."

Para Murilo Leal, os protestos populares urbanos podem ser entendidos como

> ações coletivas movidas por um profundo sentimento de legitimidade, contando com a participação de sujeitos sociais pouco incorporados a outras formas de ação — como mulheres e jovens —,

[115] RUDÉ, George. Op. cit.
[116] EUGÊNIO, Marcos F. Napolitano de. Op. cit., 176-7.

> baseadas, ainda, em fortes noções morais, contrárias à lógica do mercado, e com razoável poder de mobilização.[117]

Contudo, as manifestações do mês de abril revelaram-se muito mais complexas, congregando uma multiplicidade de participantes com historicidades e objetivos diversos. Algumas narrativas permitiram vislumbrar outros rostos que compunham essa "multidão".

Durante o encontro com os deputados na Assembleia Legislativa, na tarde do dia 4 de abril, os manifestantes afirmaram que a ideia da manifestação surgiu espontaneamente nas filas de empregos. Severino Ramos da Silva, um dos organizadores, relatou como iniciou o movimento:

> *Pensamos em fazer uma manifestação e trocamos idéias com os outros trabalhadores. Marcamos uma reunião para o Largo 13 de Maio. Inicialmente, só havia 50 pessoas, mas nós começamos a gritar palavras de ordem e, em pouco tempo, havia uma centena de pessoas, desempregadas como nós. [...] A Igreja não participou.*[118]

Sob vários aspectos, a declaração de Severino mostrou-se reveladora. Chamou a atenção a menção à Igreja. Ao que parece, sua colocação respondia a uma questão específica – a participação dos agentes pastorais no movimento. Essa indagação não seria descabida, pois, desde o início da década de 1960, após o Concílio Vaticano II, religiosos vinculados às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e alinhados aos preceitos da "Teologia da Libertação"[119] atuaram nos movimentos de bairro como articuladores e mediadores.[120] A inserção e a influência da Igreja nos movimentos sociais podem, inclusive, ser constatadas na reunião

---

[117] PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reivenção do trabalhismo no "vulcão do inferno". Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política. (1950-1964).*São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado, p. 188.

[118] GRUPO de 330 vai até a Assembléia Legislativa. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 14.

[119] Para a compreensão do processo que originou a "Teologia da Libertação" ver IOKOI, Zilda Márcia G. *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo — Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996, pp. 21 a 64.

[120] Sobre a questão da atuação dos mediadores nos movimentos sociais ver: SADER, Eder. Op. cit.; TELLES, Vera da Silva. Op. cit.

entre Montoro, D. Paulo Evaristo Arns e representantes das CEBs realizada no dia 6 de abril. Nesse encontro, o governador pediu aos agentes pastorais que usassem do prestígio das comunidades eclesiais de base para amainar as tensões nas periferias de São Paulo.

A relevância do depoimento, contudo, justifica-se pela explicação sobre a origem das manifestações. Severino supôs que a mobilização dos desempregados deu-se espontaneamente. Se considerarmos os relatos observados nas reportagens, tal percepção parecia equivocada, pois, como já vimos, o Movimento contra o Desemprego e o Custo de Vida estava sendo engendrado por agentes sindicais e partidários havia algum tempo, porém, ao referir-se às filas de empregos como ponto de origem da manifestação, Severino apontou uma das estratégias adotadas pelo Movimento, revelando a intersecção entre as duas ações: a do Movimento e a sugerida por ele.

Com o objetivo de ampliar o apoio e a adesão, os militantes do Movimento contra o Desemprego e a Carestia passaram a percorrer as fileiras de desempregados formadas nas portas das fábricas e nas agências de empregos fazendo pequenos comícios, distribuindo panfletos e convocando os trabalhadores para assembleias e concentrações previamente planejadas. Foi o que ocorreu naquela manhã de abril na rua Galeano de Castro, próxima ao Largo 13 de Maio.

O boato de que a empresa Q-Refres-ko abriria 300 vagas concentrou defronte à fábrica dezenas de desempregados. Enquanto esperavam pelo suposto atendimento, alguns membros do Movimento convocavam os trabalhadores para a manifestação na escadaria da igreja da Matriz de Santo Amaro, a quatro quarteirões da indústria. É possível supor que diante da oportunidade de emprego os discursos dos militantes não surtiram grande efeito, no entanto, após o boato ser desmentido por um funcionário da Q-Refres-ko, a situação tomou um novo rumo. De acordo com o eletricista José Carlos da Silva, outro organizador do Movimento,

> *o pessoal ficou uma fera e foi direto para o largo 13 de Maio. De repente tinha mais de duas mil (pessoas) e ninguém arredava o pé.*[121]

O imprevisto ocorrido às portas da empresa além de esclarecer o dado apresentado por Severino — o repentino aumento de manifestantes na concentração — também revelava a diversidade de sujeitos envolvidos na complexa trama que enredava os distúrbios de abril. Os integrantes do movimento — trabalhadores como os outros e possivelmente também desempregados —, dada a experiência adquirida na militância, adotavam estratégias e discursos diferentes dos empreendidos por aqueles que não tinham a mesma historicidade.

Essa diversidade de manifestantes pode ser verificada na declaração de um dos membros da comissão dos desempregados concentrados nos portões do Palácio dos Bandeirantes, durante a conversa com o governador Montoro:

> *Como você explica a repressão ao trabalhador de ontem para hoje? Sou trabalhador, sou da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo. Entrei nesse movimento há muito tempo, de uma longa data e é o seguinte: de ontem para cá, a opressão foi desencadeada e violenta. A Tropa de Choque aqui no Palácio. Ontem, a repressão desencadeada em Santo Amaro. O movimento era ordeiro, até às 11 horas. Todo mundo viu que o movimento era ordeiro. Negociamos um acordo diretamente com o tenente Mateus. O tenente fez um acordo com a gente e logo em seguida desceu o cacete (sic) nos trabalhadores. E aqui dentro do Palácio é uma ousadia. É um desaforo descerem o cacete (sic) nos trabalhadores, reprimindo com a tropa de choque.*[122]

Os metalúrgicos, ao longo da década de 1970, e mais especificamente a partir de 1978, vivenciaram nas lutas fabris, nas greves e no interior dos sindicatos

---

[121] NITRINI, Dácio. Da luta pela liderança, só restou o descontrole. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 14.
[122] COMISSÃO questiona governador. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

experiências transformadoras. Não só porque essas significavam a ruptura com a ordem estabelecida — a estrutura sindical vigente, a disciplina fabril — como também possibilitaram ao operário, no transcorrer das lutas empreendidas, constituir-se em sujeito político, consciente do seu papel na relação capital-trabalho.[123]

Algumas das palavras de ordem proferidas pelos manifestantes foram igualmente úteis para a compreensão da diversidade presente no universo de manifestantes que ocuparam as ruas no mês de abril de 1983: *"Um, dois, três, quatro, cinco mil - abaixo o desemprego ou paramos o Brasil"; "Você aí parado também é explorado"; "Ninguém agüenta mais nem patrão nem general*."[124] Diferentemente de outros *slogans* que focavam a questão da fome e do desemprego, ao colocarem que o trabalhador mantém o país e é explorado, esses apresentavam um tom mais politizado.

É possível que as frases tenham sido incitadas por lideranças sindicais e partidárias, porém, ao ganharem força e voz entre a multidão, pode-se inferir que tais *slogans*, de alguma forma, representavam os anseios e as críticas de grande parte dos manifestantes. Além disso, deve-se considerar o peso das experiências e conhecimentos adquiridos nas lutas operárias e comunitárias empreendidas na década anterior.

Nos anos de 1970, surgiram, nas periferias de São Paulo, associações e organizações populares de caráter reivindicatório que, ao longo dos anos, adquiriram experiência, força e visibilidade, resultando na obtenção de conquistas significativas no cotidiano dessa população. Além dos movimentos de maior expressão como o de Luta por Creches, do Loteamento Clandestino e do Custo de

---

[123] Sobre o assunto ver: SADER, Eder. Op.cit. pp. 225 a 261 e 277 a 315; Antunes em seus estudos sobre as lutas operárias no ABC paulista constatou transformações semelhantes, isso porque, de acordo com o autor "a luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, com o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. Era o reemergir do trabalho na cena social e política." ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil.* Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 12. Ver também: ANTUNES Ricardo. *A rebeldia no trabalho (O confronto operário no ABC Paulista 1978/80).* 2ª ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

[124] 8H30 – Vai começar os distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 42.

Vida[125], muitas outras manifestações de cunho reivindicatório marcaram a história de Santo Amaro.

Dada a concentração industrial, a região foi palco de inúmeras greves e cenas de violência como a morte do trabalhador Santo Dias da Silva, em 1979, assassinado por um soldado da Polícia Militar quando participava de um piquete na greve dos metalúrgicos. Em 1981, cerca de 3.000 pessoas invadiram a Fazenda Itupu, localizada na zona sul de São Paulo[126], de propriedade do governo federal, sendo obrigadas a abandoná-la após a intervenção da polícia.

Certamente, as experiências adquiridas com essas práticas coletivas propiciaram a uma parcela da população uma nova percepção do seu lugar e condição naquele contexto. Em outras palavras, pessoas comuns se aperceberam como sujeitos portadores de potencialidades transformadoras. As experiências vivenciadas pelos protagonistas dos movimentos sociais contribuíram para a formação da consciência de classe.

Nesse sentido, parece elucidativa uma outra declaração de um dos integrantes da comissão dos desempregados no encontro com o governador paulista:

> *Sou uma mulher trabalhadora. Trabalho numa creche e estou aqui apoiando este comitê que foi organizado ontem num processo de luta, com parlamentares, sindicalistas. Quando hoje de manhã teve uma Assembléia no Largo 13 ficou decidido que sairia uma passeata de trabalhadores desempregados que viriam até o Palácio para conversar com o governador Montoro. Acontece que esse povo andou dez quilômetros ou mais, saindo de lá quando não eram ainda nove horas e aqui, na recepção, pedimos água porque o povo estava com sede e pedimos para entrar no Palácio e aguardar aqui o governador. Acontece que não deixaram o povo entrar de forma*

[125] Ver: MOISÉS, José A. et alli. Op. cit., 1985*;* SADER, Eder. Op. cit.*;* GOHN, Maria da Glória. Op. cit. 1985*;* GOHN, Maria da Glória. Op. cit. 1995, pp. 100-22; TELLES, Vera da Silva. Op. cit.*;* EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano. Op. cit..

[126] Trabalhos que fazem referência ao assunto: SILVA, Maria Helena M. B. *Terra e moradia: que papel para o município?* São Paulo: FAU/USP, Tese de Doutorado, 1997, P. 173; MARICATO, Ermínia. A cidade é um grande negócio. *Teoria e Debate.* São Paulo, nº3, jun. 1988.

alguma. Mandaram o povo ficar dando voltas no Palácio. Demoraram muito para conseguir um caminhão de água, que não foi suficiente. E não deixaram de forma alguma o povo entrar. Esse povo não é desordeiro. E aí colocaram uma tropa de choque mandando bombas em cima de trabalhadores. Esse governo é democrático? E ajudei a eleger este governo?[127]

É possível conjeturar que a mulher em questão tivesse alguma relação com o Movimento de Luta por Creches organizado na zona sul de São Paulo no final da década de 1970. Ainda nesse período, a mobilização popular articulada com outras adquiriu poder de pressão e visibilidade. Contudo, uma das características marcantes do movimento foi a atuação, mesmo que efêmera, das integrantes na escolha dos locais onde deveriam ser construídas as creches, no acompanhamento das construções, chegando, inclusive, a interferir nos materiais utilizados, na seleção das diretoras e funcionárias que nelas trabalhariam.[128] Essas mulheres efetivamente participaram de decisões, até então, reservadas às autoridades públicas. Prática essa que em muito se assemelhava a uma democracia participativa. Talvez, por essa razão, ela tenha questionado a democracia de Montoro.

As considerações acerca das experiências vivenciadas pelos trabalhadores e populares no final década de 1970 e início dos anos de 1980, em parte, ajudaram a entender por que os manifestantes adotaram práticas tão diversas nos dois dias

---

[127] COMISSÃO questiona governador. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

[128] Os anos de 1980 e 1981 foram pautados por momentos tensos. Durante as construções das creches, as militantes supervisionavam as obras atentas à qualidade e funcionalidade dos prédios. Diante da constatação da alteração dos projetos iniciais, as mulheres reiniciaram suas peregrinações ao gabinete do Prefeito com novos relatórios e cartas reiterando as reivindicações anteriores e adicionando novos itens como: a garantia da qualidade das creches, participação da comunidade na escolha dos locais, na seleção dos funcionários e na gestão das creches. Somente na região do Campo Limpo, dada a organização do movimento, essas exigências foram atendidas. O primeiro processo de seleção foi acompanhado pelas integrantes do movimento, os locais indicados para a construção das creches foram respeitados. Nas outras regiões as creches estiveram subordinadas à rotineira política do favoritismo, ou seja, foram usadas por alguns políticos em benefício de seus cabos eleitorais. Essa prática, denunciada pelas militantes e pela mídia, foi motivo de novas tensões entre o poder público e o movimento. Em novembro de 1980, o prefeito aprovou um decreto que impedia a participação das militantes no processo de seleção, que, desde então, passou a ser feita por um instituto especializado. Apesar dos protestos e das tentativas de reverter a situação, a partir de 1981, o Movimento de Luta por Creches enfraqueceu, iniciando uma nova fase. Para as participantes, a principal causa da desarticulação da luta foram as divergências ideológicas entre as militantes. GOHN, Maria da Glória. Op. cit., 1985.

de distúrbios. Enquanto alguns permaneceram no Largo 13 de Maio, onde deram continuidade aos saques e depredações, no primeiro dia, centenas de pessoas saíram em passeata para a Assembleia Legislativa e, no segundo dia, milhares acompanharam o cortejo em direção ao Palácio do Governo. Nas duas situações, os manifestantes queriam dialogar com as autoridades públicas para expor a situação dos desempregados e as reivindicações do movimento, ou seja, as práticas revelaram que a composição social dos manifestantes se constituía de pessoas com propósitos diversos porque tinham vivências diferentes.

A insistência em dialogar com os poderes públicos refletia uma prática comum dos movimentos populares da década de 1970, quando as comunidades locais, após se articularem e se mobilizarem, frequentemente organizavam caravanas ou comissões que iam aos gabinetes das autoridades para dialogar e/ou entregar, requerimentos, petições ou cartas abaixo-assinado.[129] Essas estratégias visavam pressionar os poderes públicos e comprometerem as autoridades com os propósitos do movimento.

Ademais, tais práticas acabavam dando aos movimentos e às reivindicações um novo significado. Ao encaminharem as queixas e pedidos para as esferas públicas, as reivindicações, em geral, de teor econômico e social adquiriam um caráter político. Pudemos verificar tal ocorrência nos eventos de abril. Na Assembleia Legislativa, durante o diálogo com alguns deputados, os manifestantes concentrados no Plenarinho usaram os microfones da casa para expor suas histórias e situações. Tomando como referência a conclusão de Murilo Leal, podemos dizer que os discursos dos desempregados na tribuna da Assembleia Legislativa fizeram do desemprego e da situação de abandono do desempregado um "fato político, introduzindo-os na esfera pública."[130]

---

[129] Ver sobre a questão: SADER, Eder. Op. cit.,; TELLES, Vera da Silva. Op. cit.; GOHN, Maria da Glória Marcondes. Op. cit., 1985. As análises de Rudé sobre as lutas contra as inovações capitalistas revelam a existência de tais práticas nos protestos populares, na França e na Inglaterra do século XVIII: "Apegando-se obstinadamente à velha Legislação paternalista e protecionista que estava sendo aos poucos abandonada por seus governantes, eles (pequenos consumidores e produtores do campo e da cidade) apelaram ao Parlamento, aos magistrados e ao próprio rei, para que fossem restabelecidos os velhos regulamentos ou para que fosse imposto seu cumprimento." RUDÉ, George. Op. cit., p. 244.

[130] PEREIRA NETO, Murilo Leal. Op. cit., P. 158.

Contudo, ao que parece, as preocupações dos parlamentares não eram as mesmas dos manifestantes. Na Assembleia Legislativa, após o relato da Maria Aparecida Manuela, 33 anos, sobre a sua situação de desempregada desde outubro de 1982 e a de seu marido – desempregado havia mais de um ano –, o deputado Valdir Trigo (PMDB), tomou a palavra pedindo calma aos manifestantes, alertando os manifestantes para os riscos políticos:

> *por causa de arruaças, tomamos pau 20 anos. É preciso organizar o movimento de forma coerente.*[131]

O pronunciamento do deputado revelava o distanciamento e a falta de sintonia entre os parlamentares e a população. Diante de reivindicações de cunho econômico e social, Trigo pediu cautela aos manifestantes indicando que esse tipo de manifestação poderia ameaçar o processo de abertura política. A noção de que se estava em tempo de transição fazia com que parlamentares objetivassem acordo pelo alto na velha prática da conciliação.[132]

Nunes, em seus estudos sobre os quebra-quebras dos transportes públicos entre os anos de 1977 e 1981, observou a limitação da atuação dos parlamentares naquele período, pois esses não tinham poderes de decisão sobre as questões urbanas e econômicas. Para o sociólogo, essa situação criou

> um hiato de difícil transposição entre as massas urbanas e políticos, na medida em que estes não podem oferecer mais do que a sua solidariedade às lutas populares. Por outro lado, isso restringe a eficácia de pressão popular a esferas determinadas e atomizadas, justamente por encontrar dificuldade de representar seus interesses a nível geral.[133]

---

[131] GRUPO de 330 vai até a assembléia legislativa. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 14.

[132] IOKOI, Zilda M. G. "A longa tradição de conciliação ou o estigma da cordialidade: Democracia descontínua e de baixa intensidade." In: SANTOS, Maria Cecília Mac Dowell *et alli. Desarquivando a Ditadura*: Memória e Justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 501 a 525.

[133] NUNES, Edison. Op. cit., p. 108.

Situação semelhante parece ter ocorrido em 1983. Constatamos nos materiais cotejados que, embora o tema do desemprego e da condição do desempregado tenham sido o mote de intensos debates nas casas legislativas — Senado, Assembleia Legislativa Federal e Estadual e Câmara Municipal — e alguns tenham, inclusive, atuado como mediadores — o deputado federal Aurélio Peres (PMDB), no primeiro dia dos distúrbios, foi ao Largo 13 de Maio, a pedido do governador Montoro, e vereadores e deputados foram à delegacia interceder pela liberação dos manifestantes detidos — os discursos dos parlamentares, em geral, restringiram-se a denúncias e a declarações de solidariedade, acusações mútuas entre os diferentes partidos, notas de apoio ao governador, insinuações de infiltrados nos distúrbios.

O mesmo ocorreu em relação à atuação de associações, partidos e sindicatos. A interferência das lideranças populares, sindicais e partidárias restringiu-se a tentativas frustradas de organizar as manifestações e impedir a disseminação do conflito. No mais, tanto as lideranças quanto os parlamentares limitaram-se a denunciar a violência da polícia e a defender a legitimidade das manifestações.

Ainda que muitos dirigentes sindicais tivessem uma história de atuação junto aos movimentos operários e populares e, portanto uma relativa proximidade com a realidade dos manifestantes, essas lideranças dadas as experiências adquiridas com os anos de lutas, especialmente as operárias, pareciam estar num tempo histórico diferente dos manifestantes.[134] Nesse sentido, é emblemático o episódio ocorrido no Largo 13 de Maio. De cima de uma banca de jornal, o presidente da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), pedia calma:

[134] Ao longo da década de 1970, as lutas e mobilizações operárias adquiriram um novo significado: passaram a ser valorizadas como sinais de resistência. Articuladas com outros movimentos sociais e contando com o apoio de outros segmentos da sociedade (OAB, Igreja, entidades estudantis, Comissão de Justiça e Paz, organizações de mulheres, de negros e de artistas), as lutas operárias no decorrer da década ganharam força e visibilidade. Sobre o assunto ver: ANTUNES, Ricardo. Op. cit., 1995; SADER, Eder. Op. cit., pp. 225 a 261 e 277 a 310.

> *Não podemos nos desesperar, temos que falar com o comandante da PM e esperar que o governador assuma a democracia que propôs.*[135]

As palmas se misturavam com novas palavras de ordem, deixando claro que para eles — manifestantes — a expressão democracia não fazia sentido: "*Queremos comer, queremos trabalhar, chega de falar.*"[136] A falta de sintonia no discurso e na ação pode explicar a dificuldade dessas lideranças em controlar as manifestações.

Ademais, o restrito poder de atuação dos parlamentares e dos mediadores justifica, em parte, a insistência dos manifestantes em dialogar com governador Montoro e, posteriormente, com o presidente João Batista Figueiredo. Isso porque, o diálogo com as autoridades aumentaria ainda mais o grau de comprometimento dessas, posto que as obrigaria a reconhecer os manifestantes como interlocutores legítimos.

Quando a passeata chegou ao Palácio dos Bandeirantes, a multidão proferia: "*Agora eu quero ver o Montoro receber" e "Nós vamos entrar se o Montoro não sair.*"[137]

Ao entoar tais mensagens é possível que os manifestantes pretendessem apenas pressionar Montoro — diante de um contingente numeroso de pessoas às portas do seu gabinete, o governador não teria outra saída senão atendê-lo — ou ainda, pode-se considerar a possibilidade da cobrança das promessas feitas em palanques — um governo democrático e aberto ao diálogo. Mas isso não ocorreu, frustrando as expectativas da multidão. Não vislumbrando outra alternativa, após discussões sobre invadir ou não o Palácio, os manifestantes concordaram em formar uma comissão para dialogar com o governador. Antes porém, o secretário do trabalho Almir Pazzianoto tentou convencer os manifestantes a aceitá-lo como

---

[135] FORTE esquema de segurança no Largo 13 não impediu tumultos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.12.
[136] MANIFESTANTES tentam invadir o palácio e derrubam gradis. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 10.
[137] MANIFESTANTES invadem o Palácio. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

interlocutor. A multidão mostrou-se decidida, estava ali para conversar com o governador. No diálogo com o Montoro, o grupo expôs as seguintes reivindicações:

> *Viemos aqui conversar com o governador. Reivindicamos jornada de 40 horas semanais, sem redução do salário, estabilidade no emprego e, imediatamente, um passe (condução), direito a assistência médico-sindical e direitos sindicais por um ano para os desempregados. Queremos ainda que o governador alugue alguns ônibus, para irmos à Brasília, pois pretendemos conversar com Figueiredo, juntamente com vocês.*[138]

Esse episódio elucidou dois aspetos relevantes para as reflexões aqui arroladas. Um deles refere-se à representatividade da comissão. Embora não saibamos quantos formavam a comissão e os nomes de todos os integrantes, pudemos identificar entre eles a presença do deputado federal José Genoíno (PT), e do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Tal constatação confirma o papel delegado aos parlamentares e às lideranças populares nos movimentos sociais. Ambos assumiram a função de mediadores entre governo e desempregados, função essa, inclusive, questionável, posto que entre os tópicos constantes da pauta de reivindicação, poucos atendiam às necessidades imediatas dos desempregados.

Outro aspecto que chamou a atenção foi o pedido de ônibus para irem a Brasília dialogar com o Presidente João Batista Figueiredo. Como muitas das reivindicações expostas fugiam da alçada estadual, os manifestantes, cientes da limitação do governo do Estado, pretendiam ir direto à fonte e dialogar com a autoridade máxima, o presidente da República. Não há dúvidas quanto à intencionalidade desses encontros — expor as queixas e pressionar os governantes para que fizessem mudanças favoráveis à classe trabalhadora —, porém o apelo aos governos revelava um dado substancial: os manifestantes questionavam em parte a ordem econômica e social e ao recorrerem às autoridades, conferiam maior legitimidade ao poder instituído.

---

[138] NUM diálogo áspero, promessas. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 10.

A complexidade dos eventos de abril deixou algumas narrativas abertas às especulações como as palavras de ordem proferidas pelos manifestantes — *"Estamos a fim da cabeça do Delfim"*[139]*; "Fora Figueiredo, abaixo o desemprego"* [140]; "*Chora Figueiredo, Figueiredo chora, está na hora de você ir embora".*[141] Dada a diversidade dos sujeitos envolvidos na tessitura dos saques, percebe-se que pediam a cabeça do ministro do Planejamento Delfim Neto e do presidente João Batista Figueiredo não apenas por representarem o autoritarismo militar, a repressão, o cerceamento das liberdades, mas por serem vistos como os responsáveis pela penúria de grande parcela da população trabalhadora. As reflexões, contudo, levam a considerar ainda uma terceira possibilidade, que as ambiguidades de tais palavras de ordem representavam a multiplicidade e a pluralidade dos sujeitos presentes nas manifestações.

As considerações aqui postas permitem identificar e entender os fatores que contribuíram para a congruência de sujeitos com diferentes historicidades e objetivos. Assim, cidadãos comuns relegados ao abandono e motivados pelo desespero, trabalhadores cientes da sua condição na relação capital-trabalho e do potencial da luta organizada, lideranças conhecedoras dos meandros políticos compunham o complexo universo das manifestações. A heterogeneidade dos protagonistas refletiu-se na diversidade das ações — saques, depredações, concentrações, assembleias, passeatas — e nos propósitos das manifestações — emprego, comida, melhores salários, seguro desemprego, democracia. Nesse sentido os saques foram reveladores na medida em que evidenciaram as ambiguidades e contradições sociais do ano de 1983.

Acreditamos que as reflexões acerca das manifestações deflagradas nos dias 4, 5 e 6 de abril na capital paulista possam ter contribuído para a compreensão do sentido e do significado desses acontecimentos, bem como, para a desconstrução das representações daqueles atos e seus protagonistas na mídia impressa.

---

[139] ATÉ manequins de loja são levados. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.
[140] 8H30 – Vai começar os distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 42.
[141] MANIFESTANTES invadem o Palácio, *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

Como se pôde verificar, os acontecimentos irrompidos nos primórdios de abril foram muito mais complexos do que sugeriam as narrativas jornalísticas. Embora abundantes, essas circunscreveram-se às ações dos manifestantes e aos dados pontuais e quantificáveis dos acontecimentos, sonegando informações relevantes para a compreensão do real sentido e significado dos saques. Assim, o resgate da historicidade daquele momento em que esses estavam inseridos, permitiu não somente confrontar as ideias veiculadas nos jornais — os saques como "atos de vandalismo", "baderna", "desordem" e "ações irracionais" levadas a cabo por "trombadinhas", moradores de favela ou mesmo por uma "multidão" disforme e abstrata — como também possibilitou o entendimento das manifestações como uma estratégia de luta em que a ação adquiriu o caráter de discurso, uma vez que, como movimentos sociais, as forças que se uniram eram fluidas, heterogêneas e representavam historicidades distintas. Tempos que se encontraram simultaneamente no episódio em questão como resistências transformadoras[142]. Logo, não podemos acatar a ideia de que os distúrbios foram ações tresloucadas, enfurecidas e irracionais.

Não restam dúvidas quanto à potencialidade das ações diretas. Os saques e quebra-quebras ocuparam um significativo espaço na imprensa escrita dando visibilidade à condição do desempregado e da classe trabalhadora, mobilizando diferentes setores sociais e políticos em torno da crise do desemprego e, por fim, suscitando debates que transcenderam as questões sociais e econômicas daquele período. Nesse sentido, as deflagrações irrompidas no mês de abril de 1983, embora circunscritas à cidade de São Paulo e, entre deflagração, ápice e refluxo, não tenham durado mais que três dias, adquiriram uma significação ainda maior posto que trouxeram à luz os conflitos e as tensões sociais e políticas iminentes naquele ano de 1983.

[142] Conceito desenvolvido por IOKOI, Zilda M. G. in Igreja e Camponeses, em que a autora aponta a relação entre o tempo pretérito dos movimentos sociais, as lutas contra a exclusão dos direitos e a transformação da sociedade com os novos modos de vida expressos nas lutas e na consciência sobre o justo e o injusto. IOKOI, Zilda M. Gricoli. Op. cit., 1997.

Capítulo 2 – As representações dos saques e quebra-quebras nas esferas do poder

Fonte: GÊ. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. de 1983, p. 2.

Passados os momentos críticos das deflagrações, manifestantes e manifestações desapareceram dos noticiários e reportagens e foram substituídos por acontecimentos e personagens circunscritos às outras esferas políticas, tais como: autoridades governamentais, parlamentares e empresários.

Alguns números podem elucidar tal observação. Entre 05 e 10 de abril, das 314 matérias referentes aos saques ocorridos nos dias 4, 5 e 6 veiculadas nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, somente 61 tratavam das ações dos manifestantes na capital paulista e 10 da repercussão dos distúrbios em outras cidades e estados. As demais, embora motivadas pelos saques, abordaram em diferentes graus e de formas diversas questões relacionadas ao governo Montoro, aos processos de abertura e de redemocratização.

Qual o significado do deslocamento dos debates da esfera socioeconômica, para a esfera política? Que elementos concorreram para essa transposição? De que forma e em que medida isso contribuiu para a ressignificação das manifestações?

Para o deslindamento dessas questões, direcionou-se a leitura para as matérias jornalísticas que, de alguma forma, expuseram as ações e declarações

provocadas pelas manifestações populares nas instâncias do poder executivo e legislativo. Isso não significa que tais etapas foram estudadas e analisadas isoladamente. Pelo contrário, além de terem os saques como fio condutor, os temas suscitados — a situação dos governos de oposição, em especial, o de Franco Montoro, a presença de agitadores infiltrados nas manifestações, o grau de comprometimento do processo de abertura e, em consequência, da redemocratização — foram recorrentes nas duas esferas. Dada a gama e complexidade dos temas, as análises foram divididas em três partes, buscando-se dessa forma identificar e compreender as questões postas pelo governo federal, pelos governos estaduais — especificamente, os de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro — e pelos parlamentares.

Antes de iniciarmos as reflexões empreendidas, faz-se necessário tecer algumas considerações a respeito do conjunto documental aferido nesse momento do trabalho. Assim como as reportagens referentes aos saques e quebra-quebras — analisadas no Capítulo 1 —, as informações veiculadas nas matérias que trataram das repercussões das manifestações entre as autoridades do Palácio dos Bandeirantes e do Palácio do Planalto foram igualmente fragmentadas, selecionadas e expostas a partir da ótica e do posicionamento político-ideológico do jornalista-repórter e do jornal ao qual o profissional estava vinculado. Contudo, verificou-se nos materiais cotejados a inserção de um novo elemento: a presença das frases entre aspas, indicando a declaração de alguma autoridade política — civil ou militar.

Não se pretende com essa observação questionar a importância dessas declarações para a compreensão das repercussões suscitadas pelos saques e quebra-quebras nas esferas do poder. Porém, não se pode ignorar o significado desses pronunciamentos nos materiais jornalísticos.

Uma primeira reflexão conduz, uma vez mais, para a pretensão de objetividade dos textos jornalísticos. A recorrência às declarações “oficiais” confere às notícias um caráter imparcial e neutro, aumentando assim a credibilidade das notícias. Isso ocorre principalmente porque as ideias e opiniões nelas presentes ou estão vinculadas a um nome que inspira respeitabilidade e confiança e/ou são

transcritas entre aspas sugerindo que não houve interferência alguma do redator. A incidência de tal recurso foi inclusive verificada nos títulos de algumas das reportagens: *"Movimento tende a repetir-se, diz Lula"*; *"Maximiano diz que foi teste para oposição*"; *"Vidigal acredita em 'movimento isolado'"*; *"Para Macedo, ações não tem geração espontânea*"; *"Dom Avelar vê risco de manipulações*"; *"Aurélio culpa a União e sugere uma saída política*"; *"Tancredo também crê na atuação de radicais*"; *"Aureliano admite crise mas não aceita desordem*".

De acordo com Abramo, tais procedimentos revelam duas práticas comuns nos textos jornalísticos: o *frasismo* — uso abusivo de frases e expressões — e o *oficialismo* — referências de autoridades "oficiais" como fonte principal das informações contidas nos textos.[143] O emprego desses recursos provoca simultaneamente dois efeitos: tende a apresentar a versão do jornal como imparcial e, portanto, verdadeira, ao mesmo tempo que garante maior visibilidade às "versões oficiais" externadas pelas autoridades em detrimento das versões daqueles que protagonizaram os saques e quebra-quebras.

Ademais, de acordo com Chauí, essa ênfase às "interpretações oficiais" nos noticiários pode e deve ser entendida como discurso da *ideologia da competência.* Ou seja, apenas alguns poucos têm condições e capacidade para refletir, avaliar e encaminhar as questões postas pela sociedade, pois "não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro."[144] Dessa forma, cabe aos "incompetentes" ouvir e acatar as ideias e propostas feitas pelos "competentes". Enfim,

> o discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os

[143] Para Perseu Abramo, o *frasismo* e o *oficialismo* são dois extremos de um dos padrões de manipulação por ele denominado a *inversão da versão pelo fato.* Nessa operação de inversão "não é o fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa, seja essa versão originada no próprio órgão de imprensa, seja adotada ou aceita de alguém — da fonte das declarações e opiniões. O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social e prefere, em lugar dessas simples operações, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos." ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 29.

[144] CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 76-7.

> lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido.[145]

As reflexões acerca do *oficialismo* e da *ideologia da competência* não só contribuíram para a compreensão da significação das declarações e pronunciamentos "oficiais" nos textos jornalísticos, como também favoreceram o entendimento do deslocamento dos protagonistas dos saques e quebra-quebras da "cena" principal e a introdução dos atores sociais e políticos relacionados, direta ou indiretamente, às esferas do poder. Após o refluxo das manifestações, os noticiários passaram a focar as questões políticas suscitadas pelos acontecimentos — em especial, o grau de comprometimento do processo de "abertura política" em andamento.

Dado o teor das discussões, os debates circunscreveram-se ao campo dos "competentes" — autoridades governamentais, intelectuais, representantes das Forças Armadas, da Igreja, das associações empresariais, da imprensa, dos sindicatos —, cabendo aos "incompetentes" — parcela significativa da sociedade sem acesso aos canais institucionais de expressão — acompanhar à distância as discussões estabelecidas entre as autoridades e especialistas e acatar as medidas adotadas nas diferentes esferas do poder.

Paradoxalmente, foram esses "discursos competentes" — apesar de representarem a versão de uma pequena parcela da sociedade e, evidentemente, seus interesses, propósitos e temores — que permitiram simultaneamente entrever como se construiu a representação dos saques e quebra-quebras nos âmbitos do poder bem como identificar e compreender o significado dos debates políticos promovidos pelas manifestações.

[145] Idem, ibidem.

2.1. Na esfera estadual

> *Quem viu o governador Franco Montoro ontem, de manhã e de noite, na televisão, primeiro com seus colegas de Minas Gerais e Rio de Janeiro, depois sozinho lendo uma mensagem à população paulista, há de ter percebido a evolução sofrida em seu comportamento.*
>
> *Note-se que, entrementes, ele participou à porta do Palácio dos Bandeirantes de um diálogo pouco ameno com representantes de uma entidade denominada Comitê de Luta contra o Desemprego.*
>
> *A despeito da gravidade dos distúrbios do dia anterior, com o saque de supermercados e padarias, com a desordem que produziu dezenas de feridos e até um morto, o sr. Montoro foi comedido nos termos e nos gestos em seu aparecimento matutino na TV, apelando para que se evitassem manifestações violentas.*
>
> *[...]*
>
> *O Franco Montoro que apareceu à noite na TV era outro — na ênfase com que proclamou defender a integridade física e o patrimônio público e particular de todos os cidadãos. A voz serena e firme inspirava confiança. Estava irreconhecível.*[146]

Não era preciso ter uma percepção aguçada para perceber as mudanças ocorridas na postura do governador paulista frente aos distúrbios deflagrados em São Paulo. Conforme observou o articulista Oswaldo Peralva, as declarações de Montoro na noite de terça-feira, diferentemente das veiculadas no dia anterior, revelavam um governante firme, confiante e disposto, a qualquer custo, a assumir o controle da situação. Tal constatação provocou algumas questões: Que elementos contribuíram para a mudança na postura de Montoro em relação aos distúrbios? Qual o significado dessa alteração? Ela se deu somente na aparência ou foi acompanhada por mudanças mais profundas? Quais as consequências desse novo posicionamento para as manifestações/manifestantes?

[146] PERALVA, Oswaldo. IRRECONHECÍVEL. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 06 abr. 1983, p. 02.

Para o deslindamento de tais questões, as leituras foram focadas nas declarações de Montoro, bem como de seus assessores e secretários, procurando confrontá-las, sempre que possível, com os pronunciamentos proferidos, naquele momento, por outros agentes políticos e sociais.

Uma primeira mudança verificada na postura do governador frente aos saques e quebra-quebras refere-se à explicação dada aos acontecimentos.

No dia 4 de abril, ao ser inquirido pelos repórteres sobre as motivações das irrupções sociais, Montoro afirmou:

> *Estamos examinando profundamente o problema e procurando criar frentes de trabalho, porque o problema, acima de tudo, é conseqüência do desemprego.* [...] *Evidentemente são acontecimentos lamentáveis. É preciso examinar com serenidade e pedir à população serenidade para que se resolvam esses problemas em termos de justiça. A agitação não leva a resultados concretos. É preciso, com a maior atenção, examinar as causas dos problemas. E é o que estamos procurando fazer.*[147]

A declaração de João Quartim de Morais, secretário de Imprensa do Estado de São Paulo, convergiu para a mesma direção:

> *Não temos elementos que nos autorizem a acreditar que tenha sido movimento de agitação organizado. Me parece realmente a explosão do sentimento de frustração e angústia de toda uma população que está vivendo problema grave de desemprego, de alta de custo de vida, que toda a população de São Paulo e do Brasil conhece.*[148]

---

[147] MONTORO promete para já plano de emergência. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.

[148] AÇÃO de emergência para gerar emprego é ordenada. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.

Montoro e seu secretário de imprensa adotaram um tom contemporizador, mostrando-se conscientes das questões sociais que afligiam grande parte da população e atribuíram, assim, ao custo de vida e ao desemprego as manifestações deflagradas na capital paulista. Tais justificativas não causavam estranhamento algum, posto que, como visto no primeiro capítulo, a crise recessiva vivenciada no ano de 1983 não encontrava paralelo na história do Brasil desde a década de 1930. Contudo, mesmo reconhecendo a pertinência das reivindicações, as caracterizações presentes nas declarações — "acontecimentos lamentáveis", "agitações" e "explosão de sentimento de frustração e angústia" — atribuíam um sentido efêmero e circunstancial e revelavam a dificuldade em se reconhecer as ações diretas como formas de luta reivindicatória.

No dia seguinte, ambos incorporaram em seus discursos alguns elementos que permitem vislumbrar a direção dos pronunciamentos acerca das manifestações ao longo daquela semana.

Ao ser questionado pela imprensa por qual razão a polícia não reprimira os manifestantes no Largo 13 de Maio (04/04) como o fez na manifestação dos desempregados no Palácio dos Bandeirantes (05/04), Quartim de Moraes afirmou que:

> *as manifestações nasceram enraizadas nas razões mais legítimas possíveis. Mas a partir do momento que mudaram de caráter, transformando-se em arruaça, a Polícia Militar passou a agir em defesa da propriedade privada e da segurança pública.*[149]

De forma geral, as manifestações ocorridas na terça-feira (05/04) em muito se assemelhavam às irrompidas no dia anterior: passeatas, saques, depredações e tentativas de dialogar com as autoridades públicas. É possível que, ao classificar as ações dos desempregados concentrados nos portões do Palácio dos Bandeirantes como arruaça, o secretário estivesse se referindo à derrubada das grades da sede do governo paulista.

---

[149] CORRERIA e preocupação nos corredores. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

Na segunda-feira, contudo, a Regional de Santo Amaro e o Centro de Saúde no Largo 13 de Maio, ambos estabelecimentos públicos, também foram alvos de apedrejamento dos manifestantes. Assim, a mudança de opinião do secretário em relação às manifestações pode ser entendida como justificativa para a repressão policial desferida contra os manifestantes concentrados nos portões do Palácio. Ademais, pode-se inferir que a declaração de Quartim, ao afirmar que "a polícia agia em defesa da propriedade privada e da segurança pública"[150], visava tranquilizar alguns setores políticos e sociais preocupados e descontentes com a desestabilização da ordem pública.

O discurso de Montoro tomou outra direção. Na manhã de 5 de abril, no programa comemorativo da TV Mulher (Rede Globo), do qual participou juntamente com os governadores Tancredo Neves (Minas Gerais) e Leonel Brizola (Rio de Janeiro), Montoro introduziu um novo elemento em suas explicações para os acontecimentos deflagrados em São Paulo:

> *Já há notícias nos jornais que falam da possibilidade de uma intervenção. Mas não creio, porque uma intervenção seria uma violação da vontade popular. São 5 milhões de cidadãos que me colocaram no governo. Não serão as manobras de alguns homens que irão impedir o povo de realizar, através de um governo eleito, o seu programa.*[151]

A declaração do governador paulista revelou dois aspectos relevantes para nossas análises: a ameaça de uma intervenção federal em São Paulo e a existência de pessoas que pretendiam inviabilizar o seu governo. Note-se que, se por um lado, Montoro colocou a intervenção federal como possibilidade, o mesmo não ocorreu em relação à acusação de que havia, nas manifestações, pessoas interessadas em comprometer a sua gestão. Tais elementos tornaram-se recorrentes nos discursos do governador paulista proferidos ao longo daquele dia.

---

[150] A preocupação de alguns setores da sociedade civil, mais especificamente os representantes da grande imprensa paulista e empresariado, com a manutenção da ordem será trabalhada no capítulo 3.

[151] "ESTÃO querendo intervenção". *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 09.

À tarde, no diálogo estabelecido com a comissão dos desempregados concentrados nos portões do Palácio dos Bandeirantes, Montoro, mais uma vez, alertou para a presença de infiltrados:

> *Não dêem atenção àqueles que queiram prejudicar a ordem (sic). O trabalhador não é desordeiro. O trabalhador não quer bagunça e os nossos adversários estão querendo estabelecer uma divisão. Temos de estar unidos, junto com todo mundo para resolvermos os nossos problemas.* [152]

O tom de cumplicidade empregado pelo governador ao se colocar ao lado da comissão contra adversários comuns deixava entrever quem seriam, para ele, os interessados em "prejudicar a ordem". Entre os representantes dos manifestantes estavam presentes duas lideranças políticas importantes e de oposição ao governo federal, como o presidente da União Nacional dos Estudantes e o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, José Genuíno. Assim, pode-se pressupor que os referidos "adversários", de alguma forma, estavam vinculados ao governo militar e que, ao pregar a união, Montoro dirigia seu apelo aos membros da comissão.

À noite, no pronunciamento transmitido em cadeia estadual de rádio e televisão, o governador manteve a mesma oratória. Após abordar as causas econômicas e sociais e expor as medidas emergenciais adotadas nos dois dias anteriores, Montoro voltou-se para os interesses políticos das manifestações ao responsabilizar alguns grupos interessados em desestabilizar o seu governo:

> *Respeitando o legítimo direito do povo de reivindicar os seus direitos, eu devo observar que as manifestações ocorridas em vários pontos da Capital, as informações falsas da existência de bombas nas secretarias de Estado, as depredações e os saques em vários pontos da cidade, tudo leva a crer na existência de um plano concertado de pequenos grupos como o objetivo de tumultuar a*

[152] COMISSÃO questiona governador. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

reorganização democrática da qual o governo de São Paulo é uma expressão legítima.[153]

Embora tenha mantido a argumentação presente nas declarações ao longo daquele dia — a presença de agitadores interessados em conturbar o seu governo —, no pronunciamento oficial Montoro introduziu mais um elemento: a reorganização democrática como o alvo principal dos grupos atuantes nas manifestações. O contexto político no qual estavam inseridas as manifestações permite conjeturar que o governador estivesse se referindo à facção militar e civil que desde 1976 vinha empreendendo várias ações terroristas contra membros e instituições da oposição.[154] Isto porque, alguns setores do poder reagiram ostensivamente ao projeto de abertura, ainda que esse, conforme idealizaram seus executores — presidente general Ernesto Geisel e o ministro general Golbery do Couto e Silva —, deveria se dar de forma "lenta, gradual e segura". Contudo, conforme observou Carvalho:

> A proposta de liberalização acionou reações até porque significava a perspectiva de deslocamento de grupos encastelados no aparelho de Estado que, inevitavelmente, perderiam posições de

[153] NA televisão, um duro pronunciamento. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 9.

[154] Dez atentados à bomba e o sequestro do bispo Dom Adriano Hypólito (Nova Iguaçu/Rio de Janeiro) em 1976; seis atentados à bomba em 1977; quinze atentados à bomba, especialmente contra membros do movimento de anistia política em Minas Gerais em 1978; a explosão de duas bombas no Estado de Minas Gerais, uma nas instalações do jornal de oposição *Em Tempo* e outra no carro de João Pires de Vasconcelos, presidente do Sindicado dos Metalúrgicos de João Monlevade e uma terceira sob o altar da catedral de Nova Iguaçu em 1979; o sequestro e esfaqueamento do jurista Dalmo Dallari, membro da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de São Paulo; vários atentados à bomba no Rio de Janeiro, entre eles, a explosão da carta-bomba endereçada ao presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, causando a morte de sua secretária Lyda Monteiro da Silva e, no mesmo dia, a explosão de uma bomba na Câmara Municipal do Rio de Janeiro ferindo gravemente um funcionário, em 1980; a explosão de uma bomba na casa do Deputado Federal Marcelo Cerqueira (PMDB), outra na Gráfica Americana, cujo proprietário havia publicado um depoimento sobre sua prisão e as torturas sofridas e, de duas bombas no centro de convenções do Riocentro, a primeira no interior de um carro no colo de um sargento do Exército e a segunda na casa de força do estabelecimento, onde seria realizado um evento com músicos da oposição. Sobre o assunto ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 278-80; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura e o processo de abertura no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A.N. (Org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (O Brasil republicano; v.4), 2007, p. 266-71.

> poder conquistadas após a radicalização das ações repressivas empreendidas após 1968. Considerando também que houve um envolvimento direto dos militares nas tarefas repressivas, foi equivalente o medo de que após a retirada das Forças Armadas do poder tais responsabilidades pudessem ser apuradas judicialmente.[155]

O número e a brutalidade das ações empreendidas por esses grupos não deixavam dúvidas quanto a sua determinação de impedir a continuidade do processo de abertura. Tais acontecimentos estavam frescos na memória de todos, como se pode perceber na declaração do governador Leonel Brizola ao se referir aos saques ocorridos naquela semana no Rio de Janeiro[156] e em São Paulo:

> *O que está acontecendo no Rio e em São Paulo é um processo de agitação artificial de grupos inadaptados à democracia. Creio que esses fatos guardam parentesco com o que aconteceu na OAB e no Riocentro e, provavelmente, com o episódio da Proconsult.*[157]

Assim, ao percorrer as declarações proferidas por Montoro nos dias 4 e 5 de abril, constatou-se a construção gradativa e cautelosa de um novo discurso acerca dos saques e quebra-quebras. Ainda que no pronunciamento oficial proferido na noite de terça–feira, o governador continuasse reconhecendo a questão do desemprego como o principal motivador das deflagrações, é notória a

---

[155] CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do Regime autoritário (1974-1985), *Dados – Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005, p. 132.

[156] No dia 7 de abril, ocorreu o saque ao supermercado Guanabara, no qual duas pessoas foram detidas. O acontecimento movimentou o policiamento e parlamentares que foram ao local para evitar o agravamento da situação. Dois dias depois, boatos fecharam o comércio na região central, provocando tumultos e mobilização policial.

[157] OPINIÕES. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 13. No Rio de Janeiro, durante a contabilização dos votos nos pleitos de 1982, descobriu-se que a empresa de computação responsável pela contagem — Proconsult — foi utilizada na "transformação" de votos dados a Brizola em nulos e brancos e na transferência desses em votos para o candidato do PDS. Após a descoberta da fraude, o Tribunal Superior Eleitoral interviu, suspendendo a apuração e determinando a recontagem dos votos. OPINIÕES. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 13.

ênfase dada à presença dos grupos interessados em desestabilizar o processo de redemocratização e, consequentemente, seu governo. Tais temores não rondavam somente o Palácio dos Bandeirantes. Os governadores Leonel Brizola (Rio de Janeiro) e Tancredo Neves (Minas Gerais) compartilhavam as ressalvas de Montoro. Nesse sentido, é emblemática a nota emitida pelos três governadores no Palácio dos Bandeirantes, onde se reuniram após terem participado do programa matutino da Rede Globo :

> *Os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, reunidos ocasionalmente nesta Capital, em encontro promovido pela imprensa, examinaram, com preocupação, a situação econômica e social do País e sua repercussão sobre o desemprego.*
>
> *Diante do quadro de instabilidade social, decidiram fazer um apelo à população para que se mantenha em calma, evitando manifestações violentas, que só servem aos inimigos da democracia.*
>
> *Há três semanas apenas na administração, os governadores estão analisando cuidadosamente a situação de seus Estados, e as causas da crise.*
>
> *A hora reclama a colaboração e a solidariedade de todos os níveis do poder público, e a junção dos esforços de todas as pessoas de bom senso, para que o País possa superar suas dificuldades.*
>
> *Reiteram os compromissos de campanha de se empenharem com toda a dedicação à causa do povo que os elegeu, para que haja trabalho, justiça social e paz em nossa Pátria.*[158]

Não há dúvidas de que o documento expedido pelos governadores tinha o intuito de tranquilizar a população e impedir que os saques e quebra-quebras se alastrassem pelo Estado de São Paulo e para outras capitais do país igualmente

[158] MONTORO, Tancredo e Brizola emitem nota. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 15.

assoladas pela crise recessiva.[159] Contudo, algumas considerações podem contribuir para um melhor entendimento do conteúdo do documento.

Nesse sentido, é significativo o fato da nota ter sido emitida pelos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Assim como Montoro, Tancredo Neves e Leonel Brizola — candidatos da oposição — foram eleitos pelo voto direto nos pleitos de 1982. Conforme observou Moreira Alves, ainda que as eleições de 15 de novembro tivessem garantido ao PDS (partido do governo federal) maioria, se consideradas as cadeiras das duas casas legislativas (Câmara Federal e Senado),

> para os partidos de oposição, estas eleições de novembro de 1982 representaram na realidade um grande avanço. Juntos, eles ganharam o controle de 80% do Produto Nacional Bruto, distribuído por 60% do território, ocupados por 58% da população.[160]

Contudo, apesar das vitórias obtidas pela oposição nos Estados mais populosos e desenvolvidos[161], essas não pareciam representar garantia de estabilidade política. Experiências anteriores lembravam que as regulamentações

---

[159] Desde 1973, após a elevação do preço do petróleo, a economia brasileira entrou numa fase de estagnação e depressão. O aumento dos gastos com as importações – cujo carro chefe era o petróleo –, o declínio das exportações, a aquisição de novos empréstimos junto às instituições financeiras internacionais e as altas taxas de inflação contribuíram para a desaceleração da economia. No início da década de 1980, os índices econômicos eram alarmantes. Em 1981, pela primeira vez desde 1942, o PIB acusou uma queda de 1,6%. As vendas da indústria automobilística caíram 23%, dado que explica a demissão de ¼ dos funcionários da Mercedes Benz e o fechamento da sua linha de produção por um mês e meio. Delfim Neto, então ministro da economia, optou por mais empréstimos, elevando a dívida externa (o pagamento dos serviços representava 65,6% das exportações). Em 1982, graças às manobras do governo em um ano eleitoral, o PIB apresentou uma taxa positiva de 1,4%. A inflação sofreu uma pequena elevação, chegando a 99,7%, porém, em agosto, quando o México comunicou não ter condições de pagar os serviços da dívida externa, os bancos estrangeiros credores passaram a dificultar as negociações dos velhos empréstimos e a concessão de novos créditos para o Brasil. A saída foi recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Em janeiro de 1983, o Brasil assinou uma Carta de Intenções com o FMI, na qual, atendendo aos ditames impostos pela instituição, comprometeu-se a reduzir os créditos, o déficit público e os subsídios, como também a promover a desvalorização da moeda e controlar os salários. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, pp. 447-452.

[160] ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., pp. 286-7.

[161] A oposição conquistou os governos de nove Estados, sendo que o PMDB venceu em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Acre e o PDT no Rio de Janeiro. Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., pp. 286-7.

liberalizantes — constantes do projeto de abertura política idealizado e implementado pelo presidente Ernesto Geisel e pelo ministro Golbery do Couto e Silva em 1974 — estiveram sempre acompanhadas por medidas coercitivas e retrógradas como a Lei Falcão[162], criada após a vitória da oposição nas eleições de 1974; o Pacote de Abril de 1977[163], que objetivava coibir o crescimento do MDB nas eleições de 1978 conforme previsto nos estudos realizados pelo SNI; a Lei de Reforma Partidária em 1979[164], cujas restrições visavam fragmentar a oposição e, simultaneamente, dificultar a criação de novos partidos e, por fim, o "pacote eleitoral"[165] anunciado pelo presidente João Batista Figueiredo, em 1981, após os resultados das pesquisas realizadas pelo SNI indicando a vitória do PDS somente nos Estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Maranhão.

Em vários momentos, apesar das promessas de liberalização política, dado o fortalecimento da oposição oficial nas urnas e a repolitização dos espaços públicos pelos movimentos sociais engendrados ao longo da década de 1970, os governos comprometidos com o projeto de abertura não titubearam em adotar medidas autoritárias, configurando assim o golpe dentro do golpe. De acordo com Borges, o projeto de distensão política foi pautado em medidas que representavam "um passo à frente e outro atrás", isso porque

---

[162] Restringia o acesso da oposição aos meios de comunicação, em especial na televisão. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A.N. (Org.). Op. cit., p. 267.

[163] Conforme as reformas eleitorais introduzidas na Emenda nº 8, conhecida como "Pacote de abril": permaneceriam as eleições indiretas dos governos de Estados; o número de cadeiras de cada Estado na Câmara dos Deputados seria proporcional à população total; nas eleições para a substituição de dois terços do Senado um seria eleito pelo voto direto e outro pelo voto indireto; o número de representantes das Assembleias Legislativas Estaduais para a escolha do presidente seria reduzido; a duração do mandato do presidente da República passaria para seis anos; a Lei Falcão seria estendida para as eleições estaduais e federais. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., pp. 194-5

[164] De acordo com a reforma, os partidos teriam que ter em sua legenda a denominação partido, não poderiam ter como base credos religiosos, sentimento de raça ou classe, só poderiam atuar se tivessem 10% na Câmara ou no Senado e, por fim, aqueles que não se enquadrassem nesses itens seria automaticamente extinto. REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984).* Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 267.

[165] As reformas proibiam coalizões nos pleitos estaduais, exigiam que o partido apresentasse candidatos para todos os cargos em disputa naquele município, determinavam que para a validação do voto, o eleitor tinha que escolher candidatos do mesmo partido; estabeleciam que as renncias de candidatos só seriam aceitas se o partido do mesmo se retirasse das eleições. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 281.

> Geisel tentava controlar os radicais, mas não sem antes fazer um afago a esses militares como, por exemplo, fechando o Congresso e cassando mandatos dos políticos da oposição, e, por outro lado negociava com lideranças religiosas e classistas (Ordem dos Advogados, Associação Brasileira de Imprensa, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil etc.), medidas de liberalização do regime.[166]

Frente a esse contexto, parecia não ser prudente confrontar as forças do Planalto Central. Ademais, os governadores sabiam que uma relação hostil ao governo federal, além de trazer prejuízos políticos, implicaria ônus econômicos e financeiros aos seus Estados. [167] A declaração do governador Brizola evidenciou tal dependência:

> *Vamos estruturar as medidas a serem tomadas em comum acordo por nossas administrações, a fluminense, a paulista e a mineira, para então levarmos esses dados ao chefe do governo, com quem não terei qualquer inibição de encontrar quando for oportuno.*[168]

Vale destacar que foi com o intuito de pedir ajuda financeira para o seu Estado que Tancredo Neves havia se encontrado com o presidente no dia 6 de abril. As considerações acerca do contexto econômico e político permitem entender o tom contemporizador adotado pelos governadores oposicionistas em relação ao

---

[166] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit., p. 40.

[167] A dependência dos Estados em relação ao governo federal foi evidenciada na declaração do secretário do Planejamento José Serra ao expor o montante da dívida externa do Estado — cinco bilhões de dólares — e as limitações do governo paulista na solução da crise: "Para amortizar essa dívida, somente este ano o governo deverá gastar 1,5 bilhão de dólares e ainda terá de pagar uma dívida interna de Cr$ 300 milhões. Nosso maior problema é que o governo federal não nos dá autorização para contrair mais empréstimos e expandir a dívida. Por isso, o Estado não tem dinheiro para resolver o problema do desemprego. (...) A terceira causa é o refinanciamento da dívida das empresas estatais. (...) As empresas de Brasília refinanciam 80% e as empresas públicas estaduais de 40 a 45%. Dessa forma, é obvio, diminui a capacidade de endividamento dos Estados." SERRA aponta governo federal como culpado. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.22.

[168] PARA Brizola, imprensa exagerou no noticiário. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.11.

Presidente Figueiredo. Nesse sentido, parece emblemático o pronunciamento proferido por Montoro na noite de 5 de abril:

> *A uma delegação que recebi no palácio, reafirmei o absoluto empenho de minha administração em dar solução aos problemas que afligem o nosso povo e, de modo especial, ao desemprego, que é resultado de uma política econômica recessiva, que sempre combatemos.*
>
> *Não posso deixar de destacar, em meio à crise nacional que atinge a todos, a espantosa herança que recebemos da administração passada, verdadeira massa falida que meu governo precisa enfrentar.*[169]

Embora Montoro atribuísse o desemprego à política econômica recessiva, note-se que ele não atacou diretamente os responsáveis por tal situação, limitando-se a criticar o seu antecessor, o ex-governador Paulo Maluf, a quem atribuiu a situação caótica em que se encontrava o Estado de São Paulo, evitando assim um confronto direto com a equipe governista.

Posicionamento semelhante pôde ser identificado nas declarações do governador Leonel Brizola. Após afirmar que havia recebido informações de que pessoas do Rio foram identificadas como lideranças nos tumultos de São Paulo, o governador fluminense disse estar cada vez mais convicto

> *de que se trata de um plano em execução com o propósito de desgastar, ou até mesmo desestabilizar os novos governos eleitos pelo povo. Inclusive não excluo os governantes eleitos pelo PDS, porque igualmente escolhidos pelo povo. A nova ordem democrática que se inicia no País é o alvo. E os interessados nesses distúrbios talvez queiram aumentar o seu cacife nessa nova correlação de forças.*[170]

---

[169] NA televisão, um duro pronunciamento. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 9.
[170] BRIZOLA aponta relação entre os distúrbios e os atentados terroristas. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 14.

Ao afirmar que a ameaça suscitada pelos saques e quebra-quebras estendia-se a todos os governadores eleitos nos pleitos de 1982, inclusive àqueles ligados ao PDS, Brizola deixava claro que suas acusações não se dirigiam indiscriminadamente aos políticos situacionistas, mas sim a um determinado grupo interessado em desestabilizar os governos eleitos democraticamente. Percebe-se assim que, ao indicar a existência de grupos divergentes dentro do partido do governo, Brizola procurava evitar possíveis animosidades com o grupo engajado com a liberalização política, do qual fazia parte o presidente Figueiredo. A declaração proferida no dia 8 de abril, após a disseminação de boatos de que estavam ocorrendo depredações na região da Alfândega, no Rio de Janeiro, evidenciou uma vez mais o tom cauteloso empregado pelo governador fluminense:

> *Tudo é uma espécie de articulação. E se vê que é algo que não é somente contra os novos governos eleitos. É contra, também, o presidente Figueiredo, contra o governo federal, porque quer, no fundo, jogar o governo federal contra os governos estaduais, e os estaduais contra o federal, para esse pessoal voltar a ter cacife. Esse pessoal que só tem alguma importância dentro de um regime repressivo, quando o povo não tem liberdade.*[171]

A trajetória política de Brizola tornava tais declarações ainda mais significativas. Diferentemente de Montoro[172], o governador fluminense era visto e tratado com muita desconfiança pelos militares. Isso se devia especialmente ao seu passado. Durante o governo de João Goulart, a quem Brizola estava ligado politicamente, atuou ativamente em prol da aprovação das Reformas de Base. Durante os governos militares, foi exilado, retornando somente após a Lei de Anistia (1979). Depois da Reforma Partidária, por divergir da presidente do PTB

---

[171] BOATO faz o Rio temer distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.10.

[172] Eleito vereador pelo PDC (Partido Democrata Cristão) em 1947, nomeado ministro do Trabalho e da Previdência Social no Gabinete Parlamentarista de Tancredo Neves (1961-62) e eleito senador nas eleições de 1970 e 1978 pelo MDB, partido para o qual ingressou em 1964, Montoro era conhecido nos meios políticos por sua postura e atuação moderada.

(Partido Trabalhista Brasileiro), Ivete Vargas, que havia adquirido no Tribunal Superior Eleitoral o direito de usar a sigla, Brizola juntamente com outros exilados fundaram o PDT (Partido Democrático Trabalhista), um partido com características social-democratas. Assim Brizola era visto por muitos como uma forte liderança de esquerda.

Os depoimentos de Tancredo Neves revelaram-se ainda mais contidos. Após a audiência já prevista e agendada com o presidente João Batista Figueiredo, o governador mineiro afirmou:

> *Tanto o presidente Figueiredo como eu estamos convencidos de que os acontecimentos de São Paulo são produto de um movimento concebido e dirigido, comandado por forças radicais, com o objetivo de criar dificuldades ao processo de abertura democrática.*[173]

Ao falar em seu nome e do presidente da república, o governador mineiro cuidadosamente transpôs as fronteiras políticas, colocando-se ao lado do governo federal contra os "inimigos da democracia". Entretanto, o tom precavido não se restringiu somente ao governo de Figueiredo. Ao ser inquirido sobre a procedência dos grupos interessados em desestabilizar o processo de "abertura democrática", Tancredo respondeu que, independentemente do alinhamento político-ideológico dos referidos grupos, pois esses poderiam estar vinculados tanto aos radicais da direita como aos da esquerda, tratava-se de facções perigosas interessadas somente em "impedir a consolidação do processo democrático". A resposta evasiva, posto que o governador mineiro diferentemente de Brizola não fez menção alguma aos grupos extremistas da direita como possíveis responsáveis pelas agitações, pode ser entendida como uma estratégia para evitar confrontos e animosidades com o militares.

O posicionamento de Tancredo, contudo, adquire maior sentido se considerarmos a sua trajetória política nos anos precedentes. Em 1979, após a Lei

---

[173] TANCREDO também crê na atuação de radicais. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.22.

de Reforma Partidária, juntamente com políticos conservadores do MDB ligados aos capitalistas e ao setor financeiro, Tancredo fundou o PP (Partido Popular), acreditando que esse teria condições de protagonizar o governo que faria a transição para a redemocratização.[174] O pacote eleitoral anunciado pelo presidente Figueiredo em 1981 obstou tais pretensões. Percebendo que não teriam condições de atender às regulamentações impostas pelo governo federal, em convenção nacional, os membros do PP optaram por sua dissolução e incorporação ao PMDB.

Nesse contexto, dado seu perfil político moderado e suas habilidades para as negociações, Tancredo despontou como um dos nomes mais influentes daquele período, gozando de credibilidade e prestígio tanto entre membros da oposição como da situação. Fato que seria confirmado nas eleições presidenciais em 1985 quando, depois de frustradas a tentativa de eleições diretas, Tancredo habilmente articulou a aproximação entre PMDB e dissidentes do PDS, em favor da sua candidatura à presidente da República.[175] Assim, pode-se verificar que os pronunciamentos de Tancredo tinham em vista interesses outros que transcendiam a questão da condição dos governos oposicionistas.

Enfim, os posicionamentos dos governadores da oposição simultaneamente refletiam as experiências vivenciadas no passado recente — os atentados empreendidos pelos radicais da direita e as medidas coercitivas adotadas pelos governos militares —, a conjuntura política no ano de 1983 — a condição de oposição — e, por fim, as expectativas em relação ao futuro político do país — o restabelecimento da democracia. Ademais, as posturas cautelosas e moderadas simultaneamente indicavam que esses não pretendiam de forma alguma aceitar a

---

[174] Sobre a atuação de Tancredo Neves no processo de redemocratização nos primeiros anos da década de 1980 ver: ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 275, 282; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). Op. cit., pp. 271-9; REZENDE, Maria José de. Op. cit.

[175] De acordo com o Teixeira da Silva, políticos do porte de Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão, Olavo Setúbal e Aureliano Chaves, entre outros, aceitaram, mesmo estando no PDS, votarem "no candidato do PMDB, Tancredo Neves, caso fosse garantida pela oposição uma transição sob controle. A garantia de uma transição que não escapasse ao controle das elites políticas do regime agonizante seria feita através da incorporação do próprio Sarney como vice-presidente, na chapa do PMDB, além da indicação de alguns dos principais políticos do PDS para o futuro ministério, pontos acertados em negociação direta com Tancredo Neves e Aureliano Chaves e alguns outros cardeais do PMDB e do PDS." SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO; Lucilia de A. N. (Org.). Op. cit., p. 277.

ocupação do espaço público pelas camadas populares, atribuindo a si próprios a solução conciliadora da crise.

O governo de Montoro parecia equacionar as tensões políticas daquele período. Algumas evidências confirmaram tal proposição. Desde o primeiro dia, o governador paulista se viu em meio a cobranças feitas por setores sociais opostos: de um lado, representantes dos grupos dominantes exigiam a repressão imediata e contundente às manifestações, do outro lado, manifestantes e lideranças populares queixavam-se da violência empreendida pela Polícia Militar. À primeira vista, tal situação não apresentava nada de inusitado, posto que em momentos de tensões e convulsões sociais é de se esperar que as forças conflitantes exijam das autoridades competentes posicionamentos divergentes. Contudo, o governo de Montoro apresentava algumas peculiaridades que tornavam sua situação ainda mais embaraçosa. Entre elas, pode-se apontar a composição do partido ao qual pertencia e a condição de um governo oposicionista.

O PMDB congregava, desde a sua fundação, tanto grandes capitalistas quanto camponeses e operários do novo movimento sindical[176]. Nas eleições de 1982, as divergências se acentuaram no interior do partido. Ao mesmo tempo em que incorporou o PP de Tancredo Neves aumentando ainda mais o compromisso com o setor capitalista e financeiro, o PMDB recebeu o apoio de partidos da esquerda — como o PC do B — comprometidos com os movimentos sociais e trabalhistas. A diversidade no interior do partido colocava Montoro frente a exigências e cobranças difíceis de conciliar.

Por outro lado, na condição de governo de oposição — eleito sob a bandeira do novo — Montoro estava comprometido com as promessas feitas em palanque que propunham um governo diferente dos anteriores, mais democrático e aberto ao

---

[176] O secretário do Trabalho Almir Pazzianotto, por exemplo, desde 1975, na condição de advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo atuou ativamente durante as greves do ABC em 1978. Ver: SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 277 a 310. A ligação de Pazzianotto com os movimentos sindicais pode ser verificada no encontro com a comissão dos desempregados na tarde de 5 de abril. Ao iniciar o diálogo, Pazzianotto afirmou que naquela mesa de negociação existiam alguns antigos e experientes ativistas sindicais que ele respeitava e que mereciam a sua sinceridade. SECRETÁRIO do Trabalho explica novos planos. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 14.

diálogo. Essa nova postura foi em vários momentos evocada pelo governador paulista. Durante a conversa com os representantes dos manifestantes no Palácio dos Bandeirantes, Montoro ressaltou a importância do diálogo:

> *Recebo a visita de vocês como uma homenagem. Agradeço esses esclarecimentos de vocês. Interrompi, fiz questão, a reunião com os governadores para vir aqui. Quero agora apurar também alguns fatos irregulares denunciados em relação a deputados (violência). De minha parte, podem contar com uma colaboração total. Os jornais nos criticam hoje por excesso de serenidade e nos atacam querendo forçar uma medida de violência. Vamos evitar esta violência, vamos resolver de forma ordenada esse problema.*[177]

A postura e discurso assumidos por Montoro, quais sejam a resolução dos conflitos pela via do diálogo, estavam de acordo com o plano de governo apresentado nos pleitos de 1982. Conforme verificou Pedroso, a "Proposta Montoro" — título dado à planificação — congregava princípios da doutrina liberal e da Doutrina Social da Igreja. Ainda de acordo com a autora, a primeira revelou-se nos tópicos do programa que denunciavam o enfraquecimento do Legislativo e a supressão das eleições diretas para o Executivo; defendiam a volta ao Estado de Direito Democrático, a convocação de uma Assembleia Constituinte, maior autonomia para os partidos, a liberdade de expressão — fim da censura prévia —, a garantia dos direitos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e o fortalecimento do Legislativo, o qual, entre outras funções, deveria canalizar as reivindicações sociais. Já os princípios da Doutrina Social da Igreja foram identificados nas propostas que defendiam a garantia ao direito ao trabalho, distribuição de rendas mais justa, descentralização do poder, reconhecimento e autonomia dos órgãos de representação da sociedade e dos movimentos sociais,

[177] COMISSÃO questiona governador. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

liberdade sindical e, por fim, "participação solidária", por meio da qual a sociedade poderia propor alternativas sociais, econômicas e políticas.[178]

As diretrizes apresentadas na "Proposta Montoro" contemplavam todas as áreas governamentais: habitação e solo urbano, saneamento básico, meio ambiente, saúde, educação básica e superior, agricultura e abastecimento, cultura e lazer, trabalho, transportes, administração pública e política econômico-financeira, política empresarial, justiça e segurança pública. As mudanças propostas para essa última podem ser identificadas nas declarações proferidas por algumas autoridades do governo paulista e oficiais da corporação militar.

Tal como Montoro, o secretário de Segurança Pública Manoel Pedro Pimentel[179] ao ser questionado sobre a morosidade da polícia militar em relação às irrupções sociais, enfatizou as tentativas de diálogo com os manifestantes:

> *A polícia foi colocada em prontidão para ser acionada. Todavia, houve uma recomendação de que se tentasse uma conciliação, um diálogo com os manifestantes, o que seria feito através de deputados que, exercendo uma liderança na área de Santo Amaro, procurariam evitar que o movimento prosseguisse. Essa recomendação foi dada à Secretaria para que aguardasse as gestões a serem feitas por esses deputados.*[180]

178 As reflexões aqui expostas estão embasadas no trabalho da pesquisadora Leda Aparecida Pedroso sobre a "Proposta Montoro" e a educação. Em suas análises sobre o programa apresentado por Franco Montoro nas eleições de 1982, a pesquisadora identificou ainda alguns traços populistas: "as repetidas referências a conceitos amplos e indefinidos como 'interesse público' e 'povo'; a moralização, ligada à imagem pessoal de Montoro; seu posicionamento quanto aos grupos e segmentos sociais, propondo-se governar ao lado de todos eles; a omissão às causas dos problemas apontados e ás críticas feitas por ele aos "erros" da política vigente." PEDROSO, Leda Aparecida. Democracia, política e administração educacional. A Proposta Montoro (1978-1984). São Paulo, Campinas: UNICAMP/Educação, Dissertação de Mestrado, 1991, p. 102.

179 Manoel Pedro Pimentel, ex-secretário da Justiça, não apresentava no currículo ligações com a corrupção e, dado os seus vínculos com os governos precedentes, poderia contribuir naquele momento de transição política. Conforme Caldeira, "ele tomou posse com a tarefa de criar uma 'nova Polícia' de acordo com as diretrizes da Proposta. No entanto, os obstáculos a esse projeto foram tais que Montoro teve de mudar de secretário três vezes em um ano, substituindo Pimentel por Miguel Reale Jr. E depois por Michel Temer." CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000, p.164.

180 INFORMAÇÕES, maior problema. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 13.

De acordo com Caldeira, a "Proposta Montoro" visava enquadrar a polícia nos parâmetros da lei e permitir ao governo um maior controle sobre suas ações. Para tanto, o programa propunha uma reforma tanto no interior da Polícia Civil como na sua Corregedoria, objetivando respectivamente conter as corrupções e a violência policial. No entanto, o alcance de tais medidas era bastante limitado, pois a polícia militar permanecia subordinada ao Exército. Ainda no que se referia a essa corporação, o documento enfatizava a importância da obediência à lei e da ação preventiva em lugar das reações violentas. Conforme observou a autora,

> o compromisso de Montoro com essas idéias foi confirmado por sua escolha de secretários estaduais. Ele nomeou José Carlos Dias para a Secretaria da Justiça. Dias era um conhecido advogado de presos políticos durante os anos militares e ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a principal instituição de defesa dos direitos humanos durante a ditadura.[181]

O depoimento do coronel chefe do Comando de Policiamento da Capital (CPC) João Pessoa do Nascimento apontou para as novas orientações dadas às corporações policiais

> *Temos instrução para deixar que os protestos transcorram normalmente, interferindo apenas quando o patrimônio público ou particular estiver em risco.*[182]

No Largo 13 de Maio, o capitão da 1ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar orientou seus soldados na mesma direção:

> *Eles podem falar o que quiserem, gritar, xingar, que tudo bem [...] só intervimos se houver tentativa de depredação ou atos de vandalismo; vandalismo, não.*[183]

---

[181] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Op. cit., p. 164.
[182] ORIENTAÇÃO à polícia, acompanhar. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 1
[183] DEPOIS do comício, a passeata. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 11.

Como se vê, as orientações do capitão estavam de acordo com as ordens transmitidas pelo coronel João Pessoa do Nascimento, quais sejam, a polícia somente deveria intervir caso as manifestações ameaçassem o patrimônio público ou privado. Porém, o fato do capitão classificar os saques e quebra-quebras como "atos de vandalismo" revelou a dificuldade em aceitar as ações diretas como manifestação social e forma legítima de luta reivindicatória. Caldeira expôs em seu trabalho os obstáculos encontrados por Montoro em fazer valer as propostas do seu programa de governo no que se referia à segurança pública. Para a autora, dois fatores foram determinantes: a falta de apoio por parte da sociedade e a resistência encontrada no interior das corporações militares, habituadas às antigas práticas de arbitrariedade e com evidentes dificuldades em aceitar a ocupação do espaço público como direito.[184]

Nesse sentido, dois exemplos são bastante elucidativos. No interior do 11º Distrito Policial, enquanto alguns soldados enfrentavam um grupo de manifestantes que tentava invadir a delegacia para liberar os detidos nos saques, outros agentes provocavam os presos dizendo que os políticos

> *se fecham nos gabinetes e Assembléia e que nada poderão fazer para livrá-los."*[185]

É curioso observar o tom irônico em relação ao poder de atuação dos parlamentares e políticos. Tais colocações, contudo, não eram descabidas. Os agentes policiais, em especial na década de 1970, gozaram de grande poder agindo arbitrariamente, inclusive com o apoio de autoridades governamentais e militares. Além disso, naquele período, também era real o limitado alcance de ação dos parlamentares, frequentemente ameaçados pelas perseguições políticas e pela possibilidade de terem seus mandatos cassados.

Outra evidência da resistência às novas orientações do governo paulista no interior das corporações militares foi o afastamento, ainda no dia 6 de abril, do

[184] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Op. cit., pp. 164-74.
[185] TARDE tensa no 11º DP. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

comandante do 11º Distrito Policial (Santo Amaro). De acordo com o secretário da Segurança Pública Manoel Pedro Pimentel, o comando foi afastado, pois

> *abrigava pessoas favoráveis à intervenção federal, para retornarmos à situação anterior à posse do governador Franco Montoro. As respostas do 11º Distrito diante das manifestações de segunda-feira não foram satisfatórias.*[186]

Contudo, é significativo o fato das narrativas dos oficiais indicarem uma certa tolerância aos atos públicos. Isso porque, até recentemente, qualquer manifestação era vista e tratada como ameaça à segurança pública e, como consequência, reprimida com violência. A mudança na postura das autoridades em relação às manifestações sociais foi exposta por um oficial da polícia militar:

> *Até bem pouco tempo, qualquer movimentação um pouco mais séria era prontamente reprimida. Isso tornava o trabalho um pouco mais fácil. Agora, nós temos fases de atuação bem definidas e só entramos em ação para valer quando, realmente se faz necessário. Acho que o pessoal ainda não assimilou o método.*[187]

Um outro soldado da PM apresentou percepção semelhante:

> *Até há bem poucos dias, tínhamos um tipo de orientação. Agora é outra. Acontece que a gente vai na rua e vê fatos que exigiriam uma repressão imediata, mas nem sempre pode atuar. Então fica um pouco indefinido.*[188]

Não houve exageros quando o soldado disse "há bem poucos dias, tínhamos um tipo de orientação. Agora é outra", pois uma das marcas do governo anterior, o

---

[186] PIMENTEL assegura a manutenção da ordem. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 13.
[187] *Idem, ibidem.*
[188] NOVOS métodos deixam ainda a tropa insegura. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr 1983, p.9.

do pedessista Paulo Maluf, era a arbitrariedade e a truculência da polícia e, em especial, da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar).[189] Contudo, tais práticas não se restringiram ao governo predecessor. Historicamente, no Brasil, as questões sociais frequentemente foram tratadas como caso de polícia e qualquer forma de manifestação popular sempre foi violentamente reprimida.[190]

Isso explica em parte as dificuldades expostas pelos oficiais em adotarem uma nova forma de ação. Nesse sentido, são emblemáticas as agressões desferidas contra os profissionais da imprensa. Enquanto filmavam ou fotografavam os confrontos entre manifestantes e a polícia, vários foram agredidos com cassetetes de borracha e/ou tiveram seus equipamentos destruídos pelos soldados da PM.[191] Tais ações indicavam a permanência de uma prática histórica de violência policial e que se tornou ainda mais comum e intensa no período da ditadura militar. Habituados a agir arbitrariamente, sem a ameaça da justiça — em grande parte rendida pelo sistema — e da imprensa — silenciada pela censura — os policiais não hesitaram em atacar repórteres e manifestantes. É curioso observar que após ter batido no repórter Paulo Sérgio Scarpa, o policial o advertiu para que não denunciasse o fato ao major Gaião, comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar.[192]

A hipertrofia das corporações militares pôde ser verificada na declaração do oficial da Polícia Militar:

> *a rigidez da PM nos anos anteriores criou uma filosofia de trabalho que demora um pouco para ser mudada. Eu prefiro a orientação atual, mas confesso que muitos soldados ficaram sem*

---

[189] Sobre o assunto ver CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Op. cit., pp. 157-207.

[190] Os estudos de Caldeira sobre a violência em São Paulo indicam que as ações arbitrárias e truculentas de agentes policiais são recorrentes nos dias de hoje. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Op. cit.

[191] No dia 05 de abril, os repórteres fotográficos Fernando dos Santos da *Folha de S. Paulo* e Isaias Feitosa do *Jornal do Brasil* foram acometidos com cassetetes de borracha e tiveram seus equipamentos destruídos pelos soldados a Polícia Militar enquanto fotografavam, em Santo Amaro, alguns ônibus da CMTC que haviam sido apedrejados. À tarde, policiais agrediram os repórteres Paulo Sérgio Scarpa da *Folha de S.Paulo* e Pedro Luis Ronco da *Rádio Bandeirantes*, que teve o braço esquerdo quebrado. AÇÃO da polícia atinge imprensa. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.

[192] Idem, ibidem.

> *saber o que fazer nos três dias de distúrbios na cidade, embora as ordens que recebemos fossem todas cumpridas. [...] Estamos vivendo outra época, um tempo de abertura democrática e acho que a polícia militar também tem que acompanhar esta evolução.*[193]

As considerações feitas acerca das desorientações e resistências no interior das corporações militares frente aos novos direcionamentos estabelecidos pelo governo paulista revelam algumas das dificuldades encontradas pelos governadores oposicionistas recém eleitos. Conforme observou Moreira Alves, ao avaliar as circunstâncias que envolviam os saques ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro no ano de 1983,

> o mais difícil fator administrativo para os governos de oposição tem sido a implementação de uma política coerente para as forças policiais, principalmente devido ao contexto de extrema crise social e conseqüentemente crescente violência. A resistência das polícias locais e a influência parcial que os governos dos Estados exercem sobre a Polícia Militar agravam a dificuldade no trato de uma situação explosiva.[194]

Ainda de acordo com a historiadora, o contexto autoritário, as dificuldades no controle das corporações militares e a crise econômica acabaram fazendo com que a administração dos governos oposicionistas em muito se assemelhassem a dos governos situacionistas.

Ao que parece, no primeiro dia, a polícia não agiu com a energia, ou melhor dizendo, com a violência esperada por alguns segmentos sociais. As manchetes *"Orientação à polícia: acompanhar*" e *"Um dia de tumulto e omissão policial*" do dia 5 de abril corroboram tal hipótese. Contudo, outras manchetes veiculadas nos dias 6 e 7 de abril indicavam algumas mudanças no que se referia à ação das forças

---

[193] NOVOS métodos deixam ainda a Tropa insegura. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 9.
[194] ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p.312.

policiais: *"Voltam os saques: a polícia usa a força*"; "*Hoje, 10 mil policiais nas ruas da cidade*"; *"PM ocupa o Largo 13*".

Alguns depoimentos confirmaram a intensificação da repressão policial. Representantes das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) no encontro com Montoro criticaram a ação da PM que, em vez de evitar os saques, deixava que ocorressem, para, em seguida, os reprimir com violência.[195] Membros de 95 entidades trabalhistas e da Comissão contra o Desemprego, no encontro com o secretário do Trabalho Almir Pazzianoto, fizeram colocação semelhante em relação à atuação da polícia ao se queixarem que essa estava "reprimindo os trabalhadores."

A intensificação do policiamento pode ser explicada pela combinação de três elementos: a continuidade e propagação das deflagrações, as cobranças de alguns setores sociais por maior repressão às manifestações e a ameaça de uma intervenção federal — desde o segundo dia, o II Exército havia entrado em prontidão — caso a ordem não fosse restabelecida. [196]

Se por um lado constatou-se violenta repressão aos saques e quebra-quebras, por outro lado verificou-se a inibição de qualquer manifestação social. Na terça-feira — note-se que era o dia posterior à deflagração dos distúrbios — a pedido do secretário de Segurança Pública Manoel Pedro Pimentel, o delegado geral Maurício Henrique Guimarães Pereira expediu o comunicado nº 183, baseado na Lei Eleitoral 1207 de 25 de outubro de 1950, com as seguintes determinações:

> *Tendo em vista que as reuniões a céu aberto, realizadas nas últimas 48 horas, resultaram em perturbação da tranqüilidade pública, em razão da ausência de comunicação à polícia, dessas concentrações, para o planejamento e execução do policiamento necessário à garantia delas próprias.*[197]
>
> *[...]*

[195] TRÊS sinais indicam que o pior já passou. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.11.
[196] POUCAS propostas no encontro de secretário e sindicalistas. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 12.
[197] REUNIÃO agora depende de ordem. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 15.

Comunica à população paulistana que, na salvaguarda da tranqüilidade pública, as reuniões a céu aberto que forem tentadas realizar, sem prévia comunicação ao Departamento competente, estarão sujeitas à ação policial compatível com as circunstâncias.[198]

As manifestações e concentrações não estavam proibidas, porém, de acordo com a portaria, teriam que ser comunicadas previamente (por escrito) ao Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil com 24 horas de antecedência e limitadas aos espaços autorizados para tais reuniões públicas. Assim, se em teoria garantia-se aos manifestantes o direito de protestar e reivindicar, na prática, as delimitações estabelecidas pela portaria dificultavam a sua mobilização, revelando que, em verdade, tratava-se de uma liberdade vigiada e controlada pelo Estado. Por fim, o comunicado não deixava dúvidas de que a repressão seria implacável, caso as resoluções não fossem atendidas, transferindo para os organizadores das manifestações a responsabilidade pelas ações coercitivas e arbitrárias empreendidas pelos policiais.[199]

No dia 7 de abril, numa entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes Montoro não só confirmou o restabelecimento da "ordem" nas ruas de São Paulo como também ratificou a sua convicção de que as manifestações foram orquestradas por agitadores interessados em desestabilizar o processo de redemocratização:

Eu prometi ordem e o Estado está em ordem. Houve aproveitadores, homens com segundas intenções que queriam abalar

---

[198] Idem, ibidem.

[199] Fazendo uso da portaria, o presidente da Câmara Municipal de São Paulo Brasil Vita, no dia 6 de abril, negou o uso do saguão da Casa Legislativa, para uma assembleia dos desempregados convocada pela Pró-CUT e pelo Movimento contra o Desemprego e a Carestia: "A presidência da Câmara Municipal de São Paulo comunica às autoridades estaduais e federais, bem como às entidades sindicais de São Paulo, que não autorizou, nem autorizará, nestes próximos dias, a utilização do Palácio Anchieta (dependências internas e externas) por qualquer tipo de reunião, nem para a anunciada 'assembléia geral para organizar a luta contra o desemprego'. Comunica mais, que não recebeu dos diretores da Pró-CUT, nenhuma solicitação de suas dependências para tal tipo de reunião." VITA nega Câmara para assembléias. Folha de S.Paulo, São Paulo, 7 abr. 1983, p.13.

> *o governo e prejudicar a abertura.*[200] *[...] Os grupos não trazem marca. Sei apenas que são inimigos da democracia. Agora a situação está sob controle. Queremos trabalhar e estamos trabalhando. O importante é que não houve derramamento de sangue e a ordem está restabelecida.*[201]

Se por um lado os protagonistas e as motivações dos saques e quebra-quebras foram ofuscados pelos debates acerca das suas ligações e consequências políticas, por outro as medidas governamentais, paradoxalmente, voltaram-se para a esfera socioeconômica.

A tentativa da manutenção da ordem restabelecida contaria com ações e propostas que mobilizaram diferentes secretarias e agências. O superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Valdemar Casadei, se propôs a gerar 25 mil empregos para a limpeza de córregos e implantação do sistema de esgoto.[202]

Acatando a sugestão de D. Paulo Evaristo Arns, a primeira dama do Estado, Luci Montoro, na função de presidenta do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo (FASPG), deu início na manhã de 8 de abril à Campanha de Solidariedade aos Desempregados. Contando com a ajuda dos sindicatos, seriam distribuídos aos desempregados vales para a retirada de alimentos (arroz, feijão, óleo, fubá, sardinha e açúcar) que supririam as necessidades de uma família de quatro pessoas por 15 dias.[203]

O secretário dos Transportes Mario Covas comunicou a contratação de seis mil pessoas pelo DER (Departamento de Estrada e Rodagem) para a conservação de estradas em todo o Estado.[204]

---

[200] MONTORO: "Foi teste, agora estou tranqüilo". *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 11.
[201] Idem, ibidem.
[202] DEMITIDOS terão ajuda de campanha. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 44.
[203] DONA Luci inicia distribuição de roupa e alimento. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p. 12.
[204] COVAS anuncia 6 mil empregos em estradas. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.12.

Luiz Carlos Bresser Pereira, presidente do Banespa, anunciou uma nova linha de financiamento, no valor de Cr$ 2,5 bilhões, destinada aos setores com maior capacidade de absorção de mão-de-obra.[205]

Enfim, ao suscitarem tais mobilizações e discussões os saques e quebra-quebras deflagrados na capital paulista trouxeram à baila as tensões e as contradições iminentes àquele período.

As leituras e reflexões acerca das reações e posicionamentos dos governos da oposição e, em especial, do governo paulista frente às deflagrações ocorridas no mês de abril, permitiram identificar e compreender os temores que os afligiam bem como as ambiguidades presentes nas suas declarações e ações. Contudo, ao confrontar e entrecruzar tais observações, verificamos que essas adquiriram novos sentidos e significados.

Por fim, constatou-se que manifestantes e manifestações foram retirados simultaneamente dos espaços públicos — dada a repressão policial e as medidas inibindo os atos públicos — e do centro dos debates. As reivindicações socioeconômicas colocadas pelas manifestações — diminuição do custo de vida, moradia, transporte, emprego — foram substituídas e sobrepujadas por outras de cunho estritamente político — a ameaça ao processo de redemocratização e à autonomia dos governos oposicionistas.

Verificou-se ainda a ressignficação dos manifestantes e das manifestações. Ou seja, os manifestantes desempregados passaram a ser vistos e tratados como radicais ligados às facções da extrema direita e consequentemente os protestos populares por emprego e melhores condições de vida como uma ameaça aos governos democráticos.

[205] CR$ 2,5 Bl no Banespa para empresa atingida. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 14.

2.2. Na esfera federal

Fonte: ANGELI. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 2.

O presidente Figueiredo afirmou ontem que "os atos de vandalismo que alarmaram a Nação atentam, antes de tudo, contra a ordem democrática que nos cumpre preservar". O pronunciamento feito à noite por cadeia nacional de rádio e televisão, foi motivado pelos tumultos em São Paulo no início da semana, classificados pelo presidente como uma "briga com o processo de abertura", embora ele não tenha citado diretamente a cidade. Ressaltando que o governo fará as correções e ajustes necessários para defender o interesse coletivo, Figueiredo disse que na democracia não há lugar para razões apoiadas "na truculência do arbítrio e da força" e que a abertura democrática é "um processo de reforma gradual e pacífica da sociedade, não há licença para a subversão da ordem das instituições."[206]

[206] VANDALISMO atenta contra a democracia. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 1.

O texto veiculado na primeira página do jornal *O Estado de S.Paulo* acerca do pronunciamento presidencial[207] permitiu entrever, a um só golpe, a dimensão adquirida pelos saques e quebra-quebras deflagrados na capital paulista e as significações a eles atribuídas pelos dirigentes do Planalto Central — "atos de vandalismo" que atentavam contra a "ordem democrática" e "brigavam com o processo de abertura". Entretanto, tais concepções expostas na noite do sábado (09/04) foram gradativamente construídas e reveladas ao longo daquela semana nos discursos e nas ações das autoridades ligadas ao governo federal.

Num primeiro momento, ao que parece o Planalto Central revelou-se impassível aos acontecimentos deflagrados na capital paulista. De acordo com as reportagens, embora Figueiredo tenha sido informado pelo chefe do Gabinete Civil Leitão de Abreu e pelo ministro do Trabalho Murilo Macedo sobre os saques e quebra-quebras que estavam ocorrendo em São Paulo, o porta-voz do Palácio do Planalto Carlos Átila afirmou que o presidente limitara-se a ouvir não fazendo comentário algum.[208]

O silêncio verificado no primeiro dia não perdurou por muito tempo. A partir da terça-feira (05/04), uma profusão de declarações proferidas pelas autoridades do governo federal acerca dos protestos populares não só revelava a amplitude da repercussão dos acontecimentos no Planalto Central como também as percepções que deles se tinham: enquanto alguns atribuíam às deflagrações sociais um sentido político, outros as classificavam como "arruaças", "balbúrdias" conferindo-lhes o caráter de desordem pública.

Desde os primeiros momentos, o ministro do Trabalho Murilo Macedo mostrou-se convicto de que as manifestações haviam sido previamente organizadas.

---

[207] O discurso proferido por Figueiredo — teor, significado e sentido — será melhor analisado ainda nesse capítulo.
[208] FIGUEIREDO não comenta, apenas ouve. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.

> *Acho que essas coisas não têm geração espontânea. Invasão de supermercados e passeata não começam de uma hora para outra.*[209]

A hipótese de que os distúrbios foram obra de agitadores pairava sobre o Palácio do Planalto. O ministro da Agricultura Amaury Stábile lembrou que os saques atingiram algumas lojas que não vendiam alimentos:

> *Há elementos tirando proveito criminoso de uma situação social difícil, além de participação de grupos politicamente organizados.*[210]

O ministro do Superior Tribunal Militar general Dilermando Gomes Monteiro entoou discurso semelhante ao do ministro da Agricultura:

> *Quem conhece a psicologia das multidões sabe que a crise do desemprego gerou uma tensão social extremamente perigosa; mas quem conhece o brasileiro sabe também que ele não é dado às explosões do tipo quebra-quebra. Ele só chega a esse ponto se conduzido por uma liderança e jamais espontaneamente.*[211]

O ministro da Marinha Maximiano da Fonseca, embora não se arriscasse a dizer quem seriam os possíveis radicais, não tinha dúvidas quanto à presença de incitadores nas manifestações:

> *Existe alguém por trás fazendo essas coisas. Isso não é espontâneo.*[212]

---

[209] PARA Macedo, ações não têm geração espontânea. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p.15.
[210] GOVERNO Federal não vai ajudar SP, diz Delfim. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 16.
[211] DILERMANDO acha que Montoro agiu certo. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 11.
[212] AURELIANO admite crise mas não aceita desordem. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 22.

Assim, as afirmações de que as manifestações não foram "espontâneas", de que havia uma "liderança", "alguém por trás" ou "grupos politicamente organizados" conduzindo os manifestantes, pois o "trabalhador brasileiro" não faz "baderna" ou não é "dado às explosões do tipo quebra-quebra" colocaram claramente o que pensavam as autoridades federais das irrupções sociais deflagradas naquela semana: as manifestações haviam sido orquestradas por facções organizadas com objetivos políticos. As conjeturas de que havia grupos interessados em conturbar a ordem estabelecida não era nova e nem descabida, pelo contrário, estavam muito bem teorizadas e fundamentadas pela Doutrina de Segurança Nacional, ideário que norteou o pensamento e as ações dos governos militares desde 1964.[213]

De acordo com os postulados da doutrina, todos aqueles que se opusessem de alguma forma ao regime estabelecido em 1964 eram vistos como um "inimigo interno" em potencial. Para que o projeto político e econômico idealizado pelos militares pudesse ser levado avante, esse inimigo teria que ser — e foi — duramente perseguido e eliminado. Na esteira dessas perseguições, os militantes do PC do B despontaram como alvo privilegiado das investigações e repressões das forças de segurança a serviço do regime militar. Ao que parece, no ano de 1983, os integrantes do PC do B continuavam na mira do serviço de segurança.

---

[213] Para que se possa compreender o significado e alcance da ideologia propagada pela Doutrina de Segurança Nacional, é preciso compreender o contexto em que foi engendrada. Em 1949, foi fundada na cidade do Rio de Janeiro a Escola Superior de Guerra (ESG), instituição idealizada e frequentada por civis e militares, com a pretensão de interferir nos direcionamentos políticos da nação. Seu projeto político visava um acelerado desenvolvimento econômico articulado com a manutenção da segurança. A ESG foi o *locus* da idealização e da propagação da Doutrina de Segurança Nacional, ideologia exportada pelos Estados Unidos aos países da América Latina que se baseava no pressuposto de que, frente à iminência de um conflito global — entre o ocidente capitalista e o comunismo soviético — cabia aos EUA a defesa do hemisfério. De acordo com a doutrina, as forças armadas dos países alinhados com os Estados Unidos precisavam estar preparadas para a "guerra total", posto que a ameaça era simultaneamente externa e interna. Assim, todo cidadão tornou-se um inimigo em potencial — até que provasse o contrário — e para impedir que esse se disseminasse era necessário "empreender a batalha em todos os campos, elegendo a segurança nacional como meta máxima, à qual se sacrificariam, inclusive, a liberdade e o bem-estar da nação." MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos latinoamericanos.* Dinamarca: Universidade de Aarhus, n. 5, 2002, p.44. Sobre o assunto ver: SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade e Estado,* Brasília, v. 22, n.1, jan/abr. 2007; BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). Op. cit.

No dia 6 de abril, o relatório encaminhado pelo SNI (Serviço de Segurança Nacional) ao presidente Figueiredo comunicava que haviam sido identificados entre os manifestantes 12 integrantes do PC do B (Partido Comunista do Brasil). Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto Carlos Átila as pessoas identificadas eram

> *conhecidas neste tipo de manifestação, não esta[vam] desempregadas e esta[vam] ali, obviamente, fazendo manifestação política.*[214]

Na sequência, o porta-voz afirmou que órgãos de informação iriam examinar minuciosamente a participação dos militantes do Partido Comunista do Brasil nas manifestações com o intuito de verificar

> *se existem ligações entre as convicções políticas das pessoas identificadas como do PC do B e o encaminhamento dos movimentos populares em São Paulo.*[215]

O documento longamente examinado pelo presidente e pelos ministros do Gabinete Militar Rubem Ludwig e do Gabinete Civil Leitão de Abreu nas duas reuniões mantidas ao longo daquele dia — às 9 horas e às 15 horas — trazia também uma pequena biografia de cada um deles.

Embora, pairasse a dúvida quanto ao grau de envolvimento e as reais intencionalidades dos militantes do PC do B identificados nas manifestações, a atenção dada ao assunto entre os integrantes do governo federal pode, em parte, ser explicada pela ideia fixa do "inimigo interno" e pela trajetória e atuação do referido partido, especificamente, no final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, quando esse adotou estratégias de luta mais radicais. Contudo, depois da derrota desferida pela forças de segurança na Guerrilha do Araguaia em 1975 e o assassinato dos dirigentes Ângelo Arroyo e Pedro Pomar

---

[214] SNI acusa PC do B pelos distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.22.
[215] Idem, ibidem.

no acontecimento conhecido como “massacre da Lapa” — liderado pelo então delegado Sérgio Paranhos Fleury do Departamento Estadual de Ordem Política e Social —, o partido vivenciou um período de debates internos acerca das experiências vividas e, dos rumos a serem seguidos, revelando percepções e propostas inconciliáveis.

Em 1983, o PC do B, ainda na clandestinidade, seguia uma orientação política diferente da adotada na primeira metade da década de 1970. A guerra de querrilha como estratégia de luta havia ficado para trás. Desde 1979, a direção do partido não só passou a incentivar a aproximação da sua militância com os movimentos sociais em curso, como também adotou os mecanismos institucionais legais como estratégia de luta contra o regime militar.[216]

Assim, se um dia houve razões para que os militantes do PC do B fossem vistos e tratados pelo regime como uma ameaça, no ano de 1983 o alarde entre os ocupantes do Palácio do Planalto em torno da identificação dos militantes dessa organização nas manifestações de São Paulo parecia desproporcional. Entretanto, as alusões à presença dos “inimigos internos” e a identificação desses com os militantes do PC do B evidenciavam o quão arraigada estava a ideologia expressa pela Doutrina de Segurança Nacional entre os membros do governo federal. De acordo com Borges,

> em pleno governo Sarney, primeiro presidente civil pós-1964, a política da Doutrina de Segurança Nacional trabalhava, ainda, com a figura do inimigo interno e apontava o pensador italiano Antonio Gramsci como o ideólogo da nova estratégia do Movimento Comunista Internacional.[217]

---

[216] Sobre a trajetória do PC do B ver: SALES, Jean Rodrigues. Entre o Fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História,* Franca/SP, v. 26, n. 2, 2007; ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit., pp. 43-91; ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 142; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* 3ª ed., São Paulo: Ática, 1987.

[217] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). Op. cit., p. 41. De acordo com o historiador, a imagem do inimigo interno ainda consta dos manuais da Escola Superior de Guerra.

Dessa forma, guardadas as devidas diferenças, verificou-se na esfera federal situação semelhante ao que estava ocorrendo na estadual: o deslocamento das argumentações do campo socioeconômico para o político. Porém, ao que parece, essa não era a primeira vez que integrantes do governo de Figueiredo caracterizavam um movimento de cunho socioeconômico como provocação política. De acordo com Rezende, em 1980, durante o movimento paredista do ABC, o ministro do Trabalho Murilo Macedo insistia em que as greves eram por motivos políticos e não econômicos. Outras proeminentes autoridades federais — os generais Octávio de Medeiros (Chefe do SNI) e Golbery do Couto e Silva (Chefe do Gabinete Civil) e o ministro da Fazenda Delfim Netto — afirmavam que as greves do ABC eram movimentos subversivos que obstavam a democratização pretendida pelo regime militar. [218]

É curioso observar que argumentações semelhantes foram evocadas pelo presidente Figueiredo no pronunciamento oficial na noite de sábado (09/04):

> *O sistema democrático, em cujo aperfeiçoamento povo e governo se acham empenhados, oferece meios pacíficos e civilizados para a defesa de quaisquer interesses, pretensões ou direitos. Os atos de vandalismo, que alarmaram a Nação, atentam, antes de tudo, contra a ordem democrática, que nos cumpre preservar.* [219]

A ideia de que as manifestações sociais atentavam contra a democracia pode ser melhor compreendida se considerarmos o ideário fomentado e difundido nos governos militares.

Desde 1964, os dirigentes da nação, visando a legitimidade do regime militar, empenharam-se em vincular seus propósitos e ações a uma suposta democracia, angulada por valores como autoridade, ordem e disciplina, combate ao comunismo, defesa da família, da propriedade e da empresa privada[220]. Assim,

---

[218] REZENDE, Maria José de. Op. cit., p. 271-2.
[219] VIOLÊNCIA briga com a abertura. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.1; DEMOCRACIA é diálogo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.27.
[220] REZENDE, Maria José de. Op. cit., p. 70.

o golpe em 1964, os atos de exceção, as perseguições, prisões e repressões policiais foram justificadas pelo regime como procedimentos fundamentais para a conquista e manutenção da ordem "democrática".

O confronto e a contestação não eram reconhecidos como *práxis* democráticas. Esses figuravam nas palavras das autoridades governamentais ora como ações subversivas, ora como "atos de vandalismo", como se pode verificar na declaração do porta-voz do governo Carlos Átila acerca das deflagrações irrompidas na capital paulista:

> *A desordem ficou em primeiro lugar. A questão do desemprego tem que ser vista como vem sendo, como prioridade do governo, mas isso só será resolvido através de negociações entre representantes do governo e as lideranças sindicais. Já a desordem, é questão meramente policial e é isso que no momento nos preocupa.*[221]

O não-reconhecimento das manifestações sociais como forma válida de contestação e expressão foi exprimido de formas diferentes. O ministro do Planejamento Delfim Netto, em entrevista por telefone à Rádio Guaíba, ao ser questionado sobre as irrupções sociais daquela semana, declarou: "*Isso é bom. Sem nuvens o céu não tem encantos.*"[222]

Após afirmar que, segundo os dados do IBGE, a taxa de desemprego estava diminuindo, o ministro afirmou que os acontecimentos de São Paulo refletiam um "estado de emoção" e não necessariamente a crise econômica, pois de acordo com o seu raciocínio: "*O mundo inteiro está em crise, então todos os lugares deveriam estar como São Paulo.*"[223] Ao ser inquirido sobre as razões que levaram à deflagração dos distúrbios respondeu de prontidão: "*Não sei, não sou sociólogo.*"[224]

---

[221] FIGUEIREDO coloca em prontidão o II Exército. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 10.
[222] "SEM nuvens, o céu não tem encantos". *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 12.
[223] Idem, ibidem.
[224] Idem, ibidem.

O ministro do Exército general Valter Pires quando questionado acerca da situação de São Paulo, afirmou: *"Continua acima do Estado do Paraná e abaixo do Estado do Rio."*[225] Já o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, a ser inquirido pelos repórteres sobre a possibilidade do alto índice inflacionário de março agudizar o desemprego e estimular novos distúrbios, limitou-se a dizer: *"Boa pergunta, mas para o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas."*[226] Aderindo ao jogo de empurra-empurra, o ministro da Fazenda recusou-se a falar com os jornalistas, alegando: *"Hoje estou de férias, conversem com o Abi-Ackel."*[227]

A ironia e o deboche das autoridades federais em relação às manifestações evidenciavam o descaso com as questões sociais. Essas figuravam, em suas declarações, como acontecimentos insignificantes e, portanto, não merecedores de crédito e atenção. Como bem observou Rezende, "a desqualificação do outro e do espaço do outro, por exemplo, continuava sendo um princípio básico da política de distensão."[228]

Assim, em linhas gerais, pode-se inferir que os discursos provenientes do Palácio do Planalto de formas diferentes convergiram numa mesma direção, ou seja, para a desqualificação dos saques e quebra-quebras como forma de luta social reivindicatória. Contudo, entre as narrativas e as ações verificou-se um paradoxo: ao mesmo tempo em que as declarações proferidas pelas autoridades federais negavam os significados reais das irrupções sociais, por outro as ações empreendidas por essas mesmas autoridades revelavam a potencialidade das manifestações.

O ministro do Trabalho Murilo Macedo, embora tenha mantido ao longo daquela semana a convicção de que havia grupos organizados e interessados em desestabilizar a ordem política e social, adotou procedimentos que contradiziam suas declarações. No dia 5 de abril, o ministro embarcou para a capital paulista para acompanhar de perto o desdobramento dos distúrbios e reunir-se com o secretário do Trabalho Almir Pazzianotto. No encontro, Macedo anunciou a

---

[225] LUDWIG garante que abertura vai continuar. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.9.
[226] ABI-ACKEL não vê prejuízo para a LSN. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.9.
[227] Idem, ibidem.
[228] REZENDE, Maria José de. Op. cit., pp. 237-8

reativação do Sine (Sistema Nacional de Empregos) para que esse órgão atuasse em conjunto com a Secretaria do Trabalho, além de prometer ao secretário máximo empenho para destinar recursos às áreas geradoras de emprego, contrariando assim as declarações dadas antes da viagem de que caberia "exclusivamente" ao governador paulista adotar as "medidas saneadoras".

Após a reunião com Pazzianotto, ao ser questionado pelos repórteres sobre a reserva mantida pelo Palácio do Planalto, o ministro do Trabalho afirmou que o governo federal não estava omisso em relação à situação de São Paulo e que havia tranquilidade em Brasília a respeito da atuação de Montoro. Contudo, na sequência, informou que planejava ficar na capital paulista até às 16 horas, quando iria para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para Brasília. Ainda de acordo com o ministro, seus planos poderiam sofrer alteração caso os distúrbios persistissem, indicando, dessa forma, que o Palácio do Planalto não estava tão tranquilo e seguro como tentava transparecer Macedo.

As medidas emergenciais não pararam aí. No dia 7 de abril, já em Brasília, Murilo Macedo afirmou que, apesar dos exíguos recursos financeiros do Estado, estava em fase final de análise pela Presidência da República o programa Pat-Família o qual subsidiaria em 50% as cestas de alimentos distribuídas a 100 mil famílias, a título de experiência-piloto.[229] De acordo com o ministro, o programa seria anunciado no dia 1º de maio e beneficiaria trabalhadores que ganhavam um salário mínimo. Na sexta-feira (09/04) o ministro do Interior Mário Andreazza anunciou o programa que geraria 640 mil empregos na construção civil, sendo que 246 mil estariam no eixo Rio-São Paulo.

A despeito das medidas emergenciais anunciadas e adotadas, Macedo manteve ao longo da semana o discurso de que as manifestações não eram espontâneas e sim fruto de um movimento organizado com intenções secundárias, ou seja, políticas. Na quinta-feira (08/04), o ministro afirmou que o movimento dos desempregados

[229] CONFIRMADO o bônus especial de alimentos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.1.

> *Foi usado como pano de fundo por gente muito organizada e interessada claramente em perturbar a ordem pública no governo Franco Montoro. Felizmente, a ordem foi restabelecida.*
>
> *O desemprego é um problema grave em todo o País, e continua sendo atacado pelo governo federal, embora com dificuldades porque há escassez de recursos nesse momento de crise.*[230]

As afirmações de que as manifestações tiveram principalmente motivações políticas foram acompanhadas por medidas de cunho socioeconômico. Em parte, isso se devia ao fato de que, como admitiu o próprio ministro, não dava para negar a crise recessiva vivenciada naqueles tempos, entretanto, considerando o alcance limitado das medidas até então anunciadas, pode-se supor que o objetivo maior das medidas fosse conter a expansão dos distúrbios para outras regiões do país, o que era bastante possível dada a agudização da crise socioeconômica no ano de 1983.

O estado de alerta no Planalto Central era evidente. No final da tarde da terça-feira (05/04), o presidente da República determinou ao ministro do Exército Valter Pires que colocasse o II Exército de prontidão, acenando, assim, com a possibilidade de uma intervenção federal no Estado de São Paulo caso as manifestações não fossem controladas. Tal situação manteve-se por toda a semana, mesmo após o arrefecimento das deflagrações sociais. No dia 7 de abril (quinta-feira), o porta-voz do Comando do II Exército justificou a permanência do regime de prontidão:

> *O relaxamento ou fim da prontidão depende de como o quadro analisado evolua, devendo apresentar pontos positivos, tais como os sintomas de arrefecimento das agitações.*[231]

---

[230] MURILO Macedo acha que desemprego foi pretexto. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p.12.
[231] 2º EXÉRCITO mantém regime de prontidão. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p.14.

Conforme a reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo,* tal prontidão não chegou a ter a rigidez dos anos de 1969 e 1975, porém as informações revelavam que o aparato militar não era desprezível. De acordo com os oficiais do Estado Maior, caso fosse necessário, *"cinco mil soldados em carros de combate seriam mobilizados, portando fuzis automáticos leves, os conhecidos FAL."*[232] Como se verifica, apesar da calmaria — pois quinta-feira havia sido um dia tranquilo — a manutenção do II Exército em estado de prontidão indicava simultaneamente a determinação do governo federal em conter os conflitos — mesmo que para isso fosse necessário colocar nas ruas as guarnições do exército — e a apreensão no Planalto Central com os desdobramentos das manifestações.

Situação semelhante pôde ser observada em relação à Polícia Federal. Desde os primeiros momentos dos protestos sociais, Romeu Tuma, superintendente desse departamento, acompanhou os acontecimentos de São Paulo — agentes federais foram vistos em Santo Amaro colhendo informações no primeiro dia das deflagrações —, mantendo ao longo do dia contatos telefônicos com o secretário de Segurança Pública Pedro Pimentel. Contudo, ao ser questionado pelos repórteres sobre o posicionamento da Polícia Federal frente aos acontecimentos, Tuma afirmou:

> *Só tomaríamos alguma atitude em caso de uma grave ameaça à segurança interna, o que não é o caso. Por enquanto, os episódios estão restritos à área das autoridades policiais estaduais. E o Código Penal está aí, com vários de seus artigos violados, para ser aplicado.*[233]

Assim, de acordo com o Romeu Tuma, a Polícia Federal não interviria nos trabalhos realizados pela polícia civil, porém o superintente cobrava das autoridades policiais punições condizentes com os delitos cometidos. No dia

[232] II Exército mantém o estado de prontidão em São Paulo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p.12.
[233] A POLÍCIA Federal apenas observa. *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.

seguinte (05/04), Tuma manteve o mesmo discurso: não havia motivos para a Polícia Federal entrar em ação, pois, segundo ele, os crimes ocorridos estavam

> *capitulados no código Penal e nem se cogitou a aplicação da Lei de Segurança Nacional. [Essa deve ser aplicada] só se o objetivo é político, e até agora isto não ocorreu, pelas informações que tenho.*[234]

O ministro da justiça Ibrahim Abi-Ackel manteve posição semelhante.

> *Por enquanto, a Polícia Federal não interferirá para reprimir os incidentes entre trabalhadores e a polícia, em São Paulo, porque estamos diante de fatos que conceituam ser problema de segurança pública.*[235]
>
> *[...]*
>
> *Eu não tenho nenhuma dúvida em conceituar os acontecimentos como problema de segurança e, embora se possa dizer que sempre há uma perturbação social em toda perturbação da ordem, nós temos que estar atentos ao que dispõe a Constituição a respeito.*[236]

Ainda que o ministro classificasse as manifestações como incidentes entre trabalhadores e polícia, ao utilizar a mesma expressão usada por Tuma — "por enquanto" — Abi Ackel não descartava a possibilidade da Polícia Federal entrar em operação. Tais afirmações contribuíam para aumentar ainda mais a apreensão da sociedade em relação à dimensão política dos distúrbios deflagrados na capital paulista. Lembre-se que o II Exército estava em regime de prontidão, e os integrantes do Palácio do Planalto atentos e preocupados.

Ademais, chamou a atenção a referência à Constituição como parâmetro para as condutas a serem tomadas em relação aos saques e aos envolvidos. Em

---

[234] HOJE, 10 mil policiais nas ruas da cidade. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.15.
[235] GOVERNO Federal não vai ajudar SP, diz Delfim. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 16.
[236] MURILO viaja para acompanhar a crise. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 11.

1983 vigorava a Constituição de 1967 a qual incorporava os Atos Institucionais 1, 2 e 3, configurando assim um conjunto de normas arbitrárias, autoritárias e cerceadoras das liberdades civis e políticas. Além disso, as poucas leis que garantiam algum direito constitucional eram, em geral, ignoradas pelos Serviços e Agências de Segurança, os quais gozavam de grande poder e influência — inclusive nos governos da distensão. No entanto, a menção à Constituição evidenciava uma das preocupações que permeou todos os governos militares, qual seja a legitimação de suas ações. De acordo com Santos

> o governo Geisel, assim como seus antecessores, apesar da repressão, nunca abriu mão dos mecanismos institucionais que lhes dava sustentação e legitimidade. O governo fazia isso, buscando assegurar maioria para a direção do Estado, no Congresso Nacional, Estados e Assembléias visando aprovar as reformas necessárias a sua institucionalização, prorrogando ao máximo a chegada da oposição às instâncias superiores deliberativas do Estado e, concomitantemente, preservando o papel institucional das Forças Armadas.[237]

Assim, ao apelar para a Constituição o ministro Abi-Ackel procurava mostrar que o Estado agia licitamente, reforçando a legitimidade do governo militar.

Embora as declarações indicassem que não havia razões para uma intervenção direta da Polícia Federal, essa se mantinha atenta e vigilante. No dia 6 de abril, Tuma percorreu grande parte da cidade coletando informações para a elaboração de um relatório a ser encaminhado ao comando do II Exército e ao ministro da Justiça. Ademais, ao longo do dia, manteve com Abi-Ackel vários contatos telefônicos que se tornaram mais frequentes e menos espaçados no início da noite com o acirramento dos conflitos na região central.

Tais procedimentos indicavam que a vigilância mantida pela Polícia Federal estendia-se a outros setores governamentais, confirmando a apreensão desses em relação aos acontecimentos. Porém, os discursos permaneciam inalterados. Na

[237] SANTOS, Everton Rodrigo. Op. cit., p.45.

quarta-feira, após ter recebido informações de que os saques haviam se alastrado para a região central, o porta-voz do Ministério da Justiça Olama Teles afirmou que cabia

> *ao governo do Estado tomar as medidas de repressão aos incidentes.*[238]

As declarações e procedimentos oriundos dos gabinetes federais exerciam sobre o governo paulista dupla pressão. Primeiro porque delegavam ao governo Montoro a responsabilidade pelo controle e punição dos manifestantes e, segundo, por revelarem a incômoda vigilância mantida pelos agentes do governo federal, indicando, de diferentes formas, a possibilidade do recrudescimento do autoritarismo.

No entanto, algumas fontes do Planalto Central negavam tal possibilidade. O ministro da marinha Maximiano da Fonseca afirmou na quinta-feira (07/04) que as Forças Armadas só entrariam em operação se o governo paulista pedisse, pois esse, mais do que ninguém devia estar preocupado com a situação e certamente tomaria as medidas necessárias para controlar os "distúrbios".[239] Após afiançar que em momento algum o Presidente da República havia cogitado a intervenção federal, Maximiano perguntou aos repórteres: "*Quem é que falou nisso?*"[240]

Posicionamento semelhante foi revelado na declaração do chefe da 5ª Seção do Estado Maior do II Exército, coronel Idyno Sardenberg:

> *O Exército se mantém informado e pronto para cumprir qualquer missão, [porém] os meios militares estão conscientes de que existe uma legislação a respeito de conturbação pública e de que cabe ao governo estadual resolver todo e qualquer problema que se*

---

[238] MAXIMIANO afasta a possibilidade de intervenção. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.11.
[239] AURELIANO admite crise mas não aceita desordem. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 22.
[240] MAXIMIANO afasta a possibilidade de intervenção. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.11.

apresente, enquanto não for ameaçada a segurança interna do País.[241]

Por sua vez, o general Dilermando Gomes Monteiro, ex-comandante do II Exército e, naquela época, ministro do Superior Tribunal Militar, afirmou que o exército não havia entrado em

prontidão de sabor militar, porque a situação não exigia isso. Ocorreu apenas um acompanhamento atento da crise.[242]

De fato, até então ninguém havia declarado explicitamente tal intento, porém os questionamentos dos repórteres não eram descabidos. Conforme se constatou na análise documental, embora não tenha sido feito pronunciamento oficial algum nesse sentido, a decisão em colocar o II Exército em prontidão, as afirmações de que esse entraria em ação caso fosse necessário e a postura vigilante da Polícia Federal e do ministério da Justiça contribuíam para a disseminação das dúvidas quanto aos reais propósitos dos governantes da Nação.

Em 6 de abril, o comandante do II Exército, general Sérgio de Ari Pires, reuniu-se com os generais da Guarnição da Capital — Alvir Souto, da 2ª Região Militar e Fernando Valente Pamplona, da 2ª Divisão do Exército —, o comandante de Santos Giênio Pinheiro, da Artilharia Divisionária e o comandante do Vale do Paraíba Murilo Alexander da 12ª Brigada de Infantaria. Ainda que, segundo informações, esta reunião já estivesse agendada, não se pode negar que ela tenha concorrido para aumentar ainda mais a tensão na capital paulista.[243] É inegável a pressão e ameaça velada presente nas declarações e procedimentos provenientes do Palácio do Planalto: ao mesmo tempo em que se afirmava que a conservação da ordem pública cabia ao governo do Estado de São Paulo, alertava-se que o Exército mantinha-se informado, atento e preparado caso fosse necessária uma ação emergencial, ou seja, uma intervenção federal.

---

[241] II EXÉRCITO em regime de prontidão. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.15
[242] DILERMANDO acha que Montoro agiu certo. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 11.
[243] SNI detecta envolvimento de membros do PC do B. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.11.

No dia 7 de abril, ao referir-se às orientações dadas ao II Exército, o porta-voz do Palácio do Planalto não parecia disposto a amenizar a tensão reinante. Após afirmar que o II Exército se manteria em alerta e prontidão até que se acalmasse a situação em São Paulo e que, de acordo com o presidente da República, o governador Franco Montoro dispunha de autoridade e condições para restabelecer a ordem pública, faltando-lhe apenas a coragem de tomar a decisão política cabível. Átila aproveitou para alertar o governador paulista que as forças federais da região metropolitana

> *continuam de sobreaviso. Se o governo federal quiser agir, ele agirá, mas continuará esperando que o governo do Estado cumpra com seu dever e obrigação de zelar pela ordem pública. Afinal, o governador Franco Montoro não diz que está no pleno exercício do cargo, com o respaldo do eleitorado paulista? Portanto, não há nada que limite a sua ação.*[244]

Não era a primeira vez que o porta-voz referia-se à condição do governador Montoro em tom irônico. No dia anterior, ele já havia feito colocação semelhante.[245] Assim como Átila, o ministro da Marinha Maximiano da Fonseca não perdeu a oportunidade para provocar os governos oposicionistas: "*Os governadores de oposição vão ver agora como é bom governar.*"[246]

Ao que parece, muitos integrantes do governo federal regozijaram-se com os acontecimentos da capital paulista. De acordo com a reportagem veiculada no jornal *O Estado de S.Paulo, "os comentários formais limitaram-se à lamentação pelos acontecimentos [...] mas a curta voz, não fosse a morte de um cidadão, alguns sorrisos de malícia teriam transformado-se em sonoras gargalhadas. Porque não foram poucos, do Palácio do Planalto aos ministérios, a observar e até a*

---

[244] SNI acusa PC do B pelos distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.22.

[245] "*Vamos aguardar que o governo estadual use os meios adequados para coibir o descumprimento da ordem. E a apreensão do presidente é justamente porque isto não está sendo feito. [...] Ele não foi eleito para isto? [...] É preciso, primeiro, restabelecer-se a ordem pública para depois examinar-se o problema de fundo, que é a questão do emprego."* INFORMADO, presidente demonstra preocupação. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.15.

[246] MAXIMIANO diz que foi teste para oposição. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.

apreciar a vez e a hora da oposição passar apertado."[247] Como se pode verificar a vitória obtida pela oposição nas eleições de 1982 ainda não tinha sido assimilada pelos governantes situacionistas.

Entretanto, não deixa de ser curiosa a argumentação que justificava as cobranças acerca da manutenção da ordem. De acordo com os ideólogos e executores do projeto político instaurado em 1964, a desordem de qualquer natureza representava uma ameaça ao desenvolvimento econômico ambicionado pelo regime. Tal pensamento foi expresso pelo presidente da República no discurso proferido no Forte Príncipe da Beira em Rondônia:

> *Asseguradas a tranqüilidade e a harmonia internas, teremos clima para lutar e trabalhar para restabelecer a prosperidade e o desenvolvimento, para dominar os flagelos da inflação e do desemprego, para levar adiante os programas da área social – habitação, educação, saúde, alimento para todos.*[248]

Desde o início, a díade desenvolvimento-segurança norteou as ações e intervenções nas esferas sociais, econômicas e políticas. A importância da manutenção da ordem social foi assim exposta por Borges:

> De acordo com a Doutrina formulada pela Escola Superior de Guerra, a segurança interna comporta ações que se desenvolvem em duas grandes áreas: a da defesa interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões vinculadas ao processo subversivo; e a defesa pública, que está ligada ao setor de segurança pública, que integra o quadro de segurança interna, que se ocupa dos antagonismos e pressões de toda espécie que não contenham conotações ideológicas.[249]

---

[247] BRASÍLIA acompanha atenta mas não pretende intervir. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.15.
[248] SUCESSÃO, "a tempo e hora". *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.4.
[249] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). Op. cit., p.37.

Em outras palavras, enquanto o agente subversivo ameaçava a segurança interna, o reivindicante social ameaçava a segurança pública, representando indiretamente uma ameaça à segurança interna e, segundo o porta-voz Planalto Central, cabia ao governo estadual a manutenção da ordem pública e ao federal a manutenção da ordem interna, caso a primeira estivesse ameaçada, o governo federal, no cumprimento de seu dever tomaria as medidas necessárias e cabíveis. O recado foi claro e direto: fossem os saques de abril manifestações incitadas por grupos políticos ou deflagradas por questões socioeconômicas representavam uma ameaça e precisavam ser firmemente combatidos. O tom era intimidador: o presidente, embora calado, estava atento, apreensivo e à espera de que Montoro cumprisse com seu dever.

As medidas emergenciais anunciadas e adotadas pelos ministros do Trabalho e do Interior, o estado de prontidão do Exército e a vigilância da Polícia Federal ao longo daquela semana e as contundentes cobranças ao governo paulista pela manutenção da ordem tinham o claro intuito de conter a expansão das deflagrações sociais. E isto não somente porque as mobilizações públicas iam de encontro ao ideário democrático do regime, mas também porque se temia que as manifestações adquirissem proporções inimagináveis e indesejáveis, colocando em risco o projeto de abertura nos moldes planejados e ensejados pelos militares.

Assim, na noite de 10 de abril (sábado), o presidente da República em cadeia nacional de rádio e televisão foi a público alertar sobre os riscos que os saques e quebra-quebras deflagrados em São Paulo representavam para o andamento do projeto de abertura:

> *Brasileiros,*
>
> *Briga com o processo de abertura a explosão de violência que o País acaba de testemunhar. O sistema democrático, em cujo aperfeiçoamento povo e governo se acham empenhados, oferece meios pacíficos e civilizados para a defesa de quaisquer interesses, pretensões ou direitos. Os atos de vandalismo, que alarmaram a*

Nação, atentam, antes de tudo, contra a ordem democrática, que nos cumpre preservar.

A consciência nacional repele e condena severamente os desatinos perpetrados contra a ordem e a segurança pública.

Ninguém ignora a amplitude e a profundidade da crise que o mundo enfrenta. Ninguém desconhece que o desequilíbrio reinante impõe sacrifícios sem precedentes. Saímos da prosperidade para entrar na recessão. Deixamos período de euforia econômica para ingressar em períodos de restrições e de ansiedade, da qual compartilho.

Para remediar essa situação, todos os recursos foram mobilizados. Se me perguntarem, no entanto, se estou inteiramente satisfeito com os resultados obtidos, direi que não. Mas direi também que, apesar da magnitude das dificuldades que nos assoberbam, não há razão para desânimo. Estou seguro, pelo contrário, de que, dentro da ordem, com a colaboração e solidariedade de todos os brasileiros, poderemos vencer a batalha travada para superar os problemas do momento.

Guiado pelo dever do meu cargo, que é o de promover o interesse coletivo, prosseguirei, com as correções e ajustamentos necessários, na realização das diretrizes que estabeleci ao assumir a Presidência da República.

Disposto a ouvir e examinar as reivindicações que se formularem, não tolerarei, contudo, que estas, a qualquer pretexto, se traduzam em atos de violência ou perturbação da ordem pública. A democracia é diálogo em que deve prevalecer o teor racional dos argumentos. Nela não há lugar para razões apoiadas na truculência de arbítrio e da força. A abertura democrática constitui processo de reforma gradual e pacífica da sociedade: não há licença para a subversão da ordem e das instituições.[250]

---

[250] VIOLÊNCIA briga com a abertura. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.1; DEMOCRACIA é diálogo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.27.

O pronunciamento proferido por Figueiredo não deixava dúvidas quanto ao posicionamento do seu governo frente aos acontecimentos. Primeiro porque esses — tratados como "atos de vandalismo", "desatinos", "atos de violência" e "perturbação da ordem pública" — representavam, nas palavras do presidente, uma ameaça à ordem democrática. A criminalização das manifestações pode ser entendida como parte de uma estratégia que visava depreciar o significado real dos movimentos de protesto minimizando dessa forma seus efeitos e o seu potencial transformador.

Contudo, tal argumentação revelava uma vez mais a permanência do ideário elaborado e amplamente divulgado pelos mentores e executores do regime. Desde o golpe em 1964, os governos militares empenharam-se em vincular as suas propostas e ações, mesmo que arbitrárias e autoritárias, a uma hipotética democracia[251] — apoiada em valores como autoridade, ordem/disciplina e segurança nacional — e em fazer crer que somente eles teriam condições de estabelecer tal ordem democrática.

Assim, toda e qualquer forma de contestação que confrontasse as diretrizes econômicas e políticas estabelecidas pelo regime era vista e tratada como um obstáculo e ameaça à democracia, justificando assim as perseguições, as torturas, as repressões policiais e, inclusive, a desqualificação dos movimentos sociais, como se pode verificar no pronunciamento presidencial. Nas palavras de Figueiredo, as manifestações figuravam como desvios sociais que comprometiam a harmonia, o equilíbrio, os interesses e o desenvolvimento da Nação e, portanto, cabia a ele, no cumprimento do "dever que o cargo lhe atribuía" repelir e combater todo e qualquer movimento contrário à ordem e ao estabelecimento da "democracia".

Ademais, no discurso proferido à Nação, Figueiredo não deixava dúvidas de que o processo de liberalização política continuaria, conforme o previsto, sob o controle dos componentes do poder e nos moldes planejados — de forma lenta,

[251] De acordo com Rezende "o apelo à legitimidade passava a figurar, nos pronunciamentos e ações do grupo de poder da ditadura, através de um elo que se tentava estabelecer entre o regime militar e a sua suposta natureza intrinsicamente democrática. No entanto, a especificidade deste processo estava no fato de que ele se empenhava em deixar claro, também, que não seria admitida contestação de sua legitimidade." REZENDE, Maria José de. Op. cit., p. 35.

gradual e segura — não havendo licença alguma para a "subversão da ordem e das instituiçñes". Conforme observou Teixeira da Silva,

> o projeto Geisel-Golbery supunha, para seu completo êxito a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público. [...] A oposição e os segmentos mais atuantes d! sociedade civil deveriam conformar-se com o ritmo do arranjo interno das próprias Forças Armadas e não avançar num projeto autônomo de redemocratização.[252]

Por fim, uma vez mais, verificou-se no pronunciamento do presidente o deslocamento das questões sociais postas pelas manifestações para a esfera política. A solução dos problemas socioeconümicos vivenciados naquele momento dependia de arranjos e ajuste{ políticos, operando-se dessa forma uma inversão: em lugar das questões sociais determinarem a política governamental, os proj%tos políticos figuravam como os solucionadores dis questões sociais. Tal inversão contribuía ainda mais para a $eslegitimação das manifestações, pois ao serem qualificadas como ameaça à ordem lemocrática — difundida, pelo regime, como a so,ução dos problemas econômicos e sociais — elas symultaneamente biguravam como contrárias aos interesses coletivos e ao desenvolvimento econômico. Conforme constatou Rezende, "prevalecia na era da abertura política (1980-84) a insistência na formação de uma suposta consciência democrátic! que eliminasse toda postura contestatória da sociedade."[253]

A análise documental acerca dos discursos e ações provenientes do Planalto Central ao longo daquela semana revelou c/mo se deu a desconstrução do significado dos saques e quebra-quebras deflagrados na capital pau,ista. Esses ora foram vistos e tratados como ações subversivas, fundamentando a vigilância da Pklícia Federal e o regime de prontidão do II Exé2kito, ora foram categorizados

[252] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). Op. cit., pp. 264-5.
[253] REZENDE, Maria José de. Op. cit., p. 269.

como atos de vandalismo, de desordem pública e de violência, justificando as contundentes cobrança{ por maior ação e controle do governo Montoro, ora foram simplesmente ignorados e/ou ironizado3, revelando o descaso das autoridades federais com as manifestações populares.

Não restam dúvi$as de que tais argumentações contribuíram, de formas diferentes(para a desqualificação e deslegitimação dos saques e quebra-quebras como forma de luta reivindicatória. Contudo, as ações e os debates suscitados por eles na e{fera federal paradoxalmente conferiram às manifestações/manifestantes e consequmntemente às qu%stões por eles postas visibilidade e projeção n!cional revelando uma vez mais a potencialidade contida no discurso da ação. Basta lembrar que o pronunciamento do presidente da república João Batista Figueiredo em cadeia nacional de rádio e televisão não tinha outra motivação senão as deflagrações irrompidas em São Paulo naquela semana de abriì.

2.3. Nas esferas parlamentares

Os saques ocorridos em São Paulo ocuparam também as pautas de discussão das casas parlamentares. O teor dos discursos, entretanto, não se diferenciou muito dos proferidos nas esferas dos poderes executivos. No geral, as argumentações circunscreveram-se ao reconhecimento da crise econômica como principal elemento deflagrador das manifestações, na presença de grupos interessados em desestabilizar o governo de Montoro e na preocupação com o processo de abertura Política em andamento.

Contudo, se por um lado os discursos entre parlamentares e autoridades governamentais convergiam, por outro verificou-se entre senadores, deputados e vereadores dos diversos partidos posicionamentos e movimentos significativos para a compreensão da complexidade da conjuntura política nos primeiros anos da década de 1980. Nesse sentido, algumas constatações chamaram a atenção: as críticas dos parlamentares peemedebistas ao governo federal, as alianças interpartidárias em solidariedade ao governador paulista e, por fim, a troca de acusações entre os partidos da esquerda, mais especificamente, PC do B e PT.

No dia 5 de abril (terça-feira), durante a abertura dos trabalhos na Câmara Municipal, o vereador Francisco Gimenez (PMDB) defendeu o governo estadual alegando que

> *o desemprego é um problema gerado pela política desumana e autoritária imposta pelo sistema dominante na Nação há 19 anos. O Estado não tem competência para legislar sobre lei trabalhista, sobre Imposto de Renda, sobre importação, sobre política econômica.*[254]

A nota de apoio ao governador paulista, emitida pela bancada do PMDB na Assembleia Legislativa na noite de 5 de abril, não poupou críticas ao governo federal:

> *os deputados denunciam a crise social e econômica a que foi arrastada a Nação, pela irresponsabilidade e pela incompetência do regime autoritário vigente no País, imposto e determinado pelo governo federal.*[255]

No Senado não foi diferente. Enquanto parlamentares situacionistas criticavam Montoro por não adotar uma postura mais enérgica em relação aos acontecimentos, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) responsabilizou a política econômica do governo federal pelos distúrbios irrompidos em São Paulo.

As narrativas dos parlamentares peemedebistas chamaram a atenção por destoarem das declarações proferidas por seus correligionários que integravam o governo paulista. Como se viu as declarações das autoridades governamentais de São Paulo, a partir do dia 5 de abril (terça-feira), gradativamente deslocaram os debates do campo socioeconômico para o político, responsabilizando os "inimigos da democracia" pelos acontecimentos daquela semana. Verificou-se também que tal transposição servia, em parte, para justificar a intensificação da repressão

---

[254] O PREFEITO não vê como ajudar com uma solução. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.15.
[255] DIREÇÃO do PMDB manifesta apoio. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.10.

policial e, simultaneamente, evitar embates diretos com o governo federal. Ao que parece, tal empreitada ficou a cargo dos parlamentares.

Note-se que em todas as casas legislativas, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores do PMDB — partido do governo paulista — responsabilizaram explicitamente o governo federal e sua equipe pela crise econômica e, consequentemente, pelos distúrbios deflagrados em São Paulo. Assim, os diferentes posicionamentos entre os correligionários do PMDB — executivo e legislativo — revelaram uma divisão de tarefas: enquanto o executivo resguardava-se das consequências inevitáveis de um confronto direto com o governo federal, o legislativo mantinha o papel de oposição, denunciando os efeitos nefastos da política econômica dos governos militares e adotando um tom mais incisivo e provocador. Nesse sentido, é emblemático o discurso de Hélio Duque (PR), vice-líder do PMDB na Câmara Federal. Em resposta às acusações dos governistas que responsabilizavam o governo paulista pelos saques, o parlamentar revidou:

> *A voz do apocalipse falou, travestida de pastor e saudosa dos tempos do AI-5, tentando imputar ao governo democrático de Franco Montoro os acontecimentos provocados pela política econômica desumana.*[256]

.

As declarações dos integrantes do PDT revelaram situação semelhante. No dia 5 de abril, na tribuna do Senado, Roberto Saturnino Braga, senador pelo PDT-RJ, responsabilizou o governo federal pelos acontecimentos ocorridos na capital paulista. Para ele as convulsões sociais deviam-se à

> *política de recessão e desemprego imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e aceita pelo governo, para que se mantenham os esquemas e o modelo de privilégios que vêm caracterizando o funcionamento da economia do País. [...] Isso [os*

[256] MARCHESAN admite que há estímulos à agitação. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.11.

> *saques] não apenas pode-se repetir como se multiplicar pelo País afora. Não é possível continuar ignorando-se o quadro de injustiça social.*[257]

Ainda no dia 5 de abril, na tribuna da Câmara Federal, o líder do PDT deputado federal Bocaiúva Cunha alertou para a possibilidade dos manifestantes — "descontentes paulistanos" — terem sido manipulados por grupos com interesses políticos. Tal posicionamento estava em sintonia com as opiniões do governador pedetista Leonel Brizola, que atribuiu os distúrbios deflagrados em São Paulo e no Rio de Janeiro aos "inimigos da democracia". De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo,* o deputado pedetista Agnaldo Timóteo, juntamente com dez deputados peemedebistas, dirigiu-se a São Paulo para hipotecar apoio ao governador paulista.[258]

As declarações dos parlamentares pedetistas revelaram-se coerentes com o posicionamento do partido, pois desde a sua fundação, em 1980, Leonel Brizola, principal liderança do PDT, alegava ser o partido um rigoroso opositor ao governo federal. Contudo, tal oposição, assim como ocorreu com o governo paulista, foi delegada aos parlamentares, posto que, conforme se verificou nas declarações de Brizola ao longo daquela semana, em relação ao presidente Figueiredo e ao governo federal o governador fluminense adotou uma postura cautelosa, evitando críticas e confrontos diretos.

Assim, enquanto os parlamentares do PMDB e do PDT assumiam o papel de oposição, denunciando a gravidade da política econômica e atribuindo à equipe do governo federal a responsabilidade pela crise recessiva, os governadores desses partidos procuraram claramente proteger-se, reforçando a hipótese de que tais procedimentos eram em verdade estratégias políticas que visavam manter o controle do processo de abertura por meio da conciliação pelo alto.

Nesse sentido, são significativas algumas declarações proferidas por parlamentares do PDS (partido governista). Como era de se esperar, houve

---

[257] PARTIDOS ainda confiam no governo Montoro. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.16.

[258] ELES não prevalecerão, assegura o governador. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.11.

inúmeras acusações e críticas ao Montoro. No Senado, os vice-líderes do PDS, Virgílio Távora e José Lins atribuíram os distúrbios à falta de pulso do governador paulista. Para o primeiro, *"fatos pequenos se alastra[ram] e se torna[ram] incontroláveis."*[259]

Na Câmara Federal, os vice-líderes do PDS, deputados Gióia Júnior (SP) e Joacil Pereira (PB), e o deputado Armando Pinheiro (SP) alegaram que o governador Montoro não estava preparado para o governo de São Paulo. [260]

Contudo, alguns parlamentares pedessistas adotaram posicionamentos diferentes. Na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Fauze Carlos, líder do PDS, após ler o editorial da *Folha de S.Paulo* — "Evitar o desespero" —, afirmou que a situação socioeconômica era de emergência nacional e conclamou a união de esforços *"conjuntos nos níveis federal, estaduais e municipais para a criação de frentes de trabalho nos grandes centros urbanos."*[261]

O senador Carlos Alberto Chiarelli (PDS-RS) fez discurso semelhante:

> *Há uma parcela de desempregados inseguros, angustiados, que estão sendo manobrados pelo processo. Existe como pano de fundo uma situação econômica difícil, mas a prioridade deve ser dada à geração de emprego.*[262]

O deputado Fauze e o senador Chiarelli, ao reconhecerem a crise recessiva como principal elemento deflagrador das manifestações, eximiam o governo paulista da responsabilidade pelos acontecimentos, inclusive no que se referia ao trato com os manifestantes, posto que para ambos a solução proposta era a criação de frentes de trabalho, revelando assim um posicionamento mais complacente em relação à Montoro e que destoava de outros parlamentares do PDS.

---

[259] MARCHESAN admite que há estímulos à agitação. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.11.
[260] Idem, ibidem e GOVERNO vacilou, afirmam políticos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.11.
[261] NA AL, bancada defende governo. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.12.
[262] OPINIÕES. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 13.

As ponderações do presidente nacional do PDS e senador José Sarney revelaram-se ainda mais contemporizadoras:

> *Eu acredito na palavra do governador Franco Montoro. E por isso espero que ele realmente possa identificar os grupos que, segundo disse, se aproveitaram do justo movimento dos trabalhadores desempregados para desestabilizar o seu governo. Todos nós estamos contra isso, independente de siglas partidárias, e solidários com o governo no sentido da manutenção da ordem pública.*[263]

Ainda de acordo com o senador, os distúrbios deviam ser vistos como *"um desafio que o homem público tem de enfrentar em qualquer sociedade democrática."*[264] O comedimento de tais declarações, evidenciava as articulações políticas que vinham sendo estabelecidas entre alguns dos expoentes da situação e da oposição, e que mais tarde — quando das eleições presidenciais de 1985 — se configuraria na Aliança Democrática, formada pelo PMDB de Tancredo Neves e pela ala dissidente do PDS liderada por Sarney[265]. A aproximação entre esses grupos não significava um alinhamento político-ideológico, contudo, num ponto eles pareciam concordar: as conciliações e negociações deveriam se manter nas cúpulas partidárias.

Nesse sentido, é significativa a declaração do presidente da Executiva Estadual do PMDB, o senador Fernando Henrique Cardoso, na entrevista à imprensa paulista:

---

[263] NO CONGRESSO, liderança do PDS elogia decisões. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.11.
[264] Idem, ibidem.
[265] Sobre a trajetória política de José Sarney na Arena e PDS ver: DIAS, Sonia; LEMOS, Renato. José Sarney. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br, consultado em 31/01/09. De acordo com Teixeira da Silva, o desligamento de Sarney do PDS em 1984 se deu, principalmente, por ter perdido para o deputado Paulo Maluf a oportunidade de disputar as eleições presidenciais com Tancredo Neves (PMDB). SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). Op. cit., pp. 273-8.

> *É preciso coordenar a ação política dos membros do PMDB, para dar respaldo às ações governamentais. [O objetivo] não é impedir manifestações, mas a Executiva deve saber com antecedência como serão.*[266]

Conforme informou o senador, essa questão seria discutida na reunião programada para 11 de abril, quando da eleição para a renovação da direção do PMDB em São Paulo.

Ao que parece, essa preocupação era compartilhada por outros políticos peemedebistas. De acordo com a reportagem veiculada na *Folha de S.Paulo*, um importante assessor do governador afirmou que

> *o PMDB precisa urgentemente assumir o trabalho de base, a fim de não deixar a sua massa eleitoral em mãos de pessoas exaltadas. É preciso organizar o partido para que ele se conscientize de que é um partido no poder e não continue disputando o poder.*[267]

Tais declarações demonstraram uma vez mais que, mesmo entre políticos oposicionistas, predominava a ideia de que para se garantir o controle da transição política era preciso controlar as bases, impedindo que essas ocupassem as ruas e comprometessem o andamento do processo de abertura nos moldes e compasso previstos. Esse temor foi evidenciado na declaração do senador Fernando Henrique Cardoso, ao alertar para os riscos que os saques poderiam representar:

> *Não podemos deixar que o processo de democratização se empastele entre um nervosismo de direita e a falta de perspectivas das massas. Esse movimento, motivado pela fome e a miséria, pode se alastrar se a sociedade brasileira não encontrar um outro caminho.*[268]

---

[266] PMDB deve controlar lideranças. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 15.
[267] PMDB – pretende controlar mais as suas bases. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.8.
[268] DIREÇÃO do PMDB manifesta apoio. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.10.

Ao ser questionado se tal decisão tencionava controlar o deputado federal Aurélio Peres, o senador respondeu que *"Aurélio sempre obedeceu às determinações do partido."*[269] Contudo, considerando inserção de Peres nas comunidades de base na periferia de Santo Amaro, parecia não haver dúvidas de que os recados e alertas eram destinados a ele. A reportagem veiculada na *Folha de S.Paulo* no dia 10 de abril, corrobora tal assertiva:

> *Na sexta-feira (08/04), o presidente regional do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, antecipou-se à sugestão do governo e mandou um recado a todos os parlamentares que estão à frente de trabalhos de base: a partir de agora, todos eles devem registrar seus movimentos no partido, submetendo-se aos ditames da agremiação, sob pena de serem proibidos de usar a legenda partidária em suas articulações.*[270]

Pelas manifestações da imprensa, o deputado federal Aurélio Peres (PMDB - PC do B) tornara-se um problema para governo paulista. Não foram poucas as acusações de que as manifestações haviam sido orquestradas por ele ou por homens ligados ao seu comitê político, como se pode verificar na declaração do deputado federal Paulo Maluf (PDS):

> *Está confirmado que todo esse quebra-quebra, todo este movimento organizado, partiu da residência e de escritório de deputados e líderes do PMDB e do PT.*[271]
>
> *É lamentável a omissão do governador, para não falar da conivência de membros do PMDB com o quebra-quebra. A São Paulo trabalhadora, a São Paulo tranqüila não pode ficar entregue à*

[269] PMDB deve controlar lideranças. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 15.
[270] PMDB – pretende controlar mais as suas bases. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.8.
[271] MALUF responsabiliza PMDB e PT. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.11.

sanha de agitadores profissionais mancomunados com o governo do Estado.[272]

O deputado federal e presidente regional do PDS Armando Pinheiro adotou discurso semelhante:

> *É bom que o governador saiba que esse tipo de episódio acontecerá durante toda a sua gestão, pois o seu partido agasalha subversivos e está infestado de elementos que querem a baderna. Além disso, entre os membros do próprio governo há divergências ideológicas, com gente de direita e de esquerda. E, acima de tudo, está a falta de experiência para governar.*[273]

Outros políticos foram mais explícitos. O deputado estadual Ricardo Izar (PDS), por exemplo, apontou Peres *"como um dos responsáveis pela deflagração dos distúrbios da Capital."*[274]

A ideia de que o inimigo estava dentro do próprio PMDB parecia encontrar eco entre os correligionários do partido. O governador do Amazonas Gilberto Mestrinho (PMDB) disse acreditar que as manifestações não foram espontâneas, mas sim incitadas por "*grupos descontentes"*[275]*.* Embora não tenha identificado os grupos, Mestrinho disse que alguns dias após a sua posse o governo do Amazonas teve de enfrentar invasões de terras "*provocadas por elementos do [seu] próprio partido."*[276]

Evidentemente o comitê do deputado mantinha estreita relação com o movimento dos desempregados. Conforme visto no Capítulo 1, os membros desse grupo se colocaram na porta da Q-Refresko chamando os trabalhadores que estavam na fila de emprego para a concentração que ocorreria no Largo 13 de

---

[272] MALUF responsabiliza PMDB e PT. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.11.
[273] GOVERNO vacilou, afirmam políticos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p. 11.
[274] SNI acusa PC do B pelos distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 22.
[275] PARTIDOS ainda confiam no governo Montoro. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.16.
[276] Idem, ibidem.

Maio. Ao ser questionado pelos repórteres sobre a presença do seu pessoal na porta da empresa, Peres alegou que

> *seu comitê político sempre esteve aberto a reuniões de desempregados, principalmente às segundas-feiras, quando muitas pessoas se reun[iam] em suas dependências para ler anúncios de empregos publicados nos jornais da Capital. E [naquela] segunda-feira havia muitos desempregados no comitê, sendo possível que alguns tenham se dirigido para a Q-Refresko.*[277]

Ademais a trajetória política de Peres vinculada aos movimentos sociais da zona sul de São Paulo o colocava na condição de forte liderança popular na região, como se pode verificar nos estudos de Sader:

> em 1978, quando das eleições legislativas, as lideranças do Movimento do Custo de Vida resolveram lançar as candidaturas de Aurélio Peres para deputado federal e de Irma Passoni para deputada estadual. Os dois se elegeram com votações expressivas, revelando o apoio que encontravam na população a partir do trabalho nas comunidades, clubes de mães, pastorais.[278]

Aurélio Peres, filiado ao PC do B — organização política que ainda vivia na clandestinidade — foi eleito deputado federal pelo PMDB nos pleitos de 1982. A aproximação entre os dois partidos ocorreu na segunda metade da década de 1970, quando o PC do B adotou novas estratégias de luta e ampliou os campos de atuação: dirigentes e militantes se aproximaram das organizações populares, nelas vislumbrando um possível espaço para a disseminação e fortalecimento das forças opositoras ao governo militar e concomitantemente passaram a atuar no interior do

[277] MAYRINK, José Maria. Personagens discutem a origem da crise. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.20.
[278] SADER, Eder. Op. cit., p. 224.

MDB, acreditando que, apesar das manobras eleitorais do governo federal, os resultados das urnas poderiam constituir-se em denúncias.[279]

Após as Reformas Partidárias de 1979, o apoio ao MDB foi transferido para o PMDB. Entretanto, dada a diversidade político-ideológica dos políticos agregados ao PMDB, muitos deles, inclusive, dissidentes da Arena e do PDS ou com trajetórias políticas bastante conservadoras, viam o PC do B e outros grupos com tradição na esquerda como um problema e um empecilho nas negociações e conciliações que estavam sendo tecidas entre políticos da direita e da esquerda em torno das eleições de 1985.

Ainda em relação a Aurélio Peres outro fato chamou a atenção. Na segunda-feira, no momento das primeiras deflagrações em Santo Amaro, o deputado juntamente com outros parlamentares do PMDB estava no Palácio dos Bandeirantes para uma reunião de rotina com o governador paulista quando ficou sabendo dos protestos populares. Na quarta-feira (06/04), em entrevista coletiva na sala de imprensa da Assembleia Legislativa, ao comentar sobre o seu envolvimento nas manifestações fez a seguinte colocação:

> *Autorizado pelo governador, tentei nesse dia conversar com os manifestantes, mas não consegui controlar. Esse movimento, que começou espontaneamente, está descontrolado.*[280]

De acordo com outra reportagem da *Folha de S.Paulo,* Aurélio Peres ao tentar conversar com os manifestantes no Largo 13 de Maio, ainda na manhã de segunda-feira (05/04), apresentou-se como enviado do governador Franco Montoro.[281] Na quarta-feira, o jornal *O Estado de S.Paulo,* informou que o deputado havia proposto ao governador paulista que convocasse todos os partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e da Igreja para uma reunião, onde se pudesse discutir uma saída para a crise socioeconômica, sugerindo assim

---

[279] Sobre a crise interna do PC do B e a atuação no final da década de 1970 e início da década de 1980 ver: SALES, Jean Rodrigues. Op. cit.
[280] MAYRINK, José Maria. Personagens discutem a origem da crise. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.20.
[281] ORGANIZADORES alegam descontrole. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 13.

que, direta ou indiretamente, houvera um outro contato entre ele e o governador Franco Montoro.[282]

Contudo, no cotejamento das fontes verificou-se que Franco Montoro, ao longo daquela semana, não fez menção alguma aos possíveis encontros com o deputado Aurélio Peres e ao pedido de intermediação junto aos manifestantes. É possível que tal omissão não tenha sido intencional, porém, observou-se que o mesmo não ocorrera com outros atores políticos mencionados pelo governador — a comissão dos desempregados, os sindicalistas, os representantes das entidades empresariais e da Igreja, os governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e o senador Teotônio Vilela. É possível conjeturar que Peres ao enfatizar os contatos com Montoro, buscasse mostrar que tinha autoridade, poder e legitimidade junto ao governo paulista e esse, por sua vez, ao omitir tais encontros, procurasse desvincular-se do PC do B, mesmo porque seus interlocutores, como vimos, eram outros.

Sem respaldo dos seus correligionários e acusado por políticos da direita e da esquerda, Aurélio Peres revelou-se, ao longo daquela semana, bastante controverso. No dia 5 de abril, ao ser questionado sobre as motivações dos manifestantes, declarou que a

> *tentativa de se responsabilizar uma pessoa ou grupo pelos últimos acontecimentos em São Paulo é uma maneira de desviar a atenção do problema. [...] Os números mostram que há 1,5 milhão de desempregados na região metropolitana. Não é possível ignorar que o operário não tem nenhuma fonte de renda além de seus braços. [...] ele só não fez isso antes, porque não havia estímulo, e se o fizesse, sozinho, seria punido.*[283]

Contudo, num outro momento, o deputado expôs outra explicação para os acontecimentos:

---

[282] AURÉLIO culpa a União e sugere uma saída política. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 14.
[283] Idem, ibidem.

> *Setores da direita e da facção trotskista do PT infiltraram-se no movimento de desempregados para praticar atos de vandalismo na Capital paulista, tentando desestabilizar o governo Montoro e, com isso, prejudicar o processo de abertura.*[284]

Como se vê, Peres não somente repercutiu o discurso articulado no interior do PMDB — a ideia de que houve infiltrações nas manifestações — como também os argumentos dos políticos situacionistas, ou seja, de que tais grupos estavam vinculados à esquerda radical. A declaração do deputado provocou a reação de políticos do Partido dos Trabalhadores. O presidente nacional do PT Luis Ignácio da Silva, ao ser inquirido sobre a declaração de Aurélio Peres ironizou: *"Isso de dizer que tem trotskistas infiltrados, aqui ou ali, é um papel que só fica bem para um policial"*[285] e, em relação ao abrigo dado pelo partido à Convergência Socialista[286], afirmou que *"o Partido dos Trabalhadores não pede atestado ideológico a quem quer se filiar a ele"*[287].

O deputado federal Airton Soares (PT-SP) afirmou que:

> *O deputado Aurélio Peres está equivocado. São setores direitistas que pretendem desestabilizar o governo Montoro. Ele deve reconhecer que não teve como controlar a situação, no primeiro dia de saques, numa região dominada em 90% pelo PMDB e em apenas 10% pelo PT.*[288]

A troca de acusações entre Aurélio Peres e Airton Soares revelava as divergências entre organizações situadas à esquerda e a dificuldade em se aliarem, mesmo que em momentos conturbados. Ademais, as declarações de Peres devem ter gerado constrangimentos entre seus correligionários interessados em angariar

---

[284] OPINIÕES. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 13.
[285] PT FAZ crítica à ação de Montoro. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.11.
[286] Organização de tendência trotskista abriga no Partido dos Trabalhadores e que havia recentemente mudado sua denominação para Alicerce da Juventude Socialista.
[287] PT FAZ crítica à ação de Montoro. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.11.
[288] OPINIÕES. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 13.

entre parlamentares do PT o maior número possível de adesões e apoio ao governo paulista.

Na tarde de 5 de abril, em Brasília, o senador Fernando Henrique Cardoso convocou uma reunião emergencial da qual participaram vinte parlamentares, para discutir a situação de São Paulo e a possibilidade de uma intervenção do governo federal na capital paulista e outros Estados. Ao fim do encontro, os parlamentares emitiram uma nota — assinada por Ivete Vargas (PTB), Djalma Bom (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB) — responsabilizando o governo Figueiredo pelos distúrbios ocorridos em São Paulo, apoiando o governador paulista e repudiando as interpretações equivocadas. De acordo com o documento, os parlamentares subscritos:

> *3º - Manifestam sua confiança em que o governo de São Paulo, livre e expressivamente eleito pelo povo, saberá manter a ordem e a tranqüilidade dos paulistas e será capaz de garantir o diálogo democrático num clima de respeito;*
>
> *4º - Repudiam qualquer tipo de interpretação equívoca dos acontecimentos, inclusive tentativas de locaute e de atemorização do povo, que escondam os reais intentos de paralisar a marcha da cidadania rumo à total legalidade democrática.*[289]

Outros expoentes petistas manifestaram apoio ao governador de São Paulo. Para a vereadora Luiza Erundina, líder do PT na Câmara Municipal,

> *a responsabilidade pelo desemprego não é do governo Montoro. Vivemos uma crise econômica nacional e sob uma política de enfrentamento que penaliza os trabalhadores, com a recessão, o arrocho salarial e o desemprego. Os trabalhadores têm de ter em*

[289] INTERPRETAÇÕES equívocas repelidas pela oposição. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 abr. 1983, p.10.

mente que o grande responsável é o governo federal, que os entrega de bandeja ao Fundo Monetário Internacional.[290]

Entretanto, a coalizão entre peemedebistas e petistas revelou-se pontual e efêmera. No final da semana, algumas declarações de parlamentares do PT mostraram-se mais hostis ao governo paulista. Para o deputado José Genuíno (PT-SP):

> *O governador mostrou-se insensível e assumiu a repressão indiscriminada contra o povo. Para tanto, usou como desculpa a ação de provocadores direitistas e jogou a violência da Polícia Militar contra os manifestantes. O que está por trás do que se passa nas ruas é o desemprego em massa, e não dirigentes, sindicais, partidos políticos ou indivíduos isolados.*[291]

O deputado do PT Marcos Aurélio Ribeiro, assim como Genuíno, também criticou a violência da polícia militar:

> *A opção por parar as manifestações pelo uso único e exclusivo da força não é a solução e muito menos uma forma democrática de encaminhar o problema do desemprego.*[292]

Na sexta-feira (08/04), a executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores, após reunir-se na Câmara Municipal de São Paulo, distribuiu a nota intitulada "Onde o PT esteve nas manifestações de São Paulo"[293]. De acordo como documento: a atuação dos militantes petistas visava orientar o movimento que consideravam desorganizado e sem direção; a ação de infiltrados restringia-se à disseminação de boatos alarmistas; a política do governo federal despontava como a grande responsável pelos acontecimentos; o governo estadual revelou-se

---

[290] O PREFEITO não vê como ajudar com uma solução. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p.15.
[291] OPINIÕES. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 13.
[292] GOVERNO vacilou, afirmam políticos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.11.
[293] PT FAZ crítica à ação de Montoro. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.11.

arbitrário cedendo aos apelos dos setores elitistas ao intensificar as repressões policiais. Por fim, o documento conclamava a união de todos, inclusive do governo estadual, contra a política econômica do governo federal.[294]

Contudo, o posicionamento dos militantes ligados à Convergência Socialista, grupo político abrigado no PT, tornou-se o alvo preferencial dos ataques desferidos ao partido. Contribuiu para tal situação a detenção dos dois estudantes ligados a essa ala — Henrique Carneiro e Silvino Baia — enquanto distribuíam panfletos em que propunham uma greve geral. No dia 7 de abril, a Convergência emitiu nota defendendo-se das acusações e alegando que o grupo:

> *não é responsável pelas manifestações ocorridas em toda a Grande São Paulo nos últimos dias. Os responsáveis são o governo militar, que tem uma política de arrocho e de desemprego, e o governo estadual de Montoro, que ajuda a aplicá-la em São Paulo. [...] A política de Franco Montoro é igual à política de Paulo Maluf.*[295]

O deputado Sérgio dos Santos ao ser inquirido sobre a relação entre o PT e os dois estudantes detidos na porta da escola distribuindo panfletos assinados pelo Alicerce da Juventude Socialista, procurou relativizar o vínculo dando a seguinte resposta:

---

[294] Algumas considerações sobre o Partido dos Trabalhadores contribuem para o entendimento das divergências evidenciadas nos posicionamentos dos parlamentares petistas. Embora a fundação do PT datasse de 1980, sua origem esteve estreitamente vinculada às greves do ABC (1978, 1979 e 1980) e aos movimentos sociais urbanos e rurais. Seus fundadores pretendiam formar um partido que pudesse simultaneamente acolher e canalizar as reivindicações dos diversos movimentos sociais dando visibilidade às questões sociais e trabalhistas e incentivando a participação popular. No entanto, para que tais reivindicações pudessem ser ouvidas, debatidas e encaminhadas junto às esferas democráticas tradicionais era preciso que o partido obtivesse força política representativa nas instituições democráticas tradicionais. Assim, desde o princípio, o PT além de atuar como um partido oposicionista criticando e denunciando as manobras políticas executadas nos meandros do poder, buscou simultaneamente inserir-se no jogo político institucional, como se pode verificar nas eleições de 1982, quando o PT se empenhou em cumprir as exigências impostas pelo pacote de reformas eleitorais de 1981. AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela partida ao meio. Ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995, p. 147-8.

[295] DESEMPREGADOS adiam sua reunião para terça. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p.12.

Este grupo está ligado à Convergência e atua dentro do PT, mas não representa o pensamento do partido.[296]

Assim, verificou-se que tanto no PMDB como no PT havia naquele momento necessidade de depuração ideológica, uma vez que as organizações agora pretendiam eliminar o entrismo da esquerda radical para viabilizar a transição de forma lenta, gradual e segura.[297]

Ademais, como se pode verificar, os debates provocados pelos saques de abril de 1983 suscitaram entre parlamentares e lideranças políticas de diferentes filiações partidárias reações diversas: enquanto algumas se limitaram às acusações recíprocas, outras tenderam à prática conciliatória aproximando organizações partidárias de matizes ideológicos e políticos díspares. Cabe assinalar que tais posicionamentos e procedimentos figuram como práticas peculiares à lógica e dinâmica do poder, levando com frequência grupos políticos — interpartidários ou mesmo alojados no interior de um mesmo partido —, de acordo com os interesses em jogo, a se articularem ou não.

Entretanto, as contendas e declarações parlamentares revelaram alguns aspectos relevantes para as análises acerca da representação das manifestações de abril nos meandros do poder. Nesse sentido, chamou a atenção o teor dos debates estabelecidos nas casas parlamentares: senadores, deputados e vereadores limitaram-se a responsabilizar grupos políticos — da direita e da esquerda — pela deflagração e intensificação dos protestos de rua, a denunciarem a omissão do governo paulista, a hipotecar apoio e solidariedade a Montoro, a criticar a política econômica do governo federal e a alertar para os riscos que tais manifestações representavam para o processo de abertura política em andamento em detrimento das questões postas pelas manifestações — desemprego, salário, custo de vida, moradia entre outros. Ademais, os embates estabelecidos entre integrantes dos diferentes partidos, colocaram na centralidade da cena novos agentes políticos — PC do B e Convergência Socialista —

[296] MAYRINK, José Maria. Personagens discutem a origem da crise. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.20.
[297] Ver PEREIRA NETO, Murilo Leal. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1953-66)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

deslocando uma vez mais para um segundo plano os sujeitos sociais que protagonizaram os protestos deflagrados no início daquela semana. Contudo, os saques foram reveladores na medida em que demonstraram o quão abstratos são os discursos sobre os direitos nos parlamentos e os limites da democracia neles pleiteada. Como bem observou Marcos Napolitano acerca dos debates provocados pelas manifestações de abril de 1983:

> Essa forma de politização do espaço público aterrorizava os representantes da "ordem" e desafiava até mesmo os setores progressistas. Talvez por não reconhecerem a legitimidade e a eficácia das instituições, amplos segmentos excluídos, agiram no sentido de, ritualmente, redefinir os marcos da soberania política.[298]

A despeito dos interesses políticos em jogo e do teor das declarações, as reuniões interpartidárias, a emissão das notas de repúdio e/ou apoio e os discursos proferidos nas tribunas evidenciaram a potencialidade da ação direta ao se contrapor aos marcos das discussões parlamentares e ao expor sujeitos e questões sociais na centralidade dos debates travados nas diferentes esferas do poder — executivo, legislativo, municipal, estadual e federal.

[298] EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós, que amávamos tanto a democracia: Protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo – 1977/198).* São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1994, p.185.

Capítulo 3 – Os segmentos médios e dominantes e a representação dos saques e quebra-quebras

As análises das reportagens e notícias acerca dos saques e quebra-quebras irrompidos na cidade de São Paulo em abril de 1983 e da repercussão suscitada por esses acontecimentos nas esferas do poder — estadual e federal — mostraram-se de grande relevância na medida em que possibilitaram entender como se deu a desconstrução das manifestações — como lutas sociais reivindicatórias — e sua reconstrução na ótica dos jornalistas-repórteres e das autoridades públicas. De forma geral, o significado das irrupções sociais e as questões postas pelos manifestantes foram gradativamente suplantados por temas concernentes aos temores e interesses dos jornais e dos dirigentes públicos como a questão da ordem pública, da soberania do governo Montoro e do projeto de abertura política em andamento.

Assim, tomando de empréstimo as observações de Cervi a respeito da importância dos noticiários na condução das discussões e dos debates públicos, pode-se inferir que a eleição de tais temas não foi casual e aleatória, pois segundo o autor, "quando a mídia faz a seleção e tratamento dos fatos sociais que virarão notícias ela está influenciando na determinação dos temas sobre os quais as pessoas passarão a discutir."[299] Ou seja, os noticiários acerca da dinâmica das manifestações não somente nortearam a pauta das discussões estabelecidas naquela semana de abril como também acabaram determinando o que não deveria ser discutido. Nesse sentido, assuntos como desemprego, salário e custo de vida tornaram-se questões secundárias, senão esquecidas.

A deturpação dos acontecimentos pela mídia impressa com o objetivo de colocar outro ponto de vista como realidade e, simultaneamente, definir o curso das discussões, levantou algumas questões, tais como a condição e natureza da

[299] CERVI, Emerson Urizzi. A cobertura da imprensa e as eleições presidenciais de 2002. Disponível em: *www.bocc.ubi.pt*. Acesso em 17 dez. 2008.

grande imprensa no espaço social, econômico e político e a que interesses ela se articulava ao criminalizar os movimentos sociais.

Num ensaio escrito em 1988 sobre o significado da manipulação da realidade e dos fatos pela grande imprensa, Abramo alertava para a natureza empresarial dos jornais, já que grande parte era propriedade de empresas privadas, e, portanto, visava garantir e ampliar sua margem de lucros, daí sua submissão aos interesses dos anunciantes (privado ou estatal) e/ou dos consumidores (leitores). Contudo, ainda de acordo com o autor, no caso da grande imprensa, a ambição de lucro, e, portanto, a lógica econômica capitalista na qual está inserida, por si só, não explica a manipulação e distorção dos fatos: *"o capitalismo opera também com outra lógica — a lógica política, a lógica do poder"*.[300] Dessa forma, os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, ao aprisionarem seus leitores no "círculo de ferro da realidade irreal" sobre a qual exercem todo o seu poderio.

Em seus estudos sobre o pensamento e a atuação da grande imprensa paulista entre os anos de 1920 e 1945, Capelato chegou a conclusões semelhantes:

> os jornais-empresas, apesar das dificuldades enfrentadas, acabaram se revelando negócios sólidos e lucrativos. Acredito, porém, que o sucesso não se explica por razões de natureza estritamente comercial. Todos eles tiveram atuação política intensa desde a sua criação. O caráter comercial dos periódicos se evidencia como secundário quando se constata o empenho de seus responsáveis na luta política.[301]

Tais reflexões acerca da condição dos periódicos como instituições empresariais e de poder trouxeram à tona outras questões: Considerando que os jornais cotejados pertenciam a grupos distintos, com trajetórias históricas e

[300] ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 43.
[301] CAPELATO, Maria Helena R. *Os intérpretes das luzes. Liberalismo e imprensa paulista: 1920-1945.* São Paulo, FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1986, p. 10.

posicionamentos político ideológicos diversos, em que aspectos convergiam e divergiam? Como se deu a apropriação e a reelaboração dos acontecimentos daquela semana pelos representantes da grande imprensa paulista? De que forma e em que aspectos esses periódicos identificavam-se com os interesses e postulados dos grupos dominantes?

Tomando como referência as considerações acerca do caráter empresarial dos periódicos e as indagações aqui postas, neste capítulo, as leituras e análises se dirigiram aos editoriais, anúncios e comunicados pagos referentes aos saques e quebra-quebras deflagrados na capital paulista em abril de 1983.

3.1. A grande imprensa paulista

Os editoriais, em geral escritos pelo redator-chefe ou pelo proprietário da empresa, traduzem o "pensamento do jornal". Entretanto, Aquino alerta:

> o editorial é também a forma pela qual os interesses representados na empresa querem ser mostrados a seu público. Portanto, da mesma maneira que, arvorando-se em 'formadores de opinião', divulgam seus pontos de vista como se fossem significativos para o conjunto da população, aqui nos encontraríamos frente a outra forma de ocultação dos interesses 'de fato', do periódico.[302]

Nesse sentido, os editoriais dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* não só evidenciaram o entendimento desses periódicos acerca dos acontecimentos daquela semana, como também revelaram seus alinhamentos ideológicos no contexto político em que estavam inseridos os saques e quebra-quebras. Assim, tendo como foco o governo de Montoro, os editorialistas estabeleceram nas páginas da grande imprensa paulista um caloroso debate, permitindo entrever os interesses que norteavam suas argumentações.

---

[302] AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80).* São Paulo: FFLCH/USP, Tese de doutorado, 1994, p. 20.

Ainda que, sob vários aspectos ambos pareciam compartilhar de opiniões semelhantes, no que se referia ao governo de São Paulo, os editorialistas adotaram posicionamentos divergentes.

	O Estado de S.Paulo	***Folha de S.Paulo***
06/04	"São Paulo sem governo"	"Temos governador"
07/04	"A imagem da insegurança"	"Menos tensão"

Como se pode perceber pelos títulos dos editoriais, no jornal *O Estado de S.Paulo* o governo de Montoro figurou como o grande responsável pela situação apresentada na capital paulista. Embora os textos, em grande parte, tenham se voltado para a postura do governador e seus assessores frente aos acontecimentos — omissão, inércia, morosidade, conivência —, os editoriais permitiram ampliar a compreensão acerca do posicionamento político-ideológico do periódico, deixando entrever seu entendimento acerca das manifestações e das questões a elas relacionadas. Tais percepções, contudo, somente puderem ser apreendidas a partir de uma leitura transversal e atenta aos significados das expressões e reflexões tecidas pelo editorialista[303].

Assim, no que se referia às manifestações encontram-se as seguintes referências:

> *Não surpreende, nem deveria surpreender o governo paulista, que a ira contida de milhares de cidadãos tenha encontrado seu caminho e expressão no comportamento irracional das multidões.*[304]
>
> *Os futurólogos, ao examinar estatísticas sobre a população marginalizada, temiam a eclosão de movimentos sociais amplos, nunca que a mazorca se instalasse na cidade, que pequenos grupos extremistas ou criminosos (o célebre* lumpenproletarial *de*

[303] Como não sabemos se os editorais de um mesmo jornal foi escrito por uma ou mais pessoas, optamos por adotar a expressão editorialista no singular.
[304] SÃO PAULO sem governo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 3.

> *certo jargão sociológico) pudessem impor sua vontade agora numa rua, mais tarde em outra e assim sucessivamente.*[305]

Não restam dúvidas de que esses entendimentos acerca das manifestações contribuíam para a depreciação e desqualificação dos saques e quebra-quebras. Tais entendimentos, porém, estavam em conformidade com o alinhamento do periódico aos pressupostos liberais/conservadores. Conforme verificou Capelato em tese de doutorado, para o jornal *O Estado de S.Paulo*, entre as décadas de 1920 e 1940, toda e qualquer manifestação de massa era vista e tratada como ameaça à ordem pública ou como subversão da ordem social. Como bem observou a historiadora

> para os liberais brasileiros, a principal tarefa do poder político é impedir que as massas se rebelem, pondo em risco a propriedade. Diante dos perigos da 'patuléia exaltada' (a expressão é do *O Estado de S.Paulo*), as concessões [medidas repressoras e antiliberais] são consideradas legítimas. Em tal postura não há ambigüidade, pois esse é o limite da democracia liberal.[306]

Essa postura parece ter permeado a história do periódico. Nos idos de 1964, o jornal despontou como um dos maiores defensores e colaboradores no processo de instauração do golpe militar. De acordo com Aquino[307], paulatinamente, o periódico procurou construir a imagem de oposição ao regime. As críticas, entretanto, eram pontuais e circunstanciais. Em geral, restringiam-se aos elevados índices inflacionários, ao montante da dívida externa, à crescente interferência do Estado na economia, à corrupção nos setores governamentais e, após o estabelecimento da censura prévia, ao cerceamento da liberdade. Dessa forma, muitos dos argumentos do editorialista estavam em sintonia com ideário do regime:

---

[305] A IMAGEM da insegurança. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 3.
[306] CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 246.
[307] AQUINO, Maria Aparecida de. Op. cit., 1994.

> *Os fatos registrados na segunda-feira, no bairro de Santo Amaro, provam à saciedade que o assim designado Movimento contra o Desemprego convocou a primeira manifestação. Ele é integrado por elementos que, na atividade sindical, se colocam claramente à esquerda e disso não fazem mistério. Ademais, é agora público que a manifestação foi articulada no escritório do deputado Aurélio Peres (do partido do governador) apontado como simpatizante, senão quadro do Partido Comunista do Brasil.*
>
> *[...] Dir-se-ia, ao assistir às explicações subseqüentes do sr. secretário do Trabalho, que por força da manifestação organizada pela Oposição Sindical e pelo PC do B — e na qual se infiltraram os marginais — São Paulo regredira à condição de Estado do Nordeste, assolado pela seca, fazendo-se mister abrir frentes de trabalho para limpar ruas e bocas-de-lobo; consertar estradas e, suprema ironia para esta metrópole moderna, que a solução imediata seria substituir, no serviço público, as máquinas pelas pessoas.*[308]

A associação entre os manifestantes e os militantes do PC do B e a Oposição Sindical reverberava os discursos proferidos pelas autoridades do governo federal[309], revelando dessa forma a consonância entre as argumentações do periodista com pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, a qual via e tratava todo integrante dos partidos e organizações de esquerda como um inimigo interno em potencial, cujo único propósito era desafiar a autoridade constituída. Assim, ao atribuir as manifestações aos grupos de esquerda, o jornal as

---

[308] SÃO PAULO sem governo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 3.

[309] Capelato observou que o jornal *O Estado de S.Paulo* sempre se mostrou intolerante em relação aos militantes comunistas. De acordo com a historiadora, em 1931, frente às imposições do governo federal de se reconhecerem os direitos da classe trabalhadora, o periódico se posicionou alegando ser contra o comunismo e não contra o operário. Ou seja, ele reconhecia o direito da classe trabalhadora de se organizar, desde que de forma disciplinada; contudo em relação "ao conflito social provocado pelos 'agitadores comunistas', a postura era diferente. O periódico os definia como pessoas de 'outras classes', ou de 'classe nenhuma'; eles continuavam constituindo 'um caso de polícia' e, como tal, deveriam ser reprimidos no velho e eficiente estilo da Primeira República. Nesse aspecto, não houve mudanças: reafirmou seu horror às agitações de rua promovidas com o 'pretexto falacioso de amparar os que não encontram serviço'." CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., 1989, p. 110.

classificava como ameaça à segurança nacional. Essa aversão aos militantes partidários e políticos da esquerda ajuda a entender a forma como o editorialista referiu-se ao cardeal arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns:

> *A crise vem de longe. Se a oposição no Brasil, não limitasse sua função a apenas criticar o governo e pensasse em soluções alternativas para os problemas nacionais teria tido tino suficiente para registrar que a situação social que começou a delinear-se depois de 1979 deveria, mais dia menos dia — independente dos dotes divinitórios de D. Paulo Evaristo Arns (a pitonista do óbvio) — expressar-se por movimentos sociais como os que começamos a ver em São Paulo.*[310]

O cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, juntamente com um grupo de juristas, criou em janeiro de 1972 a Comissão Justiça e Paz, entidade que serviu de apoio e amparo aos familiares de presos e desaparecidos políticos bem como às camadas sociais desfavorecidas. Em 1975, a publicação do estudo *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo apontava os impasses entre a super exploração dos trabalhadores relegados às áreas periféricas desprovidas de condições de saneamento, energia, escolas, postos de saúde e a concentração financeira manipulada no chamado milagre econômico.[311]

Embora, a Comissão contasse com a colaboração de inúmeros ativistas, D. Paulo era visto como o baluarte na luta pelos Direitos Humanos. Seus discursos contundentes, denunciando a condição de miserabilidade imposta à classe trabalhadora, as prisões arbitrárias, as torturas infringidas aos presos políticos bem como as pressões por ele exercidas junto às autoridades competentes para a liberação dos detidos, para esclarecimentos sobre os paradeiros dos desaparecidos e pelo fim das atrocidades no interior das cadeias, conferiram-lhes,

---

[310] SÃO PAULO sem governo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 3.
[311] CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira et alli. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza.* São Paulo: Loyola, 1981.

simultaneamente, respeitabilidade e admiração de alguns e o ódio contumaz de outros, especialmente, dos militares.[312]

Ao que parece, o editorialista se inseria nesse segundo grupo. O tom sarcástico ao se referir a D. Paulo podia ser transferido às causas defendidas por ele — em especial a garantia dos Direitos Humanos —, revelando assim, uma vez mais, o quão tênue era a fronteira que separava o periódico do regime militar. Contudo, ao mesmo tempo em que procurava desqualificar um dos expoentes da luta pelos Direitos Humanos, o editorialista argumentava em defesa de uma concepção do Estado de Direito, restrita porém ao direito da propriedade e da ordem social baseada na hierarquia econômica.

:

> *O processo de abertura democrática e da construção do Estado de Direito foi violentado nestes dois últimos dias de maneira irrecuperável.*[313]

> *Se [os comerciantes atingidos pelos saques e quebra-quebras] tomarem esta decisão [ir à justiça cobrar do Estado de São Paulo a indenização devida por não ter sabido a tempo e hora evitar os excessos da multidão] os que foram vítimas da mentalidade dos que governam imaginando-se oposição, pelo menos terá sido feita uma tentativa, ainda que tímida, para restabelecer a vigência do Direito na capital do Estado de São Paulo. Postura mais do que nunca necessária, quando o temor começa a generalizar-se e a cidade principia a deixar-se tomar pelo medo.*[314]

Ficava claro que o Estado de Direito idealizado não contemplava os direitos civil, político e social[315] de forma equivalente e nem mesmo significava a aplicação desses direitos em proporção igual a todos os segmentos sociais. Para o

---

[312] A atuação de D. Paulo Evaristo Arns na luta contra a repressão e pelos Direitos Humanos foi detidamente estudada por Mario Sérgio Moraes em seu trabalho sobre o caso Herzog. MORAES, Mário Sérgio. *O ocaso da ditadura: caso Herzog.* São Paulo: Barcarolla, 2006.
[313] SÃO PAULO sem governo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 3.
[314] A IMAGEM da insegurança. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 3.
[315] Tomamos como referência a definição de Marshall sobre os direitos político, civil e social. MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp.63-4.

editorialista, enquanto alguns poucos tinham o direito de ir à justiça para reclamar o ressarcimento dos prejuízos causados pelos manifestantes, outros — muitos — não tinham o direito de sair às ruas para reivindicar condições básicas de sobrevivência, decorrentes do direito ao trabalho.

Em outras palavras, o direito à propriedade se sobrepunha aos demais. Além disso, é significativa a menção ao binômio Direito-medo. De acordo com Chauí, os direitos surgiram do temor que os homens na sociedade moderna passaram a ter uns dos outros[316], nesse caso, as leis foram e são instituídas visando minorar esse medo recíproco. Essas, contudo, ou são elaboradas a partir da perspectiva dominante, ou, quando favorecem as camadas sociais desfavorecidas, são ignoradas, infringidas ou burladas. As classes dominantes temem perder o poder e os privilégios. Assim, toda e qualquer forma de manifestação social atenta contra o Estado de Direito: do direito à propriedade, à segurança e à ordem liberais.[317] O medo das classes dominantes não se restringia às rebeliões populares, essas temiam também o estabelecimento de uma democracia substantiva, como se pode verificar em outro trecho de editorial:

> *Pode ser outra a impressão de quem viu e ouviu o governador do Estado de São Paulo dizer àqueles que representavam (?) a turba que destruía o Palácio e o sitiava nele, quase como que refém do povo, ao estilo de Luís XVI, que a culpa pelo desemprego não era do seu governo, que tinha apenas 15*

[316] "O surgimento da modernidade significa o advento do social como social, do político como político e do histórico como histórico. Confirmando o homem como sujeito social, político e histórico, desloca o medo fundamental para o interior da sociedade — para a divisão social das classes ou luta de classes — e faz nascer, simultaneamente, o pensamento moderno sobre os direitos do homem e do cidadão. Conseqüentemente, as teorias políticas modernas pensam o direito como garantia jurídica, social e política contra o medo que os sujeitos sociais têm dos outros sujeitos sociais." CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, pp. 92-3.

[317] As argumentações do editorialista angulavam-se nos pressupostos liberais acerca do binômio Estado-Direito. De acordo com Porto, "o Estado liberal é um Estado de Direito, porquanto organizado e limitado constitucionalmente. Preconiza o liberalismo um Estado com estrutura burocrática mínima que reserve maior espaço de poder para o mercado. [...] O Estado Liberal absolutiza o direito de propriedade, incentiva as liberdades públicas e, no tangente à igualdade, contenta-se com uma versão formal da isonomia, na medida em que liberdade e igualdade material são valores antitéticos." PORTO, Rui de Fontoura. *Direitos fundamentais sociais: considerações acerca da legitimidade política e processual do Ministério Público e do sistema de justiça para sua tutela.* Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006, p. 55.

> *dias, mas da política econômica, que era mister mudar? Eram dois grupos oposicionistas que se defrontavam no Bandeirantes — com a diferença de que um tinha por vocação ser oposição e destruir a autoridade, enquanto outro, tinha, por obrigação funcional, ser o poder e representar a autoridade. Este, porém, não sabia cumprir seu papel, porque usava ainda as vestes talares da pureza dita sacerdotal da participação.*[318]

As restrições aos direitos civis — liberdade de expressão e de manifestação — estendiam-se aos direitos políticos. A democracia idealizada pelo editorialista não significava em momento algum o alargamento dos espaços para os debates e decisões de ordem política. Tal percepção pode ser constatada no tom irônico adotado pelo editorialista ao se referir à democracia participativa proposta por Montoro.[319] Em outras palavras, não cabia à população discutir, opinar e interferir nos assuntos que lhes interessavam, mas somente referendar pelo voto — democracia representativa — o direito de alguns poucos — os representantes — debaterem e/ou decidirem sobre questões que interferiam diretamente na vida e no cotidiano da população. Como bem observou Chauí,

> a idéia de representação não possuí qualquer vínculo substantivo com a idéia de democracia. Aliás, para muitos liberais, a representação tem a finalidade expressa de impedir um regime de democracia política.[320]

Como se pode observar, os discursos do editorialista revelavam-se afinados com os pressupostos do Regime Militar, quais sejam: um Estado de Direito com

---

[318] SÃO PAULO sem governo. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 3.
[319] Vimos no capítulo anterior que entre as diretrizes programa de governo de Montoro — Proposta Montoro — constava a "participação solidária", a qual pressupunha a intenção em estabelecer no Estado de São Paulo, uma democracia participativa. Essa ideia já havia sido exposta por ele, quando na função de senador, proferiu o discurso "Democracia participativa, seus fundamentos e instrumentos" em sessão do Senado Federal, no dia 5 de outubro de 1972. Sobre o assunto ver: CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.* 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 241-2.
[320] CHAUÍ, Marilena. Op. cit., 2007, pp. 295.

restrições; uma democracia limitada e pautada no consenso pelo alto; a recriminação a qualquer tipo e forma de manifestação de protesto social. Ademais, o Regime e o periódico tinham em comum os mesmos inimigos — D. Paulo Evaristo Arns, sindicalistas e militantes dos partidos de esquerda (em especial do PC do B) — e adversários políticos — o governo paulista, Montoro.[321]

Sob vários aspectos, os editoriais da *Folha de S.Paulo* não se diferenciaram muito dos publicados no jornal *O Estado de S.Paulo,* ficando as divergências, em grande medida, circunscritas ao governo de Montoro. Os editoriais da *Folha* claramente esforçaram-se em apontar os limites de ação do governo paulista, não poupando críticas à política econômica do governo federal, à qual atribuíam a responsabilidade pelos acontecimentos daquela semana:

> *Embora plausível, o esforço das autoridades estaduais para minorar o problema do desemprego será quando muito paliativo, como notávamos ontem, principalmente na ausência de um apoio decidido do governo federal. [...]*
>
> *Diante do estilo autocrático que ainda prevalece na condução econômica nacional, as vozes representativas da sociedade paulista continuarão por certo a reivindicar o direito de ser ouvidas e levadas em conta.*[322]

---

[321] De acordo com Hebert Souza, as divergências entre o jornal *O Estado de S.Paulo* e o Regime se aprofundaram somente a partir de meados da década de 1970, quando o Estado gradativamente passou a controlar e centralizar em suas mãos os encaminhamentos econômicos, afastando as classes dominantes das esferas decisórias e, consequentemente, diminuindo sua influência e interferência na definição das políticas econômicas. Somava-se a essa insatisfação, o aprofundamento da crise econômica, o aumento do endividamento junto às instituições financeiras internacionais e a desaceleração da economia — comprometendo a continuidade da expansão do capital estrangeiro e nacional. Conforme Souza, o objetivo da vertente liberal dissidente do Regime era "romper com a forma autoritária do Estado e restabelecer os processos liberal-democráticos de participação política. Seu objetivo fundamental [era] restabelecer a legitimidade do Estado liberal, onde o consenso prevale[ceria] sobre a coerção, ao mesmo tempo em que renegocia[riam] os termos da internacionalização capitalista, assegurando um espaço maior aos chamados interesses nacionais. Nesse sentido, seu projeto nega[va] as bases ideológicas sobre as quais o Estado se assenta[va], e a doutrina da Segurança Nacional que postula[va] o predomínio absoluto do Estado sobre a sociedade civil." SOUZA, Hebert de. Notas sobre a questão atual da democracia no Brasil. In: CHAUÍ, Marilena et alli. *A questão da democracia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, (Coleção CEDEC, v. 4), p. 109.

[322] MENOS tensão. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 2.

Em outro editorial, “Abertura em crise”, as críticas ao governo federal foram ainda mais contundentes, centrando-se nas diretrizes da política econômica: a “absorção de capitais estrangeiros, sob a forma de empréstimos ao setor público e às empresas privadas”, na “política tributária recessiva”, no projeto de “substituição de importações” e na “dependência em relação ao sistema financeiro internacional”.

> *Subordinando inteiramente o País ao serviço da dívida externa, o governo — através de sua equipe econômica — acentua as conseqüências internas da crise internacional, conduzindo a Nação na direção do debilitamento de seu parque industrial, do empobrecimento dos assalariados e do desemprego crescente. Enfim, coloca a sociedade brasileira na rota da regressão industrial e do aumento da miséria das massas.*
>
> *[...]*
>
> *O que se teme é que, para preservar a atual política econômica, se comprometa o processo de abertura política que vivemos. O endurecimento do regime seria um preço alto demais a pagar pela auto-suficiência e auto-complacência dos responsáveis imediatos pela condução da vida econômica da Nação.*[323]

O direcionamento das críticas desferidas pelo editorialista ao governo federal evidenciava o descontentamento das classes médias e dominantes com os governos militares, as quais, guardadas as devidas proporções, haviam se beneficiado outrora com o modelo econômico adotado pelas equipes governistas. Entretanto, desde o final da década de 1970, com o aprofundamento da crise do milagre, na iminência da pauperização dos setores médios e com o comprometimento da expansão do capital tais segmentos sociais passaram a denunciar a perversidade da política econômica que, até então, havia vitimado as camadas populares.

[323] ABERTURA em crise. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 2.

Outros trechos dos editoriais veiculados na *Folha de S.Paulo* evidenciavam que o descontentamento do grupo *Folha* com o governo federal não ia muito além do âmbito da economia. É verdade que o periódico colocava-se como intenso defensor do processo de abertura política — como se pôde ver no trecho citado. Essa, porém, não implicava rupturas substanciais nas relações de poder. A liberalização política, conforme desejavam os artífices da transição pelo alto, devia-se dar de forma lenta, gradual e segura, por meio do consenso e não da subversão da ordem estabelecida. Tal mentalidade pode ser verificada no seguinte trecho:

> *O sr. Montoro demonstra senso de equilíbrio quando, resistindo aos apelos de alguns de seus correligionários, se abstém de converter as pressões que o problema do desemprego faz convergir sobre a administração estadual em outras tantas reclamações contra o governo federal, também ele a braços com as conseqüências da crise. Na delicada situação institucional do País, as gestões a favor de uma reorientação da política econômica nacional não seriam favorecidas em nada se ele fizesse do Palácio dos Bandeirantes um palanque de comício oposicionista.*[324]

A ênfase ao comedimento, ao consenso e ao controle sobre as forças que pudessem comprometer uma liberalização política "segura" revelava os limites da democracia pleiteada pelo editorialista. Os estudos de Mota e Capelato sobre a *Folha de S.Paulo* mostram que em momento algum esse periódico questionou o projeto de abertura política idealizado por Geisel e Golbery. Pelo contrário, alguns editoriais saudaram a posse de Geisel, enfatizando o avanço que o novo governo representava desde 1969 e conclamando todos a apoiarem o presidente em seu caminho para a construção de uma Nação "próspera e coesa, generosa e

[324] POSTURA de palanque. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.2.

justa".[325] Ainda de acordo com os historiadores, em outros editoriais de 1974 a *Folha* desaconselhava

> qualquer ação que não fosse 'lenta, evolutiva, embora, só comportando alterações graduais', [pois] nenhuma medida extemporânea e impensada deveria modificar irrealística e imediatamente o quadro político-institucional.[326]

Esse posicionamento manteve-se ao longo da década de 1970. A *Folha* permaneceu elogiando a figura austera do presidente da República. As críticas eram moderadas, pontuais e circunscritas a algumas diretrizes da política econômica. Em 1975, o jornal introduziu em suas pautas de debates um novo tema, que se tornaria a pedra de toque do jornal: a defesa da cidadania.

Apesar de tal iniciativa figurar como inovadora e ousada, a fórmula defendida atinha-se aos preceitos liberais de democracia, qual seja, "o cidadão é o fim, o Estado é o meio."[327] Nessa perspectiva, era preciso simultaneamente manter as bases de um Estado forte e ampliar a autonomia e poder de ação dos parlamentares, posto que esses eram os porta-vozes dos anseios e dos interesses da sociedade brasileira. Essas argumentações, contudo, estavam longe de representarem uma radicalidade, na medida em que o periódico deixava cada vez mais claro seu alinhamento a uma democracia representativa liberal.[328]

Tais considerações sobre o posicionamento político-ideológico da *Folha de S.Paulo* durante o regime militar ajudam a entender o apoio ao governo paulista na semana em que ocorreram os saques e quebra-quebras. Montoro, conhecido pela sua atuação e posturas políticas moderadas representava a coexistência

---

[325] MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena R. *História da Folha de S.Paulo (1921-1981).* São Paulo: IMPRES, 1981, p. 221.
[326] Idem, p. 217.
[327] Idem, p. 231.
[328] O documento elaborado para ser discutido no encontro do Conselho Editorial de 1978, com o objetivo de traçar e formalizar a tendência editorial do jornal, evidenciava a democracia pleiteada pelo periódico. Nesse sentido, as argumentações dos editorialistas deveriam pautar-se na defesa de um "regime democrático, que assegur[asse] a estrita observação dos direitos do homem e do cidadão e que atend[esse] aos interesses da maioria da população, por meio da participação política de todos os setores da sociedade e de todas as tendências de opinião." Apud MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., p. 241.

entre o novo e o velho modo de governar. Como se viu no capítulo anterior, ao mesmo tempo em que suas propostas de governo enfatizavam uma administração mais democrática, aberta ao diálogo e à participação da sociedade civil, seu projeto de governo em grande medida enquadrava-se nos preceitos democráticos liberais, não representando, dessa forma, ameaça alguma aos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes.

Se por um lado a *Folha,* diferentemente do *O Estado de S.Paulo,* posicionou-se em defesa do governador Montoro — expondo as limitações das autoridades paulistas na solução da crise recessiva instaurada em São Paulo, responsabilizando a política econômica da equipe governista pelo descontentamento popular, pontuando as medidas emergenciais adotadas pelo governo paulista e, por fim, elogiando a postura cautelosa de Montoro em relação ao governo federal — por outro, o tratamento dado às manifestações e às cobranças por maior repressão policial aos saques e quebra-quebras em muito se assemelhavam. Nesse sentido, alguns trechos dos editoriais são bastante elucidativos. Ao referir-se às medidas adotadas por Montoro e ao pronunciamento em cadeia estadual de rádio e televisão, o editorialista concluiu:

> *É pouco em vista das raízes econômicas da inquietação popular. Para bem administrar esse pouco, contudo, será imprescindível que o sr. Montoro assuma decididamente a postura de governador dos paulistas. Ontem à noite ele mostrou que pode fazê-lo* [329]

No editorial "Menos tensão", veiculado no dia seguinte, após apontar o refluxo das manifestações, *"graças à ação da polícia e das lideranças sociais"*, e as limitações do governo paulista, uma vez mais o editorialista reforçou a necessidade de Montoro manter-se firme frente às deflagrações sociais:

> *Nessa perspectiva, merece apoio toda iniciativa pública ou particular capaz de devolver um pouco de esperança às camadas da*

[329] TEMOS governador. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 de abr 1983, p. 2.

> *população mais fortemente atingidas pela recessão. Mas não se dispensará a intervenção enérgica da autoridade política a qualquer princípio de tumulto, seja espontâneo ou maliciosamente provocado, que ameace restabelecer o império do medo nas ruas da cidade.*[330]

Não restam dúvidas, na percepção do editorialista, as manifestações deflagradas naquela semana representavam uma ameaça à ordem pública e ao Estado de Direito e, portanto, tinham que ser duramente reprimidas e controladas. Em outros trechos foi possível entrever o entendimento do periódico a respeito das irrupções sociais.

> *Não há que esperar milagres das medidas anunciadas pelo governador Franco Montoro para atenuar o problema do desemprego na Grande São Paulo — problema que esteve indubitavelmente na origem das arruaças desses dois dias, independentemente de quem as possa ter provocado por estupidez ou má fé.*[331]

> *Em sua fala [Montoro], dois aspectos certamente corresponderam à expectativa da maioria da opinião pública. Por um lado, o reconhecimento da legitimidade das reivindicações dos trabalhadores desempregados e dos que temem perder seus empregos — desde que pacificamente manifestadas. Por outro lado, a firme condenação dos atos de vandalismo em que degenerou a apresentação dessas reivindicações, [...]*[332]

As designações “arruaças” e “atos de vandalismo” em nada se diferenciavam das terminologias usadas nos editoriais do *O Estado de S.Paulo* — “mazorca” e "comportamento irracional das multidões”. As manifestações, uma vez mais, eram vistas e tratadas como ações irracionais e distúrbio social que em nada contribuíam para o restabelecimento da ordem democrática.

---

[330] MENOS tensão. *Folha de S.Paulo,* 7 de abr 1983, p. 2.
[331] TEMOS governador. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 06 de abr 1983, p. 2. *(Grifos meus)*
[332] Idem, ibidem. *(Grifos meus)*

A construção da representação das manifestações como classes perigosas, pôde igualmente ser observada nos títulos das reportagens referentes a elas.

O ESTADO DE S.PAULO	***FOLHA DE S.PAULO***
A violência prosseguiu ainda no final da tarde	Falta condução, Santo Amaro pára
O saque, "uma loucura"	Até manequins de loja são levados
Cidade amedrontada, palácio invadido	Tropa da PM chega e é vaiada
A cidade de São Paulo, uma balbúrdia	Manifestantes tentaram invadir uma delegacia
De madrugada, o medo nas vilas da zona sul	A violência se alastra e Montoro promete ordem
Durante todo o percurso, ameaça e pânico	Escolas decidem suspender aulas
Precaução no comércio - ataque é contra escola	Na periferia, o segundo dia de caos
Confusão e prejuízo até a noite	Comerciantes pensam em defender-se com armas
Bombas na estação do metrô	No centro, as lojas e bancos fecharam

(Grifos meus)

Não se pode ignorar o efeito proporcionado por algumas palavras e expressões recorrentes nesses títulos. De acordo com Capelato, as manchetes, títulos e sub-títulos são recursos utilizados pela mídia impressa na manipulação das informações e da realidade,

> eles são formados de vocábulos cuidadosamente escolhidos para deles se extrair o máximo efeito. As palavras das manchetes e títulos se transformam numa arma altamente eficaz de persuasão.[333]

Assim, verificou-se que tanto a *Folha de S.Paulo* como o *O Estado de S.Paulo* tinham entendimentos semelhantes em relação às manifestações, na medida em que as expressões presentes nos títulos das reportagens enfatizaram a

[333] CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. cit., 1986, p. 24. Num ensaio acerca dos "truques" usados pelos meios de comunicação na construção dos fatos, Biondi constatou que não raro as manchetes são ardilmente elaboradas, chegando inclusive a inverter o significado das informações presentes nos textos. Nesse sentido, os títulos e as manchetes tornam-se um poderoso recurso de persuasão e manipulação à disposição dos periódicos. BIONDI, Aloysio. Mentira e caradurismo (Ou: A imprensa no reinado de FHC). In*:* ABRAMO, Perseu. Op. cit., pp. 55-7.

violência das manifestações, o pânico e o caos gerados por elas, a irracionalidade das multidões.

Tal percepção acerca das irrupções sociais pôde igualmente ser apreendida no editorial "Força e fraqueza":

> *Num primeiro balanço, destacam-se tanto sinais de fragilidade quanto de força dos setores sociais direta ou indiretamente envolvidos.*
>
> *Fragilidade, como deveria ser óbvio, das lideranças* soi-disant *populares que, no afã de conduzir uma mobilização de protesto contra o desemprego, conseguiram apenas acender o estopim de* <u>*explosões irracionais*</u> *de descontentamento, fomentadas ou não por provocadores.*
>
> *Força, por outro lado, dos setores organizados que deram contribuições positivas para evitar o transbordamento social em crise política, criando uma efetiva cadeia de solidariedade em defesa das franquias democráticas.*
>
> *Para garantir essas franquias, acima e além da estabilidade do governo do Estado, a Igreja, através de dom Paulo Evaristo Arns, apelou às Comunidades de Base para que seus membros não engrossassem manifestações passíveis de alimentar a fogueira da violência. [...]*
>
> *A lição já conhecida, mas que vale a pena confirmar, é de que a organização dos diferentes setores da sociedade, ao contrário da* <u>*anomia das multidões*</u>*, é um importante fator de estabilidade política em regime democrático.*[334]

Tecia-se um discurso no qual se procurava desqualificar e invalidar as ações dos manifestantes, tratadas como "explosões irracionais" e "anômalas". Contudo, se por um lado os jornais cotejados convergiam nos seus entendimentos acerca das irrupções sociais, se pôde verificar que ambos divergiam quanto à ordem democrática pleiteada. O posicionamento do *O Estado de S.Paulo* revelou-se

[334] FORÇA e fraqueza. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 2. *(Grifos meus)*

alinhado aos pressupostos democráticos do Regime, o qual desconsiderava as formas organizativas e tratava militantes — Igreja, partidos e movimentos — como agitadores, ao passo que o grupo *Folha*, em conformidade com os preceitos da democracia liberal, reconhecia a importância das organizações sociais, na medida em que essas poderiam frear as ações populares mais radicais. Tal diferença ficou explícita nas referências a D. Paulo Evaristo Arns: enquanto no editorial do *O Estado de S.Paulo* o arcebispo foi mencionado com ironia e descaso — "a pitonista do óbvio" —, o editorialista da *Folha* exaltou suas iniciativas, legitimando e atentando para a importância de D. Paulo e das CEB's na organização e contenção das forças sociais.

Assim, ao mesmo tempo em que os periódicos divergiam quanto aos meios para se alcançar o restabelecimento da ordem democrática — posto que claramente discordavam sobre a aptidão do governo Montoro para tal propósito e sobre a importância das organizações sociais —, a *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* pareciam concordar quanto aos propósitos da ordem democrática.[335] Nas palavras de Chauí, tratava-se de uma democracia que restaurasse o

> Estado de Direito para alcançar um 'capitalismo civilizado', capaz de tolerar o pluripartidarismo e os movimentos populares de pressão e contestação, até mesmo algumas greves (desde que também sejam 'civilizadas').[336]

Na concepção dos editorialistas, a consolidação da democracia dependia da atuação de um Estado forte e austero capaz de manter a segurança e a ordem

[335] Para Chauí, a democracia liberal idealizada pelas camadas dominantes alinhava-se à democracia do "tipo schumpeteriano": "a) a democracia é um mecanismo para escolher e autorizar governos, a partir de grupos e partidos em competição; b) a função dos votantes não é a de resolver problemas políticos, mas a de escolher homens que irão decidir quais são os problemas políticos e como resolve-los; c) a função do rodízio eleitoral é a de evitar o risco de tirania pela alternância dos governos; d) o modelo político está baseado no modelo do mercado econômico, fundado no pressuposto da soberania do consumidor e da demanda que, na qualidade de maximizador racional dos ganhos, faz com que o sistema político produza distribuição ótima de bens políticos; e) a natureza instável e consumidora dos sujeitos políticos obriga a existência de um aparato governamental capaz de estabilizar as demandas da vontade política, estabilizando a 'vontade geral' através do aparelho do Estado." CHAUÍ, Marilena. Op. cit., 2007, p. 219.
[336] Idem, ibidem.

pública, condição imprescindível para o desenvolvimento político e econômico da Nação. Dessa forma, os significados das ações de Montoro frente aos acontecimentos tornaram-se mais relevantes que as ações dos manifestantes e questões como democracia, garantia dos direitos, Estado de Direito e manutenção da ordem pública ocuparam os debates nas páginas da imprensa que logo esqueceu a carestia, os saques e o desemprego.

3.2. Os segmentos médios

Fonte: GÊ. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 2.

Entre os materiais veiculados nos periódicos referidos, dois chamaram a atenção: as cartas dos leitores publicadas entre os dias 8 e 10 de abril no jornal *O Estado de S.Paulo* e a enquete realizada pela *Folha de S.Paulo* junto à população sobre a postura do governador Montoro em relação aos saques e quebra-quebras.

Tais materiais revelaram, uma vez mais, o deslocamento dos debates para a esfera política. As cartas dos leitores, em grande parte, referiam-se ao editorial "São Paulo sem governo", limitando-se, portanto, a apoiar ou não as críticas feitas pelo editorialista. No caso da enquete, a transposição dos debates configurou-se de forma ainda mais explícita, posto que a pergunta feita aos entrevistados era "Qual a sua opinião sobre a atitude do governador Franco Montoro nos episódios da semana?" Ademais, a análise desse material permitiu entrever como se deu a repercussão e o entendimento dos saques e quebra-quebras entre os setores

médios da sociedade civil. Isso porque, no que tange às cartas dos leitores, o foco recaiu sobre a identificação de alguns dos remetentes — como o jornalista e delegado de Polícia Antônio Cláudio Soares Bonsegno, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o advogado Aldo Lins e Silva[337] — e, no caso da enquete — dado o formato da apresentação dos resultados da pesquisa — sobre a opinião dos entrevistados em quatro pontos da cidade, entre os quais o Shopping Iguatemi — centro comercial frequentado pelas classes médias e dominantes.

Do total de 12 cartas, somente 3 declaravam apoio às críticas feitas pelo editorialista ao governo paulista, das quais duas reproduziam os discursos tecidos nos editoriais:

> ***Sr.**: Apresento minha inteira solidariedade a **O Estado** pelo editorial "São Paulo sem governo". Afinal, foi um retrato de corpo inteiro de um governador que tinha tudo para dirigir os destinos do grande Estado da Federação e, por indecisão, deixou por horas, dias, uma população inteira assustada e à mercê dos vândalos, trombadinhas e trombadões... **MC**, Capital.*[338]

> ***Sr.**: [...] Penso que a culpa é toda da equipe do atual governo. A oposição — traumatizada com 19 anos de regime autoritário — impregnou-se de verdadeira fobia por tudo que representasse "Força". [...] Assim, entraram na campanha eleitoral com promessa de extinção de organismos policiais mais atuantes. Influentes personalidades ligadas à oposição pediam o desarmamento da Polícia (Tomaz Bastos, Hélio*

[337] Em artigo publicado em 9 de abril de 1980 acerca do real significado da "liberdade" concedida aos meios de comunicação, Ruy Lopes, um dos membros do Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo,* fez a seguinte afirmação: "Quem lê jornais no Brasil é uma pequena elite que beira os 5 por cento da população, e as elites normalmente têm opinião formada. Logo, não há risco nenhum na outorga de liberdade aos jornais." *Folha de S.Paulo,* 9 abr. 1980. Apud MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena R. Op. cit., p. 208.

[338] "SÃO PAULO sem governo." Seção dos Leitores. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p.2.

> *Bicudo, Paulo Sérgio Pinheiro e outros). [...] É aconselhável que a equipe governamental consulte compêndios de ciência política editada nos últimos 500 anos começando por Maquiavel e terminando em Max Weber, onde aprenderiam que o Poder no Estado Moderno só se garante pela* ***Força****, fundamentada na Lei, ainda que seu titular tenha sido eleito por consenso universal.* ***Almir Ribeiro Gomes****, Capital.*[339]

Em contrapartida, 8 cartas expressavam claramente o desagrado dos leitores com as considerações do editorialista sobre o governo paulista. Alguns exemplos revelam a contundência das críticas dirigidas ao periódico:

> ***Sr****.: Interrompo hoje 23 anos de leitura diária do* ***Estadão*** *pelo seguinte motivo: referências injuriosas e mesquinhas dirigidas ao governo Montoro.* ***José Carlos de Almeida****, Capital.*[340]

> ***Sr****.: [...] desejo manifestar-lhe o meu mais sentido desagrado e profundo desapontamento pelo editorial intitulado "São Paulo sem governo" edição de hoje, dia 6 de abril. Lastimo de todo o coração que o editorial tenha servido aos desígnios da corrupção e do fascismo provadamente unidos e interessados na desestabilização das conquistas democráticas do povo brasileiro. Com os respeitosos cumprimentos de* ***Aldo Lins e Silva****, Capital.*[341]

Não deixa de ser relevante o fato do jornal publicar um maior número de cartas com posicionamento contrário ao do periódico. Contudo, a leitura desse material permitiu verificar que as divergências, em geral, restringiam-se ao governador paulista. Os posicionamentos em relação às manifestações e à questão da ordem pública em muito se assemelhavam com os do editorialista, como se

[339] Idem, ibidem.
[340] Idem, ibidem.
[341] Idem, ibidem.

pode verificar em algumas cartas, nas quais os leitores hipotecaram apoio à Montoro:

> ***Sr**.: Parabéns, nobre governador de São Paulo! [...] Quiseram transformar o morro do Morumbi em um novo Gólgota, mas a serenidade, a convicção democrática e a fidelidade ao povo bastaram para vossa excelência sozinho e desarmado, conter a fúria da massa humana que se deixa levar sempre pelas idéias e vontades de alguns. [...] Como franciscano, sinto-me na obrigação de cumprimentar a autoridade que soube apaziguar os ânimos furiosos de uma multidão, sem apelar para a força ou represália. [...]* ***Frei Valentim R. Horn**, Pereira Barreto.*
>
> ***Sr**.: [...] aqui se invoca uma reflexão de todos os que desejam continuar caminhando pacificamente para uma democracia, com o chamamento à responsabilidade social dos dirigentes do referido movimento. Com efeito, as depredações e saques não ajudam a solucionar os problemas; agravam-nos. E criam embaraços desnecessários ao novo governo de SP, sem proveito para os desempregados, que devem reivindicar, mas sem os saques que acabam configurando a perturbação da ordem pública e ensejando atuação rigorosa da Polícia Estadual para restabelecer o equilíbrio na proteção dos direitos de todos os cidadãos. [...]* ***Irineu Teixeira de Alcântara**, Capital.*[342]

As cartas publicadas no jornal *O Estado de S.Paulo* permitiram entrever alguns valores democráticos ensejados pela classe média brasileira. Favoráveis e opositores ao governo paulista, ainda que reconhecessem a pertinência das reivindicações, condenavam os saques e quebra-quebras classificando-os como

[342] "SÃO Paulo sem governo." Seção Dos Leitores. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p.2.

atos de vandalismo, como ações irracionais sujeitas às manipulações de grupos com interesses diversos e, por fim, como obstáculos à ordem democrática e social. As reivindicações eram aceitáveis desde que essas ocorressem dentro das conformidades da Lei, não atentando contra a ordem e a propriedade.

O economista Josef Barat no artigo "Participação comunitária" veiculado na *Folha de S.Paulo* expôs os limites do aceitável aos movimentos sociais. Após discorrer sobre a situação precária em que vivia grande parte da população nos centros urbanos e sobre as organizações populares na década de 1970, Barat enumerou algumas sugestões que poderiam contribuir para que os movimentos comunitários conseguissem alcançar maior "estabilidade e independência":

- *Trabalhar sempre dentro da lei: tirar partido dos sistemas legal e institucional existentes e utilizar ao máximo os canais do Judiciário, do Legislativo e dos meios de comunicação para encaminhar suas reivindicações;*
- *Compreender o funcionamento dos mecanismos decisórios: [...];*
- *Oferecer soluções alternativas: mobilizar profissionais qualificados para trabalhar em soluções mais condizentes com as reivindicações da comunidade [...];*
- *Atuar de forma objetiva e prática: a organização mais efetiva não é, necessariamente, a que mobiliza mais gente (ou que faz mais "barulho") [...];*
- *Manter as organizações independentes e livres de pressões políticas: [...];*
- *Tornar os legisladores sensíveis e atualizados: deputados e vereadores devem compreender as demandas e propostas a serem capazes de traduzi-las adequadamente no âmbito do Legislativo, independentemente do discurso político-ideológico.*[343]

[343] BARAT, Josef. Participação comunitária. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 9 abr. 1983, p. 3.

As instituições democráticas legais — executiva, legislativa e judiciária — figuravam como única alternativa válida no jogo democrático idealizado pelos segmentos sociais médios e dominantes. Assim, as manifestações que não trilhassem tais caminhos representavam uma afronta à democracia e ao Estado de Direito. Tais argumentações camuflavam o fato de que a exclusão econômica e social imposta à grande parte da população brasileira implicava consequentemente a exclusão política. Os canais tradicionais de expressão e reivindicação eram inacessíveis às camadas sociais populares.

Contudo, os discursos revelavam claramente que a democracia pleiteada não significava ir além dos limites da representatividade. Nesse sentido, verificou-se, mesmo entre oposicionistas ao governo paulista, a menção à legitimidade do governo de Montoro, por ter esse sido eleito com mais de cinco milhões de votos. Dessa forma, as manifestações não eram somente contrárias à ordem democrática como também ao governo democraticamente eleito.

O manifesto de um grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco traduziu o pensamento vigente na classe média paulista:

> ***Sr**.: O desenfreado "Movimento dos Desempregados", a propósito de reivindicações justas, marchou pelas ruas da nossa cidade saqueando estabelecimentos, destruindo bens públicos e privados, impondo total desordem com respaldo em falsos valores cívicos e sociais. [...]*
>
> *Inconformados diante das acanhadas manifestações do "Centro Acadêmico XI de Agosto", que outrora expressava fielmente os ideais de Justiça e Liberdade, colocando-se na vanguarda dos movimentos que buscam o Estado de Direito, repudiando ações espúrias de violência ou movimentos perturbadores da paz social e da segurança pública, vimos a público declararmo-nos contra toda e qualquer atitude que coloque em perigo o ideário de princípios democráticos.*
>
> *Como estudantes de direito e homens comuns, vivemos para que a lei seja cumprida em sua legitimidade e,*

> *acima de tudo, vivemos no respeito à propriedade privada, que representa o resultado de muito esforço e trabalho.*
>
> *Em razão disso repudiamos frontalmente este tipo de comportamento social, este clima de terror organizado e as falsas representatividades populares responsáveis por este tipo de incitamento, tão contrário à ordem estabelecida. [...]*
>
> *Manifestamo-nos, e não poderíamos deixar de fazê-lo, pois é nosso dever demonstrar que o espírito de Justiça ainda não morreu e jamais morrerá, enquanto um só coração pulsar debaixo das Arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.* ***Carlos Henrique Strauch e Sergio Mauro Souto Demétrio****, Capital.*[344]

Como se vê, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que destacaram o papel da Escola como bastião na luta por "justiça e liberdade", não pouparam esforços em desqualificar as manifestações irrompidas na capital paulista. No geral, o teor da carta pode ser equacionado da seguinte forma: os manifestantes motivados por "falsos valores cívicos e sociais" e incitados por "falsas representatividades populares" perturbaram a "paz social e a segurança pública", violando as leis e o direito à propriedade privada. Tal discurso, contudo, não se restringia ao referido grupo de estudantes da Faculdade de Direito.

Em resposta, o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto encaminhou para o jornal uma carta de repúdio ao manifesto dos estudantes de direito, alegando que esses não representavam o pensamento da associação. Embora chamasse a atenção para a crise econômica e social que atingia a todos e, especialmente a classe trabalhadora, em carta reiterava a condenação às ações dos manifestantes, enfatizando a importância de se garantir o Estado de Direito, a ordem e o respeito às leis.

---

[344] MANIFESTO dos estudantes de Direito. Seção dos Leitores. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 2.

A tríade Direito-Legislação-Estado posta pelas estudantes de Direito revelava a concepção positivista que se tinha das leis. Conforme assinalou Lyra, para o positivismo, as leis figuram como sinônimo de Direito:

> trata-se das normas da classe dominante, revestindo a estrutura social estabelecida, porque a presença de outras normas — de classe ou grupos dominados — não é reconhecida, pelo positivismo, como elemento jurídico, exceto na medida em que não se revelam incompatíveis com o sistema — portanto, único a valer acima de tudo e todos —, daquela ordem de classe e grupos prevalecentes.[345]

Assim, tais leis — alinhadas aos interesses e concepções dos grupos dominantes — têm como primazia o estabelecimento e a manutenção da ordem pública e a inibição de toda e qualquer forma de conflitos sociais que possam ameaçar o sistema vigente, especialmente no que concerne à propriedade privada dos meios sociais de produção. A perversidade dessa lógica jurídica foi observada por Chauí ao afirmar que

> em nossas sociedades, a lei e o Estado, que devem proteger a propriedade privada, porque esta é um direito do homem e do cidadão, só poderão defendê-la contra os sem-propriedade, de sorte que a defesa do direito de alguns significa a coerção, a opressão, a repressão e a violência sobre outros, no caso sobre a maioria.[346]

A tríade lei-Direito-Estado também permeou as colocações do jurista Walter Ceneviva no artigo veiculado no jornal *Folha de S.Paulo* acerca das consequências das manifestações para a sociedade brasileira.

---

[345] LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 30.
[346] CHAUÍ, Marilena. Op. cit., 2006, p. 101.

> *Os acontecimentos recentes de São Paulo, com muita agitação de rua e depredações, suscitam a lembrança de um elemento essencial, a ser recordado: as indenizações pelos prejuízos serão pagas pelo próprio povo.*
>
> *O Estado é a Nação organizada. [...] Uma das despesas que a Constituição atribui ao Estado, por força do art. 107, é a que se relaciona com as indenizações a serem cobradas pelas vítimas das depredações. [...]*
>
> *A baderna e a matroca são inconvenientes para a quase totalidade da população. Até para os desempregados e carentes. Quando chega a hora de responder pelas indenizações, uma parte do pagamento também sairá das economias deles. Pequena que seja. Mas sairá.*
>
> *O processo democrático tem, no Direito Constitucional brasileiro, a garantia da liberdade de manifestação como um dos preceitos fundamentais. Liberdade que, contudo, não pode ser confundida com anarquia e com a desordem. Esta é contrária ao interesse da população num aspecto cada vez mais fundamental nos dias que correm. É contrária ao bolso da gente.*[347]

A abordagem de Ceneviva sobre as manifestações facultava-lhes um caráter juridicamente ilícito. Isso porque os saques e quebra-quebras não eram reconhecidos pelo Direito Constitucional como forma de manifestação válida. Pelo contrário, ao atentarem contra a propriedade privada e pública os manifestantes infringiram a lei, violando os direitos de pessoas físicas e jurídicas que poderiam cobrar do Estado o ressarcimento dos prejuízos causados pelas depredações. Como o Estado apenas administra o dinheiro público arrecadado por meio de impostos, tais indenizações seriam arcadas pela população. Tais argumentações contribuíam uma vez mais para a depreciação e desqualificação dos saques e quebra-quebras, posto que esses, de acordo com os discursos proferidos pelos

[347] CENEVIVA, Walter. Quem paga é sempre o povo. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p.48.

estudantes de Direito e pelo jurista, não somente atentavam contra a democracia, a ordem pública e o Estado de Direito, como também lesavam toda a sociedade.

Os motivos que justificavam uma ação judicial contra o Estado ajudam a entender o seu significado na tríade Direito-legislação-Estado. Assim como Ceneviva, os advogados Renato e Roberto Felisoni[348] argumentavam que, de acordo com o Artigo 107[349] da Constituição, a responsabilidade do Estado devia-se ao fato desse não ter conseguido conter os saques e quebra-quebras provocados pelos manifestantes. De acordo com Renato Felisoni:

> *No caso, o poder público é responsável, não apenas porque a orientação partiu do próprio governador, mas porque a polícia atua como extensão deste e, não podendo se eximir, permitiu que os distúrbios se prolongassem por mais de 48 horas.*[350]

Roberto Felisoni considerou louvável a postura de Montoro em não adotar a repressão policial imediatamente, contudo

> *a partir do instante em que marginais juntaram-se aos manifestantes, para tirar proveito da confusão, já se podia prever as conseqüências que o fato ganharia. Todos reprovamos a violência, mas enquanto sociedade estamos sendo vítimas de ações criminosas e temos direito de exigir ressarcimento."*[351]

---

[348] Recém-formados e proprietários do escritório Felisoni e Figueiredo Advocacia, Renato e Roberto colocaram um pequeno anúncio nos jornais com o seguinte teor: "***Estabelecimentos comerciais saqueados****. Advogados especializados em ações indenizatórias. Fone: 255.0931." O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 16.

[349] De acordo com a reportagem, o Artigo 107 rezava que: "As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros. Parágrafo único: Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo." SUGERIDA ação contra o Estado. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 10 de abr. 1983, p. 30.

[350] Idem, ibidem.

[351] Idem, ibidem.

Assim, delega-se ao Estado a outorga das leis e a responsabilidade pela obediência a elas. Nesse sentido, o Estado adquire o caráter de instância neutra e racional, capaz de, pelas leis, garantir a ordem, o equilíbrio e a harmonia sociais, a vida, a liberdade e a igualdade. Caso essas sejam violadas, cabe ainda ao Estado, a partir dos aparatos repressivos, impor a qualquer preço a ordem pública.

Conforme Faria, o conceito de Estado, como modelo de ordenamento político, teve origem no século XIII com o advento da expansão comercial e urbana, os conflitos por ela gerados — entre Igreja, nobres, monarcas e burguesia mercantil — e a necessidade de unificar os núcleos de poderes e, por fim, de estabelecer regras normativas válidas para toda a sociedade. Entretanto, somente no século XIX, o Estado, como órgão soberano, adquiriu configuração institucional, jurídica e burocrática mais precisa, abrindo caminho para

> a progressiva institucionalização de modelo contratual de organização societária fundado no direito territorial, no princípio da legalidade, nas obrigações gerais válidas *erga omnes,* na garantia à integridade física, nas liberdades de iniciativa e manifestação de pensamento, na igualdade formal, na certeza jurídica, no pluralismo político, na regra de maioria e, por fim, no reconhecimento dos direitos da minoria.[352]

A legitimidade conferida ao Estado assenta-se na ideia de que esse, nas democracias liberais representativas, traduz os anseios da sociedade e, portanto, orienta-se e age visando sempre o interesse e a segurança coletiva. Essas argumentações, contudo, tendem a dissimular as desigualdades e contradições sociais, as múltiplas historicidades e as diversidades étnicas, planificando a sociedade e homogeneizando suas demandas e interesses. Para Boaventura de Souza Santos

> a dicotomia Estado/sociedade civil ocultou a natureza das relações de poder na sociedade e é indiscutível que o

[352] FARIA, José Eduardo. *O Direito na economia globalizada.* São Paulo: Malheiros, 2004, pp. 19.

> direito contribuiu decisivamente para isso. A concepção do poder do Estado como a única forma de poder político-jurídico não significou que não houvesse outras formas de poder na sociedade, mas converteu-os em poderes fácticos sem base jurídica autónoma e, em todo caso, sem qualquer carácter político.[353]

Ainda de acordo com o sociólogo, essa dicotomia Estado/sociedade civil proporciona uma absorção recíproca, resultando em dois processos distintos: a sociedade civil reproduz o Estado e esse, por sua vez, reproduz a sociedade civil.

A questão é que a sociedade civil brasileira, como bem observou Chauí[354], desde sempre, revelou-se uma sociedade arbitrária, discricionária, autoritária e intolerante. Trata-se de uma sociedade em que a cidadania, historicamente, é vista e tratada como privilégio classista[355]; as desigualdades sociais foram e são transformadas em relações de "hierarquia, mando e obediência"[356]; as leis existem para preservar os privilégios de alguns poucos em detrimento de uma maioria; os

---

[353] SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição pragmática.* 5ª ed., São Paulo: Cortez, (A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência, v. 1), 2005, pp.173-4.

[354] CHAUÍ, Marilena. Op. cit., 2006, pp. 104-11.

[355] Sobre a trajetória da cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho defende a tese de que, diferentemente do modelo exposto por T. H. Marshall acerca da cronologia dos Direitos na Inglaterra — direitos civis (século XVIII), políticos (século XIX) e sociais (século XX) — no caso brasileiro houve algumas diferenças importantes. Ademais, afirma que a cidadania nunca se deu na sua completude, especialmente no que tange às camadas menos favorecidas. Em suas palavras: "A cronologia e a lógica da seqüência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período também ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população." CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 219-20.

[356] Weffort, inspirado em Dahal, afirmou que no Brasil a sociedade está dividida entre integrados e não integrados, ou seja, para aqueles que estão social e economicamente integrados existem mecanismos que lhes permitem efetivamente participar e interferir nos direcionamentos políticos ao passo que para os não integrados "resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política — em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como 'clientes', na acepção romana do termo. E, quando necessário, o que ocorre com freqüência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas." WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 23.

direitos outorgados às camadas populares são apresentados como concessão do Estado e não como conquista; o exercício da "representação política autêntica" inexiste; a esfera pública é ditada pelos interesses e demandas das esferas privadas; ignora-se o sentido e significado das lutas de classes, tratando-as como momentos de confrontos, ou seja, "caso de polícia", e não como lutas engendradas pela perversidade do sistema; as populações urbanas são divididas espacial e simbolicamente entre "centro" e "periferia"; e, por fim, uma sociedade na qual não se toleram as manifestações explícitas das contradições, condenando-as e exorcizando-as por meio da ideologia da "indivisão e da união nacionais" gerada e exaustivamente propagada pelos setores dominantes.

A assertiva de Boaventura, qual seja, a de que o Estado reproduz a sociedade e vice-versa, associada às considerações de Chauí acerca do caráter autoritário da sociedade brasileira, explicam os apelos provenientes das classes médias e dominantes por maior repressão e controle por parte do Estado em relação aos saques e quebra-quebras. Em nome da democracia, do Estado de Direito, da justiça, da liberdade e igualdades, no que se referia às camadas sociais desfavorecidas, esses setores, clamavam por um Estado arbitrário, discricionário, autoritário e intolerante. Para conter as demandas das camadas sociais desfavorecidas ainda se fazia sentir a representação de que essas eram as classes perigosas a serem recolhidas ao gueto, ao sanatório e às prisões.

Nesse sentido, é bastante emblemática a enquete realizada pela *Folha de S.Paulo* em quatro pontos da cidade — Largo 13 de Maio, viaduto do Chá, estação Roosevelt e Shopping Center Iguatemi — , com um total de 400 entrevistados, 100 de cada localidade, cujos resultados foram traduzidos numa tabela veiculada na edição de domingo (10/04).

Figura 1: Tabela com resultados da enquete realizada pela *Folha de S.Paulo*

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A ATITUDE DO GOVERNADOR FRANCO MONTORO NOS EPISÓDIOS DESTA SEMANA?					
CONCEITOS	Largo 13 de Maio %	Shopping Center Iguatemi %	Estação Roosevelt %	Viaduto do Chá %	Média %
Ótima	38	32	32	26	32
Boa	30	31	33	34	32
Regular	16	23	19	22	20
Má	—	1	—	1	0,5
Péssima	7	4	8	4	5,75
Sem opinião	9	9	8	13	9,75

Fonte: "MONTORO agiu certo", entende maioria em enquete da Folha. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr.1983, p. 5.

Ao que parece, mais do que sondar a opinião pública a respeito da postura de Montoro frente aos acontecimentos daquela semana, o propósito maior da enquete era fortalecer a imagem do governador paulista, mostrando que esse mantinha a aceitação e popularidade evidenciadas pelas urnas nos pleitos de 1982, quando foi eleito com mais de 5 milhões de votos. Contudo, algumas declarações dos entrevistados, publicadas na matéria que acompanhava a tabela, revelaram-se significativas.

No que se referia às causas do acontecimento, verificou-se que, no geral, os entrevistados reproduziram as teses defendidas pelos diferentes segmentos políticos e sociais ao longo daquela semana. Duas pessoas escutadas pela reportagem no Shopping Center Iguatemi, que preferiram não se identificar e nem participar da enquete fizeram, a seguinte afirmação:

> *Tem gente grande por trás dos distúrbios e saques que agitaram a cidade.*[357]

No viaduto do Chá o transeunte Carlos Alberto de Almeida, encarregado de montagem e desempregado havia três meses, declarou:

> *Montoro foi ótimo. Essa bagunça não é coisa de trabalhador.*[358]

No Largo 13 de Maio, a reportagem verificou que 68 pessoas das 100 entrevistadas acreditavam que

> *A manifestação dos desempregados foi organizada por pessoas interessadas em desestabilizar o governo Montoro. E a prova disso é que esse tipo de movimento nunca foi verificado nos quatro anos da administração anterior.*[359]

Tais declarações demonstravam que a sociedade, de forma geral, assimilou e adotou os discursos proferidos pelas autoridades e representantes das entidades sociais — e amplamente divulgados pelos meios de comunicação —, atribuindo os saques e quebra-quebras aos grupos com motivações políticas. Note-se que esse fenômeno também ocorreu no Largo 13 de Maio, centro comercial da região de Santo Amaro, que, como vimos anteriormente, apresentava sob vários aspectos, dados e índices alarmantes — amplos bolsões periféricos, carência de serviços básicos (água, esgoto, coleta de lixo, transportes, asfalto, luz, telefones, escolas, creches, postos de saúde), elevado índice de desemprego e de mortalidade infantil. Essa constatação permite aferir o poder e a força dos pressupostos ideológicos articulados pelos grupos dominantes bem como a importância dos meios de

---

[357] "MONTORO agiu certo", entende maioria em enquete da Folha. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr.1983, p. 5.
[358] Idem, ibidem.
[359] Idem, ibidem.

comunicação, entre eles a grande imprensa escrita, para a propagação e prevalência dessas ideias.

Contudo, as avaliações acerca da atuação de Montoro em relação aos acontecimentos daquela semana não convergiam. De acordo com a reportagem, a estudante do Colégio Santa Cruz Annie Gabriel, entrevistada no Shopping Center Iguatemi, embora eximisse Montoro de qualquer responsabilidade pelos acontecimentos, tinha a seguinte opinião sobre o governador paulista

> *Deveria ter sido mais enérgico.*[360]

O casal Carlos e Maria Inês Rizzo afirmaram que

> *no começo (primeiro dia de confusão em Santo Amaro) Montoro deixou de agir, mas nos momentos seguintes foi sensato, tomando pulso da situação.*[361]

As declarações coletadas no Viaduto do Chá apresentavam outro tom. Para o vendedor Francisco Teixeira Neto, Montoro se saiu muito bem:

> *Pelo menos não mandou massacrar o nosso povo. É um governador digno do nosso Estado.*[362]

Um soldado do Corpo de Bombeiros de Santos emitiu opinião semelhante:

> *Montoro demonstrou interesse em sanar os problemas. Se no primeiro dia colocasse toda a Polícia na rua, iria contra sua posição de não violência.*[363]

---

[360] Idem, ibidem.
[361] Idem, ibidem.
[362] Idem, ibidem.
[363] Idem, ibidem.

No Largo 13 de Maio, apenas 7 das 100 pessoas entrevistadas classificaram a atuação de Montoro como péssima, pois:

> *Não deu ordens à polícia para que reprimisse violentamente as manifestações.*[364]

Assim, verificou-se que enquanto os frequentadores do Shopping Iguatemi defendiam uma postura mais enérgica em relação às manifestações, para os transeuntes do Viaduto do Chá como os do Largo 13 de Maio — pontos habitualmente frequentados por um maior número de pessoas de baixa renda, se comparados com o Shopping Iguatemi — a aprovação à postura de Montoro devia-se em grande parte à atitude moderada da Polícia Militar. Tal avaliação, devia-se em boa parte a experiência das camadas desfavorecidas em relação às arbitrariedades da polícia, pois conforme observou Chauí as chamadas classes subalternas carregam desde sempre os estigmas da "suspeita, da culpa e da incriminação permanentes" [365] e, consequentemente, são as maiores vítimas das atrocidades e abusos cometidos pela Polícia. Ademais, as declarações proferidas pelos frequentadores do Shopping Iguatemy evidenciavam uma vez mais a faceta autoritária da sociedade brasileira.

Enfim, os clamores e as argumentações oriundas dos setores médios permitiram entrever a concepção da organização social vislumbrada por esse segmento. Ou seja, uma sociedade na qual as relações entre os grupos fossem estáveis e harmônicas, as normas/Direitos consensuais e as instituições governamentais — o Estado — o arcabouço dessas normas, cuja legitimidade presumida lhes conferisse a responsabilidade pelo controle social. De acordo com Lyra, essa perspectiva de sociedade tende a omitir

---

[364] Idem, ibidem.

[365] "Situação ainda mais aterradora quando nos lembramos de que os instrumentos criados para repressão e tortura dos prisioneiros políticos foram transferidos para o tratamento diário da população trabalhadora e que impera uma ideologia segundo a qual a miséria é causa de violência, as classes 'desfavorecidas' sendo consideradas potencialmente violentas e criminosas." CHAUÍ, Marilena. Op. cit., 2006, pp. 108.

> a base sócio-econômica, as classes radicalmente contrapostas (espoliada e espoliadora), a existência de grupos oprimidos, a contestação válida, as normas de espoliados e oprimidos: seus Direitos; e o reduzido Direito fica oscilando [...] nas leis e costumes consagrados pelo Estado (enquanto este é o lugar social do controle exercido pela classe e grupos dominantes).[366]

Pode-se verificar que os setores médios tenderam a assimilar e a reproduzir a ideologia dominante. Essa identificação, em parte, devia-se ao fato das classes médias, dada a sua condição social intermediária, aspirarem — e acreditarem — à possibilidade da ascensão social. Contudo, a crise recessiva não só ameaçava os sonhos e as esperanças das classes médias como também as colocavam diante de outra possibilidade aterradora, a da pauperização. Ademais, o estado de exceção e os aparelhos repressivos, visando coibir as ações daqueles que eram vistos como inimigos da "democracia" e da ordem estabelecida pelo regime, atingiam todos os segmentos sociais.

As classes médias haviam conhecido as arbitrariedades, a perseguição e a tortura. Assim, em nome do Estado de Direito e da garantia das liberdades, os setores médios, a partir de 1975, representados pelas entidades civis — OAB, ABI, Igreja e organizações estudantis e de professores universitários, entre outros — empreendeu diversas campanhas de repúdio e de denúncias aos abusos cometidos pelo regime. Para Mota e Capelato, a importância desse segmento social para a ampliação do espaço público devia-se ao fato

> da classe média constitui[r] o núcleo divisor de ideologias, o ponto médio do aspirado regime democrático, o divisor de águas, o centro da gravidade da "nova sociedade civil". Daí seu pendor, por um lado, para críticas antioligárquicas e, por outro, antipopulistas. A "universalidade"

[366] LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 58.

> da classe média a erige em pedra de toque da aspirada nova ordem.[367]

Seu projeto, contudo, defendia reformas "democratizantes, nacionalizantes e fiscalistas"."[368]

Tais reflexões permitem entender a ambiguidade dos discursos proferidos pelos setores médios em relação aos saques e quebra-quebras — a defesa dos direitos e o clamor por maior repressão policial às manifestações. A exposição dos antagonismos e das contradições inerentes a uma sociedade desigual e excludente não era reconhecida como parte da lógica e das dinâmicas democráticas. A ordem democrática desejada era em verdade bastante restrita e excludente: primeiro, porque focava mais a ampliação dos direitos civis e políticos, em detrimento dos sociais e segundo por não contemplar em proporção igual todos os segmentos sociais — as camadas desfavorecidas, os não integrados social e economicamente, não tinham a mesma inserção e poder de influência nos centros decisórios.

O discurso do empresariado não foi muito diferente dos proferidos pelos editorialistas e pela classe média. Suas iniciativas, contudo, mostraram-se intrigantes e reveladoras.

3.3. Os segmentos dominantes

O expressivo espaço concedido e ocupado pelos representantes dos setores empresariais nas páginas dos jornais ao longo daquela semana de abril não causou estranhamento algum, já que as questões colocadas pelos manifestantes — crise recessiva e desemprego — mantinham estreita relação com esses segmentos, os quais poderiam, em boa medida, ser respondidas mediante geração de empregos e, portanto, contribuir para a amenização da crise.

Ademais, dado o poder de influência e de decisão dos detentores do capital nas diretrizes econômicas e na sustentação do Estado, suas percepções e seus

[367] MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena R. Op. cit., pp. 234-5.
[368] Idem, ibidem.

comentários adquiriam grande importância política, explicando, dessa forma, o significativo número de notícias acerca das opiniões dos presidentes das associações empresariais, comerciais e dos grandes grupos acerca das manifestações e da situação econômica.

De modo geral, as declarações provenientes da comunidade empresarial sobre as motivações dos saques e quebra-quebras não destoaram das proferidas por outros segmentos da sociedade. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, desde o primeiro dia, apontou para a possibilidade das manifestações terem sido previamente organizadas:

> *Coincidência não foi, porque senão, não estariam reunidas três mil pessoas em Santo Amaro.*[369]

No dia 7 de abril, Vidigal parecia não ter dúvidas quanto ao teor político das manifestações:

> *O quebra-quebra promovido em São Paulo, particularmente no seu segundo dia, nada teve a ver com trabalhadores desempregados, embora tenham-se utilizado do desespero daqueles que estão sem emprego. Está comprovada a participação de agitadores profissionais, trombadinhas e mesmo bandidos fichados na polícia nos saques promovidos na cidade.*[370]

O empresário Roberto Della Manna, porta-voz do Grupo dos 14 — que reunia as grandes metalúrgicas — também atribuiu os saques e quebra-quebras aos agitadores profissionais.

---

[369] PREOCUPAÇÃO no Comércio e na Fiesp. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 15.
[370] FIESP culpa agitadores profissionais. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 de abr. 1983, p. 12.

> *Há grupos se aproveitando em nome dos trabalhadores desempregados e atacando o patrimônio público e particular, justamente agora que a relação entre capital e trabalho está melhorando.*[371]

A declaração de Della Manna fazia referência ao refluxo[372] das greves nas indústrias metalúrgicas no início da década de 1980, mais especificamente na região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano). Conforme observou Antunes, essa redução no número de greves deveu-se basicamente a três razões: à derrota da greve de 41 dias no ABC paulista, enfraquecendo o movimento grevista que até então havia se colocado como o mais articulado e avançado nas lutas sindicais; à crise recessiva, fazendo com que os trabalhadores buscassem antes de tudo preservar os seus empregos e à "nova política salarial"[373] de 1979, cujo intuito era controlar e conter os movimentos grevistas.

Dessa forma, o refluxo das greves não se devia exatamente à melhora nas relações entre trabalho e capital, como fazia crer a declaração de Della Manna, e sim às circunstâncias impostas pela política econômica do governo federal e pela perversidade da lógica capitalista, ameaçando o trabalhador com a possibilidade do desemprego, e às manobras empreendidas pelo Estado em prol dos interesses empresariais[374], visando desarticular e enfraquecer as organizações dos trabalhadores.

---

[371] Idem, ibidem.

[372] Para Antunes, "os anos oitenta iniciaram-se num quadro de refluxo do momento grevista, refluxo este que marcou os três primeiros anos desta década (1980/82). (...) Se em 1978 pode-se falar em meio milhão de trabalhadores em greve, no ano seguinte este *quantum* atinge a soma de 3.241.500. Em 1980, entretanto, ocorreu uma redução significativa, para cerca de 800 mil grevistas." ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil.* 2ª ed., Campinas/SP: Pontes, 1995, p. 12.

[373] "Esta 'nova política salarial' introduziu a semestralidade nos reajustes do salário, criou a sistemática do INPC para a correção salarial, estabeleceu faixas salariais diferenciadas e possibilitou a negociação direta, a título de produtividade. Essa política pretendia gerar um deslocamento entre o *novo sindicalismo* emergente e a sua base social composta por amplos contingentes assalariados." Idem, pp. 12-3.

[374] De acordo com Francisco de Oliveira, no Brasil, historicamente, o Estado esteve atrelado aos interesses do capitalismo industrial. Desde o início, o desenvolvimento industrial deu-se pelo Estado. Esse regulamentou por meio da Legislação Trabalhista as relações trabalho e capital, "criando um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação" e no

O vice-presidente da Fiesp Nilo Masini disse ser favorável a uma intervenção mais drástica da polícia

> *toda vez que o patrimônio público e privado seja posto em risco.*[375]

Abílio Diniz, diretor-presidente do Grupo Pão de Açúcar, também clamava por maior repressão às manifestações. Embora acreditasse que os saques haviam sido orquestrados por agitadores profissionais, Diniz disse que o "povo acabou aderindo" e isso se devia:

> *à situação difícil em que o País vive e à acomodação da Polícia que nos primeiros momentos se limitou a observar.*

Para ele, a repressão:

> *não ocorreu com o vigor que deveria e esta foi uma falha do governo estadual que deveria ter tido uma ação mais enérgica.*[376]

Tais cobranças em relação a uma maior atuação da polícia às manifestações não causavam estranhamento, posto que, para as classes dominantes e, em especial o empresariado, todo e qualquer movimento de protesto eram vistos como subversões à ordem social e pública, condições imprescindíveis para a manutenção e expansão do capital. Entretanto, Diniz ao atribuir à crise econômica a adesão da população às manifestações, deixava entrever o descontentamento do empresariado com a política econômica do governo federal. Tal insatisfação foi

---

estabelecimento de bases que promovessem a acumulação e reprodução capitalista industrial: "operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos extratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas." OLIVEIRA. Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003, pp.38 e 40.

[375] PARA a Fiesp, a polícia precisa ser drástica. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 11.

[376] FIESP culpa agitadores profissionais. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 de abr. 1983, p. 12.

igualmente evidenciada pelo senador e presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) Albano Franco que, ao ser questionado sobre as motivações das manifestações, respondeu:

> *Não sei se a causa de todas essas manifestações foi apenas o desemprego. Mas acredito que as autoridades econômicas devem rever urgentemente a política econômica, para se criar mais empregos e evitar problemas dessa ordem. Tudo isso nos preocupa. Essa situação não é benéfica para ninguém. A Confederação está elaborando um "pacote" de sugestões que — acredito — serão capazes de minimizar essa situação. A saída básica está no apoio à pequena e média empresa, responsável pela geração da maioria dos empregos no Brasil. Sem estímulos aos pequenos projetos, dificilmente contornaremos essa situação.*[377]

As críticas do senador e empresário Albano Franco, proprietário da Refrescos Guararapes — franquia da Coca-Cola em Pernambuco —, à equipe econômica do governo federal adquiria maior significação se considerarmos que ele iniciou sua carreira política como deputado estadual em Sergipe pela Arena — partido do regime — e elegeu-se senador em 1982 pelo PDS — partido do governo federal.

As divergências com a equipe econômica do governo federal também foram evidenciadas pelo presidente da Fiesp Luís Eulálio Bueno Vidigal quando desmentiu a informação dada pelo ministro do Planejamento Delfim Neto sobre a queda no índice de desemprego.

> *Se eu concordasse com isso, estaria contradizendo todos os números divulgados pela Fiesp, e tudo o que tenho dito até hoje.* [378]

---

[377] ALBANO quer mais empregos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 de abr. 1983, p. 11.
[378] PARA Vidigal, Delfim erra sobre empregos. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 14.

Na sequência, o empresário apresentou outros números que indicavam a ascensão do desemprego desde 1981.

O descontentamento do setor empresarial com a política econômica e consequentemente com o regime devia-se fundamentalmente a dois fatores: à desaceleração da economia, principalmente no final da década de 1970, comprometendo a expansão do capital, e à centralização do poder nas mãos dos militares e tecnocratas, restringindo as possibilidades dos representantes do grande capital intervir e participar diretamente dos mecanismos e das decisões políticas[379]. Tais críticas, entretanto, em momento algum significaram uma ruptura entre o grande capital e o regime. Como bem observou Chauí,

> o golpe de 64 foi dado para favorecer o empresariado e melhorar a máquina administrativa e governamental em seu benefício, de sorte que os 'custos', [...] só se tornaram onerosos à medida que os empresários se sentiram alijados das decisões.[380]

No que se referia ao projeto político, tanto a comunidade empresarial como os integrantes do grupo do poder almejavam uma liberalização política que não significasse de forma alguma o estabelecimento de uma democracia substancial.[381] Nesse sentido, a aversão a qualquer tipo de manifestação que pudesse

---

[379] "No final de 1973, os representantes do grande capital industrial percebiam a fraqueza de suas lideranças e de suas capacidades de intervenção no processo político decisório. Queixavam-se de que estariam sofrendo um processo de marginalização tendo em vista a concentração do poder. Nunca houve uma simples automacidade de interesses entre aqueles que constituíam o grupo de poder. No entanto, as dissensões tornaram-se mais agudas com o processo de concentração do poder de decisão nas mãos dos militares e da tecnoburocracia, levando uma fração dos setores empresariais (industriais, principalmente) a exigir que se abrissem alguns canais efetivos de participação; o que levou a partir de 1974, a tentativas de realinhamentos no interior do grupo de poder (entre os setores empresariais) efetivando veladamente demandas que se constituiriam numa necessária redefinição do processo político que culminou na política de distensão no governo Geisel." REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984).* Londrina: Editora UEL, 2001, p.165.

[380] CHAUÍ, Marilena. Op. cit*.,* 2007, p. 226.

[381] Conforme verificou, Rezende, no governo do presidente João Batista Figueiredo "havia enormes dissensões entre os representantes do grande capital quanto à forma de condução da economia, no entanto, eles concordavam absolutamente com o governo de que a única possibilidade de se acertar os passos do país era dando prosseguimento àquela estratégia política em andamento, a qual deveria ser controlada inteiramente pelos militares." REZENDE, Maria José de. Op. cit*.,* p.299.

comprometer o processo lento, gradual e controlado da abertura política era vista e tratada como uma ameaça à ordem democrática, pública e social. Nas greves dos metalúrgicos no final dos anos de 1980, por exemplo, Rezende verificou que os discursos articulados pelo governo e empresários procuravam identificar os movimentos grevistas como um problema de segurança nacional, pois esses obstaculizavam a abertura política e a "democracia". Dessa forma,

> o regime e seu grupo de poder atuaram incansavelmente no sentido de mostrar para a população os riscos que a nação estaria correndo por conta da atuação de uma, segundo eles, minoria irresponsável.[382]

Em relação aos saques e quebra-quebras, os discursos não foram muito diferentes. O presidente da Federação da Agricultura Fábio Meireles, após reunião com o governador paulista na tarde de 5 de abril evidenciou percepção semelhante ao afirmar à reportagem que:

> *A baderna não pode tumultuar o processo democrático.*[383]

Como se vê, os representantes dos grupos dominantes, ainda que tivessem admitido a existência da crise recessiva e revelado algumas divergências com a orientação da política econômica adotada pela equipe do governo, não hesitaram em desqualificar as manifestações — atribuindo-as a grupos políticos, marginais e trombadinhas, classificando-as como baderna ou como atentados à ordem democrática — justificando, dessa forma, seus clamores por maior repressão policial. Tais argumentações eram coerentes com os projetos e ideários burgueses.

Entretanto, a reação de alguns grupos e associações empresariais revelaram-se intrigantes. A começar pelas declarações de empresários que

---

[382] Idem, p.234.
[383] APELO a federações patronais para ação contra desemprego. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. 1983, p. 11.

visivelmente buscavam amenizar as tensões evidenciadas pelos saques e quebra-quebras. Nesse sentido, é emblemática a declaração do presidente da Fiesp Luis Eulálio Bueno Vidigal ao afirmar que a entidade "como colaboração" pediu aos empresários que:

> *Evitem demissões ou reduzam-nas ao mínimo já que as exportações estão sendo retomadas e a economia como um todo deve melhorar.*[384]

A Associação Brasileira dos Distribuidores Ford (Abradif) foi além, recomendando aos seus filiados, em especial os do estado de São Paulo, que fizessem novas contratações

> *para criar de imediato mil novos empregos (visando colaborar) na solução da crise econômica.*[385]

Victor Arthur Renault, presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), procurando tranquilizar os segurados atingidos pelas ações dos manifestantes afirmou:

> *O mercado de seguros do País está pronto para dar todas as coberturas contra os tumultos que começam a ocorrer nas duas maiores cidades brasileiras.*[386]

Segundo Renault,

> *as carteiras de tumultos das seguradoras brasileiras refletem a índole do nosso povo, sempre ordeiro e tranqüilo.*

---

[384] FIESP culpa agitadores profissionais. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 de abr. 1983, p. 12.
[385] DEMITIDOS terão ajuda de campanha. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 44.
[386] "MERCADO de seguros pronto para cobertura". *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. p.14.

Em 82 o total foi de Cr$ 1,2 bilhão. Como se vê, é muito pouco.[387]

Como se vê, as declarações de alguns expoentes do empresariado procuravam demonstrar a pré-disposição do setor empresarial na solução do desemprego e tendiam a arrefecer os ânimos exaltados tanto dos desempregados como daqueles que foram atingidos pelas ações dos manifestantes. Diferentemente do que ocorreu em outras ações diretas[388], os saques mobilizaram o grupo do capital que, isoladamente ou articulado com outros setores, adotou medidas para amenizar a crise de desemprego.

No transcorrer da semana de 4 a 10 de abril empresas, bancos e associações publicaram nos jornais um expressivo número de propagandas e comunicados pagos — cujas dimensões ocupavam mais de um quarto de página —, solidarizando-se com a condição do desempregado, promovendo campanhas para a abertura de novas frentes de emprego ou oferecendo créditos às pequenas e médias empresas para que pudessem gerar novos empregos.

Alguns exemplos são emblemáticos. O Grupo Goldfarb, proprietário das lojas Marisa e Brasileiras, e a Fotoptica, ainda que atingidos pelas ações dos manifestantes — o primeiro com várias lojas saqueadas e depredadas e o segundo com o quiosque localizado no Praça da Sé totalmente destruído —, e a empresa Springer Carrier adotaram um discurso complacente, lamentando os ocorridos e anunciando a abertura de novos empregos.

---

[387] Idem, ibidem.

[388] Refiro-me especificamente aos quebra-quebras de trens de 1947, 1974 a 1976 e dos operários dos canteiros de obras do Metrô do Rio de Janeiro, nos anos de 1977 e 1978. MOISÉS, José Álvaro. *Op. cit.*, 1981; VALLADARES, Lícia do Prado. Quebra-quebras na construção civil: O caso dos operários do Metrô do Rio de Janeiro. In: MOISÉS, José Álvaro et alli. *Cidade, povo e poder.* 2ª ed., Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, v. 5, 1981; MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou 'Patrão o trem atrasou'. In: MOISÉS, José Álvaro et alli. *Contradições urbanas e movimentos sociais.* 3ª ed.; Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, v. 1, 1985.

Figura 2: Comunicado pago das Lojas Marisa e Brasileiras

Ontem, 5 de nossas lojas foram saqueadas. Amanhã, abriremos 23 novas lojas.

Cinco unidades da Marisa, a maior rede de lojas de moda feminina do País, foram atacadas e saqueadas ontem em São Paulo.

Algumas dezenas de milhões de cruzeiros em mercadoria, estoque e instalações serão levadas à conta de prejuízo.

A resposta da Marisa e das demais empresas do Grupo Goldfarb, diante destes fatos, é, antes de um lamento, uma profunda, honesta e inarredável profissão de fé no Brasil.

Nós sabemos que os problemas existem, são sérios e difíceis de resolver.

Mas conhecemos sobretudo a capacidade de reação do povo e dos empresários brasileiros. E confiamos nela.

A Marisa foi atingida pelo desespero do desemprego e das injustiças sociais.

Mas a Marisa já tem uma resposta para o que aconteceu e para ajudar nosso país neste momento: continuar investindo como sempre investiu.

Abrir novas filiais.

Gerar novos empregos.

Assim, as empresas do Grupo Goldfarb, ainda em 1983, inauguram:

LOJAS MARISA

1. **São Paulo** — Rua Augusta, loja que gerará 60 novos empregos.
2. **Salvador** — 2 lojas que gerarão 200 novos empregos.
3. **Feira de Santana, Bahia** — loja que gerará 80 novos empregos.
4. **Campina Grande, Paraíba** — loja que gerará 60 novos empregos.
5. **Santo André, São Paulo** — loja que gerará 120 novos empregos.
6. **Caxias, Rio de Janeiro** — loja que gerará 150 novos empregos.
7. **Rio Grande, Rio Grande do Sul** — loja que gerará 60 novos empregos.
8. **Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul** — loja que gerará 80 novos empregos.
9. **Caxias do Sul, Rio Grande do Sul** — loja que gerará 60 empregos.
10. **Taubaté, São Paulo** — loja que gerará 50 novos empregos.
11. **Diadema, São Paulo** — loja que gerará 100 novos empregos.
12. **Osasco, São Paulo** — loja que gerará 100 empregos.

Total de novos empregos gerados pelas Lojas Marisa só em 1983: 1.120.

LOJAS BRASILEIRAS

13. **Canoas, Rio Grande do Sul** - loja que gerará 120 novos empregos.
14. **São João do Mariti**, Rio de Janeiro - loja que gerará 90 empregos.
15. **Campina Grande, Paraíba** - loja que gerará 160 novos empregos.
16. **Feira de Santana, Bahia** - loja que gerará 160 novos empregos.
17. **Governador Valadares, Minas Gerais** - loja que gerará 140 novos empregos.
18. **Imperatriz, Maranhão** - loja que gerará 140 novos empregos.
19. **Curitiba, Paraná** - loja que gerará 180 novos empregos.
20. **Caxias do Sul, Rio Grande do Sul** - loja que gerará 200 novos empregos.
21. **Rio Grande, Rio Grande do Sul** - loja que gerará 160 novos empregos.
22. **Macapá, Amapá** - loja que gerará 100 novos empregos

Total de novos empregos gerados por Lojas Brasileiras só em 1983: 1.450.

São, ao todo, 2.570 novos empregos gerados por estas duas cadeias só em 1983!

A estas inaugurações somem-se as outras 100 (cem) unidades das lojas do Grupo Goldfarb, empregando atualmente 9.100 pessoas.

Além de alguns outros milhares de empregos que a implantação de lojas, a sua manutenção e a comercialização de produtos por seu intermédio proporcionam.

A Marisa, afinal, está cumprindo o seu papel.

O que, aliás, ela já faz há 35 anos.

lojas marisa

Edgard Soares Publicidade

Fonte: *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. de 1983, p. 15; *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 6 abr. de 1983, p.13.

Figura 3: Comunicado pago da Fotoptica

AOS AMIGOS DA FOTOPTICA

e, em particular, aos clientes de nossa loja da Rua Direita, 85 e do kiosk da Praça da Sé, totalmente destruídos durante os distúrbios ocorridos na Cidade, na última terça-feira, comunicamos que estamos atendendo em nossa loja da Rua São Bento, 385 e que, dentro de no máximo dez dias, já estaremos com um novo kiosk naquela Praça e com a loja da Direita reaberta.

Aproveitamos a oportunidade para manifestar nossa confiança de que a ordem pública será mantida, permitindo o desenvolvimento do processo de restabelecimento das instituições democráticas, único caminho para a solução dos problemas sociais e econômicos do País. Agradecemos a solidariedade de nossos 1 500 funcionários, aos quais garantimos, bem como aos seus 6 000 dependentes, a manutenção de seus empregos e o desenvolvimento de nosso plano de expansão para 1983, que gerará mais de 300 novos empregos.

A Diretoria

FOTOPTICA

Fonte: *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 9.

Figura 4: Anúncio da Springer Carrier

Fonte: *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 4.

É possível identificar nos referidos comunicados alguns elementos dos discursos proferidos pelos setores empresariais tais como: o reconhecimento de que as manifestações foram provocadas "pelo desespero do desemprego e das injustiças sociais" e a importância da manutenção da ordem pública para o "desenvolvimento do restabelecimento das instituições democráticas, único caminho para a solução dos problemas sociais e econômicos do país". A ideia de que a abertura política e o restabelecimento da ordem democrática solucionariam a crise econômica e social era, em verdade, parte da estratégia dos governos militares que, frente ao agravamento da crise recessiva, procuravam deslocar para a esfera política as justificativas das dificuldades enfrentadas pela política econômica[389]. Dessa forma, uma vez mais, pode-se verificar a sintonia entre os discursos proferidos pelos setores empresarias e pelos integrantes do poder, confirmando a assertiva —anteriormente exposta — de que as divergências entre os representantes do grande capital e o regime restringiam-se, em grande medida, à política econômica e não aos desígnios políticos.

Tais comunicados, contudo, evidenciaram dois outros aspectos bastante significativos: a ênfase aos empregos diretos e indiretos gerados por essas empresas — a Fotoptica chegou, inclusive, a mencionar o número de dependentes beneficiados com tais empregos — e ao seu empenho em amenizar o elevado índice de desemprego.

Postura semelhante foi adotada pelo Banco Auxiliar e pela Associação dos Empresários da Amazônia.

[389] Para Rezende, "Era visível, que a partir de 1973, com as crescentes dificuldades enfrentadas pela política econômica do governo, ocorria um empenho maior dos condutores do regime para que se firmassem nas outras esferas as condições e as possibilidades de formação de uma consciência coletiva favorável ao regime como um todo. [...] No início da década de 80, o presidente João Batista Figueiredo [...] vinculava sempre a sua estratégia econômica às mudanças na esfera política, as quais teriam gerado 'profundas modificações estruturais e de comportamento' lançando, porém, 'verdadeiramente os alicerces de um país renovado em toda a sua dinâmica, cumprindo-se antigos compromissos de uma salutar e decisivo aperfeiçoamento democrático' ".REZENDE, Maria José de. Op. cit., p. 295.

Figura 5: Anúncio do Banco Auxiliar

Banco Auxiliar no apoio à pequena e média empresa.

Como forma de contribuir para a criação e manutenção de empregos, o Auxiliar decidiu, dentro de seu programa de apoio à pequena e média empresa, acrescentar 1 bilhão de cruzeiros, equivalente a 21% do limite obrigatório da resolução 695, antecipando as futuras exigibilidades. Para maiores informações procure o seu gerente Auxiliar.

Auxiliar. É isso que [illegible]

Como obter apoio do Auxiliar

Distribuição de Benefícios

• Limites existentes	• Concessão adicional
Zero	Até Cr$ 1.000.000,00
até Cr$ 2.000.000,00	+ 40%
até Cr$ 4.000.000,00	+ 25%
até Cr$ 6.000.000,00	+ 15%
acima Cr$ 6.000.000,00	+ 10% ou limite Cr$ 8.980.000,00

• As concessões serão feitas de acordo com as boas técnicas bancárias aos clientes do Auxiliar.

Beneficiários e Condições

De acordo com a Res. 695 do BACEN, de 17/06/81.

• Limite máximo por cliente: Cr$ 8.980.000,00

• Empresas com faturamento máximo de Cr$ 954.125.000,00 em 31/12/82.

• Taxas:
Norte/Nordeste 50% a.a. + IOF
Centro/Sul 60% a.a. + IOF

auxiliar
Banco Auxiliar SA

Fonte: *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 1

Figura 6: Comunicado pago da Associação dos Empresários da Amazônia

Ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e ao povo brasileiro

Diante das ocorrências verificadas em São Paulo, decorrentes sobretudo do agravamento do desemprego, a ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA AMAZÔNIA, entidade que congrega mais de 300 empresários, integrados ao processo de geração de riquezas, empregos e bem-estar social naquela região, vem manifestar sua confiança na capacidade do povo e do governo brasileiros em encontrar uma solução de paz para o difícil momento por que passa o País.

Acredita a AEA que uma nação com a extensão territorial do Brasil, grande parte da qual ainda inexplorada economicamente, não pode sofrer crises de alimentos ou de desemprego. E propõe, como solução imediata, a ampliação das oportunidades de trabalho nessas regiões, a interiorização da mão-de-obra, como forma de promover a integração do desenvolvimento nacional e evitar a concentração de trabalhadores nos grandes centros urbanos, hoje já incapazes de absorvê-los integralmente.

Nesse contexto, a ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA AMAZÔNIA, consciente das suas responsabilidades, está pronta a oferecer às autoridades sua colaboração e sua experiência. E se coloca à disposição do Governo Federal e dos Governos Estaduais para somar esforços no sentido de viabilizar o aproveitamento de mão-de-obra na região.

Lembra que, inversamente ao que muitos ainda pensam, a Amazônia é hoje um dos mais promissores polos de desenvolvimento do País. Milhares de projetos agro-industriais, agropecuários e de colonização estão ali implantados e em implantação, necessitando permanentemente de novos contingentes de mão-de-obra. E oferece não apenas empregos, mas amplos espaços a serem ocupados por pequenos e médios produtores, com a certeza de riqueza e de progresso. Para o trabalhador e para o País.

A ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA AMAZÔNIA acredita firmemente na força do trabalho para a solução dos problemas nacionais. Dentro do espírito de paz e cordialidade que sempre orientou esta grande Nação.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA AMAZÔNIA

Fonte: *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 de abr. de 1983, p. 17; *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 8 de abr. de 1983, p. 13.

Não se pode negar que tais ofertas — crédito bancário, emprego e terras na Amazônia —, ainda que travestidas de boas intenções no sentido de minorar a crise de empregos, atendiam aos interesses do capital financeiro — a expansão da carteira de créditos do Banco Auxiliar — e dos empresários envolvidos com o projeto de colonização da Bacia Amazônia iniciado no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1971), evidenciando o aspecto oportunista de suas publicações.

Ademais, é curioso verificar a similitude das argumentações da Associação dos Empresários da Amazônia com os discursos proferidos pelos governos militares — "Desenvolvimento com segurança" e "Brasil grande" — o que permite, inclusive, parafrasear o presidente Médici no lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN)[390], quando afirmou que tal projeto representava a "solução de dois problemas: homens sem terra do Nordeste e terras sem homens na Amazônia." Considerando o fracasso do projeto de colonização, para os empresários, a oferta de empregos e terras na Amazônia parecia representar a solução de dois problemas: homens sem emprego de São Paulo e empresas sem trabalhadores na Amazônia.

No dia 7 de abril, a agência MPM Propaganda deu início ao Movimento Pró-Trabalho. A partir do anúncio "E eu com isso?" veiculado no jornal, os empresários eram convidados a gerarem novas vagas de empregos.

[390] Sobre o Programa de Integração Nacional (PIN) ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.* 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 287-95.

Figura 7: Comunicado pago – Movimento Pró-Trabalho (07/04/1983)

E eu com isso?

O TUMULTO NA CIDADE

A Nação assistiu estarrecida aos acontecimentos dos últimos dias. Na gravidade do momento, seria supérfluo distribuir culpas. Há uma questão de fato que se sobrepõe a todas as demais: o desemprego.

Em tempos normais, promover cargos, escolher funcionários, distribuir funções, obedecem a critérios rigorosos que os cálculos determinam. Porém, o momento é outro e o único critério determinante é o da urgência. O que a realidade do momento impõe é gerar empregos, mesmo que não se consiga criar oportunidades. As fórmulas ortodoxas perderam a razão.

É este o motivo que nos leva a convocar empresários a unir esforços neste Movimento Pró-Trabalho.

E a finalidade é uma só: contratar, criar de alguma maneira emprego nas empresas. Grande, média, pequena, minúscula, basta que você possa oferecer trabalho a alguém, mesmo que seja apenas para um boy, um ajudante, um balconista, um motorista, um vendedor. Cada emprego a mais é um desempregado a menos. Não importam as vantagens, o rigor dos critérios. Acima de tudo, estão brasileiros necessitados. O importante é sua contribuição social. Que sua empresa participe do Movimento Pró-Trabalho.

815-4267

Este telefone está à disposição da sua empresa. Veja o que você tem a oferecer e fale conosco.

MOVIMENTO PRÓ-TRABALHO

Fonte: *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p. 23

Figura 8: Comunicado pago – Movimento Pró-Trabalho (08/04/1983)

E eu com isso?

O TUMULTO NA CIDADE

9.937 empregos no 1º dia do movimento

A Nação assistiu estarrecida aos acontecimentos dos ultimos dias.
Na gravidade do momento, seria supérfluo distribuir culpas. Há uma questão de fato que se sobrepõe a todas as demais: o desemprego.

Em tempos normais, promover cargos, escolher funcionários, distribuir funções, obedecem a critérios rigorosos que os cálculos determinam. Porém, o momento é outro e o único critério determinante é o da urgência. O que a realidade do momento impõe é gerar empregos, mesmo que não se consiga criar oportunidades. As fórmulas ortodoxas perderam a razão.

É este o motivo que nos leva a convocar empresários a unir esforços neste Movimento Pró-Trabalho.

E a finalidade é uma só: contratar, criar de alguma maneira emprego nas empresas. Grande, média, pequena, minúscula, basta que você possa oferecer trabalho a alguém, mesmo que seja apenas para um boy, um ajudante, um balconista, um motorista, um vendedor. Cada emprego a mais é um desempregado a menos. Não importam as vantagens, o rigor dos critérios. Acima de tudo, estão brasileiros necessitados. O importante é sua contribuição social. Que sua empresa participe do Movimento Pró-Trabalho.

815·4267

Este telefone está à disposição da sua empresa. Veja o que você tem a oferecer e fale conosco.

Até às 14 horas de ontem, um número expressivo de empresários demonstrou a mais plena consciência cívica, hipotecando solidariedade ao Movimento Pró-Trabalho - o que resultou no oferecimento de 9.937 empregos.

Foram estes os primeiros resultados. É esta a consciência responsável e solidária que se estabelece no País.

A este apelo, atenderam prontamente as seguintes empresas:

• Através do Sine - 9.725 empregos • Aquazul Artes Gráficas - 2 empregos • Artilê - 2 empregos • Caporrino Vieira Construções e Incorporações Ltda. - 4 empregos • Correntes Indústrias Lane Ltda. - 10 empregos • Darling S.A - 4 empregos • D.M.V. Ltda. 100 empregos • Dominó Móveis e Utilidades Domésticas Ltda. 1 emprego • Elgem Projetos Industriais Ltda. 1 emprego • Enaplic Engenharia Ind. e Com. Ltda. [illegible] empregos • Fotoptica 47 empregos • Inform - 1 emprego • Lastri S.A. - 7 empregos • Les Copains - 6 empregos • M.M. Propaganda - 4 empregos • Motortec Serviços Mecânicos Ltda. - 3 empregos • Requena e Associados - 1 emprego • Sr. Sidney Augusto - 10 empregos • Totem Com. e Ind. de Confecções Ltda. - 2 empregos

Colaboração deste Jornal

MOVIMENTO PRÓ-TRABALHO

Fonte: *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 15.

Figura 9: Comunicado pago – Movimento Pró-Trabalho (10/04/1983)

E nós com isso?

E eu com isso?

9.937 empregos no 1º dia do movimento

815-4267

MOVIMENTO PRÓ TRABALHO

A Nação assistiu entusiasmada aos acontecimentos dos últimos 2 dias. Convocados a participar do Movimento Pró-Trabalho, um número expressivo de empresários compreendeu que o importante era sua contribuição social e se uniram com uma só finalidade: contratar.
E de alguma maneira, criaram uma série de novos empregos em suas empresas, demonstrando a mais plena consciência de que o problema do desemprego não é só do desempregado. Mas de todos nós.

Até às 18 horas de sexta-feira, um número expressivo de empresários demonstrou a mais plena consciência cívica hipotecando solidariedade ao Movimento Pró-Trabalho.
O resultado é animador. É esta consciência responsável e solidária que se estabelece no País.
A este apelo atenderam prontamente as seguintes empresas:

Através do Sine - 11.008 empregos • Acomed Com. de Metais Ltda. - 4 empregos • Almeida Prado Imob. Ltda. - 2 empregos • Alzira Scopel - 1 emprego • Amim Yunes - 1 emprego • Aquazul - 2 empregos • Argalpa Ltda - 1 emprego • Argampa - 1 emprego • Artilê - 2 empregos • Assistente - 52 empregos • Auto Mecânica Lojam - 2 empregos • Bausul Assessoria Ltda. - 3 empregos • Bar e Lanches Flor do Parque - 1 emprego • Caporrino Const. Incorp. Ltda. - 4 empregos • Calbrás Ltda. - 17 empregos • Calçados Glaci - 2 empregos • Cartão Nacional de Saúde - 52 empregos • Casas Pernambucanas - 1 emprego • Confecções Farda Ltda. - 3 empregos • Confecções Telle Ltda. - 1 emprego • Construpop S.A. - 10 empregos • Colucci e Associados - 1 emprego • Correntes Ind. Lane Ltda. - 10 empregos • Ciba-Geigy - 10 empregos • Darling - 4 empregos • Dental Life - 15 empregos • Desenho Arquitetura Ltda - 10 empregos • D.M.V. Ltda. - 100 empregos • Dominó Móveis Utilidades Ltda. - 1 emprego • Elgem Projetos Ind. Ltda. - 1 emprego • Enaplic Engº Ind. e Com. Ltda. - 7 empregos • Fibraforte - 3 empregos • Fotoptica - 47 empregos • Glosanda S.A. - 3 empregos • Gráfica Joni - 2 empregos • Gráfica OK Print Ltda. - 1 emprego • Ganimat Ind. Com. - 20 empregos • Haspa S.A. - nº ilimitado de corretores autônomos • Hotel Poopy - 1 emprego • Ind. e Com. Matsumoto - 2 empregos • Inform - 2 empregos • Lastri S.A. - 7 empregos • Lemark Indl. de Confecções - 18 empregos • Les Copains - 6 empregos • Livraria Cultura - 1 emprego • Lojas Marisa - 150 empregos • M.M. Propaganda - 4 empregos • Motortec Serv. Mec. Ltda. - 3 empregos • Objetivo Cabelereiro - 1 emprego • Optica Foto Cine - 2 empregos • Petra Engenharia - 1 emprego • Pró-Estética - 10 empregos • 4 M Construções Ltda. - 15 empregos • Queiroz e Bierrembach - 1 emprego • Real Empreiteira - 1 emprego • Requena e Associados - 1 emprego • Rudloff VSE Protendidos Ltda. - 3 empregos • Sidney Augusto - 10 empregos • Sobloco Construtora S.A. - 1 emprego • Sociedade Sul Riograndense - 2 empregos • Stillglass Ind. Elet. Ltda. - 1 emprego • Takebo Comp. Eletrônicos Ltda. - 1 emprego • Totem Ind. de Confecções Ltda. - 2 empregos • Vale dos Orixás - 200 empregos • Winter S.A. - 11 empregos

Acumulados no 2º dia:
11.862 empregos.

MOVIMENTO PRÓ-TRABALHO

815-4267

Este telefone está à disposição da sua empresa. Veja o que você tem a oferecer e fale conosco.

Fonte: *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 10 abr. 1983, p. 56.

Não parece haver dúvidas quanto à seriedade do movimento em questão. Contudo, as frases iniciais dos textos "a Nação assistiu estarrecida aos acontecimentos dos últimos dias" (07/04) e "a Nação assistiu entusiasmada aos acontecimentos dos dois dias" (08 e 09/04) permitem fazer alusão às seguintes díades: movimento dos desempregados *versus* movimento dos empresários, caos *versus* ordem, assombro *versus* esperança. Ou seja, ao exaltar a capacidade e o sucesso da mobilização da comunidade empresarial, reforçava-se a importância desse setor na condução e solução dos problemas econômicos e, portanto, para o desenvolvimento da nação. Tal postura, entretanto, revela a tentativa de transmitir uma nova imagem do empresariado brasileiro. Renato Magalhães, diretor da agência MPM Propaganda, ao explicar como surgiu a ideia da campanha Pró-Trabalho, procurou justificar o alheamento do setor empresarial diante de uma crise social tão latente:

> *Discutindo os últimos acontecimentos com o nosso pessoal interno, vimos que estávamos cegos diante de uma crise social que eclodiu nas ruas da cidade. Era preciso fazer alguma coisa. E pensamos, inicialmente, em apenas contratar mais funcionários, mesmo simples faxineiros.*[391]

Renato Magalhães alegou que os empresários estavam "cegos", logo esta deficiência poderia justificar a indiferença do setor em relação à crise social. Contudo, com as faculdades restabelecidas, o empresariado não se eximiria das suas responsabilidades sociais contribuindo, de alguma forma, para a solução da crise econômica e social. Tal discurso conferia ao empresariado brasileiro um caráter de civilidade contrapondo-se à percepção que a classe trabalhadora tinha dele — do empresário explorador e desumano —, como se pode constatar nas palavras de ordem proferidas pelos manifestantes: *"Você aí parado também é explorado"; "Ninguém agüenta mais nem patrão nem general.*[392]

---

[391] PRÓ-trabalho, uma idéia que já começa a mostrar resultados. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p. 12.
[392] 8H30 – Vai começar os distúrbios. *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 5 abr. 1983, p. 42.

Ademais, não deixa de ser curiosa a afirmação acerca da política econômica do governo federal: “as fórmulas ortodoxas perderam a razão”. Não restam dúvidas de que tais fórmulas — outrora convenientes ao setor empresarial —, naquele momento, dado o agravamento da crise econômica, obstaculizavam a expansão do capital, justificando dessa forma as críticas do empresariado brasileiro. Contudo, tais críticas, ações e discursos adotados pelos empresários podem também ser interpretadas como estratégias que — dada a crise da gestão militar — visavam dissociar a imagem do empresariado das ações governamentais, e simultaneamente, conquistar um espaço em que pudesse protagonizar. Para tanto, era preciso fazer a sociedade crer que se tratava de um novo empresariado, mais sensível, responsável, civilizado e consciente das suas responsabilidades na condução do país. Outros comunicados atestavam tais assertivas:

Figura 10: Anúncio da Rádio América

Um programa de emergência para tirar o desemprego da 1ª página dos jornais: Balcão de Empregos da Rádio América.

O IBGE diz que existem 5.186.800 trabalhadores em S. Paulo e 387.973 desses homens e mulheres estão desempregados. Esses números são ainda mais dramáticos quando se transformam em fotos e manchetes de primeira página dos jornais.

A Rádio América está fazendo alguma coisa rapidamente para ajudar a tirar a angústia e o medo do ar.

Segunda-feira às 6 horas da manhã vai para o ar, pela primeira vez, o Balcão de Empregos da Rádio América. Serão 8 boletins diários, de segunda a sexta-feira, das 6 as 8 horas da manhã.

Se você dirige uma empresa, então você tem nas mãos a melhor arma para ajudar nossa cidade: um emprego. Ligue já para o Balcão de Empregos da Rádio América: 549-3199. A Rádio América vai usar toda sua força de audiência para fazer com que a seção "Empregados Procurados" encontre a seção "Empregados Oferecem-se" na mesma hora, no ar. E isso não vai custar absolutamente nada para sua empresa. Cada anúncio do Balcão de Empregos que for para o ar, é um brasileiro a menos na rua e na primeira página dos jornais. Isso não tem preço.

Rádio América Am 1.410

Aderindo ao Movimento Pró-Trabalho.

Fonte: *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 8 abr. 1983, p.12.

Figura 11: Comunicado pago da Novagazometro S.A.

POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

São Paulo é o maior centro econômico do País. Aqui existem cerca de 500.000 empresas, entre indústrias, estabelecimentos comerciais, bancos, prestadoras de serviços e outras atividades. Vamos mostrar a nossa força não pela força, mas pelo bom senso. Se cada empresa colaborar, admitindo ao menos **um funcionário desempregado,** a soma desse esforço será suficiente para resolver o problema do desemprego na Capital. Da consciência de cada empresário pode surgir a união de toda a população. E, povo unido, jamais será vencido.

novagazometro s.a.

CENTRO COMERCIAL MADEIREIRO DE SÃO PAULO

Osvaldo Carmona
Presidente da Diretoria Executiva

Hélio Vieira Santos
Diretor de Relações Públicas

Fonte: *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 7 abr. 1983, p.34.

A mobilização do setor empresarial suscitada pelas manifestações de abril de 1983 torna-se ainda mais instigante se considerarmos que essa não foi prática comum em outros distúrbios sociais. Nunes, em levantamento dos quebra-quebras dos transportes públicos entre 1977 e 1981, observou que somente a partir de 1979, parlamentares, prefeitos e associações sindicais e de amigos de bairro passaram a marcar presença frente aos acontecimentos na mídia impressa. Até então, cabia ao Estado e seus agentes, inclusive os da segurança pública,

comentar ou anunciar alguma medida emergencial para conter as manifestações.[393]

A menção às observações de Nunes acerca dos quebra-quebras dos transportes públicos deve-se a dois fatores: primeiro, porque tais manifestações traduziram-se em ações diretas e, segundo, por terem ocorrido num período muito próximo aos dos saques e quebra-quebras aqui estudados. Em outras palavras, a mobilização do setor empresarial verificada em abril de 1983, não se devia à dinâmica dos protestos ou ao fato de se tratar de um novo empresariado.

É verdade que as motivações eram bastante distintas. No caso dos quebra-quebras dos trens, as reivindicações e protestos dirigiam-se a um dos serviços públicos – o responsável pelo transporte coletivo – cabendo, assim, ao Estado dar conta das exigências postas. Os empresários, conforme observou Moisés em seus estudos sobre os quebra-quebras de trens em 1947, ainda que fossem "teoricamente" afetados pela precariedade dos meios de locomoção "já que a questão dos transportes esta[va] diretamente relacionada com a viabilização de imensas parcelas da mão-de-obra como força de trabalho"[394], limitavam-se a chamar a atenção do Poder Público para a necessidade de fazer investimentos no setor. Ademais, para minimizar os prejuízos gerados pela precariedade dos meios de transportes, grande parte das empresas descontava dos seus operários os atrasos e as faltas, fato que contribuía para a irrupção dos quebra-quebras.

A reivindicação posta pelos manifestantes nos saques de abril — emprego — também se dirigia aos poderes públicos, o que pode ser constatado pela insistência dos manifestantes em dialogar com as autoridades — Estadual e

---

[393] De acordo com Nunes: "aumentou muito o número de pessoas e associações que, de uma ou de outra forma, querem marcar uma posição frente aos quebra-quebras. A palavra era antes tomada na imprensa por uns poucos personagens, notadamente a empresa estatal de transportes, na figura de seu superintendente ou de algum relações públicas, algumas vezes o Ministro dos Transportes e rarissimamente, o Presidente da República. Nunca faltou espaço, evidentemente, aos Secretários de Segurança Pública e para representantes dos departamentos de polícia política ou comum. (...) É 'o Estado e seus agentes, que reagem para controlar de formas diversas os acontecimentos'. Mais recentemente, dos fins de 79 para cá, aparecem nos jornais, e pelo menos uma vez intervêm diretamente nos acontecimentos, prefeitos e vereadores. Pouco depois, é marcada a presença de deputados estaduais, de um senador e de diferentes associações, como sindicatos e sociedades de amigos de bairros." NUNES, Edson. Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981. In: MOISÉS, José Álvaro et alli. Op. cit., 1981, pp. 106-7.

[394] MOISÉS, José Álvaro. Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947. In: _____ et alli. Op. cit., 1981, p. 61.

Federal. Ou seja, para os manifestantes, cabia ao Estado adotar uma política econômica que possibilitasse a abertura de novas frentes de trabalho ou ainda que o Estado, mediador entre o trabalhador e a fábrica, devia agir para que os empresários eliminassem as demissões e formulassem novos investimentos.

Como, então, explicar tamanha mobilização em torno da questão posta pelos manifestantes de abril de 1983? Por que razão, estabelecimentos comerciais atingidos pelas ações dos manifestantes, vieram a público ofertar novas vagas de emprego? Qual, então, o significado das ações empreendidas pelos empresários? Por que o setor empresarial, historicamente intransigente a qualquer tipo de protesto social, adotou em relação aos saques e quebra-quebras um discurso mais tolerante? O que temiam?

Ao que parece, duas preocupações nortearam os discursos e as ações do setor empresarial: a manutenção da ordem pública e social — condição fundamental para a continuidade da expansão do capital — e a consecução da liberalização política nos moldes idealizados por Geisel e Golbery, ou seja, de cima para baixo e pelo consenso. Logo, o que parecia, à primeira vista, uma mudança na mentalidade e nas práticas empresariais, significava, na verdade, a permanência da lógica capitalista, qual seja, a garantia da exploração do capital sobre o trabalho.

Dessa forma, as iniciativas empresariais em torno da questão do desemprego e a tolerância em relação às manifestações podem ser interpretadas como estratégias para arrefecer os ânimos dos manifestantes e impedir o espraiamento das manifestações tanto em São Paulo, como para outras regiões do Brasil. Nesse sentido, são significativos os números anunciados pelo Grupo Goldfarb: das 22 lojas que seriam inauguradas ao longo de 1983, apenas três localizavam-se na Grande São Paulo, o que significava somente 260 novas vagas de empregos dos 2.570 previstos. Outros dados revelaram os limites da mobilização empresarial, como por exemplo, o insignificante número de vagas divulgadas pelo Movimento Pró-Trabalho (11.862) se comparadas com o de desempregados (5.186.800); a oferta de créditos pelo Banco Auxiliar às pequenas e médias empresas, o que não significava um expressivo aumento na abertura de novos empregos, pois dependia da pré-disposição do empreendedor e do tipo de

empreendimento e, por fim, o comunicado da Associação dos Empresários da Amazônia, o qual além de propor o deslocamento da mão-de-obra para o outro extremo do Brasil, ignorava deliberadamente as experiências e realidade do contingente de desempregados da capital paulista.

Na verdade, o alarde feito pelos setores empresariais em torno da questão do desemprego parecia desproporcional se levarmos em conta o efetivo alcance das suas iniciativas. Ao que parece, essas pouco alteraram a situação de grande parte da população. De acordo com Munhoz "na grande São Paulo, salvo o interstício de maio a agosto, todo o decorrer do ano de 1983 é marcado por saques, quebra-quebras e distúrbios."[395]

Se o alcance das medidas emergenciais adotadas pelos setores privados ou governamentais era duvidoso, o mesmo não se pode afirmar em relação à potencialidade reveladora e transformadora das manifestações deflagradas na capital paulista. Homens e mulheres comuns, ao colocarem na esfera pública a questão do desemprego, até então circunscrita à realidade das camadas inferiores, puderam se reconhecer como protagonistas da sua história e, portanto, agentes sociais transformadores. Paradoxalmente, a visibilidade desses atores sociais e da sua condição na sociedade, deveu-se em boa medida à repercussão desses acontecimentos — ainda que desqualificadora, depreciativa e pejorativa — nas diferentes esferas sociais e governamentais, evidenciando dessa forma o poder e o alcance do discurso da ação. Para tanto, bastou que um "braço se erguesse no meio da multidão" para que a sociedade brasileira se apercebesse de que havia tempos "a paz estava assassinada" nas ruas e nos lares de São Paulo.[396]

---

[395] MUNHOZ, Sidney José. *A ordem do "caos" versus o ocaso da ordem (Saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983).* Campinas: Dissertação de Mestrado, História/UNICAMP, 1989, pp. 26-32.

[396] Referência ao artigo NEGROS dias de abril. *Veja*, nº 762, 13 abr.1983, p. 26.

Considerações finais

A análise das matérias jornalísticas acerca dos saques e quebra-quebras veiculados nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* no decorrer da primeira semana de abril demonstrou que nas várias esferas do poder e da sociedade, ainda que sustentados em diferentes alegações e interesses, os discursos confluíam para um mesmo propósito: a depreciação e a desqualificação das manifestações e dos manifestantes.

Nesse sentido, as notícias e reportagens referentes aos acontecimentos e publicadas nos dois primeiros dias cumpriram importante papel na construção da imagem das classes perigosas. A omissão de dados importantes para o melhor entendimento sobre as irrupções sociais, a fragmentação das informações com grande ênfase à violência das ações, as caracterizações pejorativas das manifestações e dos manifestantes e, por fim, o sensacionalismo e o caráter espetaculoso dos relatos ocultavam as razões que levaram homens e mulheres a ocuparem as ruas da capital paulista e a adotarem a ação direta como forma de se fazer ouvir e de fazer valer os seus direitos.

Entretanto, a partir do terceiro dia, com o refluxo dos protestos, iniciou-se outra operação que, uma vez mais, iria contribuir para a desqualificação dos saques e quebra-quebras. Paulatinamente, os manifestantes foram retirados da cena principal e substituídos por novos personagens localizados em outros âmbitos de poder, ocorrendo o deslocamento das discussões do campo socioeconômico para o político.

Tal transposição acentuou-se a partir do dia 6 de abril — quando cessaram os saques e quebra-quebras —, revelando um fenômeno significativo: as matérias jornalísticas sobre a repercussão dos saques e quebra-quebras nas esferas do poder em muito superaram as reportagens que tratavam das manifestações em si. Isso porque, embora as manifestações tenham durado somente três dias e se restringido à capital paulista, elas suscitaram nos diversos setores políticos e sociais intensos debates e grande mobilização, evidenciando a potencialidade dessas ações.

Assim, nas declarações provenientes do Palácio do Planalto, embora se admitisse a gravidade da crise recessiva, desde o princípio, as manifestações foram atribuídas a grupos radicais da esquerda, em especial o PC do B. Com o arrefecimento das manifestações e na ausência de provas que confirmassem tais conjeturas, os discursos das autoridades federais passaram a classificar os saques e quebra-quebras como desordens públicas e a cobrar do governo estadual o imediato restabelecimento da ordem, a qual, de acordo com os dirigentes da Nação, era fundamental para a continuidade do processo de abertura em andamento.

Contudo, as ações e os discursos dos integrantes do Palácio do Planalto demonstraram que o grupo do poder estava decidido a manter sob seu controle o processo de liberalização política. Tal determinação ficou evidente na postura vigilante da Polícia Federal, no estado de prontidão do II Exército e, em especial, no pronunciamento do presidente da República, quando foi a público para deixar claro que a abertura política aconteceria "a tempo e hora".

As cobranças e pressões exercidas pelo governo federal, em parte, ajudam a entender as mudanças nos discursos dos dirigentes do governo paulista. No primeiro dia, Montoro e alguns secretários atribuíram as manifestações à crise econômica — desemprego e recessão. Porém, a partir do segundo dia, lentamente, os discursos passaram a incorporar novos elementos que acabariam por consolidar a ideia de que os saques e quebra-quebras foram ações orquestradas por facções cujo principal objetivo era desestabilizar o governo de Montoro e, portanto, adversas à democracia.

Ainda que tais conjeturas tivessem fundamentação, pois, desde 1976 grupos ligados às forças de segurança e contrários à liberalização política vinham promovendo dezenas de atentados às organizações e militantes da oposição e da esquerda, ao atribuir às manifestações um caráter político, Montoro tirava do foco de críticas a política econômica, evitando assim um confronto direto com o governo federal. Como Montoro, o governador Tancredo Neves (Minas Gerais) e Leonel Brizola (Rio de Janeiro) adotaram, um discurso ameno e contemporizador em relação ao governo federal, evidenciando o temor — entre os governos

oposicionistas — de que as manifestações pudessem de alguma maneira prejudicar o processo de abertura em andamento e prenunciando as negociações e conciliações políticas pelo alto. Para tanto, era preciso conter as forças sociais.

Nesse sentido, é significativa a mudança verificada no tratamento do governo paulista às manifestações. Diferentemente do primeiro dia, quando a polícia militar adotou uma postura mais preventiva, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos mais do que atuando — postura essa que rendeu a Montoro inúmeras críticas —, a partir do segundo dia, verificou-se não somente um maior aparato policial nas ruas como também a intensificação da repressão.

É possível que o recrudescimento da violência empregada pelas forças policiais tenha ocorrido à revelia do governo paulista. Durante os anos em que vigorou o regime, as corporações militares gozaram de grande poder, reprimindo arbitrariamente toda e qualquer forma de protesto social. Entretanto, as declarações dos dirigentes do governo estadual permitiram aventar outra possibilidade: diante das pressões exercidas pelos diferentes segmentos políticos e sociais e frente à ameaça do comprometimento do processo de liberalização política, Montoro cedeu, tratando manifestações e manifestantes como "caso de polícia".

Nas casas legislativas — municipal, estadual e federal —, os saques e quebra-quebras suscitaram inúmeros debates, tomando lugar central nas tribunas e nas pautas de discussão. Contudo, muito pouco se debateu sobre as questões colocadas pelos manifestantes. No geral, senadores, deputados e vereadores limitaram-se a fazer declarações de apoio ao governo paulista, como foi o caso do PMDB, PTB e PT — inclusive integrantes do PDS —, a criticar a política econômica do governo federal e a morosidade da Polícia Militar, a responsabilizar uns aos outros pela deflagração e intensidade dos acontecimentos, evidenciando dessa forma a principal preocupação dos parlamentares naquele período, qual seja, a garantia da continuidade do processo de redemocratização em detrimento das questões sociais postas pelas manifestações.

Assim, nas diferentes esferas do poder — executivo e legislativo — situacionistas e oposicionistas, inclusive parte da esquerda, ao não reconhecerem

as manifestações como forma legítima de luta reivindicatória e ao transporem as discussões para os espaços institucionais, evidenciaram os limites da democracia por eles pleiteada. Essa deveria circunscrever-se nos marcos da democracia liberal e, portanto, da representatividade política e, para tanto, as forças sociais tinham que ser contidas e controladas.

Os setores médios e dominantes compartilhavam dessa concepção de democracia. As declarações, em geral, evidenciavam a preocupação desses segmentos com a ordem pública, com a segurança e com o Estado de Direito.

Para as classes médias, os saques e quebra-quebras não somente representavam uma ameaça às "conquistas" perpetradas nos últimos anos — eleições diretas para governador, pluripartidarismo, anistia política e a suspensão do AI-5 — como também à propriedade privada.

As declarações proferidas por esse setor, ainda que reconhecessem a pertinência das reivindicações, tenderam a reforçar a imagem dos manifestantes como classes perigosas, que precisavam ser caladas e controladas. A presença do "outro" nas ruas e a exposição da sua condição aviltante gerava desconforto e constrangimentos entre os setores médios. Daí a contradição das narrativas provenientes dos segmentos médios: ao mesmo tempo em que mantinham um discurso sensível e solidário à situação do trabalhador, cobrando das autoridades medidas contra o desemprego, em nome dos direitos políticos e civis, advogados, estudantes, comerciantes, pequenos empresários, entre outros, clamavam por maior repressão policial às manifestações.

Entre os representantes do setor empresarial, como era de se esperar, as declarações giraram em torno da questão da ordem, condição essa fundamental para a continuidade da expansão do capital. Diversas lideranças empresariais, mesmo aquelas favoráveis ao governo paulista, foram enfáticas em suas cobranças por maior rigor e energia policial em relação às manifestações. Contudo, várias empresas, algumas inclusive atingidas pelas ações dos manifestantes, publicaram nos jornais comunicados pagos lamentando a crise recessiva e oferecendo novas vagas de empregos.

Ainda que essa mobilização fosse apresentada como iniciativas de um novo empresariado — mais sensível e comprometido com as questões sociais —, tais posicionamentos permitem algumas ilações. Pode-se aventar que, diante da gravidade da crise e da determinação do governo federal em manter a política econômica recessiva, o empresariado, procurando conter os ânimos dos manifestantes, lideraram uma campanha pró-emprego que, como se sabe, tinha alcance bastante limitado. Ou ainda, frente à crise no bloco do poder e às possibilidades de maior atuação política, o setor empresarial pretendia com tais iniciativas separar-se do setor militar e ocupar novos espaços no regime político que se prenunciava.

A despeito das reais intenções dos empresários com tais posicionamentos, verificou-se uma vez mais, a tentativa dos setores do capital de se apresentarem como salvadores da crise aberta pela recessão e desemprego. Esses, ao figurarem como benfeitores, oferecendo em verdade um restrito e insuficiente número de vagas, tentaram tomar a cena, negando o papel das camadas populares em denunciar a violência do processo econômico e social, da super exploração do trabalho.

Enfim, sob vários aspectos, em todas as esferas do poder, nos segmentos médios e dominantes, para políticos da direita e da esquerda, os saques e quebra-quebras representaram uma ameaça à ordem, à segurança, ao Estado de Direito ou à abertura política.

Os manifestantes, por meio da ação direta possibilitaram o desvendamento não somente das questões até então circunscritas à realidade da população periférica colocando-as na esfera pública, como também evidenciaram as ambiguidades e contradições políticas e sociais nos anos da abertura política.

Homens e mulheres comuns, naqueles “negros dias de abril”, na condição de sujeitos políticos, ocuparam as ruas, as páginas dos jornais, as tribunas dos legislativos, as pautas de discussão dos empresários, as agendas das autoridades governamentais, revelando a potencialidade contida na rebeldia social.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil.* Campinas/SP: Pontes, 1995.

_____. *A rebeldia no trabalho (O confronto operário no ABC Paulista 1978/80).* 2ª ed., Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1992.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80).* São Paulo: FFLCH/USP, Tese de doutorado, 1994

AZEVEDO, Clovis Bueno de. A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BLOCH, Marc, *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de et alli. *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza.* São Paulo: Loyola (Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo), 1981.

CAPELATO, Maria Helena R. *Os arautos do liberalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Os intérpretes das luzes. Liberalismo e imprensa paulista: 1920-1945.* São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1986.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do Regime autoritário (1974-1985), *Dados – Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005, p. 132.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERVI, Emerson Urizzi. A cobertura da imprensa e as eleições presidenciais de 2002. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em 17 dez. 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas.* 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____ et alli. *A questão da democracia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, (Coleção CEDEC, v. 4).

DIAS, Sonia; LEMOS, Renato. José Sarney. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br, consultado em 31/01/09.

EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós, que amávamos tanto a democracia (Protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo – 1977/1984).* São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1994.

FARIA, José Eduardo. *O Direito na economia globalizada.* São Paulo: Malheiros, 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A.N. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (O Brasil republicano; v.4), 2007.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros.* São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo.* Petrópolis, Vozes, 1985.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* 3ª ed., São Paulo: Ática, 1987.

HOBSBAWM, Eric. J. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo — Brasil e Peru, 1964-1986.* São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996.

KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Espoliação urbana.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KRANTZ, Frederick. *A outra história – Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARICATO, Ermínia. "A cidade é um grande negócio". *Teoria e Debate.* São Paulo, nº3, jun. 1988.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos latinoamericanos.* Dinamarca: Universidade de Aarhus, n. 5, 2002.

MOISÉS, José Álvaro et alli. *Contradições urbanas e movimentos sociais.* 3ª ed.; Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, vol. 1, 1985.

_____ et alli. *Cidade, povo e poder.* 2ª ed., Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, v. 5, 1981.

MORAES, Mário Sérgio. *O ocaso da ditadura: caso Herzog.* São Paulo: Barcarolla, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena R.. *História da Folha de S.Paulo (1921-1981).* São Paulo: IMPRES, 1981.

MUNHOZ, Sidney José. *A Ordem do Caos "Versus" o ocaso da ordem (Saques e quebra-quebras em São Paulo -1983).* Campinas/SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985.* São Paulo: Atual, 1998. (Discutindo a História do Brasil).

OLIVEIRA. Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

PEDROSO, Leda Aparecida. *Democracia, política e administração educacional: a Proposta Montoro (1978-1984).* São Paulo, Campinas: UNICAMP/Educação, Dissertação de Mestrado, 1991.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reivenção do trabalhismo no "vulcão do inferno". Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro,*

*o sindicato e a política. (1950-1964).*São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 2006.

_____. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1953-66)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

PORTO, Rui de Fontoura. *Direitos fundamentais sociais: considerações acerca da legitimidade política e processual do Ministério Público e do sistema de justiça para sua tutela.* Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984).* Londrina: Editora UEL, 2001.

RUDÉ, George. *A multidão na História: estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra (1730-1848).* Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).* 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALES, Jean Rodrigues. Entre o Fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História,* Franca/SP, v. 26, n. 2, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição pragmática.* 5ª ed., São Paulo: Cortez, (V.1. *A Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência),* 2005.

SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade e Estado,* Brasília, v. 22, n.1, jan/abr. 2007.

SANTOS, Maria Cecília Mac Dowell et alli. *Desarquivando a Ditadura*: Memória e Justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

SILVA, Maria Helena M. B. *Terra e moradia: que papel para o município?* São Paulo: FAU/USP, Tese de Doutorado, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.* 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELLES, Vera da Silva. *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes. Os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70.* São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1985.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato.* São Paulo: HUCITEC/História Social/USP, 1997.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Fontes

Folha de S.Paulo
Período: 05 a 10 de abril de 1983.

O Estado de S.Paulo
Período: 05 a 10 de abril de 1983.

Veja, nº 762, 13 abr.1983.